

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

DÁRIO BENEDITO RODRIGUES NONATO DA SILVA

Os Donos de São Benedito
Convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e
devocional na cultura de Bragança, século XX.

Belém
2006

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues (1977 -)

Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva. Belém: [s.n.], 2006. Orientadora: Edilza Joana de Oliveira Fontes.

f.: 202 il.: 10

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

1. Bragança (PA). Século XX. 2. História. – 3. Cultura – Bragança (PA). I Título. II. FONTES, Edilza Joana de Oliveira. III. Universidade Federal do Pará.

CDD 20. ed. 981.15

DÁRIO BENEDITO RODRIGUES NONATO DA SILVA

Os Donos de São Benedito
Convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e
devocional na cultura de Bragança, século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Pará como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social
da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana de
Oliveira Fontes (DEHIS/UFPA).

Belém
2006

DÁRIO BENEDITO RODRIGUES NONATO DA SILVA

Os Donos de São Benedito
Convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e
devocional na cultura de Bragança, século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes (Departamento de História/UFPA).

Data de aprovação:/...../.....

Banca Examinadora:

Professor Doutor Raymundo Heraldo Maués
(Departamento de Antropologia/UFPA)

Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo
(Departamento de História/UFPA)

Professora Doutora Maria de Nazaré dos Santos Sarges
Suplente (Departamento de História/UFPA)

Dados internacionais da Catalogação na Publicação – (CIP)
(Biblioteca da Pós-Graduação do CFCH – UFPA, Belém-PA-Brasil)

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues (1977 -)

Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva. Belém: [s.n.], 2006. Orientadora: Edilza Joana de Oliveira Fontes.

f.: 202 il.: 10

Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Bragança (PA). Século XX. 2. História. – 3. Cultura – Bragança (PA). I Título. II. FONTES, Edilza Joana de Oliveira. III. Universidade Federal do Pará.

CDD 20. ed. 981.15

Dedico toda a luta, o esforço, a pesquisa e a construção deste trabalho à minha mãe,
Antônia Maria do Socorro Rodrigues (da Silva) Ramos,
minha heroína, meu mais precioso bem, aquela que me pôs no mundo
e me colocou “debaixo do andor de São Benedito”.

À memória inesquecível de meu pai,
Jocelino Nonato da Silva,
pelo exemplo de caráter e dignidade,
lembrados a todo tempo e em qualquer lugar.

Aos meus irmãos,
Danilo Augusto Rodrigues Nonato da Silva e Jocelino Nonato da Silva Filho,
por tudo o que somos juntos, apesar dos pesares.

A minha sobrinha, Beatriz de Sousa Rodrigues, pelo nosso amor.

Ao meu padraсто, João Paes Ramos,
por manter e dividir comigo uma grande memória.

À memória de minha tia Iolanda Maria da Conceição,
por sempre acreditar em minha determinação.

A todos os amores da minha vida.

A todos os meus alunos, de hoje e de sempre.

Aos meus companheiros de trabalho e serviço.

Aos devotos, marujos e marujas de São Benedito,
em Bragança e em qualquer lugar.

Enfim, a todos os que a História me deu
e a todos a quem fui dado como historiador.

A João Batista Pinheiro, presidente da Irmandade da Marujada de São Benedito de Bragança, pela parceria em várias oportunidades, extensivos aos marujos e marujas que me aceitaram entre eles, com uma menção especial à memória de “minha” Capitoa Firmina Pereira de Sousa (dona Sinoca).

À Universidade Federal do Pará, o maior patrimônio educacional da Amazônia, nas estruturas em que sempre me relacionei, de modo especial, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na pessoa da professora Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci – nossa Coordenadora –, de meus professores Dra. Maria de Nazaré dos Santos Sarges, Dr. Pere Petit Peñarrocha, Dr. Aldrin Moura de Figueiredo, Dr. William Gaia Farias, Dr. Antônio Otaviano de Oliveira Júnior, Dr. Rafael Ivan Chambouleyron, Dra. Leila Mourão e à secretária do Programa, Srta. Ana Alice Vilhena do Nascimento, pelo empenho no pioneirismo do programa.

A todos os meus colegas da turma de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da UFPA, ano de 2004, que me incentivaram nas vezes em que o súbito medo de enfrentar a realidade imposta por vários fatores surgiu como obstáculo. A eles, devo menção honrosa e agradecimentos.

Às professoras Mariana Thereza Athayde Bordallo da Silva, por ter me engendrado nas leituras e na vida de sua família, em especial, perto da memória de seu pai e Iracilda Cunha Sampaio, por me incentivar com um inefável carinho ao meu trabalho como historiador.

Aos diretores, técnicos, professores e funcionários do Instituto Santa Teresinha e da Escola Luiz Paulino Mártires, onde desenvolvo minhas atividades profissionais e que tiveram a paciência de me perderem, por vários momentos, para dedicar-me aos estudos no Programa de Pós-Graduação em História da UFPA, em Belém.

Aos companheiros de luta e trabalho em Bragança, especialmente os amigos do LEO Clube de Bragança, nosso clube de serviço da juventude.

Em Bragança, Pará, dia 26 de setembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Aqui cabem os grandes méritos desses anos de estudo e de pesquisa, de uma convivência conflituosa entre os meus “eu”. O “eu” de São Benedito e o “eu” de historiador.

Primeiramente a Deus, razão de toda a existência e de toda a História.

À família Rodrigues, berço de minha existência.

A Dom Luís Ferrando, Bispo diocesano de Bragança, por nossas conversas, que me levaram a pensar e escrever sobre o tema. Em consequência, às pessoas de convivência religiosa que me ajudaram nessa lida, quase diária e em vários “dezembros”: padre Aldo Fernandes da Rocha, pela paternidade espiritual, e padre Gerenaldo Messias Bezerra de Carvalho, Vigário geral diocesano, pela experiência e acolhimento aos meus pensamentos e dificuldades.

Aos amigos Gérson Alves Guimarães Júnior, Kelly Batista da Silva, Klayton Luiz Campelo da Silva, Leila do Socorro Rotterdam Oletto, Marcelli de Cássia Monteiro Santa Brígida, Pedro Henrique de Jesus Santos, Rosa Eugênia Ribeiro de Sousa e Simone Maria Morgado Ferreira, por exatamente tudo o que são, que representam e porque estão aqui, juntos a mim, nas andanças pela vida, em nome dos quais agradeço a todos os outros.

A todos os meus professores e em especial, com muita gratidão, a professora Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes, que me salvou a vocação e o amor pela historiografia, por sua competência e qualidade incontestes, vitalidade e determinação, exemplo de vida, o que me colocou nos “trilhos da História”, sobremaneira diante daquilo que esteve sempre próximo a mim, tratando com zelo e carinho um guardião da memória e do passado.

Aos diretores e funcionários do Arquivo Histórico e Documental da Prefeitura Municipal de Bragança, do Arquivo Público do Estado do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Cúria da Diocese de Bragança do Pará, do Instituto Santa Teresinha, da Congregação das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha e do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Bragança, que nos momentos de pesquisa me ajudaram com a busca das fontes, em papéis às vezes impraticáveis, dadas minhas alergias e agruras físicas.

À contribuição dos comentários elucidativos e criativos dos professores, Dr. Raymundo Heraldo Maués e Dr. Aldrin Moura de Figueiredo, que debateram comigo várias questões e me situaram na pesquisa e construção deste texto.

Aos amigos Evandro Luís Glim de Oliveira, meu auxiliar na pesquisa e acadêmico de História da UFPA (2004), que copilou uma parte dos documentos e fontes que utilizei na escrita, à amiga de muitas lutas, derrotas e vitórias, a arquiteta Maria de Nazaré Lima de Freitas, que leu e corrigiu junto comigo toda a dissertação, ao amigo de sempre Mádison Vinícius Sousa Borges, acadêmico de Letras da UFPA (2002), que me ajudou não somente pela companhia e paciência, como na finalização da dissertação, a Justin Cory Feliciano Silva e sua mãe Rachel Wendy Silva, pela ajuda com a língua estrangeira e a Paulo Tarcísio da Silva Pinheiro, pelo melhoramento das imagens que ilustram esse trabalho.

“(...) os homens fazem [suas vidas], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim, nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado [e pelo mundo à volta deles]”.

(Eric Hobsbawn sobre Karl Marx, 2002)

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
LISTA DE FOTOGRAFIAS	13
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 Das imagens literárias na Memória, na Tradição Popular e no Folclore em torno do culto a São Benedito.....	25
2.1 Uma mostra da vida e da cultura em Bragança a partir de 1930.....	28
2.2 A memória da festa de São Benedito em Lindanor Celina.....	33
2.3 A tradição popular de São Benedito em Bruno de Menezes	42
2.4 O folclore da festa de São Benedito em Cezar Pereira.....	56
2.5 A influência de Eliseu Coroli na cultura de Bragança.....	66
2.6 Os barnabitas na festa de São Benedito.....	83
3 Das imagens e símbolos da Antropologia sobre a festa de São Benedito	92
3.1 Folclore e Antropologia sobre a festa de São Benedito em Armando Bordallo da Silva...	98
3.2 Poder eclesiástico: um outro cativo a ser vencido.....	110
3.3 Os significados rituais e Antropologia na festa de São Benedito em Dedival Brandão...	131
CONCLUSÃO.....	155
REFERÊNCIAS	169
LISTA DE FONTES	175
ANEXOS	176

RESUMO

Esta dissertação discute as imagens e representações encontradas na Literatura e as lutas pelo controle da cultura no exemplo da Festividade, da Irmandade e da Marujada de São Benedito, na cidade de Bragança, Estado do Pará, na Amazônia brasileira, a partir da década de 1930, no século XX. Analisando uma farta bibliografia nos temas Folclore, Memória, Tradição Popular e Antropologia, o estudo tenta explicar como se construíram as relações sociais entre os sujeitos históricos da Igreja Católica pela Prelazia do Guamá e da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, relacionando-os com o recurso literário e com os principais teóricos da historiografia, para entender o catolicismo popular e oficial em suas representações assim como os símbolos construídos no tempo, como elementos da História de tensão entre as idéias e regras de controle eclesiástico católico e a reação popular dos irmãos de São Benedito.

Palavras-chave: História Social, Cultura, Festividade de São Benedito, Bragança, século XX.

ABSTRACT

This dissertation discusses images and representations found in Literature and conflicts for the cultural control in the Commemoration, the Fraternity and the *Marujada* of Saint Benedict, in the city of Bragança, state of Para, in the Brazilian Amazon, since the thirtieth decade, in the 20th century. Analyzing a wide bibliography of the themes Folklore, Memory, Popular Tradition and Anthropology, the study attempts to explain how the social relations were built between the historic personages of the Catholic church through the *Prelazia do Guamá* and the Fraternity of Glorious Saint Benedict of Bragança, in relation to literary vision and the main theorists of historiography, to understand the official e popular Catholicism in their representations, as in the symbols made in time, as historical elements in fights between ideals and rules of the ecclesiastic catholic control and the popular reaction against it of the brothers of Saint Benedict.

Key-words: Social History, Culture, Commemoration of Saint Benedict, Bragança, 20th century.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – Altar-mor da Igreja de São Benedito, em Bragança (1905)	17
FOTO 2 – Lindanor Celina tocando violão no quintal de sua casa em Bragança	34
FOTO 3 – Um arraial de São Benedito, em Bragança (década de 1960)	49
FOTO 4 – Frente de Bragança, em imagem tradicional (década de 1950)	61
FOTO 5 – Marujas na festa de São Benedito, em Bragança (década de 1960)	66
FOTO 6 – Fundadores do Grêmio Bragantino, em Belém (década de 1940)	99
FOTO 7 – Armando Bordallo sendo reverenciado pela Marujada (1989)	105
FOTO 8 – Maruja e menino, pertencentes às famílias Rodrigues e Ferreira, tradicionais em Bragança, na festa de São Benedito, em 1968	130
FOTO 9 – Igreja de São Benedito, em 1937	137
FOTO 10 – São Benedito da Praia, em altar durante o ritual de Esmolação	139

1. Introdução

Situada numa planície à margem do rio Caeté, Bragança ainda guarda a tranqüilidade de lugar do interior. Ornada de palmeiras, que lhe conferem uma imponência peculiar, a frente da cidade mostra toda a majestade e sensação acolhedora dos locais onde os rios ainda ditam o ritmo da vida. Possui, ao Norte de seu território, belezas incomparáveis que brotam de um ecossistema em que se destacam manguezais e quilômetros de praias.

Seus primórdios remontam a 1613, sendo os franceses da expedição de Daniel de La Touche, os primeiros brancos a conhecerem a região do Caeté, então habitada pelos índios Tupinambás, a 08 de julho daquele ano. Sua história de Bragança remonta aos episódios envolvendo os objetivos da Coroa portuguesa de ocupação militar da Amazônia. Tal ocupação tornou-se necessária devido às numerosas expedições realizadas por franceses, ingleses e holandeses, no final do século XVI e início do XVII. O reino português decidiu, então, reagir contra esses invasores europeus, indignados com a predominância portuguesa e espanhola nestes domínios americanos. Houve batalhas contra eles e contra seus aliados índios.

De um lado, o rei de Portugal ordenou a expansão militar da presença portuguesa no espaço amazônico com vistas a proteger o território que estava sendo conquistado. De outro, a presença dos religiosos portugueses servia para reconhecer as riquezas dessas áreas, implementar a catequese, fundar povoações, que marcassem a sua posse no lugar e para explorar economicamente essas terras.

A rede hidrográfica abundante facilitou a penetração desses europeus na Amazônia e sua posterior fixação, com a conseqüente dizimação das populações indígenas, enquanto formavam-se povoamentos a partir do processo de colonização. Outro fato que merece destaque é a União Ibérica das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), que possibilitou livre acesso na conquista do território, quando ingleses e holandeses foram expulsos na primeira metade do século XVII. Neste sentido, quando da expulsão dos franceses do litoral do Maranhão, ficou decidido que os portugueses, após São Luís, deveriam seguir sua expedição militar até a região amazônica, procurando tomar posse efetiva da mesma.

Com a derrota dos franceses, em 20 de novembro de 1614, foi designado Francisco Caldeira de Castelo Branco, que regressava de Pernambuco trazendo reforços militares para efetivar o controle e o domínio das novas terras. Em 25 de dezembro de 1615,

na viagem rumo ao rio Pará, um dos braços do rio Amazonas, Castelo Branco adentrou na baía de Guajará, desembarcando à margem direita e fundando aí o chamado Forte do Presépio, que em 12 de janeiro do ano seguinte seria a cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, uma importante e estratégica conquista na região. Essa notícia da fundação de Belém deveria ser repassada aos luso-brasileiros de São Luís e a tarefa coube ao navegador Pedro Teixeira, que passou pelas águas bragantinas.

Com a fundação de Belém na desembocadura do Amazonas e com a conquista dos territórios antes encontrados pelos franceses no recorte litorâneo, foi permitido a eles o monopólio da navegação e, sem dúvida, um primeiro importante passo em suas ações de posse. O território da Capitania do Gurupy e do Caité era um dos entrepostos mais relevantes, pois estava na interseção entre São Luís e a Amazônia, e a retirada dos franceses de suas áreas frustrou as pretensões destes em fincarem suas colônias na América, permitindo a Portugal explorar o trabalho indígena e as riquezas naturais que passaram a ser objeto do mercantilismo lusitano.

Em 1640, já consta registro de uma “villa de Caité”, num documento português de “*Descrição de todo o Marítimo da Terra de Santa Cruz*”, de João Teixeira. Bragança ainda se viu envolvida numa disputa. Pertencente a Capitania do Gurupi, o Rei da Espanha, Filipe II, doou em 09 de fevereiro de 1622, o seu território ao Governador geral do Brasil na época, Gaspar de Souza. Onze anos depois, Francisco Coelho de Carvalho deu a capitania a seu filho, Feliciano. Reclamando a posse das terras junto à Corte de Madri, Álvaro de Souza, filho de Gaspar, ganhou a capitania de volta.

O primeiro núcleo populacional foi organizado pelos portugueses, que conquistaram o território a partir do primeiro núcleo da colonização na região do rio Caeté (ou Caité = *caa + y + eté* = mato bom, verdadeiro, na língua tupi), buscando firmar sua tentativa de dominação nas áreas de posse da união ibérica na América. De posse das terras, Álvaro de Sousa tornou-se um grande empreendedor fundando à margem direita do Caeté, o primeiro núcleo populacional, com o nome de Vila de Souza do Caeté. Por problemas de comunicação com Belém, Álvaro de Souza levou o povoado para a margem esquerda do rio, onde está atualmente a cidade de Bragança. O antigo povoado ficou conhecido como Vila Cuera, ou Vila que-era.

Em 1763, transformou-se em freguesia sob o nome de Nossa Senhora do Rosário. Com população maciçamente indígena, a freguesia ganhou impulso quando o Governador da Província do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou-a a

categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança. Trinta casais açorianos vieram para a vila, que graças à sua posição geográfica privilegiada, entre Belém e São Luís, ganhou importância política e econômica. E só em 1854, através da resolução n.º 252, de 02 de outubro, a vila tornou-se cidade, por determinação do Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião do Rêgo Barros, com o nome de Bragança.

Bragança é uma das cidades mais importantes da Zona Bragantina, referenciando-se pela população hospitaleira, o comércio, a agricultura, a organização socioeconômica e sua posição geográfica entre o Pará e o Maranhão. Antes da implantação da Estrada de Ferro de Bragança, em 1908, as relações com Belém e São Luís eram feitas através de viagens marítimas, demoradas e perigosas; ou então pela via do Guamá, onde metade da viagem era feita por terra, a pé ou a cavalo, a outra metade em embarcações, rio abaixo, até a cidade de Belém. Anos mais tarde, esse trajeto foi feito em pequenos navios da Companhia Costeira do Maranhão. Devido essa circunstância criou-se em Bragança uma sociedade estável devido às relações comerciais com a capital do Estado do Maranhão.

A população bragantina desenvolveu-se a custa dos três grandes elementos étnicos: o branco, o índio e o negro. A maior parte da população hodierna mestiçou com a indígena se integrando à civilização cristã, dando origem à população cabocla. A diversificação de hábitos materiais, espirituais e de um modo geral culturais, é uma conseqüência da miscigenação entre branco e índio, formando um outro padrão de vida. Elucida-se que, o elemento branco colonizador de Bragança, foi aquele constituído por trinta casais açorianos enviados pelo governador Mendonça Furtado. A população indígena era formada por elementos da nação Tupi.

A organização não somente da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, em 1798, mas de diversas outras confrarias leigas, como arma de resistência, cuja preservação de certo arcabouço cultural garante várias permanências até hoje perceptíveis e que seus agentes fundadores, considerados “subumanos” – para os brancos senhores, as brancas madames e a Lei dos brancos –, desqualificados para o trabalho da agroindústria que chegara com o tempo, sem terras ou educação primária, mantiveram-se presos às relações sociais caracterizadas pela dependência com relação ao senhor e ao clero católico.

Entre 1897 e 1900, verificou-se nova imigração de europeus, desta feita espanhóis, em número de 956 colonos, localizando-se na Colônia Agrícola Benjamin Constant, no distrito de Tijoca. O negro ofereceu sua contribuição com os traços dominantes da língua, costumes e credices. Nota-se também a presença de migrantes nordestinos

advindos para o trabalho nos seringais e nas demais regiões, como a do Almoço, Montenegro e dos Campos.

Foto 1: Altar-mor da Igreja de São Benedito, em Bragança (1905).



Fonte: Arquivo da Cúria da Diocese de Bragança do Pará. Parte integrante do Livro de Registros de 1926, sob a responsabilidade do cônego Luiz Borges de Salles.

Com o processo de expansão e urbanização, iniciado a partir de 1900, Bragança foi sofrendo a descentralização de sua população, com a construção de novas obras, acompanhando o surto de progresso que se estabelecera no município, o que deslocou para estes “novos bairros” a grande massa de nordestinos e colonos do interior. Tudo o que se destinava ao melhoramento das obras era gerido por um extenso, nem tanto eficaz, Código de Posturas Municipais.

Bragança instituiu uma sociedade baseada na educação portuguesa, o que influenciou nos hábitos, costumes e na vida social de seus habitantes, observando-se, ainda hoje, tais padrões nos casarões revestidos de azulejos importados, com aspectos nitidamente lusitanos, obviamente instalados nas áreas urbanas privilegiadas, fortalecendo o caráter de camada (ou classe) superior da sociedade. Pode-se observar que a cidade no começo do século XX era um município próspero, organizado, com um setor comercial que já alcançava todos

os ramos e estava prestes a ser ligada à ferrovia. Sua rua principal estava localizada onde hoje está o centro comercial, para onde afluíam as pessoas da cidade e do interior vender e comprar gêneros de todos os tipos.

Em todo o Brasil, na Amazônia, no Pará e em Bragança, as décadas do século XX foram cenários de vários movimentos sociais e culturais, muitos dos quais com grande alcance e penetração social, graças à ação da escrita, da imprensa e da preservação de fatos produzida por particulares e interessados pela História. Um desses movimentos foi, sem dúvida, o grande e rápido crescimento de Bragança na epopéia da extinta Estrada de Ferro.

Construída com a finalidade de escoar a produção agrícola da Zona Bragantina para o consumo da capital e das áreas com mão-de-obra ocupada na extração da borracha exportada para a indústria automobilística internacional, a Estrada de Ferro de Bragança, como meio moderno e regular de transporte, assegurava a exportação e valorização dos produtos da roça, o que contribuía para o surgimento de uma classe endinheirada, capaz de financiar nas décadas de 20, de 30, de 40, e de 50 uma elite intelectual produtora de jornais e revistas, criadora de grêmios e associações recreativas e culturais, tudo como reflexo da opulência agrícola e comercial, a refletir-se na fachada dos casarões.

A sociedade bragantina, formada antes por índios, padres e colonos, depois por senhores, escravos e também padres, passou a ser, na fase ferroviária (1908-1966), a sociedade de proprietários de plantação e de “sítios”, sociedade de trabalhadores, caboclos – os “caboclos do sítio” – que eram, na verdade, os mais autênticos portadores do rico folclore bragantino, da Cavahada à Marujada, do Boi-bumbá ao Xote, institucionalizadas pelas irmandades religiosas, enfatizando-se a do Glorioso São Benedito.

O aparato dos compromissos dessa irmandade e a complexidade de sua festa se devem à mescla da cultura negra com a cultura ocidental, teoricamente bem intencionada, já que se subentendiam para a época (séculos XVIII e XIX) a incapacidade do negro de fazer coisas e tomar atitudes que exigiam capacidade intelectual. Logo depois, os compromissos de constituição das irmandades passam por reformas católicas e de caráter político que “ajudam” o negro a se adaptar ao novo estilo de vida do final do século XIX.

O essencial da imagem do negro, herdada de suas origens, na sexualidade e sensualidade apuradas, na musicalidade da voz, na dança, no ritmo, na resistência à ordem social, nas louvações a seus santos e na criatividade usada para mitificar seus deuses em imagens de homens católicos, não foram características tão bem interpretadas pelas autoridades eclesiásticas, máxime com a organização, no início do século XX da Prelazia de

Nossa Senhora do Rosário do Guamá (hoje Diocese de Bragança do Pará), seja na constituição e afirmação da Irmandade como órgão e sociedade civil (conforme as leis civis) seja na sua condição de atuar como ainda como um instrumento de louvor e culto.

No seu auge ferroviário, essa sociedade integrava os lavradores, pescadores, comerciantes (enriquecidos com a evolução dos ciclos da borracha e da castanha-do-pará). Também doutores, médicos e advogados “aprovisionados” e outros que vieram graduados da capital. Homens ilustres chegam, tanto da capital quanto do Estado do Maranhão vizinho. Apareceram aí poetas, jornalistas fazedores de jornais e revistas, bem como uma incipiente historiografia local, como irmãos Bordallo da Silva, Coutinho de Campos e João Henrique de Araújo.

Depois do Lemismo do Laurismo, influenciaram a política bragantina o Baratismo e o Anti-baratismo. Das lideranças políticas dessa fase ferroviária, projetaram-se Augusto Corrêa (anti-baratista), Lobão da Silveira (baratista), que acabou senador pelo Partido Social Democrático, e ao qual caberia, como destino no Senado, fazer o apelo desesperado em nome de seu município e em nome da Zona Bragantina, contra o projeto de extinção da Estrada de Ferro de Bragança.

De uma maneira geral, os habitantes desse município mantiveram suas características gerais: povo provinciano e não apegado a interesses comuns, mas particulares, o que quase sempre se apresentou na falta de uma política pública de conservação do nosso patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e literário, na identificação e prática da cidadania, embora se diga viver no signo da História.

Vários fatores contribuíram para produzir essa nova “corrida” à História de Bragança, uma espécie de grande mosaico de todos os campos da experiência humana, como o percebemos na Literatura. Um desses fatores, e talvez o mais destacado, foi a excelente qualidade da pesquisa histórica produzida por muitos historiadores, com destaque, com ênfase, com técnica para as linguagens da História Social e Cultural, nos acervos documentais e bibliográficos mais diversificados.

A nossa História, com seus políticos, seus trabalhadores, seus guerreiros, suas intrigas e suas cortesãs, com datas, endereços, fatos, com moldes e recortes temporais diferentes dos praticados nas apologias, revelou a interessante e nada monótona história da sociedade bragantina. Dessa forma, como resultado dessa pesquisa, passamos a ter diante de nós quadros de reflexão da riqueza histórica, dilatada e profunda, em que nos identificamos como sujeitos, posto a sermos, internamente e exteriormente, um espelho da sociedade.

O compromisso deste estudo é traduzido, em última análise, pelo que se pretende ser mais um triunfo da memória sobre o esquecimento, para que se possa desenvolver um aprendizado que vede a possibilidade de repetirem-se experiências fracassadas, mas uma aprendizagem construtiva. A maior qualidade dessa aprendizagem, acredita-se, é transformar esse material num instrumento de democratização de nossa história, para o acesso a um bem cultural construído com paixão e competência.

Por maior que seja a quantidade de fatos que nos vincule – eu e o tema – nesta pesquisa, cabe aqui deslocar o holofote de minha atenção para iluminar uma outra perspectiva: a de perceber nas fontes e na literatura ao redor da mágica Festividade de São Benedito em Bragança o colorido da Marujada, sua história e suas memórias.

O retorno à Universidade Federal do Pará foi também uma oportunidade para a reconstrução de nossa identidade profissional, para a valorização e maior reconhecimento dos estudos históricos no ambiente desafiador da Amazônia. Refletimos todo o aprendizado em nossas práticas profissionais e posturas sociais, enfrentamos novos desafios e questionamos muito os saberes de nossos conterrâneos. A angústia também foi grande, dada a responsabilidade assumida com o Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e com nossa orientadora por sua abordagem crítica e reflexiva.

Na festa e na dança, na Literatura e no Folclore foram definidos alguns dos significados mais perenes da Marujada, de uma sociedade de frente para o rio, deixando de ser simples ficção e partindo para fatos da experiência humana, experiência essa que faz pontes entre livros e a vivência de sujeitos que perceberam suas vidas transformadas e construídas simplesmente numa cidade ribeirinha.

Daquilo que estava no senso comum ao produzido academicamente, o que me faz incluir os relatos folclóricos, é interessante se notar que esses livros e autores consideram a festa de São Benedito como um local de encontro entre os sujeitos sociais, aproximando-se muito da gênese das características que definiriam o adjetivo bragantino, sua gente, sua cidade e seus aspectos sociais e culturais.

A primeira parte é constituída pelo estabelecimento de relações entre o folclore sobre a festa de São Benedito, seja numa Literatura até conhecida e em uma historiografia pouco criticada que tiveram na festa e na Marujada um tema, referência ou inspiração. Assim, mais do que a disposição do tema em literatos e acadêmicos, levamos em consideração estes textos como referencial teórico produzido, já que a exigüidade de fontes exige a procura de

uma compreensão mais elaborada sobre a cultura produzida em prol da divulgação de seus valores.

Refazendo caminhos traçados por personagens de uma história ainda não contada, podemos perceber que os acasos nos revelaram muito mais que simples coincidências. A Irmandade beneditina, marginalizada, relegada a uma abordagem folclorizante, usada nesta análise para designar algo que é objeto dos folcloristas, reservado a um passado distante e imóvel que estaria ainda impregnado na cultura popular praticado por pessoas geralmente residentes nas áreas rurais dos grandes centros urbanos.

As irmandades tiveram no século XX momentos que se alternaram entre o prestígio junto ao Estado e à sua comunidade, substituindo-o em funções teoricamente da alçada do poder público, como a assistência social e a educação, e momentos de repressão, controle, subordinação e apropriação por parte de autoridades eclesiásticas. Contudo, não se entregaram sem resistir, utilizando-se das mais variadas táticas, re-significando o próprio discurso de sua repressão.

Passamos a apresentar alguns vestígios deste tempo em que o espírito associativo era largamente difundido e de certa forma divulgado na sociedade. Tempo em que as Irmandades ocupavam um papel social importantíssimo na vida coletiva de pessoas comuns, moradores de Bragança que vivenciaram práticas de fé naquilo que elas podiam proporcionar de mais imediato: a salvação, um bom enterro, uma promessa alcançada ou uma concorrida procissão.

O texto se encontra disposto, fundamentalmente, na aproximação com aquilo que se escreveu sobre a Marujada de Bragança na Literatura, cruzando com as fontes escritas para, em seguida, trabalhar com a historiografia sobre o culto e devoção beneditinos e que por muitos anos me deu o nome, me chamou a atenção e “me colocou debaixo do andor de São Benedito”, expressão pessoal utilizada para definir os laços de identificação dos sujeitos do historiador com a festividade, tendo como alvo principal o folclore.

Uma das influências descobertas na Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), sem dúvida, foi a de Edward Palmer Thompson, que nos apresentou a principal tendência de seu humanismo: o estudo da diversidade dentro da História. Na mesma, faz-se referência à procura pela experiência de cada um dos sujeitos, coletivos ou individuais, sendo que esta, e ainda a individual, é central no seu próprio projeto historiográfico e no despertar da consciência das pessoas para a ação efetiva na sociedade.

Para isto, foi necessário o reconhecimento de um passado em comum de convenções e de rebeldias, neste caso, contra os domínios da religião oficial a partir da década de 1930 do século XX. Para sua superação, seria necessário resgatar uma série de tradições e valores que dariam sentido a essa consciência em comum do bragantino, o que lhe identificava com Bragança, seus costumes em comum.

Nos acervos documentais da Prefeitura Municipal de Bragança (Arquivo Histórico e Documental), nos da Cúria da Diocese de Bragança do Pará e do Instituto Santa Teresinha, nos livros em poder da própria Marujada de São Benedito e através de contatos para compilação de dados em acervos particulares, nosso trabalho delegou muito tempo e grandes esforços, inclusive com o enfrentamento com os representantes da Administração Municipal que não permitiam a entrada do historiador no arquivo e o debate por motivo da expressão de idéias divergentes das suas opiniões políticas e ideológicas particulares.

Após esse levantamento, pautamo-nos na problematização dos mesmos e na intensificação de leituras teóricas e historiográficas. O cruzamento entre esses dados, informações dispersas em acervos particulares, no variado corpo documental do trabalho foi de fundamental importância para um maior potencial explicativo e construtivo da dissertação, como também o constante diálogo com outros trabalhos relacionados à história dos conflitos entre religiosidade popular e oficial, como nesse caso. É lógico que algumas fontes tiveram de ser avaliadas em maior ou menor grau na constituição de explicações acerca do conflito, que se remontou no principal objeto de estudo.

Para tal, foi importante demarcar o lugar social de dois dos meus muitos entrevistados, cruzando os dados de suas lembranças e discursos, do bispo emérito de Bragança, Dom Miguel Giambelli (aos seus 86 anos) e de João Paes Ramos (com 84 anos), acerca do saudosismo de Bragança antiga e das características da cidade naquela época, além da fala de marujos e marujas mais antigas pertencentes ainda ao quadro da Marujada de São Benedito. Entre as estratégias que envolveram os lados – da Igreja e da Irmandade – emergiram nos interstícios as representações e idealizações sobre a parte religiosa, o culto, a própria festividade e a inserção desses sujeitos no tempo e espaço da mesma. Essas entrevistas foram feitas em período anterior à construção do projeto para o mestrado, sem que os entrevistados tivessem um roteiro de perguntas pré-estabelecido. Prezou-se pela escolha de uma entrevista semi-estruturada, sem que perguntas “pré-fabricadas” pudessem atrapalhar a coleta de variadas informações e imagens acerca não só do tema que trazemos à baila, mas de um cotidiano maior.

Essas memórias de pessoas que ainda vivem em Bragança, associadas aos documentos, constituíram-se em curiosas e ricas fontes. Alguns discursos, reunidos em entrevistas gravadas com munícipes sobre o conflito entre a Igreja e a Irmandade foram entrecortados pela riqueza de detalhes descritivos de uma gama de situações sociais e de envolvimento afetivo e devocional com São Benedito.

Tivemos, por essas memórias, acesso à composição da festividade beneditina, da religiosidade e das demais festas religiosas da cidade durante a primeira metade do século XX, e até mesmo das preferências e predileções a respeito do processo que envolveu os dois lados. Um cuidado e um olhar crítico em torno dessas narrativas foram necessários, baseando-nos em referenciais teóricos que cumulariam os conceitos de experiência, circularidade cultural, representação e imaginário do que foi vivenciado e do que precisava ser historicizado, como as leituras de Edward Palmer Thompson, que foram apresentadas em conjunto pelos colegas da Linha de Pesquisa Trabalho, Cultura e Etnicidade, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA).

A obra de Thompson, largamente, produziu em sua época mais confusão do que esclarecimento, e talvez seja, justamente esta falta de clareza, o que lhe conferiu o caráter de texto obrigatório na História Social e ainda, entre os historiadores que se propuseram revisá-la. O uso imaginativo da linguagem e, principalmente, a sua riqueza de idéias parecem ter conseqüências, e mesmo o questionado conceito de experiências continua parecendo atrativo para aqueles que se opõem às concepções aparentemente consolidadas por seu autor.

Espera-se que este estudo sirva como contribuição não só aos estudos de natureza histórica, como também com aqueles ligados às compreensões de cultura e de folclore acerca do tema, um material que se constrói a cada dia e a cada leitura. Mais ainda, creio ser possível que essas reflexões possam ser úteis para a construção de outros capítulos que não estarão escritos nesta dissertação.

Esse resgate do passado, na multiplicidade de suas experiências, é uma tentativa de re-valorizar as perdas dos grupos subalternos, rememorando a importância das posições históricas, valores e tradições que se transformaram em instrumentos para compreender conflitos e processos, e que apesar das sérias e duras intervenções de agentes históricos externos e que foram absorvidas pela experiência social contínua, não podem ser nem esquecidas nem abandonadas, como já sentimos diante do portentoso patrimônio cultural que Bragança é possuidora.

Enfim, pretende-se que este estudo possa colaborar para tornar mais efetivo meu esforço de desvendar as dimensões de uma sociedade como a bragantina, tendo como palco de re-elaborações todo o culto dedicado ao Santo que em Bragança é comemorado como parte de sua cultura. E cantamos juntos.

*“Vou fazer uma canção
Em louvor ao Santo Preto
Canta povo bragantino
Bendito, oh! Bendito
Quando chegar dezembro
Qual é o santo que está no andor?
É São Benedito, com Nosso Senhor*

*Marujada de São Benedito
Em louvor ao protetor
Vem vestindo azul ou vermelho carmim
Na festa, no barracão
Dança xote, mazurca e chorado
Nos duzentos anos de louvação
Mas fico mesmo encantado
Quando dança retumbão.*

SOARES Júnior, Luís Maria de Jesus & SILVA FILHO, Edu Nonato da. *Marujada de São Benedito* (1998), em comemoração aos seus 200 anos.

2. Das imagens literárias na Memória, na Tradição Popular e no Folclore em torno do culto a São Benedito

“Marujada ficou nas minhas lembranças, mais, muito mais que certas gentes, episódios, paisagens daquele tempo. Quantos anos não a vejo?” (Lindanor Celina, em Menina que vem de Itaiara).

Em todo o Brasil, na Amazônia, no Pará e em Bragança, as décadas do século XX foram cenários de movimentos sociais e culturais, muitos dos quais com grande alcance e significado, graças à ação da escrita, da imprensa e da preservação de fontes e narrativas produzidas por estudantes entusiastas, folcloristas e acadêmicos das Humanidades.

Para recuperar a trajetória humana em torno dela, coube-me nesta primeira parte enfrentar um problema central: o folclore em seu entorno. Um folclore do “quase-verdade¹” ou até de nenhuma verdade. São depoimentos, recortes, imagens que permitem um reencontro com a imagem sobre a Festa de São Benedito, sobre a Marujada e sobre os sujeitos sociais que se tornaram, não obstante a missão da literatura, seus personagens principais e coadjuvantes. Talvez mais. É um barracão que se abre para que dancemos com centenas de marujos e marujas, a acotovelarem-se entre nós.

O estudo de tradições vistas no campo do folclore evoluiu para a análise dos costumes e culturas², do oral, do folguedo e do auto dramático, como é o caso pretendido para a Marujada de São Benedito, manifestação de influência africana que acoplou heranças de costumes indígenas em Bragança. É sobre os passos dessa seqüência de imagens construídas que esta investigação se coloca.

É fato consagrado nessas versões o *modus vivendi* do bragantino na célebre e tão pouco conhecida história da devoção a São Benedito, a máxima representante do folclore e da cultura³ bragantina. Dessa forma, como resultado de pesquisa e de fundamentação teórica, o

¹ Utilizamos o termo para ler o “quase-verdade” na contemporaneidade, avaliando a tentativa de apreender o tempo pela memória, literatura no registro folclórico, sem o traço da diferença e da semelhança, um folclore que de certa forma acomoda rastros e seleções da memória, capturam experiências e fatos espalhados, desorganizados e perdidos no tempo de quem os viveu, pela subjetividade da literatura.

² Vários exemplos podem ser retirados das elucidações de DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, em especial os capítulos V e VI. Outras referências podem ser vistas em THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 227-267.

³ No que se refere ao conceito de cultura, chama-nos a atenção Thompson: “não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir

leitor passa a ter diante de si uma imagem seletiva da visão sobre a riqueza histórica da Irmandade e da Marujada de São Benedito de Bragança.

O que tento repassar são imagens construídas na perspectiva folclórica, elaboradas na relação entre história, memória, tradição popular e antropologia, e que me permitiu constatar o quanto é universal o sentimento e a representação da cultura bragantina, da qual a Irmandade e a Marujada do Glorioso São Benedito de Bragança são referenciais importantes sobre o “Santo Preto”⁴.

Integrados, ao menos, em alguns eventos que envolvem o ciclo de São Benedito em dezembro, e ainda no mesmo perfil do catolicismo, em Bragança essas leituras projetam linguagens específicas no quotidiano de parte dos bragantinos, católicos ou não, com conotações muito fortes para o caráter profano, ou sagrado popular, emblematizados em alguns signos como o arraial, a dança, a bebida, a festa, onde os contrastes são bastante evidentes, desde a posição econômica⁵ dos participantes até a distinção de hierarquia dentro do ambiente do sagrado eclesiástico, seja na procissão, seja na reza em latim arcaico.

Assim, são grandes as dificuldades para se localizar informações escritas sobre festas populares. É mais fácil encontrar referências⁶ a proibições de todo tipo, que revelam a preocupação das autoridades civis e eclesiásticas em não permitir a consignação de práticas consideradas como perturbadoras da ordem social e religiosa que fundou uma sociedade tipicamente provinciana e com fortes conotações religiosas e pudores, sem ousadias ou rebeldias.

Dando prosseguimento ao estudo em que se insere a temporalidade trabalhada acerca da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (doravante IGSBB), o principal mote deste capítulo não é partir do pressuposto inicial de que a interferência de uma ordem religiosa tenha afetado ou tampouco destruído as manifestações do catolicismo popular. É demonstrar, a princípio, que ambos os projetos, o da Igreja Católica e o da IGSBB se chocaram quanto ao aparecimento de uma nova ordem religiosa, tanto em nível local quanto

ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume sob formas específicas das relações sociais e de trabalho” (THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.22.).

⁴ Termo pelo qual é conhecido São Benedito, pela Igreja Católica, Santo Negro ou Benedito, o Mouro.

⁵ Segundo E. P. Thompson em *Costumes em Comum* não se pode tirar o aspecto econômico da perspectiva de história social, no risco de não se mostrar aspectos importantes para a definição de sujeitos históricos, análises pertinentes da metodologia do autor e resposta da historiografia ao desafio de uma leitura marxista renovada (de Thompson) entre a perspectiva estrutural e a experiência particular.

regional, com a administração dos Padres Barnabitas pertencentes à Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo.

Entre esses fatos, procurei também expor alguns outros cenários de Bragança, trabalhados a partir de um conjunto documental vasto em sua tipificação. Desde artigos jornalísticos pesquisados sob a proibição que me foi imposta devido a posicionamentos ideológicos até os livros de tomo da Diocese de Bragança, essas fontes podem debater a cidade, o pensamento sobre ela e a chegada dos Padres Barnabitas com uma maior expressão factual dada por mim.

Faz-se necessário lembrar que a reprodução mera e simples de discursos ou à guisa dos debates entre eles, assim como a descrição da vida de alguns sujeitos, este capítulo tem como cerne dar uma visão da cidade sob o ponto de vista da sua sociedade, do pensamento social sobre o aspecto local. E o título lembra o quanto a festa de São Benedito pode estar associada a duas características: a primeira, lembrando o laicato e o predomínio religioso sobre a população e o segundo a ligação da festa com os interesses de seus sujeitos, sejam os padres os ou leigos.

Não se pode reduzir a história recente de Bragança à intervenção religiosa que modificou vários aspectos desde a religiosidade e a educação, as obras arquitetônicas e humanas idealizadas em gabinetes de administradores religiosos – bispos e padres – e é a partir disso que essas discussões revelam interesses antagônicos, às vezes comuns e condescendências entre eles, em algum tempo específico.

Essa intervenção está relacionada aos projetos da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo – padres barnabitas – a partir de um desmembramento do território da antiga Arquidiocese de Belém, sendo a eles confiada sua administração.

Essa postura de intervenção e de valorização de outras festas religiosas e da sua repercussão geraram o conflito entre os sujeitos que defendiam os padres e dos que estavam ao lado dos representantes do laicato, seja na Irmandade de São Benedito, seja nas demais irmandades, desorganizadas ao longo do tempo pelos próprios padres e das festas que foram disciplinadas a partir da visão religiosa imposta com os decretos do Concílio Plenário Brasileiro.

⁶ O acervo das fontes documentais, dispostos nos capítulos desta dissertação, pode ajudar a melhor visualizar as restrições a que foram submetidas a festa e a Marujada de São Benedito em Bragança, especialmente a partir da década de 1930.

Na cultura bragantina e amazônica este folclore dispôs uma necessidade de afirmar-se, considerando o povo e suas tradições como de herança cultural européia, etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciada por índios e negros⁷. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização dos espaços onde aconteciam as festas religiosas, como se pontuará adiante.

2.1 Uma mostra da vida e da cultura em Bragança a partir de 1930

A vida cultural em Bragança nos idos anos 30 era repleta de sujeitos, fatos e um pulular de eventos. Não obstante, a existência de diversos impressos, jornais e revistas⁸ que circulavam na cidade dava a tônica de uma sociedade que, auspiciosa, delirava “em cima dos trilhos do trem” o progresso e a desenvoltura de parte de sua população e elite política.

É variado o acervo jornalístico do período que constata a pluralidade de relações sociais no âmbito da cultura e com o objetivo de formar o que diríamos ser hoje o germe da tão propalada “bragantividade” e da principal característica do povo de Bragança: a hospitalidade e a cordialidade de interioranos.

Os relatos perfazem um caminho descritivo do que era a cidade no período estudado, por exemplo, nos jornais, que não inspiravam somente o aceite de uma vida regular, mas os riscos da convivência social ameaçada pela marginalidade, que chegava a pinchar prédios com carvão, giz e outros pigmentos, descrevendo um corpus social plural e cheio de controvérsias e dissabores.

O Jornal do Caeté de 22 de janeiro de 1933 reconstituiu um pouco do cotidiano da cidade, pelos frutos de uma mangueira.

⁷ Uma leitura interessante sobre a influência cultural do ambiente pode ser obtida em DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico da Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989. Outra leitura poder considerada, como em CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, especialmente no *Capítulo I – Sobre a autoridade etnográfica*, p. 17 a 62.

⁸ Fazemos menção especial à circulação da *Revista Bragantina*, em três edições, publicada nos anos de 28, 30 e 31, sob a chefia dos irmãos Bordallo da Silva (Armando e Bolívar), já que pertencia ao Grêmio Estudantino, órgão fundado por eles. Na década de 50, ela torna a circular com mais uma edição, desta vez com a organização de Jorge Ramos, Luiz Paulino dos Santos Mártires e Quintino Leão. Outro meio de circulação foi o *Almanach*, dos irmãos Bordallo da Silva, que foi publicado ente 1937 a 1940. Esses periódicos traziam amenidades e uma série de informações que compuseram uma faceta da imprensa bragantina no início do século XX.

“As mangueiras bragantinas, attestando a uberdade do solo, no inicio do anno e com a chegada do inverno, estão apezadas de fructos e sazoados, em cachos magníficos que agradam a vista e se tornam a decoração deliciosa da cidade. Infelizmente, se as mangueiras alinham a urbs, os que saboreiam os frutos, numa indiffereça criminosa pelo asseio das ruas, atiram as cascas e caroços no solo e nas sargetas, afeiando as artérias que as chuvas de inverno estão levando. Pena é que assim seja Aquelle que se alheia da limpeza da terra em vive, e não póde ser cuidadoso nem zelar o abrigo em que reside.”

Uma cidade nascente sob o limiar do trem, da Estrada de Ferro, de um comércio diversificado, com um ajuste de posturas adequado ao tempo e que já se percebia atos de violência, em seus principais patrimônios. Essa violência é inclusive registrada em pormenores, dos quais não nos detemos aqui, como no exemplo do livro de Ofícios da Prefeitura de Bragança, demonstrando ares de uma concomitante insegurança.

“Bragança, 5 de Novembro de 1932

Off. N. 141

*Illm. Snr. Capitão Delegado de Policia
Bragança*

Em vista dos factos ocorridos hontem a noite na Estação da Estrada de Ferro, recomendo a V.S. mandar ficar, em guarda a disposição do Agente Chefe da Estação da referida Estrada, que alli permanecerá enquanto for necessário.

Solicito-lhe ainda ter em vista que, dado o fechamento da luz publica as 11,30 da noite, providenciar para que a Cidade seja policiada por uma patrulha nocturna que será rondada pelo commissário e respectivo escrivão ou da melhor forma que V.S. julgar conveniente.

É também de encarecer que o guarda escalado para o serviço do mercado alli se apresente a hora sua abertura, permanecendo até que aquelle departamento estadual encerre o seu expediente.

É também conveniente que um guarda policie diariamente a cidade, percorrendo o litoral, vias publicas, bocas de estradas e ruas mais afastadas.

Com particular estima. Cordiaes saudações

*(a) Dr. João Rodrigues Coelho
Prefeito Municipal”*

E que também presenciava o vandalismo característico do fenômeno de sua expansão urbana desordenada, dos que em busca de emprego acabavam por ficar nas cercanias consideradas periferia para a época⁹.

“Off. N. 276

*Illm. Snr. Coronel Delegado de Policia
Bragança*

Estando esta Prefeitura empenhada em dar à nossa cidade uma feicção nova, trabalhando com afínco para o seu embelezamento, construindo, reconstruindo e concertando, no que, com grato prazer vem sendo ajudado pelos proprietarios urbanos nas pinturas de suas casas e predios, é de lamentar no entanto que desocupados riscando com carvão, giz e outros, as paredes e passeios que acabam de ser pintados e concertados, escrevendo mesmo palavras immoraes.

A lei municipal nº 302, de 5 de dezembro de 1925, em seu artigo 65, Tet B – Prohiba expressamente essa pratica, pela que venho solicitar a V.S. os seus bons officios e energica acção, fazendo punir todo aquelle que for encontrado em tão malvado serviço. Um policiamento severo principalmente a noite, certo estou dará bom resultado.

*Com os meus protestos de alta estima e apreço.
Cordeas saudações*

*(a) Dr. João Rodrigues Coelho
Prefeito Municipal”*

Para ilustrar ainda mais a cultura bragantina na década de 1930, nessa abertura ao impulso urbano e pelo sacudir da urbanidade, a partir, claramente, de uma influência da via férrea, na gestão do intendente Waldemar Oliveira, pelos anos de 1933, a administração pública foi comunicada de que “uma esquadrilha da aviação militar, em viagem para Belém, inaugurando o início de uma linha aérea militar, (faria) escala em Bragança, onde um técnico teria escolhido o local”.

Depois da escolha do Campo de Pouso, no local denominado Lontra, de propriedade do coronel Nazeazeno Ferreira, o governo passou a preparar a área para aterrissagem das aeronaves. E isso iniciou em janeiro de 1934, onde turmas de braçais foram empregadas e daí por diante, nas administrações de Lobão da Silveira até Luiz Paulino dos Santos Mártires, quando houve a conclusão da empreita. Após a visita de um representante da

⁹ Recente trabalho do autor desta dissertação pôde comprovar, através da análise minuciosa dos códigos de postura e de mapas da época, que o território da cidade de Bragança se expande desordenadamente para a direção oeste, em função da localização da estação da extinta Estrada de Ferro de Bragança. O conteúdo deste estudo serviu para a elaboração e construção do Mapa Temático de Evolução Histórica, em poder da Prefeitura Municipal de Bragança e parte componente do Plano Diretor Participativo do município.

Escola de Aviação, que achou conforme o Campo de Pouso, teve-se anunciada a passagem do aparelho militar.

Em julho de 1935, quarta-feira, às onze horas, a população bragantina é surpreendida pelos ruídos do bimotor WACO-C-20, de porte militar, que sobrevoava a cidade com evoluções sobre o Campo de Pouso. No dia seguinte, muitos populares foram ao local para constatar a novidade.

Ainda como reminiscências culturais temos a grata satisfação de noticiar a construção do marco em homenagem à Cabanagem, construído no bairro do Alegre pelo prefeito Augusto Corrêa, que baixou dois decretos, o de nº 53, datado de 27 de abril e o de nº 61, de 14 de maio, ambos de 1936, para lembrar o primeiro centenário da tomada de Ourém dos cabanos pelas tropas enviadas de Bragança, implantando naquela vila o regime legal¹⁰. A data da inauguração, 28 de maio, foi festejada como feriado local, para marcar o fato histórico e criar um clima de memória sobre bragantinos que lutaram na batalha cabana de Ourém.

Uma sociedade que temia as represálias de supostos e inexistentes envolvimento com teorias de cunho totalitário. Uma sociedade que se expressava através dos informativos e meios jornalísticos e com demasiado provincianismo se formou concomitante à entrada dos barnabitas, que educaram boa parte de seus membros na obediência e na disciplina, no Colégio Santa Teresinha ou por meio de homilias e discursos.

Atentamos ao fato impresso no Jornal O Bragantino, de 25 de janeiro de 1942, numa declaração de Odilon Rotterdam.

“Declaração Oportuna

Declaro, a bem da verdade que, brasileiro nato como sou e idolatrando o meu Paiz, estou, desde de que a palavra de ordem do nosso digno presidente Dr. Getúlio Vargas se faz sentir, ao lado das diretrizes apontadas a todos os brasileiros, por S. Excia desaparecendo, por completo as simpatias que pudesse ter por paizes em contenda, na presente guerra.

Esta declaração, espontanea e datada, por minha consciência de compatriota e feita para evitar prováveis misérias de gratuitos inimigos que eu possa ter e que tentem, numa vingança mesquinha, envolver meu nome como adêto de organizações extremistas cousa que nunca adotei e jamais acotarei.”

A Igreja Católica e a Prefeitura de Bragança mantinham um amigável relacionamento já que o elaborado plano para o controle social de ambas as partes era

marcante e notadamente disfarçado entre obras e ajustes comportamentais. Padre Eliseu e seus correligionários dão um claro exemplo disso.

Já se tem notícias da chegada, em 1939, das Irmãs do Preciosíssimo Sangue a Bragança, para servirem como auxiliares diretas do missionário barnabita no trabalho educacional no Colégio Santa Teresinha e com os doentes pobres. A Ação Católica e diversas agremiações religiosas já são registradas por Eliseu Coroli no Livro de Tombo, em 31 de dezembro de 1939. Deste modo, e com as diversas obras físicas que programou, Eliseu Coroli marcou a vida da sociedade bragantina como um dos seus maiores articuladores.

A festa de São Benedito era acionada como o principal momento de inversão social e de demonstração de uma fé perene na figura de um santo um tanto marginalizado por parte da hierarquia católica: São Benedito. E foi lá que os egos de muitos bragantinos e dirigentes da IGSBB se insuflaram contra o domínio dos padres.

A teologia dos barnabitas era uma forma de alicerçar a moral para dominar a sociedade local. É evidente que esse discurso dos padres não visava tão somente o controle sobre a devoção popular a São Benedito, mas sua pasteurização a exemplo do que já acontecia com a Festa de Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora do Rosário, onde figuravam diversos diretores oriundos dos grupos e agremiações pastorais controladas pelo poder do bispo italiano. Observamos o Livro de Tombo da prelazia, onde um de seus relatórios fornece informações sobre as obras em andamento.

“Obras em 31.12.1939 – Bragança: 7 Irmãs do Precioso Sangue – Colégio Santa Teresinha com cursos primário e normal equiparados – dispensário para doentes pobres – Grêmio de Ação Católica – várias associações religiosas.”

Bragança dá uma resposta silenciosa a Dom Eliseu Coroli quando parte da sua elite social, que o apoiava em questões políticas e administrativas, resolve iniciar um jogo de poder na única festa em que a relação de controle entre o laicato e a hierarquia católica demonstrou maior tensão.

Era nessa festa que o povo bragantino cultivava sua principal manifestação, como que “carregando” o Santo pelas suas ruas por tradição, respondeu não ao Bispo italiano e conseqüentemente à influência do seu controle sobre a festa popular. Estavam lançadas as

¹⁰ Em Ourém, os cabanos lutavam para tomar conta da Vila, com resistências por parte dos fiéis a Luiz Francisco da Rosa. Estes, vendo que a qualquer momento a cidade seria dominada pelos rebeldes, recorreram a Bragança.

bases do que na década de 60 se tornaria o principal e mais comentado processo judicial entre o culto popular e a hierarquia católica.

Já foi dito que uma das principais tarefas do historiador é desfazer as teias do silêncio. É dar um sopro vital a sujeitos e vozes de um passado encoberto pelas tramas secretas e artimanhas da História. É não deixar que estes sujeitos se transformem em simulacros de deuses mortos, objetos de um futuro incerto que os reservam apenas o lugar do excêntrico.

Neste sentido, como afirmou Martha Abreu, se a História está cheia de exemplos de discursos sobre a decadência das festas, procissões e seus organizadores (as irmandades), cabe ao historiador explicar por que certos sujeitos, em determinadas épocas, produziram estes discursos. Será que em algum momento do passado esta festa religiosa e seus protagonistas haviam sido exemplares e perfeitos, mesmos nos discursos, logo nesta terra de tantos “donos de São Benedito”?¹¹

2.2 A memória da festa de São Benedito em Lindanor Celina

“Ficávamos por ali (...) um bom tempo, depois – ô alívio – íamos ver a marujada. Aí, sim, eu esquecia tudo. Eram os únicos momentos realmente bons da noite”.

Bragança, cidade da Marujada e de São Benedito, das palmeiras imperiais. Algumas imagens passam na lembrança e na memória de Lindanor Celina ao traçar, biograficamente, na trajetória de *Menina que vem de Itaiara* a sua própria, fazendo do cenário beneditino uma das imagens que lhe foi mais cara nas experiências e memórias na obra retratadas, para acatar a idéia de uma valorização exacerbada do adjetivo bragantino.

O romance é, além de tudo, um relato da memória, autobiografia da autora, encarnada na sua protagonista central, Irene, que relembra sua vida em Itaiara (Bragança) desde os quatro anos de idade, quando sai com sua família de Buritizal (Castanhal). Nela, Lindanor Celina – ou Irene – viveu sua infância e adolescência, e ao partir para Belém, ganhou o mundo, indo parar na França, onde estudou na Universidade de Nancy e na Universidade de Sorbonne. Dedicou-se ao ensino de literatura luso-brasileira na Universidade

¹¹ ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

de Lilly III, a maior e mais importante do norte da França, ficando lá até seu falecimento há três anos, mas sem nunca ter esquecido um de seus lugares.

No debate mais cabível neste momento, a literatura serve como referência para a análise do historiador, incorporando a experiência social que é o seu objeto de estudo, como fonte de história¹². Lindanor Celina (e até mesmo seus críticos) convence de que essa era a imagem de Bragança e seu arcabouço cultural (precisamente na festa de São Benedito) que ela deveria mostrar ou para onde se podia suscitar maior atenção. Uma postura de quem escreve as memórias no início do século e que sua própria experiência serve de inspiração para este romance.

Uma riqueza impressionante de detalhes, ao descrever a Bragança – ou Itaiara – das décadas de 30 e 40 do século XX, suas festas, tradições, brincadeiras, comércio, arquitetura, num caráter de verossimilhança à narrativa, parece-nos levar a Bragança da época. Com uma observação muito enérgica, a Irene de Lindanor relata os folgedos, as aventuras, as proezas e as travessuras que vivenciara no período.

Foto 2: Lindanor Celina tocando violão no quintal de sua casa em Bragança



Fonte: TUPIASSÚ, Amarílis; PEREIRA, João Carlos; BEDRAN, Madeleine. (orgs.) *Lindanor, a menina que veio de Itaiara*. Belém: SECULT, 2004. p. 29.

¹² Ver em FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Letras Insulares: leituras e formas da história no Modernismo brasileiro”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de História Social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998. p. 301.

O mais interessante é que este poder de envolvimento e desenvolvimento de uma forte tensão na narrativa torna o enredo apaixonante. A tentativa de recuperar, com o auxílio da memória, uma forma simples de falar, de escrever e ao mesmo tempo o refinado poder de persuasão de quem passou, como a autora, uma parte da vida dedicada à academia.

Quando Lindanor estreou no romance, com a escrita de *Menina que vem de Itaiara*, nos anos 60, já se fazia conhecer como cronista de grande repercussão, pela sua atuação jornalística e desbravadora de matérias que incluíram até personalidades famosas dos meios literários paraenses, nacionais e internacionais. Em sua casa, recebia grandes expressões da literatura, como Dalcídio Jurandir, que teve acesso, muito surpreso, a seus escritos por meio da coluna “Minarete”, do Jornal “A Província do Pará”.

Lindanor encanta o leitor, como a escritora Maria Lúcia Medeiros, “com o gosto bom da terra brasileira, as gentes do norte, a vida das cidadezinhas do interior”¹³.

Através do livro, passeamos nas ruas, entramos nas casas bragantinas, participamos das brincadeiras e procissões, e até mesmo dos passeios nos campos e piqueniques e banhos nos igarapés. No livro, “salvamos” uma Bragança atípica do passado ao tempo de quem lê o livro, seja pelo inventário social, cultural e econômico que levanta e enseja, seja pelas impressões de quem se contextualiza com a obra. Uso as palavras de Nélio Fernando Gonçalves no artigo *Lindanor Celina: um aspecto de sua obra*, na Revista Bragantina.

“Digo sempre que o bragantino que vive em outras plagas e que de repente sinta no peito a imensa saudade de rever a pátria caeteuara não é preciso deslocar-se até lá – embora inigualável prazer de fazê-lo. Basta somente ler o romance, que ali encontrará, (...) a Bragança de antanho, a bela cidade histórica, fundada pelos franceses em 1613, de grande e reconhecida tradição cultural.”

Parece que para se conhecer Bragança de sessenta ou setenta anos atrás, se deve ler *Menina que vem de Itaiara*, onde Lindanor, ao falar de suas lembranças, nos apresenta a cidade como se estivesse andando conosco por ela, confundindo-se com o povo nela. A renomada escritora bragantina Maria Lúcia Medeiros, anteriormente citada, clareia-nos

¹³ MEDEIROS, Maria Lúcia. *Lindanor Celina: Menina que vem de Itaiara*. Manifesto da Cultura Bragantina. 2002. p. 03.

“Ao relê-lo, fiz ajudada por minha mãe, que pertenceu à geração de Lindanor, um roteiro, uma cartografia, uma tradução dos personagens e lugares de Itaiara. Que maravilha! A casa do Coronel Coutinho, a rua do Fio, os quintais, a chegada do trem, tudo isso para mim era familiar.”

Além de *Menina que vem de Itaiara*, destacam-se também entre seus trabalhos os romances *Estrada do Tempo-Foi* (1971) e *Afonso Coutinho: Santo de Altar* (1986), bastante similares à linha autobiográfica do *Menina*. Por isso sua obra é tão procurada para clarear as imagens que este historiador tenta desvendar e construir. O bragantino Alfredo Garcia, escrevendo sobre a autora, comenta que em uma das várias entrevistas concedidas à imprensa da capital paraense, ela disse “com aquela sapiência dos que têm muita vivência interior, que ‘um escritor não sobrevive sem uma boa memória’ ”.¹⁴

Nisso se reflete a tendência em registrar os costumes mais tradicionais, as pessoas, os trejeitos, os espaços, os lugares de maior circulação popular, os modos de ser do bragantino de ontem e que de, certa forma, sintetiza um momento da autora em registrar, a seu modo e segundo sua interpretação, o desejo totalizante de ver a cidade Bragança viva em sua memória, guardada para as gerações posteriores.

Dalcídio Jurandir na abertura do romance *Menina*, muito amigavelmente, observa que Lindanor Celina em sua obra mais conversa do que escreve, é uma “tagarela” aos olhos do leitor, falando incansavelmente, deixando-o “sem fôlego”. De fato a sensação é realmente esta, como em se estar sentado no chão próximo à cadeira de alguém mais velho, contando suas memórias sem parar, num ritmo ditado pelo seu estilo e narrativa.

Falar da importância do seu trabalho, não só no campo literário como na historiografia sobre Bragança exige muito fôlego, o que não cabe no momento e nem é minha pretensão. No entanto, algo precisa ser destacado, que é a identificação da obra com o objeto de pesquisa em desenvolvimento: a imagem que Lindanor Celina pinta sobre o culto e a festa em honra a São Benedito onde Bragança está presente em *Menina que vem de Itaiara*.

A própria palavra Itaiara, provavelmente seria um anagrama¹⁵ do bairro Taíra, onde a literata residia no tempo em que vivia na cidade. Neste sentido, seu livro tornou-se um fio condutor de nossa pesquisa, pela precisão dos detalhes de suas memórias. Suas lembranças trazem à tona o brilho dos tempos em que Bragança ainda passava por seu apogeu, tanto

¹⁴ GARCIA, Alfredo. *Lindanor Celina e seu texto literário*. Revista Bragança. p. 26

¹⁵ Anagrama é uma palavra obtida pela transposição das letras de outra palavra. Cf. BUENO, Silveira. Dicionário da Língua Portuguesa.

econômico e cultural, como de crescimento populacional, atraindo vários migrantes, em especial os nordestinos, que vinham em busca de trabalho e melhorias.

A narrativa de nossa autora relembra o símbolo maior desse período de prosperidade econômica da cidade, que era a sua Estrada de Ferro, construída para melhor escoar os produtos agrícolas da Zona Bragantina¹⁶ para a capital, o que gerou negócios enriquecedores para certa parte da sociedade local, como nas passagens onde ela descreve desde os inúmeros personagens à riqueza imponente nas casas.

“Negócios de papai melhorando, tínhamos duas empregadas, uma pernambucana, Domingas, e a Rita, irmã mais nova daquela Emília Galdino, para onde Xonda fugira, certa vez. (p. 82)

Próximo a nós, a enorme casa de azulejos do coronel Coutinho, um horror de janelas, um quintal e tanto, e dentro daquele casarão, o piano, que era a minha tentação.(...) Era um povo calmo, sério, amavelmente digno, umas vidas diferentes. Me intimidavam, me impressionavam aquelas vidas, aquele casarão.” (p. 11)

Ao falar especificamente das festas religiosas e procissões que caracterizavam a fé católica bragantina, Lindanor destaca o Círio da Nazaré e a festividade de São Benedito com sua Marujada, eventos que marcam a identidade religiosa da sociedade bragantina. Lindanor Celina, ao descrever o Círio, diz:

“Naquele Círio, Domingos esmerara-se no peru de forno, nos patos no tucupi, galinhas cheias, bolos e pudins. Tudo feito véspera. (...) Domingo do Círio ninguém ficava em casa, salvo que estivesse de cama. A própria de aspecto mudou. Papai dera uma camada de cal nas paredes, mandara capinar a frente, o quintal ficou um brinco. E todo mundo assim fez, conforme as posses.

Homens fardados, montados a cavalo, tocando clarim, bem à frente, anunciavam o cortejo. Carros de fogo, carros de milagre, dos anjos, dois, um de anjos cor-de-rosa, outro de anjos azuis.” (p. 82)

Falando do arraial:

“A prima Dominga me levava, ela não podia deixar de comparecer no arraial, tinha quinze vestidos para vestir, para isso trabalhara ano inteirinho.

¹⁶ Citando Lindanor Celina: *“Nossa vida ali era esta: papai viajando pelo misto das terças-feiras, cada semana, levando partidas de peixe e camarão seco, às vezes algum tabaco, farinha, feijão, para vender na estrada, e voltando pelo horário de quinta ou sábado”.* (p. 11)

Mamãe, as tias da Rosa, dona Santinha, iam sentar junto ao leilão. Onde ficavam as senhoras, as moças pendendo para tias. As Jovens saíam, em grupo, ou com os noivos ou namorados, já comprometidos, a dar voltas no passeio. Pessoas de respeito, autoridades, grandes cidadãos, não tomavam garapa nem corriam no carrossel. Isto era para o povo do sítio, os rapazes do campo, da Estrada de Ferro. Era quem se divertia no arraial, os colonos, e nós, crianças. (p. 85)

Dava-nos um dinheiro para o carrossel, para os balões. Corriam em tudo quando era balanço, comprava-mos balas e rebuçados. Alba choramingava, queria ir conosco, mas era muito pequena. (...) Inventava-se outra coisa para distraí-la; um reco-reco, um apito, um cata-vento de papel colorido, um saco de bombons.

Eu e Rosa, esgotadas de divertimentos comuns, tratávamos de criar outros, saíamos a malinar com Deus e o mundo. (...) Com as varetas, gostoso era pegar um desprevenido, e senta-las na cabeça: toque!” (p. 86)

Garapa, carrossel, varetas, “acessórios” do Círio que não poderiam faltar e que foram tão bem lembradas por Irene. Não se pode falar de Círio em Bragança, sem mencionar as roupas novas, as casas pintadas, as comidas típicas, os brinquedos brejeiros, porque todos os elementos compõem a sua festa de Nazaré e também a bragantividade.

Aquele espaço foi o palco – talvez o único ou o principal da cidade – de múltiplas manifestações de fé, vivenciadas de diversas formas por seus participantes. Lindanor transforma a igreja e o arraial em um lugar “produtor de memórias e de momentos significativos das representações coletivas urdidas nessa relação dos indivíduos com o espaço juntamente com os processos de sucessivas re-apropriações de que foram objeto”.¹⁷

Em outra parte do livro, a mais importante agora, ela discorre sobre a Marujada, assim como dos passeios das moças na boca da ponte que marcavam as tardes da cidade ou seus tipos populares.

Nas páginas do livro, já publicado em quatro edições pela CEJUP, utilizando a edição de 1995, a autora chega a observar vários aspectos da festividade que se constituíram numa imagem e num amálgama dos bragantinos em se tratar do culto e devoção a São Benedito, como nas passagens a seguir.

“Os marujos bem haviam tido seus sustos. Antes da festa, zunzun correra que os padres (não era mais um único vigário, mas ma comunidade de padres italianos) não permitiram armassem eles a barraca ao lado da igreja, como nos anos anteriores, se foi verdade, ignoro, creio que tudo não passou de boato, pois, quando principiaram os festejos, a barraca estava firme e garrida, no mesmíssimo lugar. Era ali que, cada noite, nos alegres dias de dezembro, batiam os tamborins, rugiam as cuícas, vibravam os pandeiros, soavam os atabaques e as incultas vozes – tão

¹⁷ ARRAIS, Raimundo. “Matriz, Freguesias e Procissões: O Sagrado e o Profano nos delineamentos do Espaço Público do Recife do Século XIX”. In: *Revista Projeto História*. N. 24, São Paulo: EDUSC, 2002, pp.167-188.

belas! – dos marujos se misturavam à “Noite Feliz”, ao “Adeste Fidelis”, aos cânticos do coro da igreja.”

A autora confirma-nos o fato de que em 1930 se instalara na Região Bragantina a congregação italiana dos Clérigos Regulares de São Paulo (CRSP), conhecida por Barnabitas, sob o comando dos padres Francisco Richard e do jovem Eliseu Coroli. A atividade dos barnabitas à frente da Prelazia (posteriormente Diocese de Bragança) foi responsável pelas profundas mudanças ao longo dos anos na festividade beneditina e em sua descaracterização, tal qual os boatos chegaram a Irene – Lindanor Celina.

Em outras passagens, a inspiração e ao mesmo tempo, o caráter biográfico da obra, faz com que Irene – Lindanor descreva, como num diário, o cotidiano presenciado por ela em uma das festividades de São Benedito. É notável o fôlego da autora em traçar perfis, decorar ambientes e revelar-nos seus momentos vividos junto da festa, como nessa.

“Também mamãe não me largava, na cisma, aliás justa, de que vivesse ele me rondando. Fora-se o tempo em que, enquanto ela calmamente se sentava a conversar com as amigas, eu ganhava o brejo, arraial afora, nas cavalladas com a Rosa. Acabada a novena, ou saídas da igreja, onde havíamos ido dar uma espiada ao presépio, ouvir o “Tantum Ergo” (mamãe, embora espírita, achava muito bonito aquele “Tantum Ergo”), e ia-me sentar também, comportada feito gente, nos bancos que rodeavam o leilão. Lugar, como disse, das pessoas de idade, as moças velhas, as mães de família, os graves senhores. Ficava ali, chateadíssima, doida para escapulir, dar ao menos uma voltinha, com uma colega, igual às outras do meu tope. (...) A falta da amiga, mamãe me pondo rédea por causa do Maurício, quase me estragavam de vez aquele São Benedito. Era lá futuro, ficar sentada no meio de gente velha, no banco de pau, ouvindo a cantilena monótona do Ludovino, leiloeiro, nos lances: “Está em cinco mil réis o cacho de pitomba, em dez mil réis! Está em quinze mil réis o cacho de pitomba!” ou um frango, um bolo, uma caixa de segredos em forma de coração, um cesto de ovos, uma toalha bordada, um cacho de cocos...”

Um autêntico leilão de São Benedito. A imagem traçada pelo livro faz parte da construção da imagem construída, vivenciada como modelo e tida como verdadeira, da festa beneditina até os dias atuais. A importância é tamanha que, por mais que se mudem as estruturas rituais dos eventos ligados à festividade, os horários, os sujeitos, permanece a área que recobre a religiosidade e a participação popular de centenas de bragantinos, na festa que vai dos dias 18 a 26 de vários dezembros.

Espaço sagrado com apropriações profanas, o largo de São Benedito pode ser encarado como a lente por onde observamos a cidade em movimento. Tentamos entendê-la

não como meio material e a-histórico, composto de ruas, avenidas, prédios, monumentos e logradouros ou apenas como uma projeção deitada no papel a que chamamos genericamente por planta. A Igreja, o largo e o arraial são janela para olharmos uma cidade composta por seus habitantes, suas ações, sentimentos e seus movimentos mais particulares. Permitindo-nos compreendê-la no horizonte complexo e variado das relações sociais, que conduz à disposição de investigá-la, não sob o signo de um rigor conceitual fechado, mas em favor de delineamentos que permitem discuti-la, partindo de questões específicas, tendo em conta a ampla diversidade de experiências sociais e temporalidades que se encarnam no espaço urbano¹⁸.

Vejamos outro caso,

“Olhando a Marujada, era feliz, alienava por momentos as mortificações que agora castigavam meus dias. Só ver a Tia Joana sair dançando o retumbão, volteando no ar a bonita saia encarnada, cheirosa! Tia Joana, capitoa vitalícia da marujada, me entendi vendo-a naquele posto, gente lhe tomando bênção com todo respeito. Mal comparada a um padre, uma freira, uma madrinha muito estimada. Mesmo fora do São Benedito quando era apenas uma pacata cidadã.”

Segundo Irene – Lindanor, Tia Joana era a capitoa da Marujada, líder do ritual de dança que reúne homens e mulheres no barracão. A autora deixa escapar que a maruja citada também participava da vida econômica da feira, quando vendia “no governo do tabuleiro de broas, sequilhos, roscas de tapioca, de sua banca de tacacá”, referendando a importância da Tia Joana mesmo ali, abençoando transeuntes e passantes. É fato, também, a liderança das mulheres no contexto da Marujada e direção do festejo e da dança. São as marujas – as mulheres beneditinas – as personagens principais do período, com seus trajes típicos e chapéus turbantes vistosos, brilhosos, enfeitados com fitas multicoloridas e com os penachos brancos de penas de pato.

Do barracão para as cantorias dos marujos, a autora dá um passeio na festa de São Benedito, com uma riqueza impressionante de detalhes, sentimentos e imagens.

“Duas grandes atrações, na marujada: Tia Joana e a cantoria dos marujos. Me deixassem, eu ficaria horas esquecidas junto deles, embevecida, atrás de decifrar-lhes os versos, muitos descosidos, desconexos, sem aparente sentido, mas de um encanto! Beleza nas vozes incultas, na entrecortada estrofe que saía do peito dos homens rudes. Sempre achei beleza no cantar dos homens.”

¹⁸ Idem, p. 168.

O passeio pela festa ainda não termina. Da musicalidade do canto em latim dos esmoleiros de São Benedito às tentativas da protagonista em imitar os cantores. A parte sobre a Marujada de São Benedito ainda remonta o círculo de amizades de Irene – Lindanor, ao retratar os jovens contemporâneos com um misto de saudosismo. Interessante ressaltar a igualdade homônima entre um desses jovens e o autor destas linhas.

“Mais que me esforçasse, conseguia assimilar apenas alguns versos, por vezes informes, truncados. Uma quadrinha quando a repetiam, enxertavam-lhe novas expressões, palavras outras, um final diferente. Bem fazia o Dário¹⁹, colega nosso do grupo, menino ainda e com fama de poeta, de pesquisador. De nós, o de maior talento, não sei como até hoje não disse palavra a seu respeito, o mais brilhante, o mais arteiro da escola. No quarto ano, possuía cadernos inteirinhos de poesias, de sua lavra. Pois esse Dário, tempo de marujada, sua mãe sabia dele? Parece até que se mudava pras barracas da Juíza e do largo, as noites passava-as acompanhando-os, ouvindo-os, escrevinhando coisas, até o amanhecer. Apanhando no ar os versos que eu aprendi tão poucos. De memória guardo os mais conhecidos, os que mamãe cantava (...), imitando os marujos.”

Basta-nos, agora, reafirmar o que já tinha sido dito sobre a importância do romance de Lindanor Celina para se conhecer um pouco da história e da memória da sociedade bragantina em torno de sua Marujada e, de certa forma, construída durante os idos anos de 30 e 40 ainda clamados por todos como um período de auge, de esplendor da cultura bragantina sob o peso de suas tradições.

Os escritos são como parte integrante da festa beneditina e, por isso, se tornaram objetos de participação do autor na memória dos que a rememoraram em páginas e livros. Vemos, todos, passar ante os olhos, as cenas desse filme de memórias. Termina Irene – Lindanor.

“Marujada ficou nas minhas lembranças, mais, muito mais que certas gentes, episódios, paisagens daquele tempo. Quantos anos não a vejo? Tia Joana há muito é morta. Não estava perto, a essa época eu já virava mundo, como tanto desejara e pequena.”

¹⁹ Talvez Lindanor Celina esteja se referindo a Dário Queiroz do Rosário, pai de Ubiratan Rosário, historiador e professor da Universidade Federal do Pará, autor do livro *Saga do Caeté: Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônia da Marujada, Zona Bragantina*, Pará. Col. Caeté. Belém: CEJUP, 2000.

Neste ínterim, a literatura de Lindanor Celina responde aos meandros da época, em que se tinha a valorização da pessoa do literato tanto profissional quanto publicamente, mesmo em se tratando de uma mulher, o que não nos cabe aqui neste momento. Lindanor, considerada por muitos com a expressão “à frente do seu tempo”, enfatiza no romance o poder da observação e da conservação da memória sobre o esquecimento, assim como evidencia nos comportamentos, gestos e costumes que foram registrados, boa parte da face da cultura bragantina conhecida e amplamente aceita como verdade pelos literatos e memorialistas. Nesse ponto, a autora se habilita entre os que podem descrever a cidade dos idos anos 30 e 40, possivelmente ainda sem a controladora influência do italiano Eliseu Coroli e da Ordem Barnabita.

2.3 A tradição popular de São Benedito em Bruno de Menezes

*“Deixa-me chorar, São Benedito:
- a ausência meus pais
que foram pra nunca mais;
(...) do Bruno de Menezes, (...)”*

*(...)Deixa-me chorar de saudade
com cantos de amizade,
lembrando com lealdade
o que a voragem dos anos levou.”²⁰*

Como tentativa de interpretação do universo de imagens em torno do culto a São Benedito, também apanhamos outra obra literária que faz referência ao tema. Bem verdade, a variedade dos escritos sobre a festa de São Benedito é tamanha que seria necessário esforço maior em outra oportunidade para serem abordados todos os estilos em que se encontram pistas na cultura, no folclore e na literatura sobre o culto ao Santo Negro.

Nascido Bento Bruno de Menezes Costa, em Belém, a 21 de março de 1893, adotou esse pseudônimo – Bruno de Menezes – para a vida literária. Filho de pais de origem humilde, o menino só pôde estudar o primário, no então Grupo Escolar José Veríssimo. Como

²⁰ GUIMARÃES, Gerson Alves. *Deixa-me chorar, São Benedito!* Poema inspirado ao assistir a chegada da imagem de São Benedito da Praia no porto de Bragança.

aprendiz de encadernador, ao lado de Tó Teixeira, Bruno teve contato com obras literárias, despertando à leitura, tornando-o um autodidata apaixonado por livros.

Agrupando estudantes e assalariados, notadamente os do setor gráfico, com inclinação para as artes, floresceu naquele ano de 1920, a Associação dos Estreantes, denominação logo modificada para Associação dos Novos, todos iniciantes entusiastas da literatura, da música e da pintura, que intitulavam-se representantes da “novíssima geração” de artistas, sob o incentivo da imprensa. No próprio ano de 1920, dois acontecimentos marcariam a vida do escritor: o lançamento de seu opúsculo *Crucifixo* e o início de seu romance com a futura esposa, Francisca Sales Santos, num encontro casual na residência de Joaquim Maia, maçom que o ajudou na publicação do livro.

Fundou, em 1923, a Revista *Belém Nova*, congregando um grupo de jovens intelectuais, constituindo-se num órgão propagador no Pará da nova corrente poética advinda com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo e, através dela, conforme estudos, depoimentos e dados biográficos, tornando Belém a terceira capital a aderir ao Modernismo no Brasil, o que consagra Bruno de Menezes como pertencente a esse movimento na região²¹. Membro da Academia Paraense de Letras desde 30 de maio de 1944, ocupava a cadeira de Natividade Lima, tendo sido presidente da APL.

*“ ‘Belém-Nova’, revista lançada a 15 de setembro de 1923 e que marcou época, apontando novos rumos à literatura planiciária, era de idealização de Bruno e, sob sua direção, fez eco em nossa terra do movimento literário de vanguarda que empolgava o Brasil; eram seus companheiros de redação, Edgar Franco, Alfredo de Souza e Manuel Malhado”.*²²

Fazia parte de uma geração e de um grupo menos favorecido pela sorte financeira. Muitos de seus companheiros não tiveram a oportunidade de freqüentar ginásios ou de serem com diplomas das faculdades, onde o ingresso era facilitado a quem possuía sobrenome e recurso. Pertencia, igualmente, ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará e à Comissão

²¹ Conforme o autorizado depoimento do historiador Joaquim Inojosa, estudioso do Modernismo no Norte e Nordeste, em “A Província do Pará”, de 23/28 de maio de 1937. Ver também em FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Querelas Esquecidas: o Modernismo brasileiro visto das margens”. PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. pp. 259-283

²² Cf. ROCHA, Alonso. “Bruno de Menezes: traços biográficos”. In: ROCHA, Alonso (et all) *Bruno de Menezes ou a sutileza da Transição: Ensaios*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994. p. 17.

Paraense de Folclore, tendo publicado inúmeros trabalhos²³, dos quais pinçamos *São Benedito da Praia*.

Faleceu subitamente em Manaus, a 02 de julho de 1963, aos setenta anos de idade, enquanto participava como jurado do VII Festival Folclórico que ali se realizava, como representante do Pará. Ao mesmo tempo dava um curso sobre Folclore no SESC/SENAC e sobre Cooperativismo no então Banco de Crédito da Amazônia.

O livro que nos interessa é *São Benedito da Praia – Folclore do Ver-o-peso*²⁴, até pela carência de bibliografia e de testemunho tão cheio de riqueza e detalhamento acerca das manifestações religiosas em torno da devoção a São Benedito. É possível, aqui, uma articulação, da pesquisa historiográfica sobre a literatura, para inferir observações mais precisas, como a de que o folclore acerca do culto a São Benedito represente algo tão popular ou realmente espontâneo, quase natural²⁵, como as imagens mostram em Bragança.

Consideramos a análise deste trabalho uma impressão, um auxílio bibliográfico e histórico, suscetível ao pensamento da época, à descrição do simbolismo²⁶ em torno do culto e ao envolvimento mais direto do homem, observador participante, fato, aliás, muito comum entre aqueles que se iniciaram na feitura de livros e de compêndios folcloristas.

Como nos informa Alonso Rocha:

*“O peixe frito foi o seu símbolo. Pelos botecos do Ver-o-peso, abastecendo-se de postas de 200 réis, farinha d’água de 10 tostões o litro e cachaça de 500 réis a dose, o grupo boêmio e sonhador – Abgvar Bastos, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro, Jacques Flores, Nuno Vieira, Muniz Barreto, Sandoval Lage, Clóvis de Gusmão, Orlando de Moraes, Lindolfo Mesquista, Riebiro de Castro, Rodrigues Pinagé e Bruno – debatia literatura e equacionava revoluções, captando a simpatia do povo, nos bares e cafés, nas festas do Umarizal e outros subúrbios, onde se tornavam reis, como oradores e poetas”.*²⁷

²³ A vasta obra de Bruno de Menezes estão divididas em vários estilos, como em Poesia: *Crucifixo* (1920), *Bailado Lunar* (1924), *Batuque* (1931), *Onze Sonetos* (1960) entre outros; Folclore: *Boi Bumbá – Auto Popular e São Benedito da Praia* (1959); Estudo Literário: *À margem do “Cuiá putinga”* – Estudo sobre o Livro de Jacques Flores (1937) e Ficção: *Maria Dagmar* (1950) e *Candunga* (1954). Possui ainda dezenas de poesias esparsas e outros numerosos trabalhos sobre folclore e cooperativismo publicados em jornais e revistas.

²⁴ MENEZES, Bruno de. *São Benedito da Praia – Folclore do Ver-o-peso*. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Vol. 2. Belém: CEJUP, 1993. pp. 129-232. Referências outras sobre festas de santos constituintes de rituais do catolicismo podem ser encontradas em MAUÉS, Raymundo Herald. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesástico*. Belém: CEJUP, 1995.

²⁵ É bastante comum na historiografia brasileira a escrita sobre as festas populares, especialmente aquelas que se relacionam com as várias influências étnicas da formação do povo brasileiro e que muito contribuem para aproximar o historiador das realidades mais recentes ou da contemporaneidade. Uma dessas leituras é a de PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

²⁷ ROCHA, Alonso. op. cit. p. 14

Bruno de Menezes escreve num tempo em que se tentam firmar e elevar valores locais, mesmo com a tirania européia no que se refere a padrões, hábitos e costumes, herdados anteriormente.²⁸ Foi considerado um dos pertencentes ao grupo pioneiro do Modernismo na Amazônia. Sua ligação com a cidade de Bragança, bem maior do que pensávamos anteriormente, não se deu somente a partir das publicações de texto onde se referia a práticas populares e culturais – sugestivos retratos de tradicionais festas populares, como o poema “Marujada” – ou à constante presença do escritor a eventos, como a I Jornada de Folclore de 1958, ou nos bares da cidade, mas e especialmente na publicação da obra *Candunga*, de 1954, estréia de Bruno de Menezes no estilo romântico.

Os anos que antecederam a morte de Bruno de Menezes foram de intensa atividade intelectual. Participou de inúmeras jornadas de folclore pelos quatro cantos do país, sempre representando o Pará. Várias vezes esteve no município de Bragança, ora à frente de representantes da Comissão Paraense de Folclore para estudar as manifestações culturais da cidade – com destaque especial para a Marujada – ou para simplesmente falar de folclore. Em 1954, quando das comemorações do primeiro centenário de elevação de Bragança à condição de município, Bruno escreveu um artigo em que demonstrava uma preocupação que, vez por outra, nos dias de hoje, ainda se faz motivo de polêmica pelos jornais. Dizia ele, na parte final do texto:

“Vamos encontrar no rancho popular, hoje ali sofisticado, a marujada, uma das representações coletivas do ciclo festivo do Natal, com a louvação de São Benedito, que agora é uma incolor revivescência, muito distante do brilho que lhe emprestava uma saudosa capitoa, como tia Silvana.

(...) Esta e outras tristes manifestações de crença do povo, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que em Bragança, como em todo o Estado, estão para perder totalmente a sua expressão de culto das massas, com as figuras do passado transformadas pelos registros heterogêneos numa demonstração de fé policiada.

(...) Enfim, para terminar, usarei as palavras de Milton Sena sobre a Bahia, dando-lhes, entre aspas, a melancolia do seu sentido, ajustada á querida cidade de César Pereira: ‘Talvez seja apenas impressão, mas achamos que Bragança está morrendo, sem que ninguém se aperceba’ ”²⁹

²⁸ Boa parte de análises utilizados se reportam à leitura de LEAL, Cláudio Murilo. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” In: *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1965. pp. 109-138.

²⁹ MENEZES, Bruno de. *O que sucederá com Bragança*. Jornal A Província do Pará. Belém, 17 jan. 1954.

Em linguagem colorida e vigorosa, narrou o drama da migração nordestina para a zona da Estrada de Ferro de Bragança, num depoimento romanceado que alcança uma verossimilhança impressionante. Isto se deve, possivelmente, ao fato de Bruno de Menezes ter trabalhado nas comissões designadas pelo governo interventorial para os serviços nos setores migratórios durante a fase de existência da via férrea e desenvolvimento de núcleos populacionais em seu trajeto.

Doutrinou, a partir da década de 60, sobre trabalho, cooperativismo e aproveitamento da terra, constantemente, em jornais, como no caso dos artigos “Zona Bragantina e o aparelhamento de suas rodovias”, “Reflorestamento da Zona Bragantina” e “Necessidades da Educação Cooperativista na Amazônia”, alguns de seus textos onde demonstra sua preocupação ao assumir a função de professor e coordenador do Curso de Crédito Rural para a Amazônia, patrocinado pelo Banco de Crédito da Amazônia à época.

Passamos agora ao livro. Nele, o que mais encanta é sua sinceridade, sua fácil compreensão, sua série de notas explicativas como uma catalogação que muito auxilia num olhar sobre a Festa de São Benedito “da Praia”, no Ver-o-peso, parte central do movimentado comércio da capital do Pará. Em suas primeiras páginas, parece-nos que o autor prepara o leitor à sua apreciação, como se estivesse num breve itinerário, como numa procissão, quando Bruno reúne os títulos que nomeiam as partes da obra, sonoramente, ritmo que soa como um percurso que deve seguir quem o folheia, imprimindo logo em seguida uma oração ao santo.

Daí em diante, o autor descreve o ambiente onde a festa popular de São Benedito surge, destacando os sujeitos, a sátira popular, os lugares, os modos de cultuar o santo, o modo de festejar.

*“Na simplicidade de sua boemia, no aparente ecletismo religioso, Bruno escondia uma alma profundamente reverente ao cristianismo. Sua poesia, suas crônicas reminiscentes, estão densamente impregnadas de catolicismo”.*³⁰

Em seguida parte para perceber o ritual da festa. As lembranças ali contidas se confundem com as imagens do farto material iconográfico e grande conteúdo descritivo que o torna indispensável para esta análise. Em Belém, a feira do Ver-o-peso, é um novo espaço, agora garantindo a recriação e a subsistência, a visão de mundo que se traduzirá no nascimento de novos devotos a participarem tanto das atividades próprias do local quanto das

³⁰ ROCHA, Alonso. op. cit. p 21.

alvoradas e do culto a São Benedito, porque não um novo arraial. É assim que a importância da obra surge do papel, atualizando-se aqui, mesmo sendo datada de 1959.

Neste espaço de ambos os altares (popular e eclesiástico), o povo reinventa o sagrado, como na tradição em nome de São Benedito, entre transações comerciais, a vida flui, o *ethos*, a visão de mundo. Isso desde o achado da imagem pequenina e ao mesmo tempo de enorme significado, o que vai ser adquirido no Bar Águia de Ouro, de propriedade de Manoel Sarmanho, *locus* da maioria da ambientação do livro, onde a bebida resumia-se em cachaça de Abaeté, limão da terra e peixe frito, segundo o registro do jornal “A Província do Pará”.

“Foi, então, que no Bar “Águia de Ouro”, o dito Veloso, depois de algumas rodadas, contava os seus “causos”, até que relatou a entrega que o caboclo lhe fizera do São Benedito. Animando-se a conversa, falou ao sr. Manoel Sarmanho, pois, sabendo ser êle “muito católico”, poderia ficar com o santo.

O dono do Bar pensou consigo, que seria melhor receber a imagem, resolvendo-se assim o seu destino definitivo, recolhendo-a a uma igreja de Belém, ou confiando-a a pessoa que por ela zelasse. Veloso insiste na proposta. E como o sr. Sarmanho ficasse indeciso, considerando a sorte que teria aquêle São Benedito, o proponente adiantou:

- Quer ficar com “êste pretinho”, em pagamento da conta que tem aí?...

O sr. Sarmanho reflete e declara:

- A conta é de sessenta mil réis...

- Pois então... Fique com o santo pelos sessenta e está liquidado o negócio...

O proprietário do Bar recebeu e guardou a imagem mesmo embrulhada, com todo o carinho e respeito.” (p. 151)

O santo que vem das águas, fator de grande influência na história da Amazônia³¹ é colocado num ambiente sem a autorização nem a percepção da autoridade eclesiástica, o bar vira templo, o que exige a percepção e a re-elaboração do sagrado na vida dos penitentes freqüentadores do Ver-o-peso. Justamente nesse ponto verificamos semelhanças entre o que nos é colocado para a pesquisa e o livro: a religiosidade popular e os lugares da cultura popular, o sentimento no terreno das religiosidades, palco de lutas e identidade³².

³¹ Várias abordagens podem ser entendidas no que se refere à influência das águas (rios) no cotidiano e nos costumes dos habitantes da Amazônia, mais especificamente os prefácios em PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos. op. cit. VIII.

³² Uma abordagem acerca de história cultural na Amazônia como marco de construção e de identificação social bastante significativo na leitura. Ver em COELHO, Geraldo Mártires. “História e Identidade Cultural na Amazônia”. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Goeldi, 1994. pp. 177-184.

Ele recupera no livro um fato acontecido em 1953, quando foi encontrada nas águas da Baía de Guajará, uma maletinha. Dentro, um pouco descorada, estava uma imagem de São Benedito. A trajetória do santo começou quando o encarregado da embarcação que recolhera a maleta passou a imagem a uma pessoa chamada Veloso. Esse sujeito era solteiro e não tinha paradeiro certo. Levou então a imagem a um conhecido, Manuel Sarmanho, proprietário do bar “Águia de Ouro”, tentando pagar dívidas antigas no estabelecimento.

Feito o negócio, Sarmanho providenciou um cantinho para a imagem, para proteger o estabelecimento, cobrindo-a com uma redoma de vidro. A presença de São Benedito, já restaurado, parece ter acalmado os ímpetos dos frequentadores do local, que passaram a não alterar a voz, a não pronunciar vocabulário de baixo calão, a não provocar desordens e a não se encontrar com mulheres na banca, em atenção e respeito ao santo.

O trabalho de Bruno de Menezes, como folclorista, era marcado por um componente de prazer que só ele conhecia. O contato com o povo, com as manifestações espontâneas da cultura da gente simples do Pará tinha, para ele, um sabor especial, no folclore. Sua literatura esteve marcada por esse ramo da Antropologia, que serviu de força propulsora à criação artística. Literatura e folclore, ainda que entendidas de modo diferente, estiveram ligadas à produção de Bruno. É a partir da definição de folclore dada por Luís da Câmara Cascudo – seu fraterno amigo – que se pode perceber como o saber e a tradição popular estiveram tão próximos do autor.

*“Nenhuma ciência como o folclore possui maior espaço de pesquisa e de aproximação humana. A ciência da psicologia coletiva, cultura do geral no Homem, da tradição e do milênio na atualidade, do heróico no cotidiano, é uma verdadeira História Normal do Povo. Ligado, um pouco confundido com a Etnografia, o folclore ensina a conhecer o espírito, o trabalho, a tendência, o instinto, tudo quanto de habitual existe no homem. Ao lado da Literatura, do pensamento intelectual letrado, correm as águas paralelas, solitárias e poderosas, da memória e a imaginação popular”*³³

Essa ligação de Bruno de Menezes com a arte e com a tradição popular tinha mesmo que ser intensa. Num curso ministrado por ele sobre Folclore, em 1963, na Academia

³³ Conforme longa definição em CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos Tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Progresso, 1955.

Paraense de Letras, ele definiu a figura do folclorista, como aquele que “precisa ter relações cordiais, ser amigo da sociedade e afável. Aquele que procura o trato diário, fraterno”³⁴.

Nas ocasiões festivas descritas tanto por nossa pesquisa quanto em *São Benedito da Praia* vejo vários trabalhadores, vários transeuntes, com folga ou mudança de horário para homenagear o padroeiro, batucar, beber, conversar, rezar, e também louvar a outros deuses em motivações da reza e de premonições supersticiosas.

Entre eles, destaco a pessoa-personagem de Manoel Sarmanho, umbandista e católico, visões de mundo mais em sintonia do que em contraste, mestiço, amazônico, que revela a influência e o sincretismo entre as religiões dos povos indígenas (na figura do caboclo) e do cristianismo (introduzido pelos portugueses e brancos), um exemplo do homem amazônico que se queria defender para a época.

Poderia falar de cultura do povo, à visão do historiador sujeito a e versar o/e sobre passado, posso ter no conceito de costume em comum³⁵, um marco identificador daqueles que assistem e participam da festa de São Benedito, em Belém e em Bragança, no Pará, tomando como circularidade cultural estes pontos em comum.

Foto 3: Um arraial de São Benedito, em Bragança (década de 1960).



Fonte: Acervo particular da família Rodrigues.

³⁴ Anotações para um curso de folclore, contidas em álbum da família do escritor, citado por PEREIRA, João Carlos. “Bruno de Menezes: as aventuras do barão de Goré entre bumbás e mastros votivos”. In: ROCHA, Alonso. op. cit. p. 81.

³⁵ Cf. THOMPSON, E. P. op. cit. 1998, especialmente a Introdução, pp. 13-24.

Assim mesmo, a animada festa de São Benedito no Ver-o-peso tem muito de carnavalesca³⁶, mesmo não sendo um ritual de desordem nem de estabelecida tensão³⁷. É um ritual devoto, que transcende à ordem e à “desordem” ao liberar o prazer devoto, distinto do prazer mundano em si. O santo no bar, o povo da rua, sem ir à igreja, mas ao “novo templo” erguido pela tradição popular.

Desta forma, Bruno de Menezes reinterpreta, através de seu livro o que em suma, pode se delimitar como uma tradição popular, uma apropriação dos fatos e registros históricos, isto num tempo em que suas próprias impressões foram levadas ao debate por seus contemporâneos, na dificuldade de se entenderem num “tempo novo”, de conexões aos ideais tão sonhados da geração de Mário de Andrade, a de firmar uma identidade vinda “de baixo”, uma imagem oriunda das manifestações populares que caracterizariam o popular, o povo, e que de antemão refletissem o sentimento enraizado na figura dos sujeitos sociais, uma busca pela autenticidade de hábitos e festejos locais, nas suas origens.

O argumento aqui que mais nos é caro se refere ao da observação participante acerca do culto popular, não tão raro, de santos “canonizados” pelo povo, em geral o mais humilde e empobrecido. Numerosas variáveis são as mesmas que vemos em Bragança – a formalização das promessas, o banquete, os fogos, as ofertas de ex-votos, as disputas, os lugares, as pessoas e sua satisfação em entender-se dentro de um contexto onde o milagre dita o rumo da vida, se encontram em *São Benedito da Praia*.

Detendo-nos em um aspecto que se segue na obra de Bruno de Menezes, chegamos ao Mercado de Ferro do Ver-o-peso, onde não há sinos, mas um barulho de povo, um burburinho de gente, um cheiro daquilo que se vende por lá, uma dos arcos para a eternidade do sagrado popular no culto a São Benedito.

O santo agigantou-se na geografia do Ver-o-peso, tanto que o autor vê sua influência nas pessoas comuns, na forma em que toma o trânsito e seus passantes, pedestres, vendedores, peixeiros, fiscais, vindos de várias partes da costa litorânea paraense e da chamada Baixada Maranhense, sempre ligando o tema ao modo de vida e de produção da subsistência de seus sujeitos descritos no livro, inclusive com o cheiro das comidas da feira e

³⁶ Cf. MATTA, Roberto da. *A Casa & Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, no Ritual da Desordem está a “carnavalização”, que é a “troca de lugar” quando o mundo fica de “cabeça para baixo”, perdendo temporariamente a sociedade os seus centros regulares de poder e de hierarquização.

³⁷ Clifford Geertz refere-se ao conceito de tensão de forma genérica. Tanto como “estado de tensão pessoal” como a uma “condição de deslocamento societário”. Diz mais, que a tensão “fornece uma saída simbólica para

da aguardente no bar como também pela mudança do som dos urras no local pelo respeito adquirido pela efígie de São Benedito.

“Confessa o proprietário da casa de bebidas, que houve uma visível transformação no ambiente, em relação às palavras alteradas, aos ditos em baixo calão, às provocações de desordens, aos encontros com mulheres nas bancas.

Parece que após ser instalado o altar, a gente mesclada, quanto à mestiçagem o os padrões sociais e profissões, que frequenta o Bar, se tornou comedida, e até vaidosa e satisfeita, de ter um São Benedito preferido, no seu ponto de reuniões, assistindo aos seus negócios e aos pedidos de ‘rodadas’ repetidas.” (p. 153)

Nestes ambientes aparentemente próximos, encontramos latente o sentimento da expressão livre da religiosidade, principalmente durante as festas para São Benedito: a grande possibilidade que as pessoas têm para manifestar-se com autenticidade numa cidade de contrastes³⁸, onde tudo se mistura e que esta manifestação corresponde à realidade vivida e ao redor.

Na parte que segue na construção da obra, Bruno de Menezes faz uma busca pelas origens de São Benedito, muito ligada à história de sua devoção na Igreja Católica, como trabalhador, filho de escravos, experimentando a pobreza, junto dos pobres e desvalidos, milagroso em favor dos humildes e empobrecidos, mesmo que evocando leituras de influência européia e eclesiástica, talvez a única³⁹ a melhor encaixar-se nos cânones do livro. É latente a identificação da história de vida do frei franciscano com a do povo, com a do autor, como *“em entrar no concêrto da devoção de nossos filhos para com São Benedito, e traduzir, de um modo útil e duradouro nossa devoção”*⁴⁰.

Neste caso em particular é bom recordar que os santos negros, chamados santos da escravidão, contribuíram para amenizar a consciência da espoliação sem embotar a consciência da liberdade dos escravizados, como Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, cultos espalhados pelos recônditos rurais e urbanos do Sudeste⁴¹.

as perturbações emocionais geradas pelo desequilíbrio social”. Ver em GERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

³⁸ Gostaríamos de nos referir, uma a uma, às obras em que percebemos na cidade de Belém estes vários indícios do que chamamos contrastes. Mas seria desnecessário listar todos por aqui. Ficamos com Maria de Nazaré Sarges, Edilza Joana de Oliveira Fontes e Walcyr Monteiro.

³⁹ PAULA E SILVA, Francisco de. *A vida de São Benedito, o Preto*. s/e. Cf. MENEZES, Bruno de. op. cit p. 191.

⁴⁰ Cf. MENEZES, Bruno de. op. cit p. 187.

⁴¹ MORAIS FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1979.

Esse fato explica a intensidade de seu culto em diversos locais do Brasil⁴², costume que acompanhou os fatos e ritmos de crescimento da mestiçagem em que se viveu no território colonial.

Outra informação parece factível de análise. A questão dos milagres citados por Bruno de Menezes. A figura de São Benedito é como que um monumento erguido por seus milagres⁴³, que mais parecem lendas ou mitos, sem uma regra ou modelo de entendimento, como fatos dogmáticos, mas sempre abundante entre pobres e desvalidos socialmente⁴⁴.

É no milagre que o devoto revive o sublime e a ligação afetiva com o santo, descartando o rebelde. Assim, no Ver-o-peso, o espaço da contradição é substituído pelo da humildade e reverência ao “senhor/santo”. Parece que nesta festa, embora imperceptível e não declaradamente – “chore” ainda um inconsciente coletivo marcado pelos ataques culturais e desrespeitos que atacaram a Amazônia e seu povo, carente de consolação. E o povo recebe do santo as graças e os milagres.

Sobre a fama de milagreiro do santo, tão difundida entre os bragantinos⁴⁵, cito como informação e segundo pesquisas que, três anos após a morte de frei Benedito, o tribunal eclesiástico responsável por seu processo de beatificação já contabilizava vinte e sete milagres atribuídos ao frei negro. A devoção à intercessão a São Benedito espalhou-se e formou-se de tal modo que em 1743 o Papa Bento XIV autorizou seu culto público, fato extraordinário entre os eclesiásticos já que a Igreja Católica não permite essa prática sem as provas santificadoras.

Duzentos e dezoito anos depois de sua morte, Pio VII o canonizou depois de o povo tê-lo feito. Sua vida e milagres tão excepcionais e admiráveis mais pareciam alegorias e

⁴² No Brasil, desde 1680, vários centros de religiosidade popular se instalaram em torno da figura de São Benedito, como Salvador, Olinda, Recife, Igarapu, Belém, Bragança. Foram sobretudo os “negros ladinos” (que dominaram a língua portuguesa, chamada “latina”) que veneravam São Benedito. Os chamados “negros boçais” (os que não falavam português) continuavam a venerar seus orixás africanos, como Iemanjá, Xangô, Iansã, Ogum, Exu, etc. Já no século XIX, com a canonização em 1807 do beato frei Benedito, sua devoção espalhou-se mais ainda pelo território brasileiro, ao lado de marujadas, batuques, congadas e ritmos como o lundu. Mais ver em HOORNAERT, Eduardo. “Os 400 anos de São Benedito”. In: *Revista Sem Fronteiras*. n.º. 169, maio. 1969. CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina)

⁴³ Outra leitura neste sentido é a de SOUZA, Aloísio Teixeira de. *Vida de São Benedito*. Aparecida: Editora Santuário, 1992.

⁴⁴ Uma interessante referência às festas religiosas e ao folclore que descreve um envolvimento religioso e devocional com a figura do sagrado, materializado no cotidiano, em imagens, significados, gestos públicos como cortejos seria a de BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

⁴⁵ Em muitas cidades São Benedito “tomou o lugar” de Nossa Senhora do Rosário. As igrejas do Rosário ou dos “homens pretos” passaram a ser também de São Benedito, havendo casos praticamente de substituição (ou invenção) de padroeiros, como ocorreu em Bragança, com o feriado e legislação pertinente que apóia e, de alguma forma, justifica o culto. Várias obras sobre informações da vida e do culto a São Benedito podem ser encontradas citadas no decorrer do texto e das notas de rodapé que o compõem.

atributos de devoção da superstição. O culto a São Benedito chegou às margens e cercanias através de colonizadores leigos, não do Clero.

No Brasil, obteve imediata devoção, uma vez identificado com os negros escravos necessitados de socorro e consolação. Santo de pais africanos tinha na Itália fama de taumaturgo, e daí às senzalas. Mesmo antes de morrer e de ser canonizado, já era grande essa devoção⁴⁶. Cedo tornou-se santo milagroso e glorioso dos negros, também dos brancos, também dos mestiços. Sem esquecer de que a mestiçagem foi tamanha que chegou a unir traços da linha de espiritismo caboclo, com claras exortações à cabocla Jandirana, não obstante à evidente crença do sujeito do início do livro – o proprietário do bar “Águia de Ouro” – um outro marco de socialização e de identificação no ambiente do livro.

É possível pontuar uma marca angular da obra: a descrição coordenada do ambiente, de uma vida cultural intensa, inclusive anunciando uma leve preferência de Bruno de Menezes pelo santo que chama de “o Santo de minha devoção⁴⁷” e sua própria identificação com o público leitor e com os sujeitos descritos no livro, remanescente e/ou descendentes de escravos e mestiços.

E também se poder distinguir bem, depois do percurso feito, as linhas da obra e, de modo inverso, o sagrado popular, de feição folclórica, como cultura espontânea, informal, não-erudita, que têm suas raízes presas ao flagelo da escravidão de séculos passados e como conseqüência natural a devoção a São Benedito, que transcende a temporalidade de Bragança como a do Ver-o-peso.

Nada é apenas lúdico. Nada é por acaso. Há um fio condutor ligando a dor das pessoas que passam por essas festividades e o folguedo que homenageia o santo. Há, ainda, a existência de dois mundos: o da festa no sentido religioso das pessoas e o da festa no sentido profano.

O sagrado-profano que inclui o arraial, a feira, o bar, é uma seqüência histórica dessa realidade, nunca um simples conjunto folclórico despido do seu componente afetivo e devocional. O sincretismo das festas, de Belém e de Bragança, é o próprio processo característico de formação da sociedade de ambos os lugares e da marcação dos personagens da obra, para falar, ele, pelos personagens. Porém, em Belém, na obra de Bruno de Menezes, a tensão entre sagrado popular e sagrado eclesiástico tornou-se integradora da cultura local,

⁴⁶ BRANDÃO, Ascânio. *São Benedito: o Santo Preto*. Aparecida: Editora Santuário, 1979.

⁴⁷ Cf. MENEZES, Bruno de. op. cit p. 204.

como afirmação das identidades, reforço da própria fé religiosa e construção de mais uma imagem de povo.

Vantagens à parte, acompanhamos nas páginas de Bruno de Menezes o sentimento de animar outras identidades, como a da concepção da tradição popular, compartilhada pelos seus contemporâneos, certamente repetindo o que já era amplamente aceito e praticado na produção cultural e na manutenção da festa de São Benedito.

A missão da obra, aqui imortalizada por Menezes, e que usamos aqui, é descoberta pela identidade regional, pela tradição popular, de conteúdo cultural da história, num estilo popular, num único volume, evitando linguagens empoladas e o excesso de erudição, a fim de difundir entre seus leitores os sentimentos de pertença e valorização do culto sincrético a São Benedito.

Bragança parece estar presente aí também. Inclusive, para melhor clarear a presença de Bruno de Menezes, cito uma passagem de uma crônica do advogado e escritor Gérson Alves Guimarães – já falecido e grande orador de eventos sociais e culturais – ilustrada com a figura do autor de *São Benedito da Praia*, intitulada *Marujada de São Benedito* e publicada em 1985.

Ah! Quantas saudades daqueles tempos passados! Criança, com meus vividos 8 anos de idade, aos o final da 2ª Guerra Mundial, dando voltas na praça do Arraial de São Benedito, olhando a movimentação no “REX BAR⁴⁸”, vendo amesendados: Cesarino Pereira, Arlindo Lima, César Pereira, Eimar Tavares, Bruno de Menezes, Sinval Morais, José Maria Lisboa, Antônio Monteiro da Rosa, Chico Miranda e muitos outros que participavam das alegrias da festividade beneditina e dançavam na marujada.

Em outra linha de análise, é fato digno de nota, se observarmos, passado um momento de confusão motivado por reformas atabalhoadas⁴⁹, a vitalidade da devoção e não um mero culturalismo. Bruno acaba por dar voz a esse conjunto de pessoas em torno do Santo.

Na edição de *São Benedito da Praia*, o leitor encontrará além da história dessa devoção, a história do Ver-o-peso, a vida do santo, seus milagres, a morte a glória do santo,

⁴⁸ O citado “Rex Bar” foi fundado há quarenta e quatro anos, localizado em frente à igreja de São Benedito e que reúne anualmente vários eventos da sociedade bragantina. Nessa referência, encontrei semelhante coincidência com o “Bar Águia de Ouro”, em todo o processo de construção do simbolismo sobre a festa de São Benedito por Bruno de Menezes em seu livro *São Benedito da Praia*.

⁴⁹ Aqui nos referimos ao período da romanização, no final do século XIX e início do XX, onde a Igreja Católica tentou resguardar seu patrimônio religioso reformando as festas religiosas e retirando do laicato o controle sobre o catolicismo popular, em especial quando se trata das irmandades religiosas, onde parecia pulsar com mais evidência.

uma relação ampla dos lugares no Pará onde São Benedito é cultuado. Graças a esse livro, uma parte da cultura e tradição popular paraense ficou preservada – um dos objetivos do autor – para sempre. Certamente por seu esforço, inclusive com um documentário fotográfico, hoje ainda se pode falar da festa que há anos está desaparecida, sem que a memória recente encontre outra referência similar. Precisou registrar para que os homens de hoje possam acessar o passado, inclusive os que não o percebem de forma rígida ou conceitual.

Vale ressaltar algumas balizas que contribuem para a análise da documentação folclórica em *São Benedito da Praia*. Fonte de inspiração para muitos historiadores, Thompson esteve entre os primeiros a se preocupar com uma História que atendesse aos anseios das massas que não têm voz, os considerando também como protagonistas da história.

O conceito de classe social de Thompson está entre suas principais contribuições teóricas, como ao questionar algumas concepções que compreendem os homens como produtos concebidos por forças materiais. Ele procura recuperar em Marx a tese de que o povo se educa em sua própria *práxis*, como sujeito da história. Assim, a classe não pode ser entendida isolada e monoliticamente, ou definida pelo local que o sujeito ocupa nas relações de produção, mas deve ser também compreendida a partir do acesso que o indivíduo teve a determinados valores como o conjunto de sua experiência.

A vida festiva, como no exemplo analisado da Marujada de Bragança, tem então seu valor reconhecido pelo autor, não só como válvula de escape, mas como manutenção da pressão, da coesão, também como subversão. Nesse sentido, podemos considerar os momentos de diversão e de festa como fruto de uma luta social, não somente pelo já apontado acima, como também por carregar, em consonância, elementos de manutenção da ordem e de subversão do trabalho e da lógica de produção.

Mais ainda, como importante campo de vivência cultural, seria local privilegiado para compreender como o erudito e o popular se cruzam: a circularidade da cultura. O autor José Carlos Barreiro apresenta um argumento importante.

“A análise desses espaços sociais pode ensejar o acesso a fragmentos importantes da vida cotidiana do homem comum (...). Significa dar um passo decisivo no trabalho de reconstituição da memória cultural das camadas populares do século XIX brasileiro”⁵⁰.

⁵⁰ BARREIRO, José Carlos. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projetos”. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.º. 12, p.68, outubro/1995.

Observa-se como a inspiração thompsoniana do autor da supracitada anotação abre perspectivas para se pensar os momentos e compreender como as camadas populares articulam cultura oral e escrita para construir uma prática política cotidiana, que pode incorporar ou não os padrões culturais que as camadas dominantes apresentam.

O próprio Thompson nos chama a atenção para as tensões no âmbito da cultura:

“...uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos (...). E na verdade o próprio termo 'cultura', com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”⁵¹.

Assim a constituição de um campo de estudos na linha de Thompson acerca da obra de viés antropológico que se apresenta é de suma importância para a intervenção da História que releia e re-introduza a questão das abordagens metodológicas pela Antropologia, Sociologia ou pelo Folclore.

A tão pouca conhecida e ainda não totalmente produzida historiografia sobre os cultos destinados a santos do catolicismo oriundos da cultura afro-brasileira com forte tonalidade amazônica e de traços europeus ainda constituem fonte de indagação e pesquisa por historiadores da cultura com interessantes leituras do âmbito do folclore.

Tão fortes, entretanto, os estudos dos folcloristas deixaram um lastro em material escrito para as gerações de historiadores ávidos por datas e fatos quase que irrelevantes. Muitos desses estudos, para citar os mais célebres, de Câmara Cascudo⁵², por exemplo, não olham “por dentro” e nem “de baixo” a história social que se constitui por detrás do ambiente da religiosidade e da manifestação desses cultos, muito embora trabalhem com os mesmos materiais dos historiadores da cultura: as relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos sociais, tendo como pano de fundo suas relações de identidade e de inversão social.

2.4 Folclore da festa de São Benedito em Cezar Pereira

⁵¹ THOMPSON, E. P. op. cit. 1998. p. 17.

⁵² CASCUDO, Luís da Câmara. *Lendas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

É evidente que este estudo não é o resumo de tudo o que já foi publicado sobre a Marujada de São Benedito, porém, os textos e livros aqui descritos representam, no modelo de uma crônica oficial sobre a cidade, um pensamento do bragantino acerca da principal manifestação cultural de sua cidade. Não se pode negar a partir daqui a circulação de uma revista na década de 50 – a revista *Bragança Ilustrada* – na qual vários literatos e escritores expuseram suas crônicas e seus poemas em louvor aos aspectos locais, à Marujada, todos devotamente dedicados à valorização da cultura bragantina. Encontramos vários, como Eimar Tavares, Lobão da Silveira e Jorge Ramos.

*“Quando chega o Natal todos esperam
O dia 26 que é do Benedito
Foram os escravos que, assim fizeram
O esplendor desse dia, o mais bonito!
(....)
Foi o povo que deu nome – Marujada!
Àquela manifestação de gratidão...
Tenhamo-la qual símbolo de Fé, guardada,
Pois, ela, representa a nossa tradição!”⁵³*

Podemos prosseguir nessa busca analisando alguns rastros deixados por um antigo debate antropológico e folclórico muito presente no livro de Benedito Cezar Pereira. A história da IGSSB e da Marujada se encontram restritas a simples descrição dos seus pontos mais característicos.

Atualmente, em se tratando da análise das possibilidades de diálogo entre a história social e a antropologia, uma disciplina que possui sólida tradição reflexiva ante o conceito de cultura, o livro deva ser colocado em destaque pela caracterização da História oral, recolhida pelo autor em suas entrevistas e no conjunto material de fontes que utilizou, também por nós usado em trabalho de monografia anterior. Referi-me a isso para falar da simbologia da festividade de São Benedito.

De início, sendo a História uma contextualização e interpretação das transformações sociais, os historiadores sejam cautelosos em relação a conceitos e categorias de análise que possuam supostamente uma validade na construção de modelos culturais e que postulem a recorrência provável ou necessária, em sociedades distintas no tempo e/ou no espaço, de funções ou significados sociais historicamente específicos. Uma relação bastante cuidadosa entre a história social e antropologia pode ser chamada para este debate.

⁵³ PEREIRA, Benedito Cezar. *A Marujada*. (Tradição Folclórica bragantina). Mimeo.

Benedito Cezar Pereira era bragantino, nascido em 18 de agosto de 1894, filho do casal Francisco de Sousa Pereira e Sarah Augusta Cezar Pereira. De família humilde, na infância ainda residiu em frente ao Mercado Municipal juntamente com a mãe e três tias, Jovina, Júlia e Yara. Com a morte dos pais, as tias lhe fizeram o papel de mãe. Sua tia Jovina morou com Cezar Pereira até falecer aos noventa anos de idade. Era considerada sua segunda mãe.

Em 1927 casa-se com Sebastiana Fonseca, em cerimônia realizada na igreja de São Benedito e presidida pelo cônego Luiz Borges de Sales e pelo juiz de Direito Dr. Augusto Rangel de Borborema, tendo como testemunhas os senhores Ursulino Franca e o futuro prefeito Augusto Pereira Corrêa. Após o casamento foi morar numa casa ao lado do Cinema Olímpia (de Bragança), sendo um observador da vida cultural e social da cidade, já que a Praça Marechal Deodoro, conhecida e intitulada pelos mais antigos bragantinos por “Praça do Jardim” era o centro dos encontros sociais da juventude.

Pertenceu à diretoria da Loja Maçônica Conciliação Bragantina, foi redator e secretário do Jornal do Caeté, secretário da Junta do Serviço Militar, fundador do Clube dos “22”, presidente do Clube Social “Horas Vagas” em 1930 e serviu como professor.

Desde 1923 era titular do Cartório do 3º Ofício, nomeado pelo governador do Estado Sousa Castro, através da portaria de 11 de dezembro de 1923, assumindo o posto nove dias depois. Por razões políticas, foi destituído da função, o que o obrigou a mudar-se para a capital com a finalidade de conseguir emprego. Filiou-se e manteve-se fiel ao Partido Social Democrático (PSD), presidido a nível regional pelo interventor Magalhães Barata e em Bragança por Joaquim Lobão da Silveira, mais tarde senador da República.

Reintegrado à função de cartorário público, retornou a Bragança, onde aconteceu algo inusitado. Sem casa para morar, adquiriu um bilhete da Loteria Estadual de dois amigos, Dico Pinheiro, proprietário do bar Soberano e de Geraldo Lima, mais tarde sogro de sua filha. Foi premiado e com o dinheiro adquiriu de seu compadre Petronilo Costa o imóvel à Avenida Visconde do Rio Branco, em frente à orla do rio Caeté, no qual escreveu seus poemas, contos, crônicas, peças teatrais e o famoso *Sinopse da História de Bragança*, sendo por essa obra considerado como o primeiro a escrever uma história de Bragança.

Em 1954, candidatou-se a prefeito de Bragança, disputando o cargo com seu padrinho de casamento e amigo Augusto Corrêa que tentava um segundo mandato depois de ter sido deposto por Barata e tinha uma liderança política regional impressionante para a época. Vencendo as eleições foi empossado em 1955, para um mandato de quatro anos. Foi

anfitrião do candidato à presidência da República Juscelino Kubitschek, promovendo um concorrido baile no palacete Augusto Corrêa, sede do Executivo Municipal.

Em suas obras destacamos as de cunho cultural, como a realização do 2º Centenário de elevação de Bragança à categoria de cidade em 1955, reforma, ampliação e arborização da Praça Marechal Deodoro – a “Praça do Jardim”, apoio a Armando Bordallo da Silva na realização da I Jornada Paraense de Folclore, de 22 a 27 de dezembro de 1958, em plena festividade de São Benedito, para o que oportunamente trouxe a Bragança as mais representativas autoridades de folclore da região, já que ele próprio fazia parte da Comissão Paraense de Folclore. Montou para tanto um outro arraial, que se instalou no bairro da Aldeia, compondo um cenário que se somou às copas verdejantes das mangueiras centenárias da hoje Praça da República.

Deixou escrito que se um dia pudesse, ligaria Bragança por terra a uma das suas belas praias, como incentivo ao turismo local. Por suas qualificações e por ajudar a mendicância, foi denominado de “prefeito-poeta” e de “amigos dos caboclos”, o que comprovamos em entrevistas com bragantinos de idade avançada, do grupo ao qual faziam parte seus contemporâneos Ciríaco de Oliveira e Alírio Pinheiro, ilustres poetas e escritores do folclore e das lendas bragantinas.

Das suas várias observações da vida social bragantina, uma em especial aparece no cruzamento de vários depoimentos recolhidos, dos que o ouviram contar. Trata-se do Obelisco do Centenário da Adesão de Bragança à Independência do Brasil, ponto de passagem dos transeuntes da antiga Praça Major Batista, em frente à Catedral de Nossa Senhora do Rosário, de 1923. Cezar Pereira gargalhava ao renomear o Obelisco pelo acróstico DIVA, ou seja, “Departamento de Informações da Vida Alheia”, pois lá passavam “subindo e descendo a cidade” durante todo o dia, vários bragantinos e, como tal, prestavam as devidas informações sobre o cotidiano da cidade.

Seus escritos, entre eles o famoso *Maní de Urutá (Conto Caeteuára)*, sobre a lenda da mandioca, de 1958, do qual temos a honra de guardar um dos seus originais em acervo particular, Zito Cezar, como era conhecido popularmente, já se preocupa em registrar as tradições populares, os costumes e a história de seu tempo, a partir da memória dos antepassados. Mas uma de suas citações, o autor reconhece

“Ao darmos circulação impressa a êste “CONTO CAETEUÁRA”, somos os primeiros a reconhecer as deficiências de elementos poéticos, históricos, tradicionais e mesmo lendários, que deveriam ser apreciados neste trabalho.

Sucedee, porém, que foi nossa modesta intenção fixar motivos dêsses contos populares, (embora não sendo poeta), usando o verso solto, que os cantadores preferem nas suas singelas narrativas orais, ao som das violas.

Os idos e vividos na existência de Bragança fazem parte de tôdas as fases de nossa meninice, infância, adolescência, juventude, e agora, no descambar para a velhice, tendo mesmo participado dos antigos “serões” nos solares avoengos bragantinos.

Assim, mais por manifestação sentimental, de carinho e de afeto, pela terra dos SOUSAS e por seus venerandos “contadores de estórias”, que nos habituamos a escutar, temos a veleidade de apresentar a quantos ainda sentem pela “pérola do Caeté” aquêles devotamentos às suas tradições indígenas, o conto inserto nestas páginas.

A lenda que corre pôr toda a Amazônia, do sacrifício de Maní, transformada no alimento base das populações nordestinas, representado na mandioca, cai aqui apenas enxertada de um breve relato histórico, referente às primeiras entradas de colonizadores lusos em Bragança”.

Interessante é que em uma das páginas do conto *Maní*, o autor é festejado por um de seus correligionários, o literato Rodrigues Pinagé, com a seguinte finalização.

“Zito César, meu irmão: Admite-me aí no teu banco de pedra das Praias do Caeté e convida os parauaras a fazerem silêncio, para que Bragança adormeça ouvindo, tôdas as noites, a voz de maní, que vem do fundo do Rio lendário”!

A *Sinopse da História de Bragança* reúne, a partir dos dados recolhidos, uma interessante veia da tradição oral que Cezar Pereira foi sujeito participante. O livro está todo dividido em partes bem específicas, montando uma espécie de inventário da cidade e de suas tradições. Como um devoto assíduo das festas beneditinas, Zito Cezar não poderia deixar de registrar o culto ao Santo Negro, de Bragança, em especial, embora em curta parte.

E apesar de toda a originalidade da descrição, na terceira parte do livro, a partir do item *Instrução Pública – Prelazia e Assuntos Religiosos*, da página 73 a 84, o que não chega a dez páginas, a manifestação cultural dos negros foi considerada pelo autor como a aceitação da imposição de adaptações de suas festas para o ritual católico, que transformou festivos desfiles em procissões, que, aos poucos, porém firmariam o seu caráter lúdico. É notório que o autor prossiga deixando pistas, na página 73 de como observava o complexo processo entre a Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá e a Irmandade do Glorioso São Benedito, dizendo que “há na Igreja de São Benedito, o santo moreno das festas tradicionais desta terra. Esta Igreja fora a antiga Matriz de Bragança”.

Foto 4: Frente de Bragança, em imagem tradicional (década de 1950).



Fonte: Acervo da família Bordallo da Silva

E mais adiante

“Esta Igreja e Irmandade, por pertencerem à sociedade privada, que leis antigas chamadas de “Mão-Morta”, não pertence, administrativamente, à Prelazia, no que não somos de acôrdo, porque a Igreja é do Padre e, somente o Padre é quem pode administrá-la. Mas, a vesguença de muitos, têm, pirronicamente contribuido, para que, haja, essa evolução errônea, nessa parte religiosa! Nosso bairro beneditino, já poderia, com a Igreja de São Benedito, ser sede de uma Paróquia e, nas Igrejas, tôdas as tardes, reunião de centenas de crianças para as lições cristâes, ao em vez de Foot-Ball nos jardins municipais, depredando-os!”

Cezar Pereira acalenta um sonho católico e específico de evangelização e dominação ideológica dos padres da Prelazia do Guamá, já que sua família, cujos membros pertenciam aos quadros religiosos das recentes irmandades do Apostolado da Oração, Pia União de Filhas de Maria e da Cruzada Eucarística, pôde ter uma formação entre os que apoiavam o barnabita Eliseu Coroli, mesmo sem deixar de formalizar todo o ritual em torno do culto a São Benedito, fruto do poder da irmandade.

A festa, em seu bojo, foi portadora de uma memória histórica em busca de liberdade, que despertou a fúria controladora dos senhores e da Igreja Católica. Ao procurar

mudar o sentido e inverter os valores do sistema, aceitando e defendendo de certa forma a Marujada, Cezar Pereira elabora um roteiro no livro que vai da Cavallhada, disputa entre cavaleiros que ao final são premiados, às festas profanas em honra a São Benedito.

A dança representa um ritual a mais na expressão da festa beneditina, muito bem descrita no contexto nascente da Irmandade de São Benedito. Porém, seus atores sociais não são os mesmos dirigentes da Irmandade, mesmo sem deixar de praticarem o lado religioso do folguedo. De um lado, a festa, de outro, a prática religiosa e leiga, com a Irmandade. Um sem se sobrepor ao outro, mas interligados e, porque não, enlaçados, comprometidos, sem disputas nem ciúmes, mas arranjos, que proporcionaram a valorização e a participação dos sujeitos tanto a um quanto a outro.

E como parte integrante dos festejos profanos da festa, a dança estabeleceu, ao lado de muitos outros rituais, a identidade da Marujada, numa homenagem que nasceu na petição, na esmolação dos irmãos e da necessidade de agradecimento para os senhores que, além de permitirem sua organização, patrocinavam a festividade. Ela também é resultado de uma mescla de louvor e agradecimento, prazer e devoção numa só manifestação religioso-folclórica, segundo o próprio autor à página 76: “É a ‘Marujada’ da tradicional e típica organização dançante dos prêtos. Exibe-se às vésperas da festa, 25 e dia de São Benedito, 26 de dezembro”.

Os momentos de dança – e sem se desvincular deles, as festas profanas realizadas pelos juízes da festividade – são aqueles onde marujos, marujas, todos os irmãos de São Benedito mostravam sua importância e realçavam o quotidiano que disputava espaços de convivência e forçando o reconhecimento do folguedo como parte integrante.

Eficaz ou não enquanto instrumento de domínio sobre os escravos e negros libertos, o fato é que com a concessão do direito da Irmandade coexistir entre as já existentes na vila, o apaziguamento foi se tornando a possibilidade de inserção do negro no catolicismo, encontrando formas sutis bem peculiares e outras bastante legais para uma situação de equanimidade religiosa.

A festividade seria essa possibilidade de inserção, em todos os seus micro-espacos: almoço, leilão, festa de dança, comemorações dos juízes, etc. Ela manifestou o espaço de que o negro precisava para melhor resistir ao mundo da escravidão e do preconceito social a que estavam submetidos. Esse sentido, portanto, foi mudado ao longo da primeira metade do século XIX, tendo em 1853, seu balizamento principal: a mudança do primeiro Compromisso para um segundo, antes, mais uma peça da engrenagem de uma política de

domínio que imaginava a existência de senhores protetores e de escravos dependentes; depois, cada vez mais a ficção do contrato regularizado e controlado pela burocracia governamental, sendo aprovado pelo poder temporal.

O problema não desapareceu: tudo isso levaria normalmente a um rompimento físico de fronteiras entre esse mundo da liberdade e da escravidão de forma mais ou menos intensa. A resignação religiosa escamoteou o conflito.

A festa acontecia, dentro do mesmo ciclo do Natal porque

“o dia de São Benedito (...) é festejado em Bragança, desde 1798, no dia 26 de dezembro, porque os prêtos escravos vendo no braço esquerdo de São Benedito a imagem de Menino Jesus, de quem êle era um fervoroso devoto, acharam que sendo o dia 25 de dezembro, dia de Natal de Jesus, o dia 26 deveria ser o dia do Santo moreno, pois ele o trazia nos braços!”⁵⁴

A arrecadação, segundo os autores já pesquisados e citados neste trabalho, se deu na esmolação, no ingresso de irmãos com o pagamento de jóias e nas anuidades da própria Irmandade e na devoção que os senhores tiveram a São Benedito na formalização de suas promessas, *“com toda espécie de dádivas para os leilões, a festa foi progredindo e aumentando de ano para ano”*⁵⁵ com certo declínio das outras irmandades⁵⁶.

Cezar Pereira descreve como vários senhores acorreram aos quadros desta Irmandade e pode-se deduzir daí um novo controle da mesma, dando mais importância ao Santo Negro do que a já aprovada padroeira de Bragança, Nossa Senhora do Rosário, pois Dom Miguel de Bulhões, da ordem religiosa dos dominicanos, tinha grande devoção a esse título de Maria, sugerindo à freguesia que o escolhesse como onomástico da posterior paróquia e até 1754, com a elevação do povoado à categoria de Vila⁵⁷.

Essas cenas de cotidiano permitem a abordagem dessas questões, mesmo que estejam contidas em acervos e livros de pouca referência documental. Temos, então, uma visão a mais do caráter solene do ritual, que os senhores emprestavam ao ato de folgar em dezembro dos seus escravos.

⁵⁴ CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963. p. 76.

⁵⁵ CEZAR PEREIRA, op. cit p. 80.

⁵⁶ Autos de prestação de contas de irmandades de Bragança, dos anos de 1859, e de 1884 a 1886, onde se percebe o aumento do montante arrecadado pela Irmandade do Glorioso São Benedito em detrimento do numerário arrecadado em outras irmandades (Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade do Divino Espírito Santo, Irmandade de São João Batista, Irmandade de Santo Antônio, Irmandade do Santíssimo Sacramento). Documentos colhidos no Arquivo Público do Pará e no Cartório do 1º Ofício do Fórum da Comarca de Bragança.

A liberdade era concedida em comemoração à colheita⁵⁸, sempre havendo a declaração e afeto dos senhores pelos negros, ficando, assim compreendido que os libertos deviam continuar demonstrando estima e gratidão aos seus proprietários. Isso podia reavivar a imagem do senhor e do ex-senhor, protetor, muitas vezes juiz da Irmandade, da festividade, benfeitor de doações, sempre disposto a prestar orientação e auxílio aqueles negros agora em liberdade.

Um trecho de Cezar Pereira alarga a nossa visão da cena e nos dá melhor embasamento, a respeito dos senhores, devido

“a índole bondosa de nosso conterrâneo, daquele tempo, que alforriavam todos os anos certo número dêles, gratuitamente, permanecendo na senzala de seus senhores-padrinhos, porque não aceitavam dali se retirar por amor aos Sinhôs Moços e Sinhá Dona” (p. 78).

Um destes cenários percebidos pelo meu estudo se relaciona ao papel das mulheres no quadro social da Irmandade e na festividade de São Benedito. As marujas, dançarinas e co-partícipes, são descritas como personagens principais das comemorações profanas em honra ao Santo Negro. Toda a manifestação de festa e dança deveria ser dirigida por elas. Tal característica é fruto da escolha pela liderança do grupo exercida por uma mulher – maruja e irmã de São Benedito.

Entre os autores a nos apoiar, encontramos um em especial para confrontar conceitos com o nosso conterrâneo Benedito Cezar Pereira (Zito Cezar). Ao falar do lugar da memória como um lugar distante, que precisa ser visitado, David Lowenthal⁵⁹ enfoca o papel da memória para o homem contemporâneo, pois através dela, se organizam no moderno as várias tradições passadas.

Além disso, perceber limites do trabalho do historiador em relação ao do literato. O primeiro que tem como principal vertente a busca por uma verdade e o outro, que usa o recurso da imaginação na construção do texto, como que a construir uma verdade.

⁵⁷ GIAMBELLI, Dom Miguel Maria. *Bragança e seus Templos Católicos*. Artigo da Diocese de Bragança, 1993.

⁵⁸ BORDALLO DA SILVA, Armando. *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém: Falangola Editora, 1981. p. 73.

⁵⁹ Lowenthal, David. *The past is a foreign country*. Introduction. Mimeo. s.e., s.d.

Foto 5: Marujas na festa de São Benedito, em Bragança (década de 1960).



Fonte: Acervo particular da família Rodrigues.

Neste ponto, o folclore acerca das tradições populares, se torna fonte para o historiador estudar o costume, aquilo que não muda ou que permanece, já que se lida com a temporalidade. O folclorista ou literato das tradições populares reúne em seu tempo os elementos do costume existentes, e que por vezes encontra fragmentário, sobre os costumes que permaneceram. Faz-se necessário explorar este campo e entender os costumes e os seus nexos de ligação no tempo, o que nos é relatado do passado.

Podem-se identificar a inversão de valores tão imbricados na segmentação social da época, como as mulheres e a valorização da cultura popular em face ao ímpeto renovador dos padres barnabitas quando se trata da fé e devoção a São Benedito.

As mulheres, por exemplo, se manifestaram como as principais agentes da festa e da dança, como há muito se descreve na obra e no contexto percebido, como até hoje o é no quadro interno da Marujada beneditina. A mais expressiva mensagem de Cezar Pereira é mais confortável de se opor, por exemplo, interpretando a Marujada ainda marginalizada, em relação ao catolicismo eclesiástico, como estratégia no sentido de viabilizar melhores condições de sobrevivência do legado de suas tradições⁶⁰.

⁶⁰ Para ter uma melhor percepção sobre o cotidiano de diversas irmandades, ver em FIGUEIREDO, Aldrin M. de. *Inimigos de Classe e Irmãos de Fé: escravos e senhores nas irmandades religiosas na Amazônia do século XIX*. Belém: UFPA, 2001.

2.5 A influência de Eliseu Coroli na cultura de Bragança

Dom Eliseu Maria Coroli, venerado como um santo na Amazônia Oriental, especialmente em Bragança, foi responsável por diversas obras que modificaram e deram um novo impulso à cidade. Vivia-se no ideário de que a modernidade vinha a Bragança pelos trilhos do trem, e acreditava-se ser esta a oportunidade de se chegar ao desenvolvimento tão esperado que o século XX apresentava como modelo e guia. Achei oportuno aprofundar um pouco a vida de Eliseu Coroli para ir adiante e entender um pouco o seu pensamento, mesmo com o risco de parecer prolixo.

Sendo considerado pelos seus companheiros da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo (barnabitas) como um “intrépido e incansável arauto do Evangelho”⁶¹, o italiano se tornou uma das figuras mais importantes da recente história de Bragança, como um marco balizador de empreendimentos que são considerados atualmente como exemplos, mais tarde trabalhados e enfocados na pesquisa.

No início do século XX, no dia 09 de fevereiro de 1900, nasce Elias Eliseu Ferdinando Coroli, em Castelnuovo, pequena povoação da província de Piacenza, na Itália. Quinto filho do casal de camponeses Anacleto Ludovico Coroli e Maria Molinari, que trabalhavam no campo. Seus pais, mesmo proprietários de terras, viviam humildemente e necessitavam garantir alimentos em grande quantidade para uma extensa prole. Plantavam quase tudo e só compravam o que não podiam cultivar.

Aos cinco anos de idade travou um diálogo inquisidor com sua genitora acerca da essência da felicidade, onde demonstrou um desejo de tornar-se uma pessoa feliz, resultando daí a perspectiva de tornar-se sacerdote missionário.⁶²

No início do século XX, cultivava-se entre algumas famílias italianas o desejo de possuir entre seus membros missionários que orgulhassem seus parentes, principalmente na Itália, berço da Igreja Católica. Após a conclusão do quinto ano primário, Eliseu decidiu entrar no seminário. Seu pai o conduziu à Escola Apostólica São Bartolomeu dos Armênios,

⁶¹ Conforme carta de apresentação de Ângelo Amendola, diácono permanente da Diocese de Velletri, Segni (Itália) aos escritos traduzidos pelos barnabitas e que estão contidos no Arquivo Coroli, de posse das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha, alguns deles dispostos à pesquisa.

⁶² Cf. diálogo encontrado transcrito em COLARES, Terezinha. *O Missionário Feliz*. Paragominas: Gráfica e Editora São Marcos, 1997. 359 p. p. 12.

em Gênova, pertencente à Congregação dos Padres Barnabitas⁶³, por engano, pois seu intento era conduzi-lo a uma escola de formação diocesana e não específica de uma congregação religiosa. Mesmo assim, entregou-o nessa instituição em 11 de outubro de 1911. Foi uma maneira de vê-lo inserido naquilo que o menino Eliseu mais desejava: tornar-se sacerdote.

Ficou interno na Escola Apostólica para estudos religiosos e cursava o equivalente ao ginásio, no Colégio Vittorino de Feltre, ambos dos padres barnabitas. O próprio nome da escola reflete o caráter de inovação pedagógica imprimida por Feltre e contrastava com a triste e carrancuda educação medieval. O objetivo desta escola centrava-se numa formação integral do homem, propondo um programa de estudo onde constava a educação física, moral, estética e intelectual. Foi uma das primeiras escolas particulares da Itália de orientação laica.

Abstraímos assim uma visão da educação que Eliseu recebeu no seu ginásio ao analisarmos o conteúdo de “*O Meu Vittorino*”⁶⁴, texto traduzido encontrado no caderno de anotações nº 24 do Arquivo Coroli. Neste escrito, Eliseu lembrou detalhes, nomes e ambientações de sua escola na Itália, traçando um perfil do Colégio Vittorino de Feltre, enfatizando algumas das principais características deste educandário: a grande alegria na formação dos adolescentes, a eficácia do aprendizado, a rigidez da disciplina e da conduta moral recebidos dos Padres Barnabitas.

Outro painel da formação educacional de Eliseu constituiu-se como o que ele mesmo lembra na memória dos tempos “quando eu jogava bola era pra vencer! E não admitia um colega em meu time que não se esforçasse pela vitória... Jogava-se como se tivéssemos fogo nas pernas e, como é natural, no jovem, há o desejo de soberba; de acusar os outros quando perde, e querer desferrar-se”. (Cf. COLARES, 1997. p. 13). Talvez por seu despojamento, entusiasmo e alegria, já em sua época e nestes locais descritos, foi considerado a “peste” do convento.

Todavia, as autoridades das congregações religiosas da Igreja Católica ainda eram muito fortes, pois para adaptar o indivíduo à sociedade, a pedagogia tradicional acabava cultivando no aluno uma atitude de mera receptividade diante do saber instituído. Isso provocava conseqüências muito amplas, como a criação de atividades que se baseavam no acomodamento, na submissão e no conformismo diante dos poderes estabelecidos.

A rebeldia, a transgressão e a irreverência social eram vícios dos mais abomináveis, principalmente naquele ambiente de formação religiosa católica. Nas palavras

⁶³ Congregação religiosa e missionária fundada por Santo Antônio Maria Zaccaria e inspirada na obra do missionário São Paulo, conhecida pela sigla CRSP – Clérigos Regulares de São Paulo.

de Colares (1988, p. 24), para demonstrar a diferença na verificação do aproveitamento escolar no Vittorino de Feltre daquele tempo, contava Eliseu que um apostólico, foi reprovado unicamente por escrever “Vingilio” e não “Vergillio” como era o nome do autor de Eneida na língua italiana.

Essa teoria e prática espalharam-se pelo mundo e propunham uma mudança educacional voltada ao desenvolvimento da personalidade integral do aluno que lhe despertava a participação ativa no processo de aprendizagem. Concluindo os cinco anos de Ginásio na Escola Apostólica de São Bartolomeu, Eliseu pediu aos pais permissão para entrar no noviciado em Monza, passando o ano em provas e, em seguida, admitido à profissão dos votos perpétuos em 22 de novembro de 1916. Este foi o último ano em que a Igreja Católica concedeu fazer-se a profissão perpétua nesta idade, aos dezesseis anos.

Em suas anotações pessoais encontram-se escritos sobre o que para ele representou a Escola Apostólica⁶⁵, configurada num lugar de aprendizado profundo e rigoroso, mas cheio de alegria e prosperidade. Destinado a Lodi para fazer o curso Liceu (equivalente ao 2º grau), teve que interrompê-lo para servir ao Exército em 21 de abril de 1918.

Segundo Colares⁶⁶, “[o também] Padre Marino Conti, dialogando sobre D. Eliseu, diz que ele pertenceu a uma geração forjada nas dificuldades da guerra, saindo revigorado, com alma de escola”. Terminada a Primeira Guerra Mundial em 1919, continuou com seus estudos e conseguiu a maturidade clássica (equivalente ao vestibular atual) em junho de 1920 no Liceu, de Pietro Verri, em Lodi, seguindo para Roma onde ingressaria no estudantado.

Em uma de suas raras visitas à família, conheceu o livro “Conselhos e Lembranças”, com os pensamentos de Teresinha de Lisieux⁶⁷, que seria seu modelo de vida e espiritualidade. Imitando a religiosa e santa francesa, a partir deste conhecimento e da obstinação pelos pecados, principalmente os presenciados durante a guerra, criou o método particular de registros em um caderno, acerca de seus propósitos pessoais, pensamentos, afetos e desejos⁶⁸.

⁶⁴ Arquivo da Cúria Generalíssima dos Padres Barnabitas em Roma, Itália.

⁶⁵ Cf. *idem*.

⁶⁶ Cf. COLARES, *op. cit.* 97.

⁶⁷ Francisca Teresa Martin, santa católica, nascida na França, religiosa pertencente à Congregação das Carmelitas descalças, do Carmelo de Lisieux, mundialmente venerada e conhecida pelos ensinamentos dispostos em seus manuscritos autobiográficos, organizados e reunidos por sua irmã Agnes (Inês) Martin, também religiosa daquela congregação, na obra denominada *História de uma alma*.

⁶⁸ Todos os cadernos de anotações pessoais de Dom Eliseu Maria Coroli se encontram no que se conhece por Arquivo Coroli, de posse da Congregação das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha, cuidadosamente

Com o término dos estudos teológicos e filosóficos, chega ao sacerdócio em 15 de março de 1924, dispondo-se às missões, no que foi logo atendido por seus superiores e destinado no Brasil ao Colégio dos Barnabitas, na cidade do Rio de Janeiro. Realizava, assim, o sonho de ser missionário além-fronteiras.

Chegou ao Porto de Santos em 22 de dezembro de 1924 e apresentou-se a seu superior no Colégio Zacarias, no dia 24 do mesmo mês, na Rua do Catete, 113, onde permaneceu como Vigário (pároco) Coadjutor na Paróquia de Nossa Senhora de Lorêto, em Jacarepaguá, subúrbio do Rio de Janeiro, capital federal à época, assim como em capelas mais distantes. Sendo o mais novo naquela comunidade, transparecia grande vitalidade e ânsia pela missão assumida em⁶⁹ terras estrangeiras, pois “por aqueles trabalhos coadjutorias, mostrou que seria capaz de empreendimentos de máxima envergadura” (COLARES, 1988. p. 32).

Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, por cinco anos, trabalhando no Colégio Apostólico. No mesmo ano, em 14 de abril de 1928, o Papa Pio XI, através da bula *Romanus Pontifex*, erigiu a Prelazia de Nossa Senhora da Conceição do Gurupi⁷⁰, confiando-a à administração dos padres barnabitas, com território desmembrado da Arquidiocese de Belém.

Interinamente, até a sua chegada ao território da recém-organizada prelazia, o Arcebispo Dom Irineu Jofylli, assume a administração da nova área de evangelização. Daí em diante, padre Eliseu Coroli chega ao Pará em 22 de dezembro de 1929 e, logo

“compreendeu que precisava de grande esforço para difundir, o mais possível, o ensino religioso, pois a ignorância sobre os elementos doutrinários consentia no grande mal de que todos os outros vinham em consequência”. (COLARES, 1988. p. 63)

Seus ex-apostólicos afirmavam que o Padre Eliseu era muito exigente na disciplina e na responsabilidade, porém, conservava uma amizade por todos. Dividia com eles os trabalhos, os jogos e ajudava especialmente os mais fracos nas disciplinas em que apresentavam dificuldades, principalmente em Matemática, a qual o tornou celebrizado anos

conservados e analisados em vista do Processo de Beatificação deste religioso perante a Igreja Católica, compondo parte do acervo documental deste trabalho.

⁶⁹ José Meireles Sisnando, um dos alunos de padre Eliseu Coroli na Escola Apostólica de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, contemporâneo da chegada deste padre barnabita ao Brasil, cujo depoimento por escrito se encontra transcrito e analisado no livro *O Missionário Feliz*, da Irmã Terezinha Colares (missionária de Santa Teresinha), lançado em 1997, obra consultada e citada neste trabalho.

⁷⁰ Prelazia: tutela de uma congregação.

mais tarde, quando da sua atuação como professor desta disciplina no então Colégio Santa Teresinha, de Bragança, nos idos de 1940.

Padre José Meireles Sisnando continua seu depoimento

“segundo ouvi dizer, antes da vinda para o Brasil, Pe Eliseu estudou pedagogia com eminente Barnabita. Era natural que cheio de ardor juvenil, procurasse utilizar os conhecimentos pedagógicos”. (COLARES, 1997 p.32 et seq.)

Eis as circunstâncias históricas mais gerais nas quais visualizamos o início dos trabalhos pastorais do então Padre Eliseu Coroli a começar pela região do rio Guamá, que almejava uma formação cristã adequada aos regulamentos da Congregação dos Padres Barnabitas, nicho espiritual e moral onde o próprio Eliseu compreendeu a responsabilidade de continuar a faceta histórica desta ordem religiosa em terras de missão, como que ensaiando os futuros labores e os terríveis sacrifícios que teria de enfrentar.

“O padre vira e revira todos os igarapés destas freguesias: mas é custoso edificar onde não há base. Enquanto não houve padres fixos nesta matriz, todos a uma voz pediam a presença deles, demonstrando o maior interesse pela religião”.

Quando os padres chegaram, encontraram os cristãos de São Miguel na maior indiferença religiosa. Mal e mal apareceram os meninos e as meninas à missa dos primeiros domingos. O número foi diminuindo cada vez mais, até se reduzir, às vezes, a uma dúzia e até menos. A frequência dos adultos à missa, nos domingos, nunca foi grande. Ficou, mais ou menos, sob umas 20 pessoas presentes ao Santo Sacrifício dominical”⁷¹.

As dificuldades encontradas por eles eram tamanhas e entre elas o analfabetismo, a ignorância religiosa, a dispersão da população e, principalmente, a falta de catequistas idôneas, eram absurdas para tais missionários, portanto, iniciar um trabalho de base nesta região de missão era um desafio, ao qual organização e estratégias eram fundamentais. Isso levou também a desgastes físicos, como os do padre barnabita Francisco Richard, que debilitado após trinta anos no campo de trabalho, retirou-se da administração apostólica de tão extensa prelazia, exultando com a escolha de seu mais fiel colaborador, padre Eliseu Coroli⁷² que, certamente, daria continuidade à empreita religiosa da ordem.

⁷¹ Registro feito pelo padre Eliseu Coroli nas Notas históricas da Prelazia do Guamá, revelando uma conclusão pouco animadora da terra destinada à missão barnabita na região.

⁷² Impressões colhidas conforme leitura da Tradução dos Escritos de Dom Eliseu, 2001. Arquivo Coroli. p. 34.

Assim, “as três [sic] direções encetadas por Dom Eliseu (a catequese, a educação escolar, a assistência hospitalar e a evangelização dos índios)⁷³” estavam um tanto definidas no projeto dos missionários barnabitas, cujo “[...] ideal é a instrução daquelas crianças abandonadas pela civilização e condenadas à miséria, ao impaludismo, ao completo alheamento da Pátria⁷⁴”.

Aqui se mostra parte da herança ideológica deixada pelos jesuítas em um outro tempo, de difusão da religião, em que a subserviência de dependência e paternalismo acontecem nessas primeiras missões barnabitas e que ainda perdura em alguns pontos de nossa cultura até os dias atuais; assim sendo, estes missionários

“mestres de equitativa tradição pedagógica em renomados colégios da Europa, preocupavam-se antes de tudo, com a educação das crianças e que ao ensino catequético fosse proporcionada a mesma atenção dada ao ensino regular”.
(MERCÊS, 2003. p. 55)

As três direções supracitadas “não poderiam ser continuadas sem que houvesse um espaldar com a participação das forças locais, que trabalhassem junto aos missionários⁷⁵”. Várias tentativas foram realizadas com o intuito de satisfazer esta necessidade, e várias casas religiosas femininas foram abertas em Belém, porém, sem sucesso.

Com todas essas dificuldades é que o Padre Eliseu começou a considerar a possibilidade de formar professoras e catequistas, o que naquelas circunstâncias ainda não era factível, mas alcançar freiras que o auxiliassem no trabalho educativo se tornava mais fácil, devido suas barganhas religiosas.

Como parte do plano empreendedor da religião na região onde se concentravam grandes centros de devoção, em 03 de fevereiro de 1934, um decreto consistorial anexa definitivamente mais três paróquias à prelazia (São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim e Santana do Capim) e o encarregado dos trabalhos, Monsenhor Richard, nomeia o padre Eliseu Coroli, o responsável por essas três paróquias. Este decreto mudou também o nome, a sede e a padroeira da prelazia, passando a se chamar Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá, com sede em Bragança.

⁷³ MERCÊS, José Maria Ramos das. Barnabitas 450 anos. *Voz de Nazaré*, Belém, 22 jan. 1984. Artigo, p. 3.

⁷⁴ O ALPHABETO e a palavra de Deus nas selvas brasileiras. *Jornal A Tarde*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1939. Artigo p. 7.

⁷⁵ Cf. MERCÊS, op. cit. p. 3.

Uma evidente relação de amizade entre os membros do clero prelatício e da Prefeitura será travada em diversas oportunidades. Os próprios prefeitos falavam em nome das irmandades, inclusive para solicitarem da Interventoria o desconto de taxas, a montagem de arraial e até para barganharem a realização de jogos de azar no período das festas, o que era considerado profano aos olhos dos barnabitas. Na gestão de Waldemar Oliveira, temos

“A Diretoria da Festividade de São Benedito, no corrente ano, atendendo as grandes despesas para o brilhantismo da referida festa e confiada nas ocasiões atos de auxiliar as obras iniciativas para o levantamento da vida bragantina, vem mui respeitosamente pedir á V. Eça. que se digne conceder como auxiliar á acusada festa 50% das vendas arrecadadas no arraial como seja de parte das prefeituras e convencionando auxiliar á referida festividade, A diretoria.

RECEBIDO

Belém 5 de Dezembro de 1933. – Prefeito de Bragança – Nada tenho opor festejos São Benedito desde seja observado largo princípios higiênicos positivos e concorram carrousel e mais diversões com uma taxa para lepra ou cotijuba. Saudações. – (a) Major Barata”.

Neste tempo se inicia um grande diálogo entre a Igreja e o Poder Público Municipal. É impressionante notar que nas festas religiosas existentes no período estudado, e que eram muitas, a ingerência da Prefeitura sobre a sua realização era sentida especialmente na montagem dos arraiais e na cobrança dos impostos e taxas devidas à administração pública, desde outras gestões, relacionando as concessões para o funcionamento do arraial segundo os desígnios do Interventor Estadual Magalhães Barata. Era preciso que Eliseu e seus padres convivessem ainda um tempo com o que consideravam desmandos e que mais tarde seria objeto de luta e contraposição política.

Algumas correspondências, encontradas no Arquivo Histórico Documental de Bragança, na Pasta de Ofícios clareiam nossa leitura, como no ofício nº. 174, de 18 de novembro de 1932, do Prefeito João Rodrigues Coelho ao Secretário Geral do Estado sobre as petições de desconto para o arraial da festa de Nossa Senhora de Nazaré, por exemplo.

*“Accuso em meu poder o officio n. 2917, de V.Exc, com o qual me foi devolvido o processado referido a petição n.143, da irmandade de N.S. de Nazareth, desta Cidade, e bem assim a informação de que, o Snr. Major Interventor Federal, concordou com o abatimento de 50%, sobre os impostos no arraial da festa, em beneficio da festividade.
Conforme solicitou V. Exc. incluso remetto a copia do referido processado, devidamente authenticado.*

Reitero os meus protestos de alta estima

Saúdo a V.Excia.

*(a) Dr. João Rodrigues Coelho
Prefeito Municipal”*

Um telegrama de 1938, do Prefeito Augusto Corrêa, procedente de Belém, chamou-nos a atenção por se tratar da autorização dada pelo Interventor aos jogos de azar. Nele, Augusto Corrêa cita a festa de São Benedito e autoriza o débito do desconto para contribuição à receita escolar a ser destinada ao ensino público. Tal autorização, caso não fosse aceita, deveria ser revogada e utilizados os parâmetros concedidos à festa de Nazaré. Isso deve ter gerado algum transtorno, mas era a forma com que ele administrava a cidade, em sete anos de mandato.

*“Procedente de Belém – Pa N° 378800 Pls 44
Data 21 Hora 22,20*

Interventor acaba autorizar funcionamento jogo festa São Benedito auxiliar formação caixa escolar pt podes conceder privilegio Dico pagando conto duzentos pt Caso recuse debes obedecer licença taxa determinei festa nazareth pt combina tudo delegado quem telegrapei pt sigo sábado.

Augusto Corrêa”

Não obstante todos os privilégios adquiridos indiretamente pela Igreja em se tratando das suas festas, Eliseu Coroli continuou a trabalhar e passou a requerer ajuda de outra congregação missionária, agora feminina, para o trabalho em Bragança.

Em 30 de junho de 1937, em uma de suas viagens à Itália, padre Eliseu doente e o Padre Idelfonso Maria Clerici visitaram a Madre Geral das Irmãs do Preciosíssimo Sangue. Neste diálogo, foram expostas as condições reais da Prelazia e da função difícil de coadjutoria das freiras. A madre demonstrou interesse e simpatia pelo projeto e ficou de lhes dar uma resposta, após uma análise mais profunda.

No dia 9 de dezembro do mesmo ano, a Santa Sé nomeou o Padre Eliseu Maria Coroli Administrador Apostólico da então Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá⁷⁶, que toma posse no dia 30 de dezembro do mesmo ano. Nessa mesma época, procurou seus

⁷⁶ Nova denominação da Prelazia do Gurupi. Fonte pesquisada no arquivo da Cúria Diocesana de Bragança. Livro de tomo nº. 1, 1930-1946. p. 12.

superiores imediatos expondo a intenção de trazer para a Amazônia as Irmãs do Preciosíssimo Sangue que

“seriam estas religiosas-mães e mestras, ‘mulheres de trabalho e oração, como tão bem conhecemos – as primeiras educadoras [grifo meu] das jovens caboclas que, formadas na sede principal da missão, daí voltariam para suas vilas’ ”. (MERCÊS, 1984. p. 3)

Nas impressões colhidas, temos a notícia dos próprios barnabitas sobre as obras de seu irmão na Amazônia. Tal discurso meramente ilustrativo aqui, como segue, deixa o tom dos trabalhos do barnabita e que pretendia civilizar os povos encontrados nas suas missões.

*“Tarde Missionária (Fevereiro – 1938)
Passará essa tarde com os nossos co-irmãos de Turim, de Voghera e com os alunos internos do Real Colégio “Carlo Alberto” de Moncalieri, o Padre Eliseu Coroli fazendo uma palestra ilustrada, com ilides (slides) sobre o tema: Os índios da mata virgem – A vida missionária com as suas fadigas, suas dores e as suas vitórias – o ambiente por nós inexplorado, os valores e as desventuras das criaturas humanas a quem o Missionário quer levar a civilização da Cruz (e) as iniciativas elevadas que a caridade dos resgatados permite realizar (em) prol dos não resgatados. Tudo passará pela tela esclarecida pelas palavras quentes do conferencista, que será a palavra imparcial da experiência”.*

Foi exatamente neste momento que o germe de uma nova congregação: a das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha começa a se formar, rudimentar, mas com um firme propósito, baseadas num modelo específico. O Prelado consegue junto à madre das Irmãs Preciosinas na Itália, cinco destas para a missão, que chegam com ele no dia 12 de agosto de 1938, recebidos com festa pela população⁷⁷.

Essas colaboradoras ocupavam-se com as gremistas de Santa Teresinha, com os doentes, com os estudos da Língua Portuguesa, cozinhar para si e para os padres, além de aulas de pintura e bordado com três ou quatro alunas internas.

Uma das impressões acerca da influencia e do poder do padre Eliseu Coroli está no Relatório do Exercício de 1939, à pagina 49, do Prefeito Municipal Augusto Corrêa, quando se reporta ao relacionamento entre a Prefeitura e a Prelazia do Guamá, no item “Religião”.

⁷⁷ Na p. 27, do Livro de Tombo da Diocese de Bragança, n.º 1 (1930-1946), encontra-se o histórico sobre a vinda destas Irmãs com todos os pormenores desde a visita à Casa Geral, em Monza, na Itália.

“CATÓLICA – I – Esta cidade é sede da Prelazia do Guamá e da Paróquia de N.S. do Rosário de Bragança. A prelazia tem por administrador apostólico Monsenhor Elizeu Corolli e a Paróquia como vigário e coadjutor os padres Leopoldo Gerosa e Vitaliano Veri, respectivamente.

(...)

III – Mantemos as melhores relações com Monsenhor Eliseu Corolli, que se tem mostrado um esforçado pelas causas do ensino e da religião, auxiliando-o dentro das possibilidades do município.”

O relacionamento entre a Igreja a Prefeitura se dava aparentemente de forma cordial, notando-se um deferido respeito de um poder para com o outro. Neste aspecto, a realização de diversas festas religiosas em Bragança sempre acabava por solicitar a autorização do Poder Público Municipal, que encaminhava as decisões e comunicava, por ofícios os membros do Clero da prelazia e da paróquia. Várias correspondências registram essa relação, inclusive reportando-se às festas religiosas que foram banidas pela intervenção da Igreja entre os dirigentes das Irmandades de São João Batista e São Pedro, no antigo templo localizado no bairro da Aldeia e demolido com o consentimento do prefeito, da Igreja e da irmandade.

*“Exmo. Snr. Augusto Corrêa
D.D. Prefeito Municipal*

Cumpro o dever de acusar recebido e agradecer em nome também da Diretoria da Festa de S. João e S. Pedro o ofício N. 415 de V. Exma. acompanhando o decreto N. 27 que desapropria as ruínas da antiga capela de S. João Batista, á praça da Republica.

Com particular tomei conhecimento dos artigos que determinam as condições previamente combinadas para demolição da antiga Capela e reconstituição da nova; certo de que tudo far-se-á com satisfação de ambas as partes.

Dito ofício e decreto será archivado no archivo como parochial, depois de transcrito no livro de tombo, como é de praxe, “ad perpetuam rei memoriam”.

Com os meus repetidos cumprimentos subscrivo-me de V.Exca.

*Bragança, 18/6/1938 Adm. Or e Criado Att.
Leopoldo Gerosa
Vigário”*

Foi então por intermédio do Prefeito Municipal à época, Augusto Corrêa, e do Juiz de Direito, que Padre Eliseu tomou à frente a fundação de uma Escola Normal. Ele visita o Interventor Federal no Pará, José Carneiro da Gama Malcher, solicitando a equiparação dos

cursos Primário e Normal do Colégio Santa Teresinha às escolas do Estado⁷⁸, obtendo resposta positiva.

No dia 23 de novembro de 1938, o Sr. José Carneiro da Gama Malcher assinou o decreto de fundação do Colégio Santa Teresinha que ficou equiparado à condição de Escola Normal, notícia festivamente recebida pelos senhores bragantinos mais abastados, que antes enviavam seus filhos para a capital do Estado a fim de continuarem sua formação intelectual.

Decisivamente, uma contribuição a mais ao pioneirismo educacional nesta região da Amazônia e que mais uniria as famílias em torno de si mesmas, garantindo apoio político, social e financeiro à obra de Eliseu Coroli, permitindo a unicidade dos patrimônios familiares e um controle social mais rígido e efetivo de vastíssima prole de meninos e meninas bragantinos e do interior⁷⁹.

O Colégio Santa Teresinha era a terceira Escola Normal do Pará, estando as outras em atividade nas cidades de Belém e Santarém. Em seguida à equiparação, o Prelado começa imediatamente a comprar móveis, utensílios e materiais para o funcionamento do colégio, que visava atender toda a região. Para que isso fosse exequível, a organização de um internato era gesto providencial. De acordo com COLARES (1988. p. 5.) “no dia onze de dezembro de 1938, o jornal ‘O Bragantino’, publicava a primeira página, referindo-se ao decreto de fundação do colégio”, que a cidade tinha mais um importante e útil melhoramento.

O nome do Colégio não visava só homenagear a santa que na Igreja Católica é considerada a padroeira das Missões, mas expressava toda a sua fidelidade cristã, ao confiar, sob o auxílio e intercessão da santa francesa, todos os trabalhos, chegando a constituí-la ecônoma do empreendimento, o que fazia Monsenhor Eliseu acreditar que todos os recursos necessários seriam concedidos por intermédio de graças especiais providas da padroeira.

Percebemos o grande poder de organização desses padres, seja por sua formação, seja pela obediência aos desígnios e ordens internas de sua congregação religiosa. A tudo relatavam com uma precisão invejável e inquestionável, com riquezas de detalhes, o que também aconteceu com a fundação do colégio, inclusive com a imagem dos sujeitos a serem educados e formados pelos padres.

“Jesus Menino sorri sobretudo a todas as crianças... Ao lado do Menino Jesus, portanto, no Menino Jesus eu vejo todos os milhares dos meus... ou melhor dos nossos meninos... São crianças brancas, são amarelinhas, são escuras, são negras,

⁷⁸ Cf. idem, p. 30.

⁷⁹ Carta destinada às famílias bragantinas, datada de 26 de novembro de 1938, documento do arquivo particular da Secretaria do Instituto Santa Teresinha.

*são de todas as cores, de todos os matizes sepultadas no fundo das matas... Diante do presépio de Jesus Menino não se pode deixar de amá-las, de fazer todos os sacrifícios para a salvação das suas alminhas”.*⁸⁰

As professoras do curso primário e primeiras colaboradoras diretas de Monsenhor Eliseu, no Instituto Santa Teresinha, foram Theodomira Raimunda da Silva Lima e Isabel Ribeiro de Almeida, mestras conceituadas pela disciplina e rigor técnico, que lá trabalharam sem qualquer remuneração. Neste episódio, a aliança entre as professoras civis e o padre católico se configura em conveniência para ambas as partes.

De um lado, as professoras acreditavam no projeto educativo do religioso – dedicando-lhe tempo, trabalho, acompanhamento dos alunos, etc. – com a prestação de serviços sem retorno financeiro. De outro, com a confiança do religioso em se apoiar no trabalho dedicado das professoras leigas – suas colaboradoras na organização daquele ano escolar – e na parceria obtida para que sua obra educacional fosse levada adiante, até que a finalidade primordial do seu Colégio se completasse: “preparar jovens, que levando uma vida consagrada a Deus, ajudassem na evangelização de sua terra”⁸¹.

Monsenhor Coroli encontrou na sua congregação de origem o apoio para a construção do Colégio, firmando um convênio que em seu primeiro item especificava que

*“a Prelazia do Guamá concede à Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo Apóstolo (Barnabitas) e faculdade de construir com suas despesas e em sua propriedade, um Colégio, na cidade de Bragança”*⁸².

Mesmo apoio encontra na elite bragantina, pelo seu conhecimento e entrosamento social e político conveniente. Até nos recolhimentos de esmolas e ofertas das igrejas, onde porventura estivesse celebrando missas fora do Estado, organizavam-se doações para o Colégio Santa Teresinha.

Até que no dia 1º de dezembro de 1939, uma reunião dos Padres Barnabitas consultores da Prelazia, findaria por decidir pela edificação do prédio próprio para sediar o colégio⁸³. Para um empreendimento desta envergadura, o então Administrador Apostólico iniciou a compra dos terrenos no quadrilátero onde se situa atualmente o Instituto Santa

⁸⁰ Cf. Tradução dos Escritos de Dom Eliseu, 2001. Arquivo Coroli. p. 44.

⁸¹ Retirado de Os Cinquenta Anos do Instituto Santa Teresinha. Bragança, 1988. p. 3.

⁸² Cf. COLARES, op. cit. p. 125.

⁸³ Livro de Tombo da Diocese de Bragança, n.º 1 (1930-1946). p. 41.

Teresinha, entre a Praça das Bandeiras à frente, Travessa Padre Gerosa por trás, Avenida Nazeazeno Ferreira à direita e Rua Treze de maio à esquerda, no centro urbano de Bragança.

O lançamento da pedra fundamental do Instituto Santa Teresinha foi realizado numa pomposa celebração no dia 05 de julho de 1940. Muito interessante a carta do já bispo Eliseu acerca desse fato, à Itália, possivelmente em agosto ou setembro de 1940.

*“Devemos confessar que foi uma coisa muito solene. No mesmo dia festejamos o IV Centenário da morte do nosso santo pai. Por disposição do prefeito da cidade, o comércio ficou fechado até às 9 horas, afim de que todos pudessem participar das funções. A festa foi muito animada. Às 6 e meia saía da Igreja paroquial uma bonita procissão, composta pelas Associações Religiosas e confrarias. O Apostolado da Oração levava a imagem de Sagrado Coração de Jesus, os jovens da Ação Católica do Colégio levavam a imagem de Santo Antonio Maria Zacaria e as crianças do colégio, a de Santa Teresinha”.*⁸⁴

É de se notar a fala de Eliseu Coroli em relação às associações que lhe eram caras e que dariam o alicerce de seu controle no terreno da religião, assim como a pertinência da presença da ação do agente público, neste caso o prefeito de Bragança, diante da iniciativa do italiano.

Em seguida a esse trecho, a fonte expressa toda a exultação e entusiasmo do padre, depositada sobre aquela obra em construção, num discurso que firmava especialmente os fins para que o colégio nascia, descrevendo a situação das crianças que habitavam no interior, em comparação com a relativa e invejável realidade das crianças da capital paraense e as de Bragança.

Em oitenta e dois anos de vida, cinquenta e dois deles dedicados à Região Bragantina, Eliseu Coroli construiu aquilo que podemos hoje denominar de “patrimônio Coroli”, não só um patrimônio físico, como demonstra as imponentes obras por ele fundadas em Bragança e que até hoje beneficiam expressivamente a população, mas também um patrimônio espiritual que foi o propósito da missão na Amazônia, pelos padres barnabitas que desejavam salvar os caboclos de toda forma de analfabetismo, principalmente do conhecimento de Deus e da religiosidade.

Podemos começar a vislumbrar e traçar um perfil de Eliseu Coroli que neste rincão queria tão somente ajudar no crescimento do povo que lhe foi confiado, em fé e em educação, assim como em outras obras que ele criaria nos anos de sua atuação.

⁸⁴ Cf. Tradução dos Escritos de Dom Eliseu, 2001. Arquivo Coroli. p. 49

Com o decorrer do trabalho notou-se a importância que este padre barnabita alcançou na região em que atuou. Sua presença é marcante nas obras que fundou e no pioneirismo da formação de professores no interior do Pará, sempre com uma intencionalidade cristológica, com métodos eficientes para que esta se mesclasse com as intenções de melhoramento em geral das condições de vida social, econômica e cultural da população e arredores desta parte do mundo.

Assim, ao analisar Eliseu Coroli, não podemos diferenciar, ou até mesmo separar, o homem religioso do administrador das obras da religião, já que sua formação não permitia nem aceitava essa dicotomia, pela essência da própria natureza religiosa e sociológica que via na escola uma família, fato demonstrado nos documentos e regulamentos que escreveu e, em especial, ao fato de chamar todos os alunos, indistintamente, de “*minhas crianças*”, jargão carinhoso que perdurou por toda a sua trajetória, até os últimos dias de sua vida⁸⁵.

Outra característica, talvez a mais marcante e surpreendente para seus contemporâneos, pelo menos nos relatos orais em entrevista sobre Eliseu Coroli era a manutenção de um sorriso constante, muito próprio e adquirido em sua formação educacional por influência do humanista Vittorino de Feltre, o que encantava a todos os que o acompanhavam ou por ele eram acompanhados, desde os tempos do Colégio Santa Teresinha.

Situam-se dois elementos fundamentais do educador em questão: o sorriso e a formação integral. Com relação à comprovação disso, no monumental conjunto dos quadros de formatura, elevados na sala de entrada principal, no segundo pavilhão do Instituto Santa Teresinha, se pode ler “Semear a alegria” (1943) e “Ensinar para alegrar” (1948)⁸⁶ junto à filosofia da escola por ele anunciada “Educar é não somente instruir. Instruir bem e preparar para a vida”.

Nem todos os professores e colaboradores da época, sendo padres ou freiras, possuíam esse mesmo espírito, mas foi ele, como Diretor do colégio, quem traçou as normas da escola, exigindo metodicamente de todos os seus auxiliares na educação, uma postura de bom professor, ao menos para a época.

O tempo histórico em que Eliseu Coroli atuou poderia até não ter permitido atitudes tão ousadas na educação de jovens, em especial, de novos professores. Esse aperfeiçoamento de orientações, que incluía a permanência de modelos europeus e de cunho

⁸⁵ Impressões colhidas em entrevistas orais a respeito do comportamento de Eliseu Coroli, no decorrer da pesquisa, em visita ao Arquivo Coroli e arquivo particular da Secretaria do Instituto Santa Teresinha. Este vocabulário próprio de Eliseu vinha acompanhado pelo gesto, também particular, de “esfregar as mãos” enquanto conversava.

religioso na sua atuação educacional, no Brasil e na Região Bragantina, foi eficaz na perseguição aos perigos externos de anarquismo e do crescente socialismo que se espalhava no país a partir das primeiras décadas do século XX.

Um claro exemplo do intento do padre em ter controle da vida bragantina, no exemplo dos seus trabalhadores, se deu quando do início das aulas noturnas do Instituto Santa Teresinha e que ele deixou registrado em carta, como um relatório, destinada à Itália em 20 de fevereiro de 1941.

“A Escola Normal de Bragança.

No curso Normal temos 47 alunas, no curso Primário pouco mais de oitenta. As alunas internas são umas trinta.

Em 1º de março começaremos uma Escola noturna (a noite, logo depois do por do sol, na mesma hora, cada dia do ano, é já noite escura) para os empregados do comércio de Bragança. Podemos assim reunir também um pouco de jovens, que estão muito longe das práticas religiosas”.

Com esta forte e constante carga espiritual, Eliseu Coroli, um homem místico, mas também um líder religioso criou obras de apostolado em prol das necessidades mais evidentes do período entre as décadas de 30 e 60 em Bragança. Em menos de 30 anos, por exemplo, seu trabalho na educação à distância, chegava a 950 filiais das escolas radiofônicas e a mais de doze mil alunos matriculados no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB). Fala-se hoje de suas obras como exemplo de virtuosismo de sua experiência como padre, bispo e administrador apostólico da imensa extensão territorial da extinta Prelazia do Guamá, hoje Diocese de Bragança.

Esse aperfeiçoamento de mecanismos de controle social foi bastante eficaz na sua permanência no território nacional, já que, por ser italiano, poderia sofrer as sanções do Estado varguista, que via na presença desses imigrantes a proliferação de idéias anarquistas, sindicalistas e comunistas, por serem representantes de uma “desordem social” que o Estado visava eliminar ou perseguir, além do rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália. Tudo isso poderia quebrantar as estruturas dos planos nacionalistas de Vargas e dos destinos traçados ao País.

A vinculação de Eliseu Coroli foi tamanha a ponto de remeter ao Ministério de Educação e Saúde Pública (criado em 14 de novembro de 1930) os relatórios quantitativos e qualitativos de atividades e de resultados, em nome da Prelazia do Guamá, então órgão

⁸⁶ Dados obtidos em visita e pesquisa ao arquivo do Instituto Santa Teresinha.

mantenedor do Colégio Santa Teresinha, para chamar a atenção à adequação ao modelo de disciplina que estava em vigência no país. Seus relatórios podem se constituir como provas dessa vinculação ordeira ao projeto das novas oligarquias políticas no poder.

Como também enfatiza o bispo Andrea Maria Erba, de Velletri, Segni (Itália), na dedicação de Eliseu às crianças e com afeto especial às famílias, inclusive dividindo com elas as responsabilidades na formação integral de seus filhos, para obterem os lucros de uma educação segura e capaz de formar os cidadãos. D. Andréa destaca esse fato apoiando-se nas obras de Eliseu como missionário na Região Bragantina, como bem o faz no Jornal L'Osservatore Romano, à página 4, da edição italiana do dia 9 de fevereiro de 2000, data em que Eliseu Coroli completaria seu centésimo aniversário.

*“Edifica belas Igrejas e capelas, jardins de infância e escolas. Dedicou-se à formação de novos leigos do povo de Deus, com olhar de predileção para as famílias e crianças”.*⁸⁷

A própria cultura daquele momento expunha essa ideologia, como se constata nos órgãos disciplinarizadores de Vargas e do Estado Novo e das decisões religiosas do Concílio Plenário Brasileiro, reunião dos bispos católicos na década de 1940.

Aqui se depara com a imagem de um educador que exige, vigia, pugna, dita regras metódicas, porém, é maleável, não altera a voz, não briga, mas que leva à reflexão, ao aconselhamento a quem educa com doçura e mansidão pois,

“O que não é nosso fim no colégio: ganhar dinheiro, ganhar aplauso, só instruir, obter a disciplina, obter a devoção exterior... São meios, exclusivamente meios. Não podemos exigir de arrancar todos os defeitos das crianças! Que conheçam e amem realmente nosso Senhor Jesus Cristo e a Virgem Maria e aos que assim alcancem a salvação eterna. O que nos interessa é exatamente isto!

Aprende de mim que sou manso e humilde de coração: as duas melhores qualidades de quem educa: a doçura e a mansidão. A paciência, quando perfeita, leva-nos a essa virtude. A mansidão é mais um presente que devemos fazer as crianças. Dizer todas as letras do alfabeto antes de tomar uma resolução quando agitado. Conselho de Atenodoro e Augusto.

Doçura não é fazer todos os caprichos da criança... Consiste na paz revestida de bondade, de compaixão, de desculpa, de perdão. Consiste na calma, no domínio de si mesmo; consiste nas palavras apropriadas. Consiste no modo delicado... No sorriso sobrenatural. Consiste sobre tudo no amor que dedicamos à criança, por amor a nosso Senhor Jesus Cristo. A paciência é estátua fria, calada, não castiga também não acaricia, não repreende também não anima.

⁸⁷ Cf. Tradução dos Escritos de Dom Eliseu, 2001. Arquivo Coroli. p. 127.

A doçura é “bom humor” constante: sempre sereno e sempre alegre.

A doçura nos abre o coração da criança, nos da forças, a criança não tem fraqueza: pelo contrário! A impaciência é a demasiada severidade, é força a parte, porque é força bruta, porque não alcança o fim; porque no silêncio sente o remorso, etc... É assim não pode ser constante. A doçura é uma força suave, constante, irresistível.” (FERNANDES, op. cit. p. 42)⁸⁸

Fatos que ilustram e reforçam esta ação desenvolvida no colégio e na congregação que fundou estão contidos na visita de meia hora concedida a ele pelo Sumo Pontífice Paulo VI, de 6 de fevereiro de 1975, na qual Eliseu relatou a alegria de ser missionário, o que o próprio pontífice fez questão de realçar, como segue.

“Na quarta-feira seguinte, dia de cinzas, num sermão quaresmal na Basílica de São Pedro, Paulo VI referiu-se ao pensamento que o nosso bispo lhe havia ilustrado, publicado depois no L’Osservatore Romano: ‘Um missionário, que nestes dias, veio visitar-Nos, falava-Nos dos resultados felizes de uma iniciativa, seu intitulado Apostolado da Alegria. Porventura não é esta uma autêntica e sábia interpretação do Evangelho, mensagem da boa nova?’ (BARNABITAS NO BRASIL, op. cit. p.101).

Encontramos este modelo encarnado na congregação por ele criada, enfatizado na profissão dos votos de castidade, pobreza, obediência e, no notadamente autêntico, apostolado da alegria, que refletia o caráter da influência do humanista italiano que desenvolvia um trabalho pedagógico pautado na alegria, no prazer e bem-estar, o que fundamentou sua formação espiritual, desde a juventude. “No seu emblema episcopal quis o lema: ‘Filhinhos paz e alegria’ e nas suas cartas apareciam sempre jaculatórias⁸⁹ e invocações a Jesus, Maria e José: alegria, amor e vida⁹⁰”.

Nesse sentido, Eliseu foi importante e sua atuação decisiva ao estimular uma formação escolar baseada nos conceitos predominantes no discurso do Estado e das regras emanadas por uma congregação religiosa missionária em região de missão além-fronteiras. A cidadania, pleno exercício de direitos e deveres, como se concebe, continuava distante daqueles indivíduos que se enquadraram no conceito de cidadão – “por Deus e pela Pátria” –

⁸⁸ Cadernos manuscritos de instruções de Eliseu Coroli, destinado às Irmãs ou às futuras professoras. Arquivo Coroli.

⁸⁹ Jaculatória: frase, palavra religiosa, indulgenciada.

⁹⁰ Cf. textos extraídos dos arquivos da Cúria Generalíssima dos Padres Barnabitas em Roma, Itália.

das elites intelectuais, burocráticas e dominantes no cenário brasileiro e regional, como cita seu confrade barnabita:

*“Dom Eliseu não era político, mas sabia que a política podia lhe ajudar no desenvolvimento educativo, econômico e social da terra. Era o instrumento de Deus para realizar o que faltava, e nas mãos da Prelazia tudo dava certo. Nas mãos dos políticos nada crescia; nas mãos da Prelazia tudo se realizava, era natural, pois ninguém de nada se aproveitava”.*⁹¹

Isso, por fim, acabou abrindo espaço para a afirmação, em nossa região, do “modelo Coroli”, que o tornaria um símbolo para a época, num mosaico muito bem construído e que atendia aos apelos que a educação necessitava nas terras de missão no início do século XX e que, no imaginário popular, seria o grande benfeitor da sociedade bragantina e regional, a exemplo do “próprio Pai Celeste”.

2.6 Os barnabitas na festa de São Benedito

Iniciando parte dos seus trabalhos e que culminariam em Bragança, os padres barnabitas sempre foram muito ciosos no registro de fatos sobre sua atuação pastoral, o que se confirma na existência do exemplar “Diário da Prelazia de Nossa Senhora da Conceição do Gurupy”, iniciado por Ourém, em 24 de fevereiro de 1930, pelo então Administrador Apostólico da área, monsenhor Francisco Richard. Indo às inscrições lá registradas, os barnabitas aproveitavam a realização da festa de São Benedito para atuarem paralelamente com as administrações sacramentais, sempre em consonância com as programações estabelecidas pela irmandade beneditina.

No dia 25 e 26 de dezembro de 1936, segundo o registro no tombo, padre Eliseu Coroli crismou 176 pessoas por ocasião da festa. Dois anos mais tarde, mesmo com o aumento do número de crismas realizadas, já se nota certa aversão do barnabita para com a festa, conforme o mesmo diário, de “*Dezembro – 26 – Festa de São Benedito em Bragança; predomina o barulho. 253 Crismas*”.

⁹¹ Cf. BRAMBILLA, Luciano; MEIRELES, Vera Maria de Barros; SILVA, Leida Almeida da. *Vocação*. Belém: s.e., 2003. p. 26.

Nesse ponto, encontramos diversas referências ao caráter que a religião considerava às festas populares, merecendo destaque as fontes escritas pelo próprio Eliseu Coroli e destinadas à congregação a qual fazia parte. Em um desses exemplos, a descrição do “Natal entre os caboclos”, de 24 de dezembro de 1931, ilustra nosso pensamento e intuição quanto a sua visão sobre a festa do Natal além de demonstrar o próprio gosto e a suspeição do investigado sobre a data, tão importante marco cíclico das festas religiosas cristãs.

“Na distante e querida pátria os grandes preparativos para a solenissima festa terminaram. São preparativos múltiplos que absorvem toda a atividade humana: são preparativos materiais, e espirituais. A esta hora tudo está pronto: não restam senão os últimos retoques.

Nesta região equatorial em vez não tem tantos cuidados. Pois para o Santo Natal não são necessários tantas coisas. Não se pensa em panetones, nos torrones, nos confeitos, nos chocolates e outros doces: a cozinha não conhece o Natal e oferece inspidamente os alimentos de todos os dias. (...)

Religiosamente a festa é ainda muito simples. Cantam-se ladainhas (ladainhas populares da Virgem acompanhada de algumas orações); às vezes se toca o violão ou uma flauta. Feito o último sinal da cruz, pode-se começar imediatamente o baile, que do começo ao fim, é animadíssimo. (...)

Ah! Horas belas!... Noite de Natal em terra estrangeira!”

As observações do Livro de Tombo da Prelazia deixam nítidos muitos pontos de vista de Eliseu, dos quais retiramos os referentes à festa de São Benedito, como nos deixa em registro à página 31, do livro de 1938.

*“Dezembro – 25 – Rezo a missa de meia-noite de Natal; a Matriz está completamente repleta: no entanto não se nota grande piedade. As 8 horas rezo uma missa na Capella das Freiras; a comoção invade nosso coração.
26 – Festa de São Benedito em Bragança; predomina o barulho. 235 Crismas.”*

Em 10 de junho de 1939, parte de Bragança com direção ao Rio de Janeiro, o padre Eliseu, para participar das conferências do Concílio Plenário Brasileiro. De lá traria as regras que seriam posteriormente aplicadas na administração da Prelazia do Guamá, especialmente com relação às reformas do catolicismo nesta região. Logo após sua chegada, em uma reunião detalhada com os conselheiros presbiterais – todos barnabitas – Eliseu Coroli registra sobre as condições para a realização das festas religiosas de cunho popular, normas

que seriam mais tarde estabelecidas como decreto do concílio, em 1940. A reunião de 1939 era o início do processo de controle sobre a festa beneditina, em comum acordo com os seus consultores do domínio cultural a ser aplicado e cumprido.

“A reunião decorreu em agradável intimidade. As decisões mais importantes foram a continuação do Colégio “Santa Teresinha”, firmando-o sob todos os pontos de vista inclusive a construção de um edifício próprio; a visita aos índios; a rigorosa aplicação da lei na aceitação dos padrinhos e evitar a profanação das festas. Esta última deliberação só entrará em vigor depois da promulgação dos decretos do Concílio Plenário Brasileiro. O Administrador Apostólico, portanto, terá o merecimento da obediência seguindo fielmente o caminho que os Consultores lhe traçaram.”

O padre Eliseu ainda registra em suas cartas à terra natal o cotidiano experimentado, ora com satisfação, ora com surpresa, quando contextualiza, em uma de suas desobrigas, um fato digno de nota, em agosto de 1932.

“Uma notícia estridente tinha sacudido a monótona vida do caboclo. Andava-se dizendo eu havia estourada uma grande revolução em todas as cidades importantes. Três semanas depois chagava uma notícia mais palpitante ainda, os revolucionários tinham vencido e eram donos absolutos do governo. Quem eram os revolucionários e o que queriam, nenhum dos caboclos sabia dizer. Pouco importava. Sem dúvida, todos afirmavam com certeza (de que) o povo pagaria menos impostos e seria tratado melhor, e a “cachaça” seria mais abundante e com melhor preço. “Viva a revolução!” E dançavam e bebia-se! (...) Chegaram, depois de alguns meses da vitória, as primeiras disposições das novas autoridades. (...) Eu estava fazendo uma das minhas costumeiras desobrigas. Pude assim facilmente observar em diversos lugares um estranho espetáculo: os caboclos se aglomeravam nas tabernas, tristes e mudos. (...) “É absolutamente proibida a venda de cachaça sob pena de gravíssimas multas”. Ordem cruel. Tristeza geral. Não sei quem estava mais desconsolado: se os donos dos botequins ou os clientes. (...) Em verdade, também a proibição absoluta do líquido enganador não se apresentava de tudo séria. Andando de um lugar para o outro notei que o escrivão da polícia local se tinha enganado ao fixar ou copiar a data em que devia entrar em vigor o inexorável decreto. (...) Quando tudo foi retificado, ficou a liberdade de vender o popularíssimo líquido só em garrafão inteiro. Razões políticas, financeiras, comerciais, industriais tinha conciliado a concessão. Mas... garrafão cheio?!”

Neste intento o projeto religioso oficial para a festa beneditina estava assim iniciando sua fase de afirmação. E com o padre Eliseu à frente da Prelazia do Guamá, Bragança teria um motivo a mais para encampar outros projetos de infra-estrutura. É de se

notar que a romanização já se aplicava claramente ao menos nas reuniões presididas por Eliseu, instruindo seus correligionários sobre as medidas a serem tomadas no Concílio Plenário Brasileiro, entre as quais se destaca o controle sobre as festas religiosas. Era exatamente o sincretismo religioso, a alegria às vezes desmedida, a influência das culturas africanas e indígenas e a deturpação dos rituais católicos que a Igreja procurava combater e fiscalizar por meio de uma ação mais direta e controladora. Em Bragança, numa reunião dos padres barnabitas em de 1939.

“Reunião dos consultores

“A reunião decorreu em agradável intimidade. As decisões mais importantes foram a continuação do Colégio “Santa Teresinha”, firmando-o sob todos os pontos de vista inclusive a construção de um edifício próprio; a visita aos índios; a rigorosa aplicação da lei na aceitação dos padrinhos e evitar a profanação das festas: esta última deliberação sé entrará em vigor depois da promulgação dos decretos do Concílio Plenário Brasileiro. O Administrador Apostólico, portanto, terá o merecimento da obediência seguindo fielmente o caminho que os Consultores lhe traçaram”. (grifos nossos)

Sagrado bispo em 13 de outubro de 1940, Dom Eliseu já contabilizava inúmeras viagens ao interior da prelazia, obras em construção – como a do Instituto Santa Teresinha –, a parceria com o poder público local e ações de evangelização que fazem parte hoje da construção ideológica em torno de sua pessoa, um imaginário construído a partir de uma leitura factual e devocional de suas “filhas” Missionárias de Santa Teresinha, que são salvaguardam o “patrimônio Coroli”.

Não acostumado a ser ameaçado pelas repercussão de suas próprias obras, Dom Eliseu conviveu com a oposição de um significativo grupo de jovens, liderados pelo mais tarde antropólogo e folclorista Armando Bordallo da Silva, já médico sanitário, que, com o irmão historiador Bolívar Bordallo da Silva e com o inseparável amigo Luiz Paulino dos Santos Mártires, já ajuizavam-se contra os desmandos que Eliseu implementaria na cidade, como nos ilustra o episódio da ocupação da rua por detrás do prédio do Instituto Santa Teresinha.

O médico Armando Bordallo vem a Bragança, no dia 10 de junho de 1944 para melhor explorar, de acordo com as informações fornecidas pelo Grêmio Bragantino, o caso do muro de cinta do instituto e acusa a Prelazia de obrigar os moradores do quarteirão vizinho a venderem suas barracas a um valor muito abaixo do preço de custo e atentar contra a estética da cidade. No tombo prelatício, o próprio Eliseu responde:

“É falso. Ninguém foi obrigado a vender e, sim, convidado: quem não aceitou o convite, ficou em sua barraca. Não foi a Prelazia que determinou o preço e sim, o Dr. Lobão da Silveira, Prefeito do Município quem o apresentou aos interessados. Quanto a estética foi o próprio prefeito quem convidou a Prelazia a fechar a rua a qual passa atrás do Instituto”.

Devido isso e com as informações prestadas por Luiz Paulino dos Santos Mártires, Presidente do Grêmio, em Belém, o interventor Magalhães Barata mandou suspender a construção do muro do Instituto Santa Teresinha, o que vem a calhar no que se refere às finanças da prelazia, que não possuía recursos para continuar a empreita.

Esse fato só é resolvido a partir dos últimos três anos da década de 1940, quando vários outros assuntos iriam perturbar a até então tranqüila administração do bispo Coroli. Com a posse de Oscar Aciolli de Vasconcelos, em 15 de março de 1948, no cargo de prefeito de Bragança, solenidade abrilhantada com a presença do então governador do Estado major Moura Carvalho, se constata a necessidade de entregar à prelazia o quarteirão nos fundos do colégio e de fechar a rua que separa os dois quarteirões, liquidando o assunto a favor do bispo, que escreve no tomo de 15 de março daquele ano:

“Cousa notável: na festa do Sr. Prefeito, não obstante a embriaguez, a vitória política e a presença de pessoas de Belém, não houve bailes. À noite deste dia, houve um festival músico-literário, no Salão do nosso Instituto em homenagem ao Sr. Governador”.

Não só isso. O prefeito se torna amigo e colaborador da obra do Instituto Santa Teresinha, legitimando os conselhos e objetivos do barnabita. Como uma das fontes para se analisar o assunto, encontramos também um atestado de obediência de Oscar Aciolli de Vasconcelos sobre o colégio, certamente, com a finalidade de favorecer a discutida obra do muro e do fechamento da rua.

“Eu, abaixo assinado, Oscar Aciolli de Vasconcelos, Prefeito Municipal de Bragança, atesto de ciência própria, que (...) a abertura do Ginásio Sta. Teresinha (...) a satisfação foi geral: não somente para Bragança como também para as pequenas cidades vizinhas. (...) O Ginásio Sta. Teresinha (e) o Instituto Santa Teresinha tornaram-se uma verdadeira necessidade para toda a zona da Estrada de Ferro de Bragança além de Vizeu e o Guamá. O número de alunos, relativamente, avultado e em contínuo aumento está a demonstrar que não é mais possível fechar o dito Instituto e muito menos, o Ginásio. (...) Atesto que correspondem fielmente à verdade (...)”.

Não obstante o fato, já era consequência da própria ação do Concílio Plenário Brasileiro a afirmação de apoio do Estado ao modelo de cristandade que pelas novas regras e posturas estava sendo implantado. “A Constituição de 1937 mantivera essa conquista e o Estado Novo reforçava ainda mais a aliança com a Igreja”. (MAUÉS, 1995, p. 66). Os bispos brasileiros continuaram a trabalhar quotidianamente para promoverem uma re-aproximação com o Estado brasileiro, como Dom Sebastião Leme, que liderou uma campanha nacional no período do governo de Getúlio Vargas para declarar o título de Nossa Senhora Aparecida (de origem popular) como padroeira do Brasil.

Em Bragança, a colônia de portugueses adquiriu uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, dada ao bispo Eliseu Coroli que a benzeu solenemente, em uma celebração realizada em 1º de dezembro de 1946⁹², com sermão aludindo e renovando a “Consagração da Prelazia do Guamá ao Coração Imaculado de Maria”. Após a missa, a imagem foi conduzida em procissão até a Igreja de São Benedito, onde foi preparado um altar. A imagem continua até os dias de hoje, em destaque entre as demais efígies de santos católicos.

A intervenção dos padres barnabitas na festa de São Benedito não pode ser considerada como um fato isolado, muito menos análises vistas apenas do ponto de vista local, paroquial. Certamente, essa influência da Igreja Católica foi mais universal do que se imaginou, de relacionar-se com os conflitos entre Igreja e laicato por em diversos exemplos na Amazônia, especialmente na Zona Bragantina e do Salgado. Um desses episódios acontece quando os padres crúzios de nacionalidade holandesa foram indicados a assumir o governo da paróquia de Santa Cruz, em Belém, e de mais três cidades da Região do Salgado: São Caetano de Odivelas, Curuçá e Marapanim.

Na paróquia, o vigário decide-se por cumprir as determinações arquiépiscopais quanto à proibição contra a esmolação⁹³ com imagens, num lugar onde a devoção a São

⁹² Cf. Livro de Tombo da Prelazia do Guamá, ano de 1946, p. 95.

⁹³ Conjunto de atos religiosos realizado por comitivas (comissões ou tripulações) de esmoladores (foliões ou esmoleiros) que percorrem as regiões dos municípios angariando esmolos e ofertas para a realização de festividades de santos católicos, muito comum na região Bragantina e congêneres. Em Bragança, por exemplo, é, em muitos casos, a única presença religiosa nas localidades mais distantes da sede (Campos naturais, Colônias agrícolas e Praias litorâneas). Nessas oportunidades, os esmoladores levam três imagens de São Benedito e com ela rezam e cultuam seu padroeiro, numa para-liturgia que envolve cantos, folias, ladainhas e orações em latim arcaico e em português, acompanhadas por tocadores de instrumentos musicais de percussão bastante específicos.

Benedito (do Achado), também celebrada como em Bragança, em 26 de dezembro, ofuscava a celebração do ciclo do Natal.

Numa ocasião de pernoite da imagem de São Benedito que estava sendo conduzida por uma comitiva de esmoladores no interior de Curuçá, o sacerdote holandês que lá se encontrava não permitiu que a mesma pousasse na capela, retirando das mãos dos que a conduziam e acidentalmente partindo-a em três pedaços, sendo por esse motivo linchado pelos populares, salvo em seguida por influência de um professor do lugar⁹⁴. Esse fato gerou a saída dos crúzios do município e por muito tempo o amedrontamento de outros sacerdotes em assumir sua direção pastoral.

Isso durou até a aceitação do padre Edmundo Igreja, que vai ser considerado bastante hábil e através de sua atuação. Monsenhor Igreja conseguiu mais habilmente resolver as querelas que se encontravam no seio daquela comunidade, num episódio que se relaciona com o contexto da romanização mundial desde do século XIX, implementando transformações bastante evidentes na realização da festa de São Benedito do Achado⁹⁵, de forma mais sutil do que as tentativas de controle e dominação em Bragança.

Esse conjunto de atos de romanização e os seus limites podem ser considerados no entendimento da relação dialética de ações, reações, convenções, rebeldias, representações e formas do imaginário, entre sacerdotes e leigos, entre representantes do poder hierárquico dado pela Igreja e os que receberam o poder dado pelo povo.

Toda a autoridade dos padres vem do cumprimento de decisões de suas instâncias superiores e por meio de circulares ou pastorais coletivas, documentos que exprimiam as vontades de controle sobre as manifestações de devoção popular, em procissões, esmolações e em festas dançantes.

Um aviso, transcrito no Livro de Tombo da Prelazia pode ajudar a interpretação dessa romanização, baseado nas decisões discutidas e formuladas no Concílio Plenário Brasileiro, em 7 de setembro de 1940, sob a presidência do cardeal Dom Sebastião Lema, representante do Vaticano e do Papa Pio XII.

⁹⁴ Outra versão do episódio pode ser vista com a leitura das notas explicativas do texto citado.

⁹⁵ Essas informações nos foram possíveis aqui baseadas nos estudos de MAUÉS, Raymundo Heraldo, op. cit. p. 83 et. seq. De acordo com o autor, monsenhor Edmundo Igreja implementa habilmente modificações na festividade de São Benedito do Achado (Curuçá), modificando o período de sua realização, proibindo esmolações com imagens de santos católicos, fazendo ele mesmo desobrigas levando a imagem de São Benedito, influenciando os católicos de Curuçá acerca de sua visão sobre as esmolações.

“AVISO

(...) 2º – *Os Padres devem explicar aos fieis que a solenidade das festas e devoções não consistem no arraial, nos fogos e nas girândolas, mas sim na freqüência dos Sacramentos, na assistência à Missa, às funções religiosas e ao catecismo e no exercício das virtudes cristãs. Portanto em ocasião das festas:*

a) os Padres e as Diretorias devem fazer todo o possível para que as festas não sejam profanadas com bailes, cachaça e jogos de azar; devem outrossim tirar toda solenidade à Missa e às sagradas funções se tais abusos verificarem no próprio arraial. (Decr. 357).

b) A banda de música e os músicos, que na vespera da festa tocarem em qualquer baile, não poderão ser admitidos a acompanhar a procissão e muito menos tocar na Santa Missa. (Decr. 407).

3º) – As Diretorias das festas devem ser nomeadas pelo Vigario, conforme autorização do Snr. Bispo Prelado, e as mesmas devem no prazo previamente fixado prestar contas de todas as esmoladas arrecadadas e de todas as despesas feitas. (Decr. 358).

4º) – Não podem receber sepultura cristã os protestantes, os maçons, os escandalosos, salvo se derem sinais de arrependimento antes da morte. Nenhum Padre por motivo nenhum pode acompanhar o enterro. (Decr. 350).

5º) – Os Padres devem oportunamente lembrar aos fieis que os cristãos que pretendem constituir família com o amasiamento ou com ato civil sem receber o santo sacramento do matrimônio diante do altar de Deus vivem em horrível e vergonhoso pecado mortal. (Decr. 280).

A todos os nossos amados filhos a nossa bênção.

Bragança, 1º de março de 1941

D. Eliseu Maria Coroli, Prelado.”

Na Amazônia, mais especificamente, essa ideologia ultramontana teve seu representante máximo na figura do bispo Dom Antônio de Macêdo Costa, que promoveu uma maior aproximação com o catolicismo de Roma, não obstante fortalecer as associações piás onde se perpetrava o poder do seu Clero, de origem secular ou em congregações, como também ao perseguir diversas manifestações populares que se entremeavam com os rituais católicos. Uma dificuldade, porém, é registrada no livro de Tombo da Prelazia, em 02 de fevereiro de 1942, em reunião com os padres conselheiros.

“2º) (Assunto) Vantagens e Dificuldades dos “Avisos” relativos ao Concílio Plenário Brasileiro

(...) b) quando ao JOGO, CACHAÇA E BAILES. Citado o caso de Vizeu, onde a mesma banda toca nos bailes e na procissão do Círio, o Prelado não transigiu,

recomendando que de antemão se avise e se insista na ocasião do contrato com a Diretoria da festa. – Em Ourém, graças a Deus, o Padre manda e (...) obedece. – Em Bragança em certos logares de S. Miguel sucede que o jôgo é promovido pela Prefeitura ou pela polícia: é preciso procurar uma maneira de dar um geito.”

Essas proibições de todos os tipos não somente ocorreram em Bragança, perfazendo um contexto regional da romanização, inclusive percebidas nas pistas que pinçamos na literatura (como na já analisada obra de Lindanor Celina). Todavia, estando Dom Eliseu em viagem de trabalho ao Rio de Janeiro, a diretoria da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança aproveita para modificar, aprovar e registrar os novos Estatutos do que viria se tornar Sociedade Civil, interrompendo a trajetória da irmandade religiosa, já que conferem-lhe um novo caráter.

Os padres barnabitas em Bragança realizaram um campanha de moralização e adequação das festas religiosas ao pensamento ultramontano, destruindo manifestações construídas e vivenciadas por muitos anos, intrometeram-se nos assuntos estéticos e equipamentos urbanos da cidade, determinaram a localização e o espaço do sagrado na cidade, finalizaram festas, criaram e ampliaram outras onde seu domínio se pudesse evidenciar mais fortemente, aliaram-se com as autoridades públicas e promoveram a tentativa de controlar de forma evidente a maior manifestação de história e cultura do povo, simbólica, folclórica, cultural e religiosa do bragantino: a sua devoção e sua irmanação com São Benedito – um outro bragantino.

3. Das imagens e símbolos da Antropologia sobre a festa de São Benedito

Neste segundo capítulo, levamos à frente a questão da festividade e da Marujada de São Benedito, em Bragança, como as lemos nas imagens fornecidas e apoiadas na literatura, enxertando-a com um frutuoso cabedal de fontes, apresentaremos a tão desconhecida e ainda não historicizada luta pela propriedade de São Benedito, de sua cultura e de seu conjunto ritual, já entre escritores da academia, homens da ciência, que ajudaram a construir o imaginário sobre a identidade cultural da Marujada, tanto na antropologia quanto no folclore.

Aqui valem duas observações muito importantes. A primeira é quanto à periodização, pois partimos do pressuposto de se trabalhar as fontes disponíveis de forma escrita, a exemplo do capítulo anterior, como elemento de gênese da visão sobre a festividade e o culto ao Santo Negro em Bragança.

Dessa forma, podemos perceber o que fazem, pensam, como agem e se comportam os sujeitos envolvidos nas querelas entre leigos e padres pelo controle dessa festa, pela propriedade cultural das suas manifestações e pelo uso dos símbolos e poderes que o controle da festa acabava por determinar.

A segunda questão relevante diz respeito a como esse imaginário criou as expectativas para que as instâncias eclesiástica e popular se preparassem para a luta pelo controle dos festejos de São Benedito e se apoderassem de seu patrimônio cultural e físico.

Isso surgiu em decorrência da falta de entendimento entre os representantes do clero prelatício barnabita e dos dirigentes leigos da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança. Na divisão temporal estabelecida para análise das fontes, não se trata aqui da história de Bragança, mas uma história em Bragança, num tempo determinado.

Os anos seguintes ao aparecimento da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo, entre 1930 e 1950, caracterizam-se em Bragança pela grande transição que redundou na crise da extinção da Estrada de Ferro e na determinação do modelo de vida adotado pelo bragantino em geral, seja no campo social, seja no campo religioso.

Em consonância com essas posturas, adotadas segundo o parâmetro político da época, temos em Bragança a produção e a circulação de uma pluralidade de revistas, jornais e outros meios de circulação de informação como os pequenos boletins, que demonstram, a um olhar desprezioso, todo um sentimento de amor e de zelo ao adjetivo pátrio bragantino e às estruturas onde se visualizava esse bem-querer, essa pertença.

Notável para agora, uma crônica escrita no Jornal do Caeté, de 22 de janeiro de 1933, dá uma mostra desses arquétipos que se defendiam e propalavam como verdade a ser seguida pelos bragantinos.

“As mangueiras bragantinas, atestando a iberdade do solo, no inicio do anno e com a chegada do inverno, estão apejadas de fructos e sazoados, em cachos magníficos que agradam a vista e se tornam a decoração deliciosa da cidade. Infelizmente, se as mangueiras alinham a urbs, os que saboreiam os frutos, numa indiffereça criminosa pelo asseio das ruas, atiram as cascas e caroços no solo e nas sargetas, afeiando as artérias que as chuvas de inverno estão levando. Prelazia versus Irmandade do Pena é que assim seja. Aquelle que se alheia da limpeza da terra em que vive, não póde ser cuidadoso nem zelar o abrigo em que reside”.

Nesse ínterim, várias outras impressões dão conta de um município que ainda vivia na égide de uma economia dependente e ligada à capital do Estado, mas que reunia em seu bojo, qualidades de um lugar do interior que ainda guardava a tranqüilidade, a paisagem e a convivência aprazível de uma cidade pacata, mas que era sempre avisada dos rumos ideológicos ditados pelo Estado varguista. De muitos avisos, um em especial, merece nota.

“Senhor Prefeito,

Este departamento, em inteira harmonia de visitas com as autoridades policiais está cooperando no intuito de ficar livre o paíz de individuos indesejáveis ou parasitários, que, burlando as leis imigratórias, aqui estão exercendo sua atividade do comercio, notadamente, nos mercado e feiras livres.

Assim, venho solicitar de Vossa Excelência digne-se determinar “as repartições competentes, que não concedam ou renovem licença alguma a estrangeiros, individualmente ou constituindo firmas, sem que exibam seus passaportes, devidamente, visados pelas autoridades imigratórias, notando-se que todos tiveram o “visto” condicionado ao Art. 8º, Letras C, E, F e G, do Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934

Só podem permanecer no paíz por tempo limitado¹”.

Para firmar ainda mais o caráter cultural da cidade, reunimos, em vários depoimentos, alguns que se somam aos relatos orais de nossos entrevistados. Bragança se coadunava à realidade da capital, de seus líderes à época e de suas estruturas de poder, evidentemente aos moldes pretendidos para a dominação política e ideológica do Estado varguista.

¹ Circular nº 13, de 22 de dezembro de 1937, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (Departamento Nacional do Povoamento), Rio de Janeiro/DF, de 22 de dezembro de 1937.

“O rádio do Pará em Bragança

O major Barata deseja que o povo também tenha horas de prazer.

As nossas populações das principais cidades do nosso interior vão ter dentre em breve um grande melhoramento na sua vida tormentosa de todos os dias.

O eminente homem que dirige para felicidade nossa, o destino da terra paraense, achou que não só os que estão melhorados de fortuna e que por isso podem concorrer a todos os divertimentos para o refazer do espírito, também o pobre, o povo na expressão rigorosa, que não pode freqüentar as grandes sociedades para ouvir a boa música e os bons cantores, deve ter um meio de isso tudo poder ouvir e saber de mais alguma coisa.

Por isso, s. exa. num gesto verdadeiramente liberal, que mais o veio prendê-lo ao povo, em cujo meio gosta de estar, como sempre afirma, em sua última visita à sede do Rádio Club do Pará, fechou contrato para que em todas as praças públicas de Belém fossem instalados aparelhos especiais de modo a que as irradiações do Rádio Club possa chegar aos ouvidos desse mesmo povo”.²

Parece-nos que as lideranças locais precisavam guardar essas impressões como troféus de boa execução política e articulação com seus aliados políticos, com seus partidos e convicções ideológicas, com a divulgação do *modus vivendi* bragantino e com o que se passaria no futuro, onde estamos agora, de forma extensa e sistematizada.

Muitos desses relatos se encontram disponíveis nos documentos do Arquivo Histórico e Documental do Município de Bragança e vários deles, anônimos ou não, conhecidos do grande público ou não, geraram em nós uma expectativa para perceber o imaginário cultural de Bragança no período em tela.

“Ao Dr. Prefeito Augusto Correa

Ao penetrar neste Pavilhão, o visitante sentir-se-a possuído da mais lisongeira impressão. É que neste “Stand” o grande e prospero Município bragantino reunio tudo quanto pôde dizer da fertilidade de suas terras e da capacidade produtiva dos seus habitantes. Hosanas, pois, ao operoso e honrado prefeito de Bragança – o meu distinto amigo Augusto Corrêa – E ao povo bragantino, a esse povo hospitaleiro, ativo e progressista as minhas sinceras congratulações.

Em 24.X.37

Ten. Cel. Luiz Gueafz”.³

² Jornal do Caeté – Ano IV, nº 187, de 4 de junho de 1933. Arquivo Histórico Documental do Município de Bragança (AHDMB).

³ Livro de Registro de Impressões de Visitantes no Município de Bragança, 1937. AHDMB.

E ainda,

“O pavilhão de Bragança não me surpreendeu. Não é de hoje que acompanho com o maior vivo interesse o progresso do laborioso povo bragantino e a crescente evolução do tradicional Município do Caeté. Além disso, a gestão de Augusto Corrêa está afirmada como de um governante honesto, inteligente e progressista, atraz de quantoz a conhecem e de todo que, com animo desprevenido e espírito de justiça, visitam a encantadora e poética cidade sede do governo municipal. Meus applausos a esse administrador! Minhas aos meus municípes!”

Belém, 20 de setembro de 1937

Oswaldo Viana”

Logo em seguida, a Estrada de Ferro com a sonhada e divulgada epopéia de desenvolvimento em que Bragança foi colocada por seus escritores, jornalistas e literatos, temos o poder crescente da ordem barnabita sobre o território da Prelazia do Guamá, representado pela personalidade forte do padre (e depois bispo) Eliseu Coroli, como somatória ao entendimento que nos é caro nesse texto.

Eliseu Coroli serviu Bragança como um gestor dos desígnios religiosos e pelas obras físicas que culminaram na sua autoridade eclesiástica, em sua respeitabilidade quase incontestada e na determinação com que tratava os assuntos mais urgentes, como educação, saúde, comunicação, entre outros. Encontramos às páginas 49, de um Relatório do ano de 1939, do prefeito Augusto Corrêa, a manutenção desse relacionamento com o administrador da obra evangelizadora da Igreja Católica.

“RELIGIÃO

CATÓLICA

I – Esta cidade é sede da Prelazia do Guamá e da Paróquia de N.S. do Rosário de Bragança. A prelazia tem por administrador apostólico Monsenhor Elizeu Corolli e a Paróquia como vigário e coadjutor os padres Leopoldo Gerosa e Vitaliano Veri, respectivamente.

II – Durante o ano de 1939, realizaram-se 1646 batizados – 961 femininos, e 685 masculinos e 225 casamentos, sendo religiosos 211 e religiosos com efeitos civis 14.

III – Mantemos as melhores relações com Monsenhor Eliseu Corolli, que se tem mostrado um esforçado pelas causas do ensino e da religião, auxiliando-o dentro das possibilidades do município”.

Embora desde o início a Estrada de Ferro estivesse associada à idéia de progresso, a modernidade pretendida e o melhoramento da qualidade de vida da maioria da população sugerido com a sua efetivação não modificaram em quase nada o cotidiano dos mais pobres, desde os seus primórdios, antes, era figurada pelo abandono de uma população carente, pobre e desamparada. Tanto que não houve nenhuma reação dos segmentos sociais menos favorecidos da sociedade à época de sua desativação, nem protestos, pelo menos, que pudéssemos notar em documentos.

Um registro bem pessoal de padre Eliseu, encontrado em seus arquivos pessoais, no Instituto Santa Teresinha, em Bragança, garante sua impressão sobre a questão em mote.

“Basta que lembremos a viagem de Belém a esta cidade: durava, mais ou menos, umas nove horas, num ‘Maria Fumaça’. Até quem vinha de uma capital nordestina, estranhava, assombradamente, tanto atraso: A paisagem que ia parecendo ao longo da estrada de ferro, era monótona, desalentadora, lembrando as ‘incultas brenhas’ das liras de Alvarenga Peixoto, no seu exílio; uma nuvem de poeira a envolver os viajantes, acompanhada, vez por outra, de faíscas que se desprendiam da locomotiva: ‘uma verdadeira fornalha’!

A entrada de Bragança, na velha praça da Estação Ferroviária, fazia crescer o estado depressivo dos passageiros, uma série de sujos botequins de madeira, data a esta cidade o triste aspecto de uma pobre tapera.

Não havia táxi... De veículo, só uns caminhões de algumas firmas comerciais, um, dos Padres; e um jeep do Sr. Severiano Maia.

A bagagem dos viajantes era transportada em carrinhos de mão!

(...) Tinha mesmo a impressão de ter chegado ao ‘fim do mundo!’ ”.

E mesmo porque ainda se importavam diversos produtos tão necessários à economia bragantina para abastecer o consumo do comércio local, dinamizado pelo horário do trem e pelas firmas que se faziam noticiar nos jornais da época. Essas contradições não se mostram claras nas obras literárias e nos discursos sobre Bragança, sempre vista como terra de uma tranqüilidade certa e de hospitalidade pelos visitantes. É um grande desafio tentar visualizar essa faceta conflituosa em escritos que não tinham essa pretensão, ou não mereceram tal caráter, mesmo pela defesa do sentimento de amor ao território e à vida cotidiana pacata e simples.

A luta pelo controle da festa dirigida pela Irmandade de São Benedito, de forma prática, emerge em diversas fontes como uma das mais significativas facetas de protesto nas últimas décadas do século XX. Embora o arcabouço documental escolhido para o desenvolvimento do tema não se tenha constituído de forma a pleitear essa discussão (como

as demais obras que tratam da cidade de Bragança e de seu povo), ainda assim, nosso material revela-se um componente de onde emana por toda a parte, na medida em que pesquisa avançou, o conflito entre a sociedade formada pelos padres e os próprios padres pelo controle e propriedade da cultura religiosa bragantina.

O processo de construção da luta pelo controle da cultura beneditina no interior das relações sociais foi de tal ordem que as querelas entre esses “dois senhores” se impôs como realidade até na postura social desses sujeitos. Contudo, admitir a luta entre Irmandade e Igreja como uma realidade expressiva de Bragança, no decorrer do século XX é apenas uma das condições para a reconstituição desse passado sem a expropriação da memória histórica dos menos favorecidos. Eles estão contidos nela. Eles fazem parte dela.

Estudos clássicos sobre a cultura bragantina, que se tornaram pontos de partida teóricos importantes para essa análise, desde o início do trabalho de pesquisa, podem ajudar a dividir os marcos temporais utilizados aqui.

Nesse percurso, procuramos trabalhar com dois homens das Humanidades, como exemplos do que se escreveu e divulgou do culto a São Benedito no tempo, numa ênfase antropológica. Um, Armando Bordallo da Silva, tratou o culto a São Benedito como elemento de formação cultural do povo bragantino, emblematizado na feição popular, do pobre, nas faces dos ribeirinhos e trabalhadores mais humildes. O outro, Dedival Brandão da Silva, na mesma leitura antropológica, procurou desvendar os significados rituais das práticas ligadas ao catolicismo liderado pelos leigos “irmãos” de São Benedito.

Em que medida, então, seus escritos podem ser levados em consideração entre a concepção da Igreja sobre a cultura e o significado das práticas religiosas e culturais que envolvem a fé em São Benedito? Num momento em que estabeleceram e se solidificaram os reflexos das decisões do Concílio Plenário Brasileiro, se instituíram as bases políticas e sociais da ditadura militar e se formou a Diocese de Bragança do Pará.

O folclore bragantino não deixou de registrar, contudo, a irreverência da população em resposta à severidade com que a Igreja de Bragança tratava a cultura e suas desinências. A antropologia não deixou de entender o que se passava entre as classes subalternas, pertencentes aos quadros da irmandade beneditina, entre a tensão e a surpresa dos inconvenientes experimentados quotidianamente durante o processo de arregimentação das lutas pelo controle cultural e religioso do patrimônio beneditino, que foi mais acirrado anos mais tarde, numa batalha judicial batalha judicial que não é nosso propósito analisar ainda.

No caso dos dois cientistas, separados no tempo por mais de três décadas, se estabeleceram, propositadamente ou não, duas das mais celebradas percepções dos eventos

ligados à festividade que temos notícia e leitura. Tais escritos se tornaram parte obrigatória e indispensável em qualquer análise que se pretenda obter acerca do assunto em mote, mesmo porque falam de um tempo no desenvolvimento científico de suas escolas antropológicas e realçam métodos, às vezes, muito parecidos de coleta e disposição das informações, com a ressalva da diferença no estilo de escrita.

A semelhança entre os dois pode ser coincidência.

De início, uma das bibliografias mais importantes e que se fez conhecida no elenco dos anos em que nos localizamos foi a do antropólogo e folclorista Armando Bordallo da Silva, com vasta formação em várias outras áreas e tão conhecido nos meios acadêmicos por onde atuou, especialmente na Universidade Federal do Pará, no Museu Emílio Goeldi e nos silogeu por onde marcou atuante presença.

A partir daí, merece destaque, como ponte, o recurso historiográfico de análise das fontes que nos foram dispostas. Falamos da luta entre controle eclesiástico oficial da Igreja Católica, pela então Prelazia do Guamá, e o catolicismo devoto, leigo, dos membros da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (IGSBB), as causas mais prementes e possíveis e o bojo em que nasceram boa parte das lutas entre esses dois lados.

Construímos a descrição desses cenários e ambientes onde agiram os dois lados, sem vê-los simplesmente como díspares, mais ao invés disso, interpretando como se comportaram em cada um deles e suas lutas internas. Ressaltam-se, de modo a ser uma referência na leitura do capítulo, os marcos metodológicos que servem de baliza e indicação às conclusões desta construção historiográfica. Edward Palmer Thompson valida muitas das percepções que intento nestas páginas.

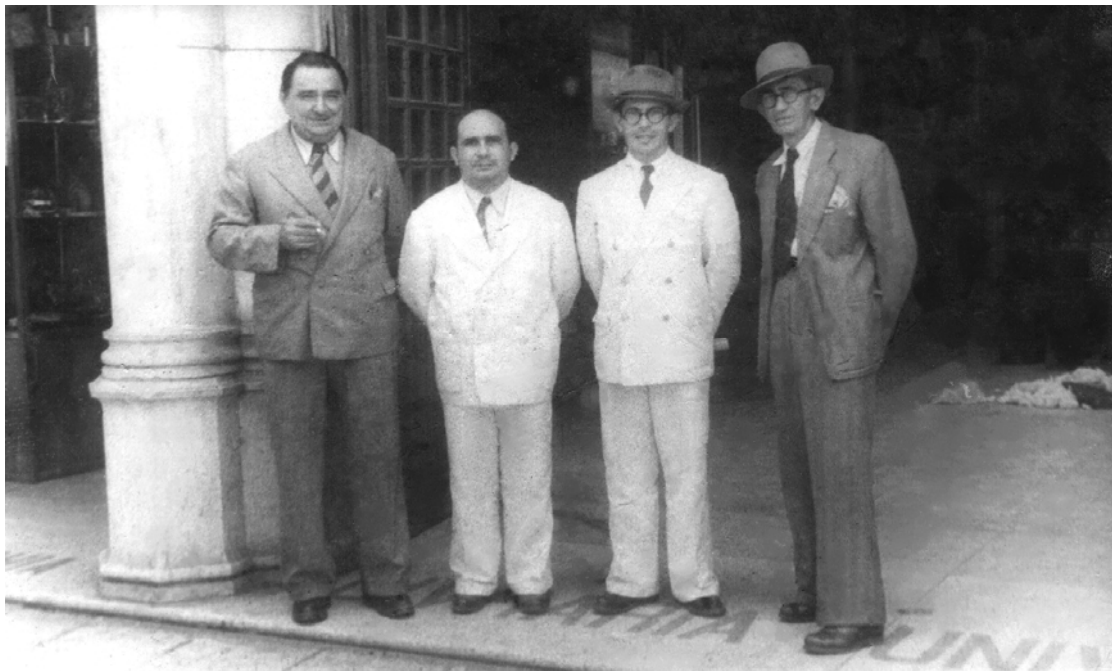
3.1 Folclore e Antropologia sobre a festa de São Benedito em Armando Bordallo da Silva

Uma visão de construção historiográfica e folclorista que militou na segunda metade do século XX destacaria, como referência obrigatória, um nome que representava o momento: Armando Bordallo da Silva. Talvez não o mais criativo de todos, mas que produziu em seu tempo lúcidos ensaios, cartas, livros e deixou um legado de sua impressão e preocupação com o desenvolvimento da Região Bragantina e que defendia o “país dos Caetés” como forte bairrismo.

Armando Bordallo da Silva⁴ era bragantino, nascido em 03 de maio de 1906, estudando no Grupo Escolar Mâncio Ribeiro e posteriormente no Colégio Progresso Paraense, do Dr. Arthur Porto, em Belém, para onde se transferiu para estudar, o quinto e o sexto ano, respectivamente.

Com um grupo de amigos, entre eles seu irmão e historiador Bolívar Bordallo da Silva e Luiz Paulino dos Santos Mártires, que viria a se tornar prefeito de Bragança, fundaram e sediaram em Belém o Grêmio Bragantino, em 1933, como se apresenta na foto: Franco Mártires, Armando Bordallo da Silva, Bolívar Bordallo da Silva e Luiz Paulino Mártires, fundadores da entidade. Nas diversas atividades que realizaram, uma delas se refere à carta enviada pelo grêmio ao Presidente da República solicitando a implantação de uma escola para filhos de agricultores, o que foi atendido anos mais tarde.

Foto 6: Fundadores do Grêmio Bragantino, em Belém (década de 1940)



Fonte: Acervo da família Bordallo da Silva.

Entre 1918 e 1924 consolidou sua vocação literária e poética, dedicada àquela a quem chamou de “Bela Jovem”, dedicando parte do seu tempo estudantil a incentivar a premiação dos que se destacavam em atividades culturais nos colégios por onde estudou, por meio dos grêmios estudantis que fundou e onde atuou. Tornou-se médico sanitarista e por esta

⁴ Devo parte da descrição feita neste capítulo às conversas infundáveis, desde 2003, com a amiga Professora Mariana Tereza Athayde Bordallo da Silva, filha do folclorista e organizadora da publicação do livro *Cronologia Bragantina*, do seu tio e historiador Bolívar Bordallo da Silva.

área doutorou-se em 1931, ocupando vários cargos e assumindo diversas funções pertinentes à disciplina que abraçou.

A atuação desse grupo ao qual Armando Bordallo fazia parte rendeu-lhes, inclusive a presidência da Campanha Nacional de Educação em Belém, exercida pelo companheiro Luiz Paulino Mártires. Em seus trabalhos, um chama atenção pela atualidade: uma campanha em defesa do meio ambiente, com a distribuição de panfletos educativos sobre a preservação e conservação das áreas de manguezal em Bragança.

Na década de 1970 conheceu Portugal, onde estagiou no Instituto de Alta Cultura daquele país, com bolsa de estudos, logo depois sendo agraciado com várias comendas. Deveu parte das influências no campo do folclore à extrema amizade ao irmão, Bolívar Bordallo da Silva, advogado e historiador, inclinando-se ao estudo do assunto e da antropologia.

Desde criança já percorria o município de Bragança, convivendo com a população, demonstrando ser um grande observador e ao mesmo investigador de tudo a seu alcance. Esquadrinhou desde jovem o que estava relacionado com os hábitos, costumes, superstições e crenças de seus conterrâneos bragantinos, a quem não escapava de tecer comentários e elogios, como “gente simples, boa e hospitaleira”.

Como fundador da Comissão Paraense de Folclore, em 1949, já era possuidor de um vasto conhecimento na área, posto que suas pesquisas foram concretizadas em Bragança, pela riqueza do que podia ser registrado para a posteridade, uma preocupação constante em seus escritos.

Figura de largo conceito na classe médica paraense e centros culturais de Belém, Armando chegou a ocupar na Academia Paraense de Letras, aos trinta e um anos, a cadeira de nº. 23, que tem como patrono João Marques de Carvalho, em 31 de maio de 1968. Integrou uma geração que vai se extinguindo, na qual a decência sempre foi uma exigência íntima de cada um, no contexto de uma sociedade de princípios rígidos, na edificação de monumentos eternos de moral, pelo menos duráveis.

Na vida associativa, integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, a Fundação Cultural de Bragança e a Comissão Paraense de Folclore, onde ficou como presidente de honra até sua morte. Como grande incentivador das ciências, foi Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, entre os anos de 1951 e 1955, conseguindo a federalização do órgão junto ao Governo Federal, ampliando a área de pesquisa do Goeldi e deixando marcas significativas durante sua administração.

“Bordallo da Silva esclarecia que seus estudos folclóricos têm um caráter pragmático, sendo um trabalho de campo onde se diz ser o ‘principal informante’, e que poderá ser ‘a qualquer tempo retificado’ “. ⁵

Sua obra *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina* encontra-se publicada em duas edições. A primeira, pelo Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, na edição nº. 05, Série Antropologia, pela Falangola Editora, em 1959. A nova roupagem foi lançada em 1981 pela mesma editora e sob o mesmo título. Nesta obra, Armando Bordallo da Silva teceu considerações sobre algumas manifestações folclóricas bragantinas, em ciclos, como as festas do Divino Espírito Santo, Serra-a-velha, Boi-Bumbá, Chin-ching, Tum-dum-dum, Marujada, Retumbão, Cavalhada e Putirum⁶.

Logo na introdução de seu livro de mais de cento e cinquenta páginas, Bordallo expressa seu desejo de ali enfatizar as origens e as condições do nascimento do folclore amazônico, ele aciona elementos do passado fragmentado nos costumes bragantinos ainda perceptíveis em seu tempo e de vários hábitos que foram modificados e que já viu esfazelados.

Ao analisar o texto e trabalhando com a categoria da antropologia⁷, o historiador aqui não quer alinhar-se a um modelo teórico, mas entender os nexos de ligação com o passado feitos por Bordallo, o que nos une ao passado descrito em suas páginas, como os artefatos expressos nos rituais que envolvem os ciclos descritos para as festas religiosas bragantinas, lembrando antepassados, seja nos contos e cantos, sem autor definido ou conhecido, seja envolvendo ou não, mitos, lendas, crendices, lúdicas ou simples recreativas e relacionadas ao espírito ou à alma. Assim, descreve desde antigos tabus e comportamentos a antigas técnicas de manufaturas, da cerâmica à da tessitura, passando pela plumagem até o vestuário, os brinquedos, a forma de construção das casas, etc. Isto é o folclore em Armando Bordallo da Silva.

Registra o folclorista, entre as várias festas religiosas de cunho popular e tradicionalmente dispostas na forma de “ciclo” de comemoração, que a festa do Divino Espírito Santo, que durou de 1850 a 1900, teve como seu principal dirigente o Sr. Pedro José

⁵ Cf. CORRÊA, Maria das Graças Diniz. *Folclore Paraense. Traços biográficos do folclorista Armando Bordallo da Silva*. Academia Paraense de Letras. Belém: Falangola Editora, 1981.

⁶ Dessas manifestações a única ainda em atividade é a Marujada de São Benedito, incluindo-se como uma das partes da manifestação de dança o Retumbão, ritmado ao som do lundu.

⁷ Cf. E. P. Thompson. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 227-263.

Pereira, avô de Benedito Cezar Pereira, antigo prefeito da cidade, de 31 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1959 e autor da célebre *Sinopse da História de Bragança*, supracitada. O motivo da diversão era arraial, à noite, com um brilhantismo tal “que fazia os participantes esquecerem-se, por algum tempo, das dificuldades da vida”.

Em todas as situações listadas, Bordallo da Silva as coloca como sendo de origem e tutela do povo, da população mais humilde, como que não somente identificando-as com as alcunhas da população mais pobre, mas como sendo a transversal por onde ela se identifica e se reúne sócio e culturalmente.

O culto ao Divino Espírito Santo era realizado no mês de maio, iniciando no dia da Ascensão de Nossa Senhora até o dia do Espírito Santo, na festa de Pentecostes, com a estrutura das antigas irmandades religiosas, como na escolha de uma espécie de Juiz e Juíza, denominados Imperador e Imperatriz “do Divino”.

A escolha do sorteio recebia o nome de Pelouro. Várias outras referências sobre a festa, os costumes dos bragantinos na época podem ser constatados na simples leitura de *Contribuição*. Essas diversões compunham a vida social de parte da população bragantina e que integravam as festividades religiosas de então.

Bordallo da Silva também descreveu com detalhes o ciclo junino, época em que são festejados São João e São Pedro, ocasião em que é encenada a brincadeira do Boi-Bumbá, registrando seus grandes representantes, como o “Pingo de Ouro”, o “Boi do João da Felipa”, o “Boi Fortaleza”, o “Boi do Inácio”, o “Boi Bem-te-vi” e outros. Ainda registra Bordallo que,

“tanto na capital quanto no interior, este festejo do boi trouxe dificuldades em tempos idos. Sabe-se de conflitos ocasionados que tiveram conseqüências trágicas, resultando até em mortes. Isto ocorria quando havia o confronto de dois bois”.

Tanto o Chin-ching quanto o Tum-dum-dum são descritos como folguedos que permitem certa descontração peculiar no ritmo e na maneira como são executados em dança. Um rapaz trazia na mão um bastão que na parte superior tinha uma pomba trabalhada em madeira. Dela pendiam muitas fitas coloridas, cujas extremidades iam terminar em número de doze jovens, numa disposição de duas fitas paralelas com que dançavam em forma de círculo segurando as fitas. Essa dança não exigia canto, apenas o som de uma viola. Porém, uma parte significativa do livro é dedicada à descrição do que, para Armando Bordallo parece ser o diferencial da cultura bragantina.

A parte da obra a que Bordallo dedica uma atenção maior é a Festa de São Benedito. Descreve-a desde as origens⁸, criando inclusive um adjetivo pátrio à Marujada – de Bragança –, pelo fato de ter se tornado típica. De maneira poética, Bordallo cita esperança, fé e folclore como sendo sentimentos que se deviam preservar, pois necessários pelo fato de consolidarem “o amor à terra, à família, à sociedade”.

É como desvendar como se recriou no tempo ou se reinventou certo passado indexado pela festa de São Benedito. É como se falássemos que o sentimento de pertença aos valores da terra passam, especificamente aqui, pela festividade e pela manifestação cultural das tradições locais, palco de re-elaborações da vida em sociedade e elemento de unidade e significação cultural.

Em harmonia com o pensamento do autor, a cultura folclórica é transmitida e herdada dos antepassados e vai evoluindo nos hábitos e costumes próprios e preservados em cada comunidade. Na leitura da obra e numa observação mais atenta é plausível entender como a ancestralidade do patrimônio de fé beneditina se acessa pelo que restou.

Um patrimônio bem cuidado e preservado com muito zelo, traçado nos ambientes da festividade, na celebração, no coreto no centro do arraial, na música que animava o ambiente, no mastro votivo todo enfeitado, na bandeira com a efígie de São Benedito, nos porta-estandartes, nos esmoladores que meses antes da festa coletavam dinheiro e outras ofertas.

Sustenta ainda que a Marujada é tipicamente bragantina, isto é, autóctone, pelo seguinte fato: se nas outras regiões há a dramatização de feito marítimo, na Região Bragantina isso não se dá. A característica da Marujada é a dança, um lundu com o nome de retumbão, ou seja, que evoluiu para esta forma, citando o folheto intitulado *Marujada*⁹, onde seu autor, Nicanor Miranda, tece comentários a respeito da dança da Marujada, como sendo celebrada desde a época das navegações em Portugal, vinda para o Brasil, transformando-se num bailado popular, provavelmente entre fins do século XVIII e início do XIX, com um toque de erudição, recebendo a influência de poetas alfabetizados para o alcance de um nome, como “Chegança de Marujos”, título que recebeu aprovação geral por algum tempo.

O texto descreve a indumentária da Marujada, a estrutura de comando da dança, a harmonia das cores no chapéu, os sons peculiares, as coreografias, as apresentações, as

⁸ Alguns dados podem ser extraídos e confirmados, como a informação da fundação da Irmandade do Glorioso São Benedito e da instituição do culto, no final do século XVIII.

⁹ MIRANDA, Nicanor. *Marujada*. Divisão de Educação e Recreio. Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo, s/d.

preferências, tudo sob o enquadramento em assuntos folclóricos e ao conceito de antropológico, com fontes novas e atuais à época¹⁰.

A construção das imagens que nosso autor enfatiza se envolve do aspecto humano na medida em que sua descrição não trata do folclore sem a presença humana, sem a mediação do homem (aqui também se entende a mulher, a maruja), numa temporalidade específica e num espaço geográfico bastante característico. Daí, a concepção de folclore, utilizada na citação de Ubiratan Rosário.

*“É bem verdade que o folclore nasceu de duas vertentes – a história e a literatura oral – e evoluiu nos braços de outros campos do conhecimento como da Psicologia, da Sociologia e da Geografia. O enquadramento antropológico seria o meio mais operacional ou prático de dar características e foros de ciência ao estudo do folclore, em métodos de pesquisa. Hoje, se nem todo antropólogo é um folclorista, todo folclorista é um antropólogo”.*¹¹

Não se pode desconsiderar o valor dos métodos e recursos da Antropologia na abordagem dos fatos históricos (ou folclóricos), mas outras análises, talvez até fazendo o caminho inverso ao folclorista possam dar cabo às argumentações sugeridas pela Antropologia.

É importante identificar os elementos dessa reinvenção do passado, já que os escritos de Armando Bordallo se tornaram uma das imagens mais utilizadas por todos os que “caminhavam nesta procissão” em direção à história da Irmandade e da Marujada de São Benedito, pelo seu didatismo, pela riqueza do farto material iconográfico e etnográfico, além do levantamento de definições históricas sobre o culto e da compilação de resquícios do século XIX coletados por antepassados, embora o registro das memórias no livro não estejam entrecruzados com fontes escritas, mesmo pela conceituação assumida pelo autor das origens do folclore.

Nas impressões registradas na obra, claramente não se refere à presença do elemento eclesiástico, talvez não por negação pura e simples, mas talvez por entender que as manifestações são de origem e domínio popular, haja vista que parte do imaginário coletivo, recolhe dados de relatos orais e da memória.

¹⁰ Ver em THOMPSON, E. P. “Folclore, Antropologia e História Social”. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. pp. 227-267, especialmente a página 243.

¹¹ Sobre a análise da obra e memória de Armando Bordallo da Silva, conforme ROSÁRIO, Ubiratan. *Folclore e Ecologia em estudo amazônico*. Belém: Jornal DIÁRIO DO PARÁ, 18.jun.1989.

Para quem o lê, abrem-se suas páginas e retira-se dali o folclore como um elemento “recessivo” da cultura, seguindo a abordagem de Ubiratan Rosário, no artigo publicado em 1989, sobre o antropólogo e folclorista.

Uma interessante passagem, para tentarmos “voltar passos” em outra obra, Bordallo da Silva distinguiu didaticamente História, Etnografia e Folclore, entre fato histórico e fato folclórico.

*“O fato histórico morre no dia-a-dia, porque documentado, se torna inativo e sem dinâmica; o fato etnográfico é vivo, presente no dia-a-dia, porque é uso e costume consuetudinário de comunidade; o fato folclórico foi um fato vivo, até mesmo consuetudinário de uma cultura passada, que, na atual, procura dinamizar-se ou atualizar-se na luta pela sobrevivência, nem sempre conseguida dentro da civilização atual”.*¹²

Desta maneira, na linguagem da história social, o fato histórico se torna uma marca da impressão do tempo no presente, como na idéia de um passado ligado à cultura popular e ao folclore e que, manifestando-se em suas tradições, convive com o presente. Já o fato folclórico permanece ancorado no passado preenchido exatamente pelas tradições, como as da própria festividade.

Foto 7: Armando Bordallo sendo reverenciado pela Marujada (1989).



Fonte: Acervo da família Bordallo da Silva.

¹² Cf. CORRÊA, Maria das Graças Diniz, op. cit. p. 38.

Ao morrer em 04 de abril de 1991, deixou órfã uma imagem de cultura bragantina frutífera, recheada de produtos culturais, jornalísticos, estilísticos, sem tantos contrastes e a perpetuação de suas palavras, escritos e testemunhos sobre a Marujada de São Benedito e seu culto, talvez seja mais próxima da visão que tínhamos há bem pouco tempo.

Para servir como orientação metodológica, e ainda mais como elemento de interpretação da visão de folclore que se manteve até o período de trabalho de Armando Bordallo, temos em José Veríssimo¹³, especialmente no texto *Nas Malocas*, reunidos em *Cartas*, de 1882, quando se refere ao “tempo do Vigário”, diferentemente da temporalidade do fato registrado em Óbidos, do conjunto de tradições que disserta, seja nas danças, nas sonoridades, nas influências da música européia, seja quando seu interesse se aproxima da abordagem de raça, de evolução.

Interessante que na página 120 da obra, Veríssimo, que em sua época se movimentava com destreza entre as leituras da antropologia, especialmente nesse artigo com a craniometria, por exemplo, aborda o mesmo costume que em Bragança é acionado em Bordallo da Silva, quando atualiza a tradição da Nau Catarineta para explicar o surgimento da Marujada, da origem do termo ligado ao mar¹⁴, aos marujos, aos homens do mar e também para falar da dança como parte dessa tradição bragantina.

Acionar Edward Thompson não só para reconhecer a circularidade cultural dessa abordagem é significativa e necessária quando entendemos que o período em que Bordallo escreve se enquadra na perspectiva e olhar de Veríssimo. Thompson afirma que a aproximação da História com a Antropologia é importante na medida em que percebe as apropriações de seus métodos (como o funcionalismo) para dar conta de uma ou novas categorias, assim como na análise em relação ao folclore.

Quando se trabalha com folcloristas, é preciso pensar em relíquias, em coisas do passado e do que nos une ao passado. O que representa a relíquia para o antropólogo não funciona para o historiador. É como desvendar como se recriou no tempo ou se reinventou certo passado indexado pela relíquia, como o elemento que restou e que nos conecta ao passado, como a ancestralidade.

Na década de 1980 e anos seguintes, os desafios para Thompson e os culturalistas foram lançados por novas tendências vindas de outras áreas – primeiro, da antropologia e depois, com maior agressividade, da lingüística – e teorias, principalmente do pós-estruturalismo. Os historiadores ligados ao *Linguistic turn* acusaram Thompson de carente de

¹³ Cf. VERÍSSIMO, José. “Nas Malocas”. In: *Estudos Amazônicos*. Belém: EDUFPA, 1970. p. 116-123.

¹⁴ Marujada = etimologia de “marujo”, “maruja”, que vem do mar, “mar”.

teoria e de professar uma história social démodé¹⁵. O primeiro questionamento não é novo e o segundo parece agressivo demais. Este adjetivo de culturalista complicou a compreensão da obra thompsoniana, tanto que até no seu último livro *Costumes em comum*, tentou esclarecer o conceito de cultura, ou melhor ainda, como ele utilizava o conceito.

Desta forma, tentava diferenciar-se da incorporação a-crítica pelos historiadores do conceito de cultura popular tal como é utilizado por determinados antropólogos¹⁶. Certas correntes da antropologia tem uma perspectiva ultra-consensual da cultura. Para escapar desta armadilha, a saída reside na contextualização da cultura popular. Assim, tornou-se um conceito mais concreto e utilizável, “mas localizado dentro de um equilíbrio particular, de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Thompson revela o mito ou a lenda e faz o caminho inverso ao folclorista ou ao antropólogo e os coloca no tempo, entendendo como eram acionados no tempo, como eram vivenciados. Parte dos novos objetos de estudo pode ser levantada com o estímulo antropológico, que “se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas”.¹⁷

Por esses registros se revela uma memória histórica de sujeitos e suas relações culturais. Esses, à semelhança dos indivíduos, são dotados de uma memória histórica, por isso, é compreensível que se fixem por escrito e, assim, a História se torna historiografia.

Os registros considerados aqui pela historiografia tornam-se elementos da cultura que decidem e incidem sobre a identidade da Marujada que se quer historicizar, nas dimensões diversas do tempo, como no caso da bragantividade, comentada anteriormente. É Armando Bordallo da Silva um desses autores que tornou-se referência constante para os estudos que o sucederam, dentre esses os destinados a monografias de conclusão de curso em vários âmbitos das Humanidades, deixando evidente sua notoriedade no assunto, pela pertinência de suas colocações e por estar entre o elenco dos que escreveram uma história nas pistas da literatura folclórica.

¹⁵A “falta de teoria” foi o argumento utilizado para rejeitar o artigo “*Hunting the Jacobin fox*” (“Caçando a raposa jacobina”), publicado postumamente em *Past and Present*, de 1994.

¹⁶ O diretamente aludido por E. P. Thompson é o historiador Peter Burke.

¹⁷ Cf. THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 229.

Aldrin Moura de Figueiredo, em lúcido artigo acerca da construção de uma história da literatura e do Modernismo na década de 20, tendo como epicentro a Amazônia, lembra que

“Ao mesmo tempo que esses manifestos aconteciam, os literatos investiam na valorização de muitas tradições ditas nacionais. Manifestações populares, festas religiosas, lendas interioranas, crenças indígenas e africanas – tudo isso poderia ser mastigado e deglutido, gerando um caldo cultural representativo do que poderia ser uma legítima síntese cultural do país”.¹⁸

Até sua época, a preocupação com esses registros, ou melhor, o estabelecimento de estudos propriamente folclóricos no Brasil era recente e confundia-se com a tradição literária¹⁹. Além disso, é impar no livro analisado a intenção do autor de criar uma ligação íntima entre as diferentes manifestações culturais populares e a exaltação do sentimento de pertinência (pertença) ao pátrio bragantino, entendida através da imagem do bragantino como resultado da miscigenação de costumes entre seus povos formadores.

Tanta originalidade associada a uma suposta identidade bragantina, em meio às limitações do seu tempo, Bordallo da Silva identificou positivamente na cidade de Bragança as suas tradições como festas, populares e católicas, como locais de construção do “povo” caboclo e ainda mais o “povo” do Caeté, não somente tendo como elemento ou marco cultural os festejos beneditinos, mas ampliando o olhar aos demais folguedos bragantinos, como os do ciclo do Carnaval, de Reis, do Espírito Santo entre outros.

Contudo, é singular em Bordallo a descrição da Marujada. Como um de seus grandes admiradores, ele apreciava a dança, os rituais, a reza, a indumentária, os instrumentos e até a tradição da hierarquia nos quadros de seus dirigentes (especificamente as capitoas, mulheres que comandam o ritual). Mesmo que essas especificidades digam respeito ao passado descrito pelo autor, elas estavam bem vivas e presentes na época em que o seu livro foi escrito e publicado, o que orgulhava Bordallo pelo resgate das relíquias do passado bragantino e da junção dos elementos culturais e religiosos.

Instrumento principal desse progressivo desenvolvimento cultural foi o folclore, ou a dimensão folclórica. Com a sua ajuda, o homem bragantino expressou a sua identidade

¹⁸ Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Letras insulares: leituras e formas da História no Modernismo brasileiro”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.) *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 301-331.

¹⁹ Os trabalhos sobre o folclore no Brasil começaram a crescer a partir da década de 1920 com a criação de sociedades destinadas a esse fim. Ver em BRANDÃO, C. R. *O que é folclore?* Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982, p. 32.

acerca do mundo bragantino e de si próprio, comunicando aos outros o fruto de sua pesquisa nos vários campos, como na literatura e antropologia.

Dessa forma, a Marujada fixou sua história em narrações transmitidas sob múltiplas formas de documentos, pelos quais e sobre os quais se construiu e se idealizou uma cultura bragantina. Mas em se tratando da luta pelo controle da cultura em torno de São Benedito, sentimos a ausência em todo o bojo da obra, da interface de interesses e gestos contraditórios em Bordallo da Silva. Um silêncio instigante e que carece de um esclarecimento ao menos no que se refere a reconhecer sua existência no cotidiano das relações a que nos propomos analisar e tê-lo como uma das balizas temporais a reduzir a escala de nossa inserção historiográfica.

Realizou-se no folclore, pela Marujada e pelo culto a São Benedito, uma comunicação entre sujeitos, útil para o conhecimento mais acurado do que se presenciou e, através dele, para o aprofundamento e consolidação dessas respectivas identidades, marcadas por pessoas, por seus costumes e por sua vivência, no sentido de sua experiência.

Mais que isso, no folclore também se perceberam a função dos sujeitos sociais, não somente os circunscritos à atuação junto a essas manifestações, como no exemplo da Marujada, laica e religiosa, profana e sagrada, que escapa da modelação esperada e desejada pela romanização, mesmo estando às portas da Igreja enquanto instituição e espaço físico.

Utilizo uma citação em Maués (1995), para entender como considerar essa forma de catolicismo devoto e popular que a Igreja procura combater e que se reforça na romanização.

*“(...) se o cristianismo é, de direito, considerado como a religião de todos (...) por que recusar às populações a possibilidade de integrar a religião às manifestações ruidosas e coloridas da alegria urbana? Uma religião unânime não pode deixar de ser sincrética e deve então se encontrar associada (...) tanto ao carnaval como aos enterros, tanto às refeições alegres como às festas cívicas”.*²⁰

Dito isso, se torna tarefa mais fácil relacionar o tempo da escrita do folclore em Armando Bordallo com o elenco de fatos e ações que envolveram o cotidiano da festa e do culto a São Benedito em Bragança, especialmente, a partir daqui, os fatos da década de 1940 e os anos seguintes, que envolveram significativos esforços de dois lados que ora se

²⁰ DELUMEAU, Jean. *Le Christianisme va-t-il mourir?* Paris: Hachette, 1977. (apud MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: CEJUP, 1995. p. 68)

encontravam, ora se exaltavam, na luta pelo controle da cultura e na luta pela liberdade. Um silêncio a se explicar. Um eco a ser ouvido daqui em diante.

3.2 Poder eclesiástico: um outro cativo a ser vencido

Alguns anos antes, já a partir das reformas da romanização, instituídas não somente na Amazônia e continuadas por Dom Antônio Macêdo Costa, os barnabitas recebiam a missão de administrar as paróquias distantes da Sé do Arcebispado de Belém. Como parte desse processo, além da anexação da Paróquia de Bragança à Arquidiocese, o episcopado brasileiro trabalhava no sentido de controlar os centros de devoção.

E por que não incluir a cidade de Bragança, para onde acorreriam com seus padres, onde a dedicada devoção a São Benedito ganhava ares de popularização e crescimento sem a insígnia da oficialidade católica, repetindo os cenários que se mostram em vários outros locais, como citados em Raymundo Heraldo Maués?²¹

A marca da tradição popular e controle leigo sobre a festa de São Benedito e sobre a Marujada já eram latentes e precisavam ser solapadas com os golpes da romanização tardia incentivada e dirigida por Dom Eliseu. Várias eram as festas religiosas que aconteciam na cidade, embora percebamos o silêncio, nas páginas do tomo prelatício do Guamá, dessas referências, as pudemos encontrar ao vasculhar os documentos do Arquivo Histórico e Documental da Prefeitura de Bragança, como neste requerimento de 1941.

Nesse exemplo, a comissão da festividade de São João e de São Pedro solicita do Prefeito Municipal a licença para a ornamentação da Praça 1^o de outubro, a fim de se realizar o novenário em honra aos dois outros padroeiros, pelas dificuldades financeiras encontradas.

“Ilm^o Snr. Prefeito Municipal

A comissão abaixo, tem a honra de comunicar a V. S. que tomou a seu cargo, promover este ano, os tradicionais festejos nesta cidade, em louvor ao Glorioso São João e São Pedro, a realizar-se nos dias 22 à 29 de corrente; para o que requer a V. S. licença para ornamentação da praça 1^o de outubro, como seja: barraca, palanque, gradís, bandeiras e instalação elétrica para (1000) mil velas distribuídas em 65 lâmpadas, como assim, a respectiva ligação.

²¹ Cf. MAUÉS, Raymundo Heraldo Maués. op. cit. p. 63.

Contando com o deferimento de V. S. , esperamos o vosso generoso e valioso concurso, visto a dificuldade que tem a diretoria de enfrentar para a realização destes festejos.

Bragança, 03 de janeiro de 1941

*Benedito (...)
Júlia Faria (...)*

Administrava a festividade de São Benedito a diretoria composta por D. Irineu Joffily, arcebispo metropolitano de Belém, como abaixo se apresenta. Figura proeminente desse triunvirato se tornará o rico comerciante do ramo farmacêutico, político e grande incentivador cultural, João da Cruz Pacheco²², o que o credenciou, inclusive, a concorrer ao cargo de Prefeito de Bragança, sendo eleito e não tendo a oportunidade de assumir, desistindo em seguida, de lutar pela função pública.

“Pela presente havemos por bem nomear uma Comissão composta do Rev.º Cônego Luiz Borges de Salles e dos Srs. João da Cruz Pacheco, Pedro Alcântara da Costa e João Raymundo Pereira, para, com todos os poderes, inclusive de agir em juízo administrar o patrimonio da Irmandade de S. Benedicto de Bragança, zelar a sua Egreja e fazer a respectiva festa.

Esta valerá em quanto não mandarmos o contrário.

Belém, 4 de fevereiro, de 1926.

+ João Joffily – Arcebispo do Pará”²³

Essa diretoria é mantida no comando das manifestações até a transferência de domicílio de João da Cruz Pacheco, um dos procuradores, para a cidade do Rio de Janeiro. Anos antes das tensões rebeldes em torno da luta cultural que se travou em Bragança, o Jornal do Caeté noticia, em 1934, a surpreendente morte deste ex-procurador da irmandade.

²² Conforme Jornal do Caeté, de janeiro de 1934, o Sr. João da Cruz Pacheco foi um grande incentivador da fundação de clubes recreativos em Bragança, dos quais citamos “O Vale Quem Tem”, o “Esporte Clube Bragantino” e a “Assembléia Bragantina”. Ainda serviu como líder do comércio da cidade e Vogal do Conselho Municipal de Bragança. Em 1933 teve de transferir domicílio e residência para a capital federal à época (Rio de Janeiro), para aonde seu único filho, Osvaldo Newton Pacheco se tornou aluno da Escola Naval, deixando como empreendimento a organizada e conceituada Farmácia Dr. Maya, depois que veio a se tornar propriedade da firma Ramos & Cia.

²³ Portaria nº 2, de 4 de fevereiro de 1926, de D. Irineu Joffily, encontrada no primeiro Livro de Tombo da Prelazia, à página 78.

É de se notar que a figura do procurador já se encontra bastante evidenciada à época, mesmo não sendo a principal autoridade da confraria, um outro “dono” de São Benedito.

“Faleceu no Rio de Janeiro um dos maiores amigos”

A nossa cidade rendeu, ... 3 do corrente as homenagens póstumas á memória de seu amigo Cel João da Cruz Pacheco, falecido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 2 do corrente, às 15 horas.

Em cada face daqueles que privaram do convívio amistoso do Cel João da Cruz Pacheco transparecia a mágua da notícia daquele desenlace...

Também, era presidente da festividade do Glorioso São Benedito á qual emprestou todo o ardor de seu devotado entusiasmo, para o esplendor dessa festividade. Vimos como estão contristadas as MARUJAS, que não mais verão a personalidade ensinuante de grande amigo Cel Pacheco”.

Como sucessor na função de procurador, assume o Flodoaldo de Oliveira Teixeira²⁴ nomeado pelo administrador apostólico monsenhor Francisco Richard, em 16 de dezembro de 1934. Este presidiu a Irmandade até sua morte, em 28 de março de 1950 e se tornará figura principal na interface com o bispo barnabita anos mais tarde.

Para arregimentar ainda mais nossos propósitos, Cezar Pereira, literato anteriormente comentado, nos deixa para citação, um importante folheto com as notas históricas acerca do Círio de Nazaré em Bragança, devoção introduzida pelos barnabitas para substituir a de Nossa Senhora do Rosário. Notas que são importantes serem analisadas, já que consignam a participação dos barnabitas introduzindo valores e desígnios da romanização, além de suas festas patronais maiores e onde detinham mais poder de decisão. Nelas, comenta que desde a fase republicana, até 1906, a festividade de Nossa Senhora de Nazaré já vinha acompanhando a de Belém, realizada no segundo domingo do mês de novembro, porém reduzida a oito dias.

Foram instituidores do Círio em Bragança o casal Antônio e Maria Rosa juntamente com o comerciante local Fábio de Lira Lobato²⁵, residentes na cidade. A festa era realizada na Igreja de São Benedito, em procissão que ia à antiga (depois demolida) Igreja de

²⁴ Nascido a 22 de dezembro de 1891, filho de José Veloso Teixeira e Catarina Teixeira, Flodoaldo Teixeira foi nomeado procurador da IGSSB no ano de 1934, após a morte de João da Cruz Pacheco. Por informação verbal da viúva de Flodoaldo, Sra. Carmem da Silva Teixeira, pioneira do Apostolado da Oração na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e falecida em 22 de maio de 1999 (aos 104 anos), tivemos a informação que toda a documentação acerca desse período e que estava em seu poder foi entregue à Diocese por solicitação do bispo Dom Miguel Maria Giambelli. Nunca tivemos acesso a essa documentação.

²⁵ Não encontramos outras informações necessárias à pesquisa mais detalhada dos sujeitos aqui citados.

São João Batista, no bairro da Aldeia. No dia seguinte, saía de lá a procissão com a imagem da Virgem de Nazaré.

Era muito querido em Bragança, à época, o bragantino e vigário, cónego Miguel Joaquim Fernandes, nascido em 1814²⁶, de origem humilde e que conquistou a devoção de várias autoridades, famílias e membros das irmandades religiosas da cidade. Com o seu desaparecimento, o arcebispo Dom Francisco do Rêgo Maia é obrigado a encaminhar os missionários barnabitas, chefiados pelo padre Paulo Maria Lecourix, de nacionalidade francesa, como vigário, auxiliado por padre Florêncio Dubois e dos italianos Eduardo Beda, coadjutor da paróquia e Carlos Maria Rossini, insigne musicista que liderava um coro de meninos e meninas na Igreja Matriz.

Com o falecimento do padre Borges, em 09 de janeiro de 1904, também desempenhando a função de senador estadual “declaradamente defensor das idéias do Partido Liberal, ao qual prestou relevantes serviços”²⁷, o arcebispo doa o prédio onde morava Borges, no canto onde hoje se localiza a Praça da Bandeira, centro de Bragança, para onde foram residir os padres barnabitas recém-enviados à cidade.

Até 1906, a festa nazarena teve prosseguimento celebrada pelo padre Florêncio Dubois. Com as dificuldades de comunicação com Belém, já que o único caminho era a via férrea de Bragança, os barnabitas retornam à capital, dando por encerrada, momentaneamente, sua administração da paróquia.

Após o decreto das resoluções do Concílio Plenário Brasileiro, publicados em reunião dos padres barnabitas, outra vez presidida por Eliseu Coroli, e distribuídas em circular, os assuntos são debatidos e veiculam-se como os preceitos a serem aplicados onde os centros de devoção merecessem o trabalho, para aumentar a fidelidade às novas regras, abandonar os antigos costumes e inculcar no povo (especialmente os participantes dessas festividades) o zelo pela obra missionária dos barnabitas, a obediência a seu domínio e a escrituração dos recursos angariados.

No aviso, citado abaixo, as idéias e proposições conciliares, facilmente absorvidas pelo Clero barnabita, se apresentam como a única medida a ser implantada em curtíssimo

²⁶ Notícia colhida do jornal semanal O Caeté, ano IV, nº 2, de 10 de janeiro de 1904, que registra o falecimento do cónego Miguel Joaquim Fernandes, na comunidade do Almoço, zona rural de Bragança.

²⁷ Cf. O Caeté. op. cit. p. 2. Entre muitas informações do noticioso, ouvimos depoimentos sobre calúnias contra o cónego Miguel, acerca de um suposto relacionamento dele com sua escrava de nome Leocádia (homônimo encontrado nas páginas de registro dos membros da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança – IGSBB), do nascimento de um filho desse relacionamento e de uma suposta praga rogada pelo velho sacerdote contra a “falsa” acusação foram fatos colhidos em relatos orais, não podendo ser confirmados em fontes documentais.

espaço de tempo, no que tange, especialmente, ao controle dos centros de devoção populares, que eram muitos no território da Prelazia do Guamá e mais fortes na cidade de Bragança.

Essas prescrições não só intermediaram o contato desse Clero barnabita com o Concílio Plenário Brasileiro, de onde emanaram as regras, mas se torna um instrumento veicular de controle, cumprimento e regulação das relações entre os católicos e seus dirigentes, aceitação de uma realidade que não abarcava a pluralidade local, como a influência dos povos indígenas, as manifestações culturais e, sobretudo, o controle das festas religiosas nas mãos do laicato, dos dirigentes das numerosas irmandades religiosas a que tivemos notícia nos mais diversos recônditos da antiga prelazia.

“AVISO

Os Bispos Brasileiros reunidos em Concílio decretaram:

1º – *Nenhum Padre pode admitir como Padrinho de Batismo ou de Crisma os amasiados, unidos só civilmente, os maçons notórios e as senhoras não decorosamente vestidas. (Decretos 175 e 188).*

2º – *Os Padres devem explicar aos fieis que a solenidade das festas e devoções não consistem no arraial, nos fogos e nas girândolas, mas sim na freqüência dos Sacramentos, na assistência à Missa, às funções religiosas e ao catecismo e no exercício das virtudes cristãs. Portanto em ocasião das festas:*

a) *os Padres e as Diretorias devem fazer todo o possível para que as festas não sejam profanadas com bailes, cachaça e jogos de azar; devem outrossim tirar toda solenidade à Missa e às sagradas funções se tais abusos verificarem no próprio arraial. (Decr. 357).*

b) *A banda de música e os músicos, que na vespera da festa tocarem em qualquer baile, não poderão ser admitidos a acompanhar a procissão e muito menos tocar na Santa Missa. (Decr. 407).*

3º – *As Diretorias das festas devem ser nomeadas pelo Vigário, conforme autorização do Snr. Bispo Prelado, e as mesmas devem no prazo previamente fixado prestar contas de todas as esmolas arrecadadas e de todas as despesas feitas. (Decr. 358).*

4º – *Não podem receber sepultura cristã os protestantes, os maçons, os escandalosos, salvo se derem sinaes de arrependimento antes da morte. Nenhum Padre por motivo nenhum pode acompanhar o enterro. (Decr. 350).*

5º – *Os Padres devem oportunamente lembrar aos fieis que os cristãos que pretendem constituir família com o amasiamento ou com ato civil sem receber o santo sacramento do matrimonio diante do altar de Deus vivem em horrível e vergonhoso pecado mortal. (Decr. 280).*

(Nota) Estes decretos foram discutidos e formulados no 1º Concílio Plenário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em julho de 1939, sob a presidência do Exmº e Revmº Snr. Cardeal D. Sebastião Leme, na qualidade de Representante do Santo Padre o Papa Pio XII. A augusta Assembléia estudou demoradamente, com a profunda competência com que abrilhantaram tantos venerandos e beneméritos Bispos, os diversos assuntos relacionados com o progresso da religião católica no Brasil e com o bem espiritual dos fieis. O magno Concílio demorou-se no estudo e também na oração, e só depois de tão digna preparação, passou a tomar as mais

graves deliberações, ouvindo somente a voz de sua consciência e consultando exclusivamente a glória de Deus e o interesse espiritual das almas. Seus Decretos, aprovados pela Santa Sé, foram promulgados pelo Exm^o e Revm^o Snr. Cardeal D. Sebastião Leme em 7 de setembro de 1940 e entram em vigor aos 7 de março do corrente ano. Recomendamos encarecidamente aos nossos queridos filhos da Prelazia de Bragança de tomar conhecimento dos Decretos emanados da mais augusta Assembléia Brasileira e de os cumprir com grande respeito e devoção, afim de promover realmente o progresso de nossa Santa Religião e a salvação eterna de nossas almas.

A todos os nossos amados filhos a nossa bênção.

Bragança, 1^o de março de 1941”.

Com relação a esse ponto em especial, os padres barnabitas reuniam-se em conselho presbiteral por diversas vezes, fato confirmado à guisa dos tombos registrados pelo próprio padre Eliseu Coroli. Nessas reuniões eram atualizados quanto às direções a serem seguidas pela Igreja, oriundas do Concílio Plenário Brasileiro, no que diz respeito à unidade desta reforma e quanto ao pensamento único, palavra única, a ser ministrada no controle das festas religiosas e de outros aspectos constantes da religiosidade local.

Um ano depois, avaliando a aplicação das decisões emanadas do Concílio Plenário Brasileiro, os registros da reunião de 2 de fevereiro de 1942 são bastante elucidativos. Tornava-se um impasse a ser resolvido, mesmo com o diálogo com as autoridades, como se percebe nas festas de Bragança e São Miguel do Guamá, onde o jogo de azar era promovido com o aval dos administradores.

Além disso, a nomeação das Diretorias deveria ser de alçada dos vigários, que a escolheriam, certamente, entre os que de perto seguiam suas ordens e demonstrassem zelo e cumprimento fiel aos desígnios dos barnabitas, em nome da Igreja Católica.

Quanto à posse das capelas, muitas delas construídas antes da chegada dos padres (como em Bragança), deviam ser resolvidas com o tempo. As circunstâncias determinariam o comportamento dos vigários, experimentando ações de controle e percebendo como se comportava a população quanto a suas decisões.

“c) quanto às DIRETORIAS DAS FESTAS que devem ser nomeadas pelo Vigário e prestar contas ao mesmo do movimento financeiro: é preciso regularizar isto também, com o andar do tempo. Por enquanto, porém, tal assunto ficará suspenso onde houver alguma dificuldade na execução, até que se ponha em prática o que ficará estatuído relativamente à propriedade e benção das Capelas. Deu-se já o caso com o Pe. Carenzi que nomeou uma Diretoria que não foi aceita: observou S. Excia. que cada caso deverá ser resolvido de acôrdo com as circunstâncias; pode o Vigário fechar os olhos, mas não está sujeito a isto”.

Concomitante a esse processo de instrução da hierarquia católica nos preceitos da romanização emanada do Concílio Plenário Brasileiro e não obstante suas dificuldades de aplicação, Dom Eliseu vai apoiar outros movimentos pastorais, como o Apostolado da Oração, fundado na paróquia matriz, a de Nossa Senhora do Rosário (hoje a Sé da Diocese de Bragança), a Pia União das Filhas de Maria, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Cruzada Eucarística e desenvolver projetos que pudessem dar uma cara nova à cidade e aos municípios agora abrangidos pela Prelazia do Guamá, especialmente os vinculados às obras dos padres barnabitas, como a construção de suas residências fixas e a construção dos prédios de suas escolas.

A primeira vez em que surge das páginas do Livro de Tombo da então Prelazia do Guamá o problema com a Irmandade de São Benedito é em 1948, ano de diversas mudanças nas atitudes de contraposição frente à personalidade de Dom Eliseu Coroli.

Considerada por ele mesmo como “ato de rebeldia de muitos bragantino à sua autoridade episcopal, por ignorância da maioria e a falta de fé dos dirigentes”²⁸, essa ação é fruto da intervenção do bispo barnabita que em portaria, de 20 de novembro de 1948, extingue o cargo de Procurador da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (IGSBB), já que os novos estatutos aprovados e registrados garantiam a quem desempenhasse essa função um poder maior de decisão e ingerência sobre os assuntos e patrimônios da festividade.

Essa portaria não é aceita pelo procurador Flodoaldo Teixeira nem pela Diretoria da IGSBB, por julgarem que a irmandade já era uma sociedade civil, de acordo com os estatutos publicados no Diário Oficial do Estado, em 1947, e como tal isenta da autoridade eclesiástica. Em consequência disso, os padres barnabitas não apareceram na festa de São Benedito em 1948. A IGSBB realiza assim mesmo os rituais da festa.

Dom Eliseu ainda tenta articular com os membros da Diretoria da Irmandade, em carta circular destinada aos senhores Benedito Augusto César, Mário Antunes e Flodoaldo Teixeira, de 24 de novembro de 1948, justificando com o Direito Canônico, demonstrando certo ar de superioridade que lhe era peculiar em algumas oportunidades e, com uma linguagem sutil, informando-lhes de sua autoridade e do direito de interferência que lhe era natural, haja vista ser ele o bispo prelado. Um trecho da carta circular já autoriza nossa análise.

²⁸ Cf. COLARES, Terezinha. *Presente em nossa vida*. Vol. 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988. p. 306.

“Estimados amigos,

(...) São prescrições do Direito Canônico que o Padre não pode ignorar e muito menos infringir. (...) O que o predecessor no governo desta Circunscrição Eclesiástica fez, o atual Prelado pode também fazer ou mudar ou desfazer. Deixei o atual Procurador no seu cargo durante muitos anos. Estarei eu na obrigação de o deixar eternamente? Confesso que fiz mal em não renovar anualmente a nomeação, conservando as mesmas pessoas ou mudando. Mas tenho a meu favor que sempre pensei bem do atual Procurador.

E se agora suprimo este cargo não é impelido por outros motivos que o de exercer um ato de meu dever e de meu direito. Não tenho críticas a fazer, nem animosidades a satisfazer, nem interesses a patrocinar.

Mas o que é da minha alçada – ou melhor do meu dever – é zelar (para) que as festas religiosas – e ainda mais as grandes festas como é a de S. Benedito – sejam feitas de acôrdo com as prescrições canônicas em toda a Prelazia, máxime em Bragança.

Portanto, a Diretoria de São Benedito deve ser nomeada ano por ano legalmente isto é conforme as leis da Igreja: e é esta a finalidade da minha Portaria.

Quanto ao mais, a Diretoria procure o Padre Vigário e com êle se entenda sobre os pormenores da festividade; faça a festa na data e nas condições que combinarem e depois dê a relação ao Prelado, preenchendo o formulário adequado. (...) Reafirmo, a cada um de vós, meus Amigos, a minha estima, envio um grande abraço e me escrevo cordialmente.

*Dom Eliseu Maria Coroli
Bispo Prelado da Prelazia do Guamá”*

A irmandade beneditina “libertou-se” de uma posição subalterna quando percebe que, sob as regras erigidas pela Igreja e defendidas pelos barnabitas, perderia o controle de seus rituais e de sua cultura. Foi a partir daí que vários sujeitos importantes da cidade, políticos, personalidades, comerciantes e profissionais liberais tomam a decisão de registrar oficialmente como associação a então Irmandade de São Benedito, resguardando não só o patrimônio da mesma, como também a manutenção e controle do seu quadro social.

Essa estratégia, registrada no Diário Oficial do Estado em 04 de maio de 1947 (em anexo), assinada por vinte e três membros, é logo notada pelos padres, que tencionam agora, sob um pretexto religioso, retomar a irmandade para o *status* de confraria, autorizada pela Igreja Católica.

O que realmente motivou a dita portaria foram os estatutos da IGSBB de 1947 que só se dizia “sociedade civil”, o que não foi aceito pelo bispo pois, segundo um boletim da Ação Católica, intitulado “Desfazendo Calúnias”, com a data de 03 de dezembro de 1948, “uma Sociedade civil, não pode tratar de festas religiosas nem de administrar uma Igreja”

(COLARES, op. cit. p. 308). O que pretendiam os padres era que a Festa de São Benedito se ajuizasse aos moldes das outras festas religiosas, sem a presença dos padres barnabitas.

Mais diretamente nesse aspecto é preciso explicar os fatos que antecederam o momento da luta mais acirrada entre as partes (Irmandade e Igreja), pelo marco temporal estabelecido na pesquisa e pela própria diversidade desses fatos, que podem nos levar a compreender como se deram essas apropriações e como se interpretaram esses momentos.

Desta forma, e com o pensamento firme nos propósitos da romanização e da aplicação de suas medidas, o controle sobre as contas e o patrimônio das festas realizadas pelas direções das irmandades religiosas, começa a incomodar ainda mais os seus dirigentes, todos leigos e de certa forma ligados aos padres.

Um interessante telegrama de Armando Bordallo da Silva e de Luiz Paulino dos Santos Mártires deve ter causado enfurecimento desmedido na personalidade do bispo Coroli. Em ordem cronológica, o encontramos anexados ao Livro de Tombo da Prelazia. Nele, Armando Bordallo e Luiz Paulino consideram desrespeito o fato de o bispo interferir de modo a criar um ambiente desfavorável com a IGSBB, saindo em defesa do que chamam de patrimônio histórico e tradição bragantina. Já nos é conhecida, por este estudo, em parte anterior, a querela entre o bispo Coroli e Armando Bordallo. Vamos ao telegrama:

“Informamos vossa pretensão açambarcamento da Irmanda Gloriosa [sic] S. Benedito Bragança vg patrimônio histórico nossa terra vg lembramos novamente Vossa Reverendíssima abandonar semelhante atitude para não granjear repulsa reação nossa gente defesa honra tradições bragantinas pt Respeitosamente esperamos sirva esta sugestão criar ambiente respeito mútuo deve existir pt Rps. Saudações”.

Em 1948, a criação de um formulário próprio, onde se devia registrar todo o acervo de contas e o recebimento de esmolas, ajudou o controle e a visualização do que era arrecadado nas festas. Além do mais, é de se notar que os próprios dirigentes não procediam dessa forma, o que ainda mais legitimaria a existência dos formulários, que não encontramos em matéria, apenas nos registros do volume II dos tomos da prelaia, que abrange de 1947 a 1956, em circular aos padres de 29 de junho de 1948.

*“Caríssimos padres,
Merecem ser lembrados na próxima reunião dos Padres os seguintes assuntos:
DIRETORIA DAS FESTAS E SALDO DAS IRMANDADES:
A meu ver, a solução mais simples e mais eficaz é a que apresentei oralmente na visita pastoral no comêço do corrente ano. Isto é exigir o preenchimento de um formulário que já foi impresso em número limitado de exemplares para*

experiências. Basta examinar o formulário para constatar as vantagens que proporciona e os inconvenientes que evita. Poderão ser sugeridas modificações. Na reunião se deverá marcar o prazo para iniciar o uso obrigatório deste expediente.

*D. Eliseu Maria Coroli
Prelado”*

No mesmo ano, Dom Eliseu ajuíza no tomo.

“Novembro – 17 1) FESTAS: Adotou-se o FORMULÁRIO já impresso. Os pontos essenciais são:

1º) A Diretoria seja realmente nomeada pelo Padre e fique no cargo exclusivamente um ano, embora possa ser nomeada novamente muitas vezes sucessivamente, porém ano por ano.

2º) O balancete seja publicado e conte enquanto importa o saldo e onde está.

São pontos secundários que cada qual pode resolver como julgar oportuno: ter uma Diretoria de obras; pagar a esta o vinte por cento de receita; aplicação do saldo; nomear Tesoureiro um Padre.

As questões: as capelas pagarem 5% à Matriz ou outra taxa menor; – impor uma sanção a quem não preencher o formulário: ficaram adiadas.

O Padre deve procurar de proclamar a nova Diretoria – embora seja a mesma – no dia da festa na Missa ou no encerramento.

Quanto ao balancete o Padre deve procurar que seja publicado na festa imediatamente seguinte”.

Entre os principais empreendimentos de represália feitos por Coroli, podemos citar, além da proibição dos padres em officiar os atos religiosos na festividade de São Benedito, a transferência do local de saída da procissão do Círio de Nazaré de 1949, a partir dos boatos que chegam aos ouvidos do bispo, de desordens, pelo fato da mesma procissão sair da Igreja Matriz à capela do Instituto Santa Teresinha. Felizmente ou não, nada aconteceu. O Círio é pregado pelo Cônego Leal, enviado da capital do Estado.

Em seguida, Dom Eliseu faz circular, em seu nome, uma nota de esclarecimento às autoridades, principais amigos e famílias tradicionais da cidade, ditas devotas de São Benedito sobre a ausência dos sacerdotes, sua pretensa volta e as condições concretas que exige para que se efetive o seu retorno.

Nesta nota, ainda que sob o pretexto de se escrever “com singela cordialidade e na forma mais simples”, o bispo discorre sobre o assunto, sobre a data da festa, demonstra sua visão acerca da Marujada e repassa, subentendidas no texto, as decisões do Concílio Plenário Brasileiro quanto às festas religiosas.

“1) PORQUE OS PADRES NÃO REZAM MAIS MISSA EM S. BENEDITO, NÃO FAZEM A FESTA, NEM ENTRAM NESSA VENERÁVEL IGREJA?

É porque com a publicação no dia 4 de maio de 1947 de novos estatutos da Irmandade foi introduzida uma grande novidade no seio da mesma; os padres não acharam mais naquela antiga Igreja a tradicional Irmandade e sim uma sociedade civil. Os Padres nunca negaram a sua cooperação à Irmandade, mas não podem reconhecer a sociedade civil porque seus estatutos são contrários às leis da Igreja. Todos os católicos e muito mais os Padres têm obrigação sagrada de cumprir as leis da Igreja mesmo com perigo de aborrecimentos e prejuízos. A tradicional Irmandade religiosa podia ser erigida em ente jurídico sem transformar-se em sociedade civil.

2) QUANDO É QUE OS PADRES VOLTARÃO A S. BENEDITO?

Os Padres estarão novamente em S. Benedito logo que se volte à antiga tradição bragantina com sua Irmandade religiosa sem as novidades introduzidas em 1947. A irmandade tradicional, tal como sempre existiu desde dois séculos em Bragança, será atendida prontamente, mesmo no corrente ano de 1949 se ela se apresentar como Irmandade religiosa; e terá os Padres no altar de seu glorioso Santo elevando preces, hinos, incenso e sobretudo o Sangue Divino de Jesus Cristo na Missa Solene. Venha a Irmandade e tudo está resolvido.

3) QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES CONCRETAS EXIGIDAS?

Basta uma declaração legal com que a Irmandade, deixando de existir a Sociedade Civil, assume o compromisso de cumprir todas as leis da Igreja, especialmente as seguintes:

- a) A Diretoria deve ser aprovada pelo Padre Vigário ou pelo Bispo, publicada do altar do púlpito e transcrita fielmente nos programas da Festa.*
- b) Os livros devem ser apresentados ao Vigário e receber o visto.*
- c) As decisões das assembléias gerais devem ser aprovadas pelo Bispo.*
- d) Uma das chaves da Igreja deve ficar nas mãos dos Padres.*

4) COM QUEM FICA O DINHEIRO E A ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA?

O dinheiro e a administração da fazenda ficarão com o tesoureiro da Irmandade ou com quem os diretores quisessem. A lei da Igreja não exige a entrega do dinheiro e dos bens, e sim tão somente que sejam apresentados ao Vigários os balancetes e os livros devidamente documentados: nada mais.

5) E A DATA DA FESTA?

A Igreja nada determina sobre a data. Portanto pode ficar no dia 26 de dezembro. Somente que a novena de S. Benedito não pode embarçar a novena de Natal que deve ser celebrada na Matriz de 16 a 24 de dezembro. As duas novenas podem ser celebradas em horas diferentes.

6) E A MARUJADA?

É uma demonstração popular de fé e regozijo festivo, de cunho cristão, em tradicional homenagem ao glorioso S. Benedito. Mantenha-se, pois, a Marujada, evitando qualquer abuso, conservando-se no esplendor de sua fé, na originalidade típica de seus trajes e nas devotas homenagens a S. Benedito.

EM CONCLUSÃO: é necessário que se cumpram as sábias disposições da Igreja, o que e conforme a secular tradição genuinamente bragantina.

Quem não estará de acordo com o Bispo?

Todos os bons bragantinos, que desejam garantir para os séculos vindouros o verdadeiro culto a S. Benedito, compreenderão facilmente que é este o caminho a seguir.

Deus abençoe a todos os verdadeiros devotos do glorioso S. Benedito”.

Dando toda essa orientação, Eliseu torna pública a Bragança, de forma direta, as decisões do Concílio de 1939, ainda mais depois de já ter de veiculado em toda a prelazia, outros folhetos desde 1941 das novas regras que deveriam ser observadas nas festas religiosas, com destaque ao “Decr: 358” (decreto), item 3º, que tratava das Diretorias das festas, que, segundo o qual, deveriam ser fixadas previamente pela autoridade eclesiástica, ensejando ainda a prestação de contas regular do patrimônio dessas festas, a cópia das chaves da Igreja de São Benedito e a aceitação passiva da autoridade hierárquica católica.

Uma outra nota, um dia antes do início da festividade de 1949, assinada por Dom Eliseu é dirigida ao povo da cidade. Seu princípio norteador se refere a um telegrama de famílias bragantinas, aceitando a publicação anterior de Dom Eliseu.

Aqui cabe uma ponderação nossa. Para um arquivo tão bem organizado e diversificado em seu leque temático, como o é o da Diocese de Bragança e para quem, a nosso exemplo, vasculhou e garimpou, com sucesso e esmero as fontes, desde livros de tombo a registros mais pessoais e diários do Arquivo Coroli, nunca antes vistos por outro profissional de nossa área, suspeitamos da existência de tal correspondência.

Diz a nota:

“Padre na Festa de São Benedito

Nota da Prelazia

Numerosas e distintas famílias bragantinas assinaram um telegrama, pedindo a presença dos Reverendo Padres, na Festa do Glorioso S. Benedito e ao mesmo tempo, pleiteando que a irmandade, cumpra as leis da Igreja de acordo com a nota da Prelazia, de três do corrente.

No idêntico sentido se expressaram por diversos modos e muitos devotos do Glorioso Santo, fazendo sentir, claramente, que este é o anseio geral.

A Prelazia julga que tantas e tão dignas famílias e tantos devotos constituam, realmente, um penhor seguro de que a Irmandade de S. Benedito, em futuro próximo, abandonando a qualidade Civil, voltará a ser uma verdadeira Irmandade religiosa que sempre foi, cumprindo, tradicionalmente, as leis da Igreja.

Nestes termos, a Prelazia atende com satisfação ao anseio geral dos católicos bragantinos: os Padres irão fazer a festa do Glorioso S. Benedito.

Ao mesmo tempo, a Prelazia atende com sincero prazer e agradece a todas as famílias e a todos os bons elementos católicos, procurando, exclusivamente, o louvor de S. Benedito.

Bragança, 17 de dezembro de 1949

D. Eliseu Maria Coroli, Prelado do Guamá”.

É após esse episódio, de concessão e permissão por parte de Dom Eliseu, em nome da Igreja, que o bispo vai acreditar na resolução do que denominou, a partir daí, em seus escritos, de “questão de São Benedito”. Essa concessão foi vinculada à reestruturação segundo os cânones católicos, da Irmandade beneditina, não somente como orientação

emanada pelo bispo, mas como uma atitude repleta de autoridade e prepotência, condicionando a realização da festa à simples presença dos padres barnabitas, num verdadeiro acinte à população de devotos do Santo Negro.

A partir daí, Dom Eliseu pareceu ignorar por muito tempo, os atos de rebeldia e a desobediência dos devotos “irmãos de São Benedito”. Neste sentido, fazemos alusão ao caso ocorrido no Rio de Janeiro, levado a um conhecido processo, no Supremo Tribunal Federal, da Irmandade do Santíssimo Sacramento contra o bispo do Rio de Janeiro e contra o seu direito sobre a dita irmandade.

Em dezembro de 1952, após a promessa de membros da Irmandade de que fariam as reformas necessárias no Estatuto da sociedade civil, Dom Eliseu se inclina a permitir a realização da festa religiosa. Fato não consumado. O Conselho Permanente da IGSSB manda novamente a Assembléia Geral aprovar os estatutos.

Abrimos espaço, neste texto, para uma de nossas personagens, agora da parte da Irmandade, citado como um dos que aceitam participar da reorganização do caráter religioso da confraria e de sua diretoria, nomeada pelo bispo. Trata-se de Raimundo Arsênio Pinheiro da Costa, juntamente com Oscimar Fernandes, que passam a envolverem-se nos assuntos ao lado do bispo, fingindo apoio conveniente, mas sempre recorrendo às resistências de manter o caráter civil da irmandade e proteger a posse sobre os bens que supostamente lhe pertencia. Isso permitiu a realização da festa.

Esse outro “dono” de São Benedito, Raimundo Arsênio Pinheiro da Costa nasceu em Bragança, em 18 de agosto de 1918, filho de João Batista da Costa e Honorina Pinheiro da Costa. Como uma pessoa que fez parte da sociedade bragantina, Arsênio guardou algumas características peculiares aos chefes de família, um lado sério, de defesa de tradições familiares como dever sagrado, mas também cultivava um lado humorístico que é lembrado por vários de seus contemporâneos²⁹.

Arsênio, como cidadão, foi um homem que sempre procurava honrar sua família, cioso de seus deveres como esposo e pai de uma considerável prole. Pelo comportamento sério e equilibrado, mereceu reconhecimento e apoio de seus amigos, mesmo quando exerceu o cargo de fiscal das ruas de Bragança. Na condição de funcionário público municipal, exerceu a função de Fiscal Geral.

²⁹ Dados recolhidos em inúmeras horas de entrevistas com idosos, amigos próximos, marujos e com familiares de nosso sujeito, realizadas informalmente, entre os anos de 2002 a 2004, especialmente no mês de dezembro, durante a realização da festividade de São Benedito.

Na Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (IGSBB), ganhou o apelido de “filho de São Benedito”. Seus amigos mais íntimos costumavam dizer que quando os devotos de São Benedito lhe traziam galinhas, patos, perus e até suínos e bovinos, Arsênio lhes mandava colocar em seu quintal. No entanto, quando traziam cachos de pitomba, cocos e outras frutas, lhes aconselhando a entregar ao pacato Oscimar Fernandes, que era escrivão do Cartório do 2º Ofício à época, o mesmo citado acima.

Na política, Arsênio militou durante algumas décadas sempre julgando-se um dos representantes públicos da IGSBB e guardião da tradição da Marujada. Exerceu dois mandatos de vereador, de 1971 a 1977 e como um de seus importantes requerimentos solicitou do prefeito Antônio da Silva Pereira a construção do Matadouro Municipal na Vila de Tracuateua.

Num de seus documentos de solicitação aprovado pela Câmara Municipal, à época de seus mandatos, requereu do Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, que determinasse a proibição da extração do palmito de açazeiros, a fim de evitar que as pessoas carentes da Amazônia viessem a ficar privadas de alimentar-se do açáí.

Nosso sujeito, à semelhança dos demais indivíduos, é dotado de uma memória histórica, por isso, é compreensível que se tenha fixado como um dos célebres combatentes do bispo barnabita, transitando nos meios políticos e sociais, deixando marcas e decidindo, como elemento social no controle da cultura sobre a identidade da Marujada, no período em que atuou como Procurador e principal dirigente da Marujada.

Talvez nos encontremos na frente de uma personagem – sujeito histórico – que mais tenha marcado o cotidiano do tempo em que as rebeldias contra a autoridade eclesiástica foram levadas a cabo, nessa interface entre catolicismo devocional e catolicismo oficial. Arsênio foi um dos “donos de São Benedito”, por inúmeras razões.

Sua forte personalidade, em vários episódios, ainda hoje é lembrada pelos que acompanharam o longo processo judicial que envolveu as duas partes durante quase duas décadas e testemunharam a grande decepção de ver o homem de voz forte e rouca e de porte altivo entregar o patrimônio da sua irmandade aos oficiais de Justiça que reintegraram a Diocese de Bragança na posse da Igreja, em setembro de 1988³⁰. Mas esse assunto ficará incompleto, por enquanto, aguardando outros tempos.

³⁰ Ainda no tempo da infância, o historiador testemunhou o dia em que o auto de reintegração de posse contra a IGSBB foi executado, no consistório da Igreja de São Benedito. Com o procurador Arsênio, ainda jovem, mantinha, pela família que presta serviços na festividade há várias décadas, uma relação de amizade.

Voltando à baila, com os desejos manifestos de manipulação da tradição cultural do culto beneditino, encontramos um outro folheto da Ação Católica bragantina, na esperança de se chegar ao término da questão tão debatida e apresentada.

“Ano de 1954

Festa Religiosa do Glorioso S. Benedito

A Ação Católica leva ao conhecimento das famílias católicas de Bragança o seguinte:

1 – Com a graça de Deus e a proteção do Glorioso S. Benedito, também, este ano a festa do Santo, será oficiada por sacerdotes católicos. Portanto, será festa católica.

2 – Tornou-se isto possível pela boa vontade e compreensão da maioria dos membros do atual Conselho Permanente da Sociedade Civil, a chamada Irmandade de S. Benedito.

3 – Os membros concordaram em dar todo apoio á Centenária e verdadeira Irmandade Religiosa de S. Benedito, extinta em mil novecentos e quarenta e sete, reorganizada agora por vontade do Exm.º Sr. Bispo.

4 – É de conhecimento público que, nesse referido ano, os Irmãos de S. Benedito foram iludidos em sua boa fé, pois a antiga, tradicional e legítima Irmandade transformou-se numa Sociedade Civil. Desta maneira, os Irmãos de S. Benedito passaram a pertencer a uma agremiação profana, mas nunca a uma sociedade puramente religiosa, como deve ser uma Irmandade.

5 – O Exm.º Sr. Bispo, com a suprema autoridade que lhe compete, na Prelazia, em assuntos religiosos, houve por bem nomear a Diretoria da Centenária Irmandade Religiosa, abaixo discriminada:

Diretor: Revm.º Pe. Expedito Maria Machado, Vigário

Procurador: Tomaz dos Santos Martins

Secretário: Professor Jorge Ramos

Tesoureiro: Almério Alípio da Luz

Mesários: Dr. Simpliciano Medeiros Júnior

Sr. Benedito César Pereira

Mário Queirós do Rosário

Sr. José Castanho

Sr. Cassiano Salgado

6- Esta Diretoria pediu, oficialmente, ao Exm.º Sr. Bispo de mandar os Padres officiar a solenidade do Glorioso Santo, unicamente, por serem eles os representantes da Irmandade Religiosa, constituída pela autoridade eclesiástica.

7 – Vai aqui o apelo da Ação Católica, convidando todo católico a ingressar quanto antes na verdadeira e legítima Centenária Irmandade de S. Benedito”.

Não sendo aceita pelos representantes da IGSBB que lideraram a transformação do Compromisso religioso em estatutos civis, foram feitas diversas reuniões entre as partes visando retomar o diálogo entre as partes, na proposta de uma série de assembléias gerais

onde se apresentariam a nova versão do texto estatutário e se votaria, entre os “irmãos de São Benedito” suas cláusulas, inclusive as que provocaram o impasse.

É extremamente novelesca a situação em que o padre Miguel Giambelli, braço direito de Dom Eliseu na questão de São Benedito, se encontrava. Disposto a renovar os estatutos, ele compôs uma comissão que incluía o ex-prefeito e senador Lobão da Silveira e o médico Douglas Abdon Braun, para promoverem as assembléias gerais de estudo e votação, listadas abaixo e copiladas do Livro de Tombo da Prelazia do Guamá.

Padre Miguel registrou e grifou no Tombo os fatos e comportamentos novos diante da crise entre os barnabitas e os devotos do Santo. Era o ano de 1955. Fazemos questão de citar toda o registro do toambo, para reforçar ainda mais o caráter apreensivo do texto e percebermos em seu desfecho a intencionalidade do bispo Coroli. Uma leitura interessante e reveladora. Eis:

Janeiro – 2 – Primeira Assembléia geral da Irmandade de São Benedito com a finalidade de chegar a uma conclusão da espinhosa questão que desde 1947 lançou o desassossego entre os católicos de Bragança – o ponto mais importante da Ass. Geral era de mandar modificar os estatutos de maneira tal que essa centenária Irmandade, de Sociedade civil, fôsse novamente reestruturada em Irmandade Religiosa. Por não estarem presentes os dois terços dos Irmãos quites não foi possível chegar a uma conclusão.

Janeiro – 9 – Segunda Assembléia Geral da Irmandade São Benedito. Começou as 14:30 hs. para terminar as 19:30 hs. houve fortes debates e muitos discursos. Chegou-se também a realizar a votação entre os sócios quites. Essa votação deu maioria aos elementos esquerdistas, chefiados pelo Sr. Arsênio que preferiam que “Irmandade” continuasse como Sociedade civil. Todavia por não estarem presentes os dez por cento dos sócios quites também a votação não teve valor algum.

Janeiro – 16 – Terceira Assembléia Geral. Essa assembléia estava se anunciando como muito barulhenta. Várias ameaças foram lançadas contra o Padre Miguel, que estava na frente do movimento de querer reconduzir a Igreja Católica essa Sociedade civil que se apelidava de Irmandade de São Benedito. Uma iniciativa rápida e oculta do Padre Miguel mudou por completo a situação das coisas, dando grande maioria aos elementos bons. Foram escolhidos 160 pessoas católicas resolvidas a sustentar a opinião da autoridade eclesiástica. Seus nomes foram apresentados numa reunião ordinária do Conselho Permanente para serem incluídos como sócios da “Irmandade”. Foi, na mesma reunião, paga a primeira anuidade e o secretário incumbido de lançar logo êsses nomes no livro da “Irmandade”.

Esse “golpe”, como foi chamado pelo Dr. Lobão da Silveira, paladino dos esquerdistas, e de maneira tão evidente que o Dr. Lobão e o Sr. Arsênio, antes da Assembléia Geral, procuraram o Pe. Miguel para virem a um acôrdo. Ficou acertado que já se tornava inútil qualquer votação por estar evidente a vitória dos bons. Concordaram com o Padre em abrir oficialmente a 3ª Assembléia geral e limitar-se a anunciar aos presentes o acôrdo já feito entre as duas partes de autorizar uma comissão a mudança dos estatutos de maneira tal que desaparecesse de vez a Sociedade civil p/ reestruturar a legítima Irmandade religiosa. E assim foi feito. Na Igreja de São Benedito, repleta de “Irmãos”, o padre Miguel e o Sr.

Arsênio anunciaram o acôrdo feito. Ficou então escolhida a comissão que devia modificar os Estatutos: o Padre Miguel e o Dr. Lobão da Silveira, deputado federal.

Outubro – 14 – Reunião do Conselho Permanente da Irmandade de São Benedito na casa do Dr. Lobão da Silveira. Depois de quase três horas de debates todos os do Conselho aceitaram os Estatutos apresentados pelo Padre Miguel. O procurador da Irmandade ficou encarregado de fazer os proclamas necessários para convocar a Assembléia Geral no dia 30 do corrente afim de dar valor legal àqueles estatutos, terminando assim a luta religiosa de quasi dez anos.

Outubro – 30 – Domingo, Festa do Cristo Rei. a) Assembléia Geral da Irmandade de São Benedito. Essa era a assembléia preparada ha mais de ano e que devia dar término ao “caso de São Benedito”. Dom Eliseu tinha encarregado a questão o Vigário Geral, o qual desde outubro do ano passado não poupou meios para resolver o caso.

Graças a Deus, tudo agora estava bem encaminhado:

- a) tínhamos recebido a autorização para mudar os Estatutos (cf. dia 16 jan.)*
- b) tínhamos alcançado que aceitasse como guia dos novos Estatutos o Direito Canônico, tornando nula de pleno direito qualquer decisão ou ação contrária ao mesmo (cfr. Art. 2º dos Est.).*
- c) tínhamos alcançado que nos novos Estatutos constasse integralmente o nº 1643 da Pastoral Coletiva, que atribue ao Bispo nas Irmandades poderes superiores aos do próprio Direito Canônico.*
- d) por ser a 3ª Assembléia Geral reunida para resolver a questão dos Estatutos, não apresentava mais a exigência perigosa de contar com dois terços, ou um décimo de sócios quites presentes, para suas resoluções obter valor oficial.*
- e) tínhamos certeza de alcançar a aprovação da Assembléia Geral porque contávamos com a maioria absoluta, devido sobretudo aos cento e sessenta sócios novatos que entraram em janeiro p.p. na Irmandade, a nosso pedido, para nos ajudar na solução da questão.*

Uma outra faceta desta seria a influência do calendário da festividade beneditina no cotidiano do bragantino. Joaquim Lobão da Silveira, um dos “donos” de São Benedito e que escrevia crônicas nos jornais e revista locais, nos dá uma pista quanto a esse argumento, em interessante texto encontrado na revista *Bragança Ilustrada*, de dezembro de 1952. Um texto, dentre vários outros³¹, que não só precisa a grande pompa dada à festa pelos bragantinos devotos de São Benedito, mas, sobretudo, apresenta suas características desse povo. Uma data de festa religiosa que foi criada no calendário do povo, a partir da relação do povo com a festa.

“Vinte e seis de dezembro é dia grande. Dia grande de verdade. Dia de festa. Feriado sem lei. Não precisa. Todo o mundo sabe. Todo o bragantino deixa de trabalhar. A folhinha não é encarnada. Não precisa. Encarnada é a fita que as marujas trazem nos chapéus. Encarnado é o coração de toda aquela gente cheia de fé e de tanta devoção. Encarnada é a folhinha que não existe, mas é, porque está no coração.

³¹ Nos apêndices desta dissertação encontram-se outros textos que pontuam essa questão da fixação da data da festa de São Benedito, em Bragança, destacando os textos de Lobão da Silveira, Jorge Ramos e Leandro Ferreira.

(...)

E o grande Esperado, que é São Benedito, está no coração encarnado de toda essa gente que mora e trabalha, luta e sofre no grande vale do Rio Caeté. Quem quiser venha ver, quem não quiser também venha. Aqui existe um feriado que ninguém decretou, que o governo não manda cumprir. É o feriado do coração. O povo foi que decretou.

(...)

*‘26 de dezembro’ – O dia do grande Esperado – São Benedito.*³²

No entanto, devido à influência política de Arsênio Pinheiro, que se tornou vereador da Câmara de Bragança, a sociedade bragantina solicitou e alcançou, em lei sancionada pelo prefeito Mário Queiroz do Rosário, o decreto do feriado que marcaria o dia 26 de dezembro como consagrado a São Benedito, como se mostra na fonte abaixo.

LEI Nº 760

CONSIDERA FERIADO MUNICIPAL O DIA 26 DE DEZEMBRO, CONSAGRADO AO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA.

A Câmara Municipal de Bragança, estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Artº - 1º - Fica considerado feriado Municipal, do corrente ano em diante o dia 26 de dezembro consagrado ao glorioso São Benedito.

Artº - 2º - Cessarão todas as atividades comerciais, industriais e outros durante esse dia.

Artº - 3º - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Determino, portanto, que seja por todos cumpridas assim inteiramente como nela se contém.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bragança, 9 de junho de 1960.

*Mário Queiroz do Rosário
Prefeito Municipal*

Publicado na Secretaria da Prefeitura em a mesma data.

*Tomás dos Santos Martins
Secretario Municipal*

A continuação do texto que encerra este tópico, além de encerrar literalmente, no Livro de Tombo, a questão das assembleias organizadas para a reorganização dos estatutos da IGSBB, revela as impressões humanas de padre Miguel³³, de cumprir a obediência às ordens

³² SILVEIRA, Joaquim Lobão da. “O Esperado”. *Bragança Ilustrada*. Bragança (PA). n. 9/10, 1952. p. 78.

³³ Alguns boatos, que necessariamente permaneceram ao longo do tempo e que foram confirmados nas duas difíceis entrevistas (2002 e 2004) que realizamos com o agora bispo emérito Dom Miguel Maria Giambelli, que já conta 96 anos, diziam que as ameaças daquela assembleia geral era de que pela forte personalidade do padre Miguel e pelo rancor guardado contra ele por alguns membros da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, a assembleia que deveria servir para conciliação poderia ter final trágico, resultando na agressão ao

de Dom Eliseu Coroli. Completa e finaliza o barnabita com uma expressão muito triste e pessimista dos eventos que estavam por vir.

Contudo, o Sr. Prelado, por um excesso de prudência, que lhe é característico, proibiu ao Padre Miguel de participar da Assembléia Geral já convocada.

O motivo que determinou o Bispo a essa medida foi o de constatar que o Dr. Lobão da Silveira, o Sr. Arsênio e o Oscimar, membros do Conselho permanente, estavam procurando uns meios para salvar pelo menos algo da antiga autoridade da Assembléia Geral destruída quase completamente pelos novos Estatutos. Achou também Dom Eliseu que devia seguir o parecer de outros Padres que queriam que a Irmandade de São Benedito se destruísse completamente.

Quem traça estas linhas pode afirmar de, pouquíssimas vezes em sua vida, ter sido obrigado a fazer um ato de obediência tão doído. Na manhã de hoje quando às 5,15 hs procurei ainda o Bispo para que me desse a resposta definitiva, a fim de me orientar se avisar ou não o povo acerca da Assembléia Geral; ao receber suas ordens negativas senti uma verdadeira agonia no meu coração. Não tanto pelo muito trabalho feito em vão, quanto pela prospectiva sombria de anos e anos de nova guerra religiosa em Bragança.

E pensar que a palma da vitória já estava em nossas mãos!! Fiat Voluntas Dei!

Nos registros oficiais da Prelazia do Guamá, diversos outros acontecimentos marcariam, a partir das concessões do bispo Eliseu Coroli e das rebeldias dos dirigentes, o cotidiano da luta entre a IGSBB e a Igreja Católica. Em seu vigésimo primeiro aniversário de sagração episcopal, em 13 de outubro de 1961, a comemoração celebrada com um programação solene no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, na Vila de Piabas (zona rural) dá início às visitas que o bispo faria a todas as paróquias do Guamá, como marco inicial do Concílio Ecumênico.

Como já se tornara comum, antes dos meados de dezembro, para não assistir ao “escândalo contra a Igreja, dado pelos seus fiéis de Bragança, na festa da ‘Sociedade Civil de São Benedito’ ”³⁴, ele se retirava à outras paróquias. Naquele ano, o destino seria a paróquia de Vizeu.

Aos quarenta e cinco anos de vida sacerdotal, em uma das suas freqüentes entrevistas na Rádio Educadora, Dom Eliseu foi alvo de inúmeras manifestações de estima e de reconhecimento por parte de várias entidades civis e religiosas, de vários professores e estudantes bragantinos, dos seus funcionários, do governo municipal, prestigiando a data. Para

religioso. Outro boato é o de que a desarticulação pretendida por Arsênio Pinheiro e Lobão da Silveira nunca chegou ao conhecimento do bispo Coroli, por sua intensa lida no Instituto Santa Teresinha e na formação espiritual de sua congregação de irmãs missionárias.

ele, talvez, transparecesse uma reparação pública a ofensa sofrida quando ele perde uma de suas missionárias por “rebeldia” às suas ordens pastorais como fundador da Congregação das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha.

Em seus arquivos, encontramos os documentos inéditos de 27 de março de 1969, nos quais o bispo resolve propor contra a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, o processo judicial para a reintegração de posse da igreja (templo). No texto manuscrito, ele explica que os responsáveis da IGSSB no intuito de se subtraírem à autoridade da Igreja “a quem sempre estiveram submissos”³⁵, resolveram através de uma reunião irregular de Assembléia Geral, transformá-la em Sociedade Civil. No entanto, continuaram a praticar o culto de São Benedito, seu padroeiro, como antes.

Mantendo a fisionomia religiosamente tradicional, pois foi organizada em 1798 para o culto católico, a Irmandade sempre esteve ligada à direção e responsabilidade do Ordinário do lugar. Para o bispo, “a transformação da Irmandade (por mero capricho de alguns membros) em sociedade civil, constituíram-nos em verdadeiros usurpadores”³⁶. De acordo com esse pensamento, os leigos apossaram-se do templo, dos bens e do nome da IGSSB entrando em conflito direto com a Prelazia do Guamá.

De nada valeu todos os empenhos de ambos os lados, desde 1948, para resolverem a contenda dos Estatutos registrados em 1947 sob o aspecto civil. Os dirigentes da irmandade obstinaram-se em não mais conciliarem-se com o bispo, incutindo publicamente no pensamento e comentários gerais da população³⁷ que a Igreja se posicionava contrária à irmandade como se apresentava agora, não escondendo o inconfessável propósito de administrarem o patrimônio financeiro da irmandade, conseguido pelas esmolações e pela realização anual de sua festividade patronal.

Embora reiterados por inúmeras correspondências dirigidas pelo bispo Coroli, pela Ação Católica e por diversas outras personalidades, os dirigentes da Irmandade persistiram radicalmente no firme desejo de continuarem na posse da Igreja e mantendo o caráter civil e jurídico da entidade agora desvinculada do religioso.

Em carta destinada a Dom Eliseu e à população em geral, o Procurador Arsênio Pinheiro expressa não reconhecer a autoridade da Prelazia sobre a Irmandade, pois se tratava da recusa dos representantes da Igreja Católica em não oficiarem os atos religiosos da

³⁴ Impressões pessoais de Dom Eliseu, documento do Arquivo Coroli, no Instituto Santa Teresinha.

³⁵ *idem.* f. 1

³⁶ *id.* *ibid.* f. 1 et. seq.

³⁷ Vários entrevistados foram unânimes ao deixar esta impressão em seus depoimentos, recolhidos em entrevistas de 2002 a 2004.

festividade. Sem essa possibilidade, afirma Arsênio, “a sociedade chamaria rezadores para fazerem as novenas”³⁸. Manter-se-ia o controle já estabelecido pelos leigos e dirigentes da Irmandade, o que seria recebido como uma afronta e rebeldia pelo bispo barnabita: um exercício de força da parte de Arsênio Pinheiro, sem aceitar a imposição das regras que vinham de Dom Eliseu.

A perda do controle por parte da Igreja, inclusive de suas atitudes, explica a emergência da força dos que representavam não somente o lado antagônico, mas a cultura popular manifestada na festividade e na Marujada, e até porque seus principais sujeitos – marujas e marujos – não podiam intervir nessas querelas, por estarem à margem delas.

Foto 8: Maruja e menino, pertencentes às famílias Rodrigues e Ferreira, tradicionais em Bragança, na festa de São Benedito, em 1968.



Fonte: Acervo da família Rodrigues.

As relações sociais e mesmo os rituais da festividade não estariam mais submissos ao controle e a direção da Igreja. Tem-se, assim, uma cultura popular bragantina sobre a qual a Prelazia do Guamá tem muito pouca autoridade e ingerência, passando a tratá-la como permissiva e perniciosa a seus projetos. Um resultado disso foi a intensificação da adesão e da

³⁸ Neste item, retiramos uma frase da carta assinada por Arsênio Pinheiro, constante nos arquivos pessoais de Dom Eliseu, hoje pertencentes ao Arquivo Corolí, no Instituto Santa Teresinha

participação da elite e da classe média bragantina aos quadros da Irmandade e ao patrocínio das festas de São Benedito, favorecendo seus divertimentos profanos, em contraposição direta ao bispo.

Falecia, entre os representantes da Igreja e membros do Conselho Paroquial, qualquer desejo ou possibilidade de integração e manutenção do diálogo aberto com o Conselho Permanente “de São Benedito”, mesmo porque desde o ano de 1954, a situação de retomada do controle da IGSSBB – com a volta ao caráter religioso e modificação dos Estatutos civis – liderada pelo então padre Miguel Giambelli, foi desautorizada por Dom Eliseu Coroli, que agora deixava nas mãos da Justiça a resolução da espinhosa questão, o que se determinou no processo movido pela Prelazia contra a Irmandade e que durou de 1969 a 1988, sendo resolvido somente na última apelação desta última, em instância federal.

2.3 Os significados rituais e Antropologia na festa de São Benedito em Dedival Brandão

O estudo das irmandades leigas mereceu por historiografia mais recente, oriunda dos próprios quadros da Universidade Federal do Pará³⁹ uma leitura atenciosa, fruto de pesquisas sérias e que possuem um estilo e um referencial metodológico eficaz nas elucidações, contribuições, metodologia e suporte de fontes capazes de reconstruir seus cenários e até de expor perante a disciplina histórica suas premissas conclusivas.

Dedival Brandão da Silva nasceu em Monte Alegre, no Pará, e desde 1960 reside em Belém, onde se licenciou em História pela UFPA em 1979. Em seguida, cursou Letras e habilitou-se em francês em 1983. Daí em diante, cursou especialização em Teoria Antropológica também na UFPA, com pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990, sendo do quadro docente da UFPA, publicando vários trabalhos sobre folclore e culturas populares, além de artigo que tratam, inclusive da Festa e da Marujada de São Benedito em Bragança⁴⁰.

³⁹ Ver por exemplo em FIGUEIREDO, Aldrin M. de. *Os Reis da Mina: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Pará do século XVII ao XIX*. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia v.9, n.1, 1994.

⁴⁰ Entre seus trabalhos, destacamos *Etnicidade na cultura popular: a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (1988)*, *A feira livre de Bragança: história e estratégias culturais* e *Educação e Cultura na Amazônia Brasileira: a feira livre de Bragança como experiência de pesquisa do cotidiano na escola*.

O livro *Os Tambores da Esperança* e o primeiro do autor a ser publicado, pela Falangola Editora, a quem constitui como parte da construção que aqui delinheio sobre a Festa e sobre a Marujada de São Benedito de Bragança.

Em seu livro, Dedival Brandão da Silva traça, em trezentas e duas páginas, um estudo antropológico levando em consideração a simbologia, os significados e a estrutura das comemorações em torno do culto a São Benedito como um dos espaços da re-significação dos sujeitos sociais, nos conceitos de ritual, religião, identidade e cultura popular.

Na pesquisa publicada, Dedival aborda duas correntes metodológicas: de um lado, para explicar os bens culturais símbolos da festividade como produto social e, de outro, a significação desses símbolos, bens, através de possibilidades individuais e coletivas na Irmandade e na Marujada de Bragança.

No caso, a partir do primeiro capítulo – “Ritual, Representação e Identidade” – suas análises compreendem os sistemas simbólicos – entre os quais no campo da cultura e da história – sem negar-lhes certo grau de autonomia específica na medida em que o autor percebe nesses sistemas apenas as manifestações mais típicas da ideologia dominante ou dominada, mesmo em cenários sempre conflitantes da Igreja *versus* Irmandade, que une os sujeitos sociais e que estão por trás de conflitos sociais pelo poder dentro da festa beneditina, às vezes escapando a certas peculiaridades características desses segmentos sociais.

“Trato o ritual enquanto substrato da identidade. Tento mostrar como a questão da identidade e do ritual aparecem no pensamento de vários antropólogos. Ao mesmo tempo, procuro não dissociar as práticas ritualísticas das práticas cotidianas, pois somente assim podemos de fato reconhecer os rituais como engendrados pelo sistema social.” (p. 11)

Nas manifestações beneditinas de Bragança não podia ser diferente. Nem menos intrigante. Os sujeitos, no seu coletivo social – a Irmandade – só se manifestam por um conjunto de rituais de identidade e de identificação, seja por promessa, seja por tradição do culto católico (devoção), retirando dele (aqui o indivíduo) as experiências em certos momentos da análise antropológica e sociológica⁴¹.

“Para Cassirer não existe, com efeito, o homem não-simbólico. Isto me remete, aliás, à condição de que tudo na sociedade humana é constituído de convenções, de “acordos” convencionais, onde a idéia do simbólico atravessa todas as dimensões

⁴¹ Ver referências como as de Cassirer, Lévi-Strauss, Geertz e Malinowsky, a quem dedicamos certa leitura e tempo para concordâncias e negativas.

da vida social. É esta capacidade de simbolização do homem, aliás, que permite o aparecimento da cultura humana.” (p. 14)

Ou ainda na passagem abaixo.

“(...) os grupos se definem por oposição uns aos outros. E isso é o que sugere a citação anterior (cf. Lévi-Strauss, 1986, p. 132). Portanto, a identidade que se constrói com o totemismo não é, conseqüentemente, para dizer que o grupo se assemelha ao totem, mas que esse grupo se difere, se opõe ao outro grupo, estabelecendo aí, a criação da própria diferença.” (p. 15)

Porém, na segunda metodologia utilizada pelo autor, uma negligência a nosso ver ocorre em sentido inverso. As relações de dominação entre os agentes sociais numa dada sociedade e num dado momento histórico são preteridas por completo na razão em que toda a produção cultural – e mesmo a material – terminam por reduzir-se a um paradigma estruturado (o ritual), no qual se privilegiam somente as relações de comunicação e significação, no caso, inserido no ritual da Marujada e no conjunto da festa em si.

Neste intento, é interessante um recurso metodológico de E. P. Thompson, em seu artigo “Folclore, Antropologia e História Social”, no que diz respeito ao objeto de estudo dos antropólogos.

“Com efeito, trata-se daqueles aspectos de uma sociedade que aparenta ser tão inteiramente “naturais” aos seus contemporâneos que, usualmente, acabam deixando registros históricos imperfeitos.” (p. 15)

Tratando mais especificamente do segundo capítulo – “As Irmandades como forma de Organização da Sociedade Brasileira” – para uma análise pertinente do catolicismo popular e devocional, no exemplo da Irmandade de São Benedito, da Vila de Bragança, no século XVIII, o autor discorre uma visão global de como se desenvolveu e se gestou o catolicismo no Brasil e de como a religião pode ter sido o ponto de encontro entre mundos diferentes: o dos senhores e o dos escravos, sempre numa dicotomia perigosa e que às vezes superlota suas abordagens.

“Vemos, assim, como a Amazônia se incorpora à Europa. E como a Irmandade de São Benedito surge a partir da formação de um razoável contingente populacional que se fixa à terra, impingindo ao fenômeno da Irmandade uma característica essencialmente urbana, além de funcionar como mecanismo eficaz ao permitir que

tanto a população mestiça quanto a negra e seus descendentes ‘entrassem na linha’, isto é, aos padrões das elites governantes.” (p. 30)

Ou ainda como na página 31.

“Luso na sua origem, ao ser transplantado para a colônia, adquiriu características próprias, peculiares, sofrendo um processo de reelaboração, procurando adaptar-se às necessidades locais de cada região, mas tendo as Irmandades como principais articuladoras na produção desse catolicismo tradicional.”

Outro dado importante levantado por Dedival e defendido por outros autores: este catolicismo popular está profundamente vinculado às origens do povo brasileiro. Nesta maneira de expressar-se, fé e cultura mantêm uma relação de simbiose tão íntima que é difícil distinguir o cultural do religioso⁴².

Nonato da Silva⁴³ frisa que esse tipo de expressão da fé católica, situado no tempo pelo autor, exigiu um constante processo de purificação, renovação e manipulação, tanto por manter a fidelidade ao espírito do Evangelho, quanto pelos sujeitos sociais inseridos nessa manifestação. Essa intervenção do catolicismo eclesiástico no catolicismo popular teve maior impacto sobre as populações urbanas vinculadas às tradições culturais geradas numa colaboração efetiva entre os dominadores e dominados.

“(...) fazemos saber que sudictos nos enviarão dizer que os escravos dos moradores desta Villa de Bragança que elles movidos de huma fervorosa devoção que consagrão ao Gloriozo São Benedicto tenção erigir nesta mesma Villa huma Irmandade dedicada ao mesmo Santo e que para esta erecção nos pediro (...) Provisão, entendendo nos a sua supplica que (...) dirigida ao serviço de V. M. houvermos por bem demandas (...) que há (...) de pela qual suplicamos licença para poderem erigir a mencionada Irmandade na Freguezia desta dita Villa ficando por objectivos no (...) terem de dois mezes (...) inventarem os Estatutos que de V. M. (...) mesma Irmandade.” (Primeira parte do Compromisso da Irmandade de São Benedicto, de Bragança, de 03 de setembro de 1798).

Entre essas práticas, nosso antropólogo destacou as procissões, as promessas, as romarias, as esmolações, entre outras, que foram aproximadas dos cultos africanos, gerando não poucas vezes expressões religiosas que podem ser vistas como verdadeiro sincretismo

⁴² AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978. pp. 9-13

⁴³ Ver em NONATO DA SILVA, *A Essência Beneditina: Escravidão e Fé na Irmandade de São Benedito de Bragança, do século XVIII ao XIX*. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) Bragança: UFPA, 2002. p. 12-13.

religioso, autóctones ou não. Isso se demonstra como forma de sobrevivência das antigas corporações de ofício, vinculadas às ordens religiosas e, na esfera social, como elementos de apaziguamento das diferenças sociais e estruturas existentes entre dominantes e dominados, intelectuais e ignorantes.

Dentre seus rituais, a Festividade de São Benedito, oficialmente, começa em 18 de dezembro anualmente. Muito embora o dia de São Benedito não seja este pelo calendário católico, é festejado em Bragança em 26 de dezembro, após o Natal,

“porque os pretos escravos vendo no braço esquerdo de São Bendito a imagem do Menino Jesus, de quem ela era fervoroso devoto, acharam, que, sendo o dia 25 de dezembro, dia do Natal de Jesus, o dia 26 de dezembro ser o dia do santo Moreno, pois ele o trazia nos braços!”⁴⁴

Outros pontos que merecem destaque são as citações do mesmo autor em seu livro, quando fala da quantidade numérica de juizes já presidiram a festa, como “até 1962, a festa deste Santo e a sua “Marujada” já homenagearam 1674 juizes e juizas, faltando apenas 36 para, em 1998, completarem os 200, que representam a quantidade de anos que se festeja, em Bragança, esse querido orago celeste!”.

Tais comentários podem ser aprofundados, conforme pesquisas sugeridas na leitura de Dedival Brandão do modelo de organização social e religiosa que teve seu apogeu no período colonial, entre senhores e escravos, brancos e negros, perdurando até a época imperial como fortes associações religiosas do laicato.

A finalidade específica dessas confrarias era a promoção da devoção a um santo católico e a reunião de pessoas em torno dela estava ligada à manutenção do culto, promoção da festividade de um santo específico e construção de sua ermida, com recursos angariados pelos devotos que pagavam promessas por graças e milagres alcançados, num processo de arrecadação local, ou esmolação.

O que marcou o desenvolvimento desses sodalícios religiosos foi a participação leiga no culto católico, responsabilizando-se da promoção da parte devocional, sem a necessidade de incentivo de clérigos, pois

“(...) os leigos participavam de modo ativo na vida da Igreja, e faziam jus a benefícios de ordem espiritual. Ao mesmo tempo, porém através de suas esmolas e de sua atividade de assistência social aos pobres e enfermos davam sua

⁴⁴ Cf. CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963.

colaboração para melhorar de alguma forma as condições de vida da sociedade”.
(História da Igreja no Brasil, p. 236)

No Grão-Pará e, mais especificamente na Vila de Bragança, essa realidade não era diferente, vista no enclausuramento em falsos e frágeis compromissos, cortesias fingidas e necessárias, relacionamentos artificiais e efêmeros, amizades interesseiras e confraternizações humilhantes.

Não se pode negar a relação entre esse tipo de religião popular e o sistema de repressão no período em que as irmandades existiam no Brasil. Repressão também exercida por ocasião de levantes e insurreições, acarretando profundos traumas e perdas. O sujeito também interiorizou este medo por meio da religião.

A religião não é somente reflexo do sistema dominador, mas tem nele e com ele a sua originalidade, capaz de punir e de dar concessões. A Irmandade de São Benedito e a permissão dos festejos ao Santo Negro são exemplos desse contraste marcante e de como vários sujeitos e sentimentos diferentes foram colocados em um só segmento.

Em uma leitura de Ubiratan Rosário, encontramos a seguinte referência ao assunto. O historiador cita os trabalhos de historiadores bragantinos formados pela Universidade Federal do Pará, a partir do Projeto de Interiorização, orientados pela professora Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes e largamente comentados em reportagem do Jornal O Liberal, de 19 de janeiro de 1992. Eis a citação por inteiro:

“Nas décadas que antecederam a Abolição, a escravidão no mundo caeteuara encontrava na festa e na devoção a força para resistir dentro da filosofia da ‘paciência de espera’ visando a conquista da liberdade. E foi no auge da escravidão do século XVIII que os escravos criaram em Bragança a sua Irmandade.

(...)

Havia ‘docilidade’ do escravo (...) e alguma paciência ou boa vontade por parte do senhor.

(...)

O próprio nascimento da Marujada emana dessa atitude dos senhores. Edilza Fontes afirma, todavia, que essa ‘docilidade’ seria uma estratégia de sobrevivência e resistência escravas, pois ‘encontramos muitas cartas de alforria por bons serviços’. Descobriram os pesquisadores que a Igreja Católica em Bragança também era ‘senhora de escravos’. Padres possuíam escravos, ‘padres que chegava, a receber até cem mil-réis para libertar um recém-nascido órfão’.⁴⁵

⁴⁵ Conforme a citação do texto: “Palavra viva dos excluídos: uma pesquisa realizada em Bragança por duas alunas do curso de História da UFPA”. In: Jornal *O Liberal*, de 19.01.1992. In: ROSÁRIO, Ubiratan. *Saga do Caeté. Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará*. Belém: CEJUP, 2000. Col. Caeté 2.

O caráter religioso exprimiu realidades diversas neste contexto: a primeira é a da casa-grande, com as aspirações dos proprietários de terra e escravos; a segunda é a religião dos que dependem desses primeiros. Analisar as visões e percepções escravas, tendo como referência a Irmandade de São Benedito de Bragança, no século XVIII, na Amazônia, pode contribuir para perceber como esta organização serviu como forma de identidade, arma de resistência e de busca pela autonomia num mundo de escravidão e fé⁴⁶.

Foto 9: Igreja de São Benedito, em 1937.



Fonte: Acervo particular da família Rodrigues

A esse respeito, e pela forte influência acadêmica de seus escritos, Pierre Bourdieu afirma que a primeira postura falha ao enfatizar somente as determinações do sistema de dominação, negando aos sistemas simbólicos uma realidade própria, assim como a outra postura também falha ao propor-se apenas à decifração dos fatos simbólicos⁴⁷.

De modo similar, Michel Foucault aplicou-se, na prática, a suplantando os excessos de ambas as filiações, criticando tanto o modelo calcado “na promessa revolucionária de

⁴⁶ Cf. NONATO DA SILVA, op.cit. p. 19

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp. 8-16.

Marx”⁴⁸ quanto o estruturalismo que, por meio de sua semiologia, seria “uma maneira de evitar a realidade aleatória” em seu “caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a a forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo”⁴⁹.

O poder de sedução de ambas as filiações teórico-metodológicas se assenta em seu alcance explicativo dos rituais e seus significados, por meio de métodos rigorosos, de onde o pesquisador responde, em modelos de análise excessivamente fechados – porque “científicos” em intenção – que teoricamente funcionam de modo tranqüilo, adaptando a realidade dos fatos envolvidos na pesquisa aos seus modelos teóricos. Veja a relação de identidade entre os “irmãos de São Benedito” nas práticas e rituais de esmolação com as imagens de São Benedito pelas regiões circunvizinhas a Bragança, seus cantos, a seriedade e o escárnio dos esmoladores, a partir da página 102 da obra.

No processo de luta, longo e complexo, em busca de liberdade, em diversos momentos, situações e contextos, a resistência escrava e depois a dos “irmãos de São Benedito” constituiu-se no campo das práticas relacionadas ao catolicismo devocional, não apenas como um movimento em reação à ordem escravocrata, mas como um pedaço de um projeto em busca de autonomia nesse mundo de escravidão e depois à romanização⁵⁰.

Neste ínterim, a Irmandade passa, segundo o autor por dois períodos completamente distintos: o da Irmandade religiosa e o da Sociedade civil, o que veio a gerar o tão comentado e longo processo de reintegração de pose entre a hierarquia da Igreja Católica e a da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança.

O conjunto de atos religiosos realizado por três comitivas de esmoleiros que percorrem as regiões dos Campos, Colônias e Praias de Bragança e que foi acompanhado por Dedival Brandão, angaria esmolos e ofertas para a Festividade é, em muitos casos, a única presença religiosa nas localidades mais distantes da sede do Município.

Cada comitiva de esmoleiros trajando opas⁵¹ de cores determinadas leva uma imagem do santo, instrumentos musicais, bandeiras e executam um conjunto de canções orantes em latim, ladainhas e folias de homenagem a São Benedito, de acordo com um calendário de visitas nas casas de devotos, que pagam suas promessas hospedando, oferecendo jantares dos mais simples aos mais suntuosos, alimentando os esmoleiros.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 358-359.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 5.

⁵⁰ Movimento de reforma católica no século XIX, que tinha como pressupostos básicos a adequação do catolicismo brasileiro ao Concílio de Trento e sob as orientações de Roma.

⁵¹ Tipo de vestimenta utilizada na esmolação de São Benedito pelos rezadores (esmoladores).

Dedival Brandão da Silva vê esses rituais como a mais primitiva e original das manifestações de identidade do culto a São Benedito, por se encaixar na delimitação metodológica dos gestos de populares pela busca e alcance de uma resistência ao “cativeiro” do catolicismo disciplinador e da fuga ao rompante processo que a então Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá movia, pela reintegração de posse dos bens patrimoniais e culturais da Festividade como um todo, contra a ainda “viva” Irmandade de São Benedito de Bragança⁵².

Foto 10: São Benedito da Praia, em altar durante o ritual de Esmolação.



Fonte: Acervo particular.

Gostaríamos de, a exemplo do próprio Thompson, retratar na história cultural⁵³ uma opção de abordagem ao estudo dos sistemas simbólicos de uma sociedade ou

⁵² Fundada em 03 de setembro de 1798, por iniciativa de escravos, a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (e, conseqüentemente, a sua Marujada) chegou período áureo do século XX intimamente ligada às principais tradições da cidade de Bragança.

⁵³ Como se sabe, uma das principais referências historiográficas atuais, ao menos no âmbito de certa historiografia franco-brasileira, encontra-se discutida em HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Nele propõem-se na primeira parte certos “modelos teóricos”, que vão de Thompson a Foucault, passando por Geertz e Natalie Zemon Davis e que poderiam auxiliar o trabalho dos historiadores da cultura, ao mesmo tempo em que são apresentados alguns ensaios efetivamente escritos pelos “novos historiadores culturais”. Ronaldo Vainfas, em seu artigo História das mentalidades e história cultural, publicado em 1997 (VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. cap. 5. p. 127-162), onde critica abertamente essa Nova História Cultural, especialmente quanto à inclusão de um filósofo como Michel Foucault (Cf. O’BRIEN, Patrícia. “A história da cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, Lynn. Op. cit pp. 30-62.), alguém que “sempre questionou a própria história como forma de conhecimento do real”. Entretanto, em detrimento de suas divergências, há ao menos uma concordância metodológica entre ambos: o historiador Roger Chartier.

comunidade específica, aceitando o auxílio da sociologia da cultura, da teoria sobre signos e da antropologia social⁵⁴, compreendendo historicamente como determinados fenômenos culturais de uma formação social específica como a composição plural da Festa de São Benedito e como essa imagem, que destoa das anteriores, pôde ser construída, aceita e negada. No seu texto, Dedival deixa transparecer seu gosto pelo evento pesquisado, preocupando-se em registrar o que acontece nele, com um cuidado fenomenal.

A partir desses registros, completamos com o exemplo da dança da Marujada, mais um ritual de expressão da cultura beneditina, isto é, da Marujada de São Benedito. Está contido nela a manipulação das identidades, dos valores e do ritual como um todo, não deixando de lado o aspecto religioso da festa, onde seus agentes não são os mesmos, embora trajados igualmente⁵⁵.

A dança cria, ao lado de muitos outros rituais, a identidade da Marujada, hierarquicamente, como grupo social, manutenção das tradições além de homenagem que mescla louvor e agradecimento, prazer e devoção, numa só manifestação folclórica religiosa.

Passamos a tratar delas, como que parafraseando nossos ilustres autores, aqui analisados. Eis:

Roda, ritual coreográfico de dança que inicia e termina todo o conjunto da dança. A roda reflete e revive de forma expressiva a origem da festa, pois nela, constituída em círculo apenas por marujas, ao redor da Igreja ou no salão, como que a pedir licença ao seus “senhores” para iniciarem seus volteios, sendo ainda o papel da mulher mais evidente e preponderante e que reverencia o Santo e as autoridades civis e religiosas que porventura estiverem presentes. Também é executada na alvorada de 18 de dezembro e no encerramento da festa, como que abraçando o templo do padroeiro e fazendo reverência à sua origem.

Retumbão, o segundo ritual da dança, onde já se contempla a presença do elemento masculino – o marujo – como a de principal agente já que o Capitão e Vice-capitão iniciam a coreografia e “chamam” suas parceiras por hierarquia, a Capitoa e Vice-capitoa⁵⁶, respectivamente.

⁵⁴ Cf. THOMPSON, E. P. 2001. op. cit, especialmente as páginas 227-267.

⁵⁵ Nem todos os integrantes da Marujada participam dos rituais que envolvem a dança (como as coreografias apresentadas nesta parte o fazem da mesma forma e sob o mesmo arcabouço sentimental. Existem os marujos considerados “profissionais” ou “de carteirinha” e os marujos que formalizam promessas e ex-votos, usando a indumentária característica e uniforme da Marujada, sendo percebidos como presença constante nos eventos da dança.

⁵⁶ Termos característicos utilizados para denominar os dois principais casais de marujos de São Benedito e que servem como dirigentes da parte da dança.

A presença masculina ressurge a primeiro plano, já que é condição necessária para seu início, sendo encerrada pelos mesmos casais que começaram. Isso se manteve, embora mostre-se o contrário, nos ensaios, até os dias de hoje.

Entre suas definições, comungamos as opiniões de dois autores já privilegiados nestas páginas, a tratar do retumbão. Segundo Cezar Pereira, o retumbão “é a dança de preferência da Marujada” e sua mais tradicional representação, onde o ritmo musical é o lundu. Segundo Bordallo da Silva, em sua coreografia, o retumbão a obedece a uma “fuga bruscamente interrompida”. As demais danças podem encontrar fortes referências no conteúdo escrito por estes autores.

O Chorado, a terceira representação da dança, que se constitui, na verdade, numa variação do retumbão, dançado sob uma maior suavidade e lentidão dos passos e do tom musical por apenas um casal, livremente escolhido e com alternância a cada final de dupla.

A Mazurca (ou Mazunga), com casais cujos corpos são dispostos lateralmente, como num abraço de lado, sendo caracterizado pela rapidez, balanço, sacolejo que, na forma de um círculo, ou “cobra humana”⁵⁷ (informação verbal) rodopiam pelo salão até voltar à posição inicial. É comparada, pelos próprios marujos, como uma dança sensual, que expõe o sentimento, atingindo, inclusive, um clímax, que se dá na aceleração do ritmo pelos tocadores.

Valsa, dança incorporada à Marujada pelos brancos que a executavam nos salões de baile em Bragança, assumindo certa variação no que tange à forma. Se opõe ao ritmo frenético da Mazurca, por tons lânguidos e calmos, por pares liberadamente escolhidos.

Xote, também incorporada à manifestação pelos aristocratas senhores de escravos. Tipicamente regional, assumiu na Marujada algumas variações coreográficas. Teve origem certamente na Hungria, ampliada nos países de colonização européia como dança da classe senhorial, em Bragança mobiliza a maioria dos presentes ao barracão e, de forma mais intensa, alcança o frenesi com a alteração rítmica com que é tocado ou dançado.

Arrasta-pé, dança ainda não citada por nenhum autor que tenha estudado e pesquisado alguma faceta da Marujada, seja estética, seja institucionalmente. É um bailado bastante difundido e se compara, sem anacronismos, como o nosso atual forró.

Contradança, também não citada. É única em que se pode perceber, em algumas oportunidades, a presença do Presidente da Marujada. É composta por casais formados livremente. Dançada em círculo, cada par tem que decorar o lugar e o parceiro (ou parceira) e não errar o compasso marcado pelo mestre da dança – algumas vezes o próprio Presidente da

⁵⁷ Forma do linguajar popular a que muitos marujos e marujas recorrem para definir esta dança.

Marujada – que aclama os sacolejos e balanços de ida e volta ao centro do salão e volteios com a troca de pares, sequenciadamente. Os errantes são automaticamente excluídos, de forma bem humorada. Só se dança a contradança, pelo menos no que se percebeu, em momentos festivos ou em ocasiões de lazer de seus membros.

Toda a estrutura da dança, como uma manifestação espontânea, está ligada a uma tentativa de afirmação e não somente de recuperação da identidade grupal, como ressalta Brandão da Silva, que trata a Marujada como um grupo dominado sob a égide do catolicismo e do senhorio. A dança é o momento em que marujos, marujas, pessoas simples, muitas vezes, vivendo em condições subumanas, mostram sua importância, auto-valorizando a sua participação, caráter disputado internamente dentro da Marujada.

A dança possui a característica de valorizar os tipos humanos que a praticam. Na maioria dos caos, o corpo e a flexibilidade influenciam muito no modo de se dançar. Mas, por se tratar de Marujada, isso não tem mereço tanta atenção. Qualquer pessoa “preparada” fisicamente e que se agrada pela dança pode executá-la, ainda que não perfeitamente.

Por depoimentos colhidos em entrevistas, as marujas “pratas da casa”, vêm sendo feitas alterações na forma com que as marujas mais novas executam todas as coreografias, com certa liberdade. Esse ponto em especial desvirtuaria ou tira a originalidade, em parte, da dança original, mas não significa desvalorizar a manifestação como um todo. É esse tipo de intervenção que sentimos em Dedral Brandão.

De qualquer maneira, creio que seja inegável a relevância de alguns pontos de análise levantados pela primeira linha de pesquisa do autor e que se tornaram fundamentais para certa compreensão social, econômica e até ambiental da sociedade bragantina, do mesmo modo que também acredito que o enfoque estrutural tenha trazido à luz alguns elementos metodológicos de uma sistematização sólida sobre propriedades simbólicas dos diversos repertórios culturais individuais e coletivos envolvidos nas práticas culturais da Marujada de São Benedito, o que pode garantir uma contribuição analítica às humanidades.

Não se trata de alinhar-se a modelos teóricos já estigmatizados, mas antes, com a apropriação de suas contribuições, sugerir novos problemas, vendo “de novo” velhos questionamentos. Já com relação aos signos, cito o exemplo das marujas.

As mulheres que continuam figurantes principais da Marujada, que desde o dia de Natal – vestidas de azul, para o Menino Jesus – e no de São Benedito – com traje oficial em vermelho, com seus chapéus turbantes de penas brancas, flores vermelhas ao seu redor e muito mais enfeitados (os chapéus tinham seus “penachos” bem maiores), reunindo em torno delas vários aspectos e sinais característicos, como parte profana dos festejos beneditinos,

além de servirem como elementos da disciplina e da perdição, da ousadia nos devaneios das danças ao contar de anedotas e piadas no salão de execução das suas coreografias.

Nisso, a riqueza das descrições de Dedival dão promovem um colorido especial a qualquer análise de natureza histórica. Essa contribuição do folclore é aceita como uma ilustração às fontes na escrita da História⁵⁸.

Destarte, no que compete ao campo da historiografia recente – já bem mais aberta às eventuais contribuições transdisciplinares, como nos trabalhos de Ginzburg ou de Thompson – não é incoerente prever a possibilidade não da superação, mas do surgimento talvez de um campo razoavelmente propício à união dessas linhas de pesquisa num olhar de uma história preocupada em associar num mesmo cadinho os aspectos da cultura às relações sociais de poder simbólico, com o conceito de cultura como teia de significados e sua análise, de Clifford Geertz entre outros.

Enquadra-se a partir daqui, uma análise sobre Dedival Brandão da Silva ao classificar os festejos em honra a São Benedito como a expressão legítima da Irmandade.

“Quanto aos rituais festivos de São Benedito, eles parecem ter sempre se caracterizado pela pomposidade e se remetem única e exclusivamente à festa do Santo”. (p. 37)

Ou ainda, em tratar da religiosidade dos devotos que recebem a imagem pequenina do Santo Negro nas comunidades do interior feita pela comitiva de esmoladores. Nesse encontro, várias outras relações de trocas simbólicas são estabelecidas, como a do reencontro com a família, a saudade de casa, o ambiente do lar, etc.

“A primeira dimensão negociada é o espaço da casa. A visita que cada folião faz a um grupo doméstico receptor da imagem de São Benedito de Bragança se constitui no primeiro aspecto importante a considerar nessa relação de trocas simbólicas que ele experimenta durante seu dia-a-dia”. (p. 69)

Entretanto, para citar importantes considerações da obra, uma delas faz referência a marcos temporais estabelecidos a partir dos quais também delimitei a pesquisa que completa outros capítulos a partir deste. Em primeiro lugar, as definições entre a irmandade civil e a irmandade religiosa, citando pessoas reais que estiveram nos bastidores ou à frente da transformação do caráter religioso ao civil da irmandade.

Nesse ponto, Dedival é feliz ao registrar o que na maioria dos outros textos não aparece: o conflito específico entre o catolicismo devocional e o tradicional, o que por muito tempo foi considerado como farpas a conter. O próprio autor, à página 41, suscita a dúvida “qual era o contexto em que se vivia à época do surgimento dessa ‘Irmandade cismática’, que se pretendia desligada da autoridade eclesiástica?”.

Partindo da concepção de utilizar o cultural para apreender o social⁵⁹ – e não de limitar-se tautologicamente ao cultural pelo cultural – Dedival Brandão aproxima-se muito de certa recuperação do ambiente do conflito entre Igreja e Irmandade pelo controle da festa. É a primeira obra a expor a situação da Igreja à condição de “algoz”, entendida pela abertura do processo que culminou em 1988 com a extinção da Irmandade de São Benedito (desde 1798).

Essas divergências foram tão bem retiradas do cotidiano daquele conflito, já que o próprio autor presenciou alguns fatos, que chegaram a fazer parte das imagens da festa, em posições antagônicas, de um lado o clero local, de outro, os “irmãos” de São Benedito.

Nesse item, Brandão se apóia muito em abordagens de Raymundo Heraldo Maués⁶⁰, também sobre esse conflito. Essa política de administração do conflito Igreja *versus* Irmandade caracterizou a existência da Festividade de São Benedito até a extinção da Irmandade em 1988 e funcionou como um ponto de apoio e de grande sustentação⁶¹. Como a maioria dos sujeitos (marujos, devotos, dirigentes da Irmandade) eram de pouca instrução, quase nada foi percebido, sua mudança estrutural em sociedade civil, vinculações políticas, controle sobre as práticas e rituais.

Seria então necessário, de acordo com o historiador inglês, levar em consideração que não se pode reduzir a produção cultural a nenhuma postura teórica monolítica, mas ampla, já que para ele, qualquer sistema simbólico seria necessariamente determinado tanto pelo terreno da luta de classes, quanto pelo da produção simbólica⁶².

⁵⁸ Cf. THOMPSON, E. P., 2001. op. cit. p. 241.

⁵⁹ Idem, ibidem. p. 19.

⁶⁰ Pode-se afirmar que estão bastante relacionadas à obra analisada de Dedival Brandão e a de MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP, 1999, em especial a 3ª parte, item VIII – Catolicismo popular e controle eclesiástico.

⁶¹ Cf. SILVA, Dedival Brandão da. op. cit p. 48-50.

⁶² Thompson, ao mudar a ênfase da perspectiva marxista clássica nas relações de produção, teria possibilitado o enfoque de novas formas de exploração e dos significados dados para a experiência na construção da consciência de classe. Suas obras clássicas na historiografia inglesa, constituíram-se na maior intervenção intelectual e política de sua época e remeteu classe e cultura para o centro dos debates na história, como nunca haviam sido. Ver em THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. e ainda em THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. Aqui, em especial, é possível uma intermediação com Bourdieu, entre o campo da luta de classes e o campo simbólico, o que consiste numa espécie de cimento estruturador da tese – central no autor – do poder simbólico.

Thompson revela-nos disposto a compreender, através dos bens culturais, como determinadas formações sociais, através de suas práticas efetivas, forneceram suas identidades e suas diferenças, tanto de uma forma deliberada e ostensiva quanto de uma maneira inconsciente.

No quarto e no quinto capítulo do livro, “A Marujada e a Festa de São Benedito de Bragança: a construção da Identidade através da festa” e “As práticas ritualísticas da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança como suporte de Identidade Social”, respectivamente, encontramos a delimitação da pesquisa e o elenco dos elementos que se constituem como a identidade construída dos “irmãos” de São Benedito e de suas práticas rituais como elemento de manutenção dessa identidade.

Desde a dança, passando pelos atos religiosos e profanos constituintes da Marujada até os símbolos e totens articuladores da Festividade como a imagem, a procissão e a esmolação, Dedival trata do assunto principal e norteador de sua pesquisa.

Uma das características principais da construção de identidade levantada pelo autor é a formalização de promessas junto à intercessão milagrosa de São Benedito. Entre a formalização da promessa e o seu atendimento estão mediadas a concessão da graça e o milagre, como um universo simbólico dos sujeitos, que em alguns momentos da vida se sentem em perigo ou desprezo diante das diferenças sociais, de doenças, de dificuldades financeiras ou até diante da morte, empiricamente abordada no contato estabelecido pelo autor com os sujeitos, por meio de entrevistas.⁶³ Seu interesse pelos traços folclóricos aí emblematizados, nasceu do convívio com membros das Comissões de Esmolação de São Benedito, nas várias regiões naturais por eles visitadas ao longo de quase sete meses.

Difícilmente se poderia esperar que um conceito monolítico de campo pudesse compreender todos os sistemas simbólicos possíveis (como o artístico, o religioso, o jurídico, o político) em todos os modelos possíveis de sociedades e, principalmente, em qualquer ponto da história humana com as suscetibilidades de Bragança. Quanto à imagem de campo da cultural, o autor a usa na intenção de salientar qual é a divisão do processo social em que se detém de maneira detalhada, em detrimento, por exemplo, da análise do processo de como as práticas rituais são “vistas” por outros sujeitos.

A esse respeito, convém retirar alguns pontos de apoio metodológico, tentando clarear mais a visão. Edward Palmer Thompson desenvolve uma história social de cunho cultural cujo objetivo essencial consiste em criar uma possibilidade de ação historiográfica

⁶³ Cf. SILVA, Dedival B. op. cit p. 178-183.

que dê conta, de modo especial, da análise das modificações sócio-históricas de um determinado ambiente de luta e resistência, ou melhor, das diversas leituras dessa luta, possíveis sobre a própria gênese da classe operária na Inglaterra do século XVIII.

Ora, ao olhar, por exemplo, o capítulo sétimo de *A Miséria da Teoria* percebemos que o método de trabalho apresentado por Thompson não implica em uma subordinação da teoria à experiência, mas que o historiador deve verificar empiricamente se o seu modelo analítico é sustentável.

Dentre essas pistas, as mais contundentes são as que registram a oportunidade que a festividade beneditina, de um modo geral, possibilita para o encontro de diferentes segmentos sociais e étnicos, permitindo, assim, a constante recriação de danças e ritmos através da freqüente influência e troca entre os gêneros e os marujos.

No livro, a festividade e a IGSBB podem ser consideradas um fabuloso caldeamento que confunde quotidianamente costumes e pessoas, sem que isso signifique o esquecimento das manifestações culturais que mantinham identidades sociais específicas, em limites opostos, como na seguinte passagem do livro em questão.

*“Todo processo de construção de uma identidade, pressupõe um conjunto de arranjos e rearranjos culturais com vistas a garantir uma diferença. Isto significa dizer que toda identidade precisa de sinais de adscrição, implica uma noção de território, de limites, de sinais materiais e de instrumentos simbólicos como os rituais, que permitem não apenas a “passagem” ou a transmissão da memória coletiva do grupo, mas também a mediação do conflito. Daí poder-se dizer que a construção ou a sustentação de uma identidade étnica ou social se realiza numa permanente tensão.”*⁶⁴

As várias representações coletivas que são produzidas no imaginário de quem participa dos atos oficiais comemorativos ou da festa, procissão e eventos organizados pela irmandade beneditina, estavam repletas de mitos e símbolos que traziam à memória rituais de celebração bem antigos⁶⁵.

⁶⁴ Cf. SILVA, Dedival B. op. cit p. 254.

⁶⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Schwarcz em seu ensaio *O Império das Festas e as Festas do Império*, nos remete a um tempo em que a Corte dos trópicos convivía intensamente com uma variedade de reis e rainhas. Através de um complexo jogo simbólico, elaborado no cotidiano dos eventos festivos, faziam-se presentes na cena pública uma pluralidade de personagens anônimos que re-traduziam através do teatro as insígnias do poder real. Nestas terras de “muitos reis” alguns retomavam trajetórias de períodos imemoriais e conturbados como o de D. Sebastião, o Desejado e o seu trágico fim na batalha de Alcácer Quibir, fazendo-o ressurgir em terras brasílicas. Outros como os Reis do Congo pareciam reviver a conquista dos reis cristãos sobre os negros da África mulçumana, mas todos eles de uma certa forma circulavam em torno da memória de um tempo áureo do império português.

O leilão, por exemplo, tem início em maio quando da saída das Comissões das “três” imagens de São Benedito e parece reviver o mito do escravo “pedinte” e do senhor “benfeitor” que oferece os seus donativos, às vezes, comida e bebida aos esmoleiros, que em troca rezam e cantam em suas casas, rogando bênçãos aos seus proprietários e residentes, já que “com a proteção dos brancos, com toda espécie de dádiva (gênero) para os leilões, a festa foi progredindo e aumentando de ano para ano”. (Cf. CEZAR PEREIRA, 1963. p 80).

Em sua simbologia própria o leilão se caracteriza pela disputa de status de quem acaba sendo um patrocinador da festividade, sempre oriundo de grandes famílias – entre elas a Pereira – na estruturação social que se configura em identificar o poder aquisitivo de quem lança aposta sobre os bens de toda a espécie e variados preços.

Almoço, que se dá nos dias principais da festividade – o 25 e o 26 de dezembro – ficando sob a responsabilidade dos cidadãos escolhidos para juiz e juíza da festa⁶⁶ anualmente. No almoço, os marujos em geral são sempre os grandes homenageados em contradição ao leilão, onde chegam a trabalhar com o locutor apresentando os bens.

É no almoço que os mesmos senhores “apostadores” se tornam menos importantes do que os marujos, no que diz respeito ao servirem à mesa para estes. Os mesmos senhores trabalham para os marujos e os homenageiam. Mas, ao mesmo tempo, a figura da Marujada é posta a segundo plano da disposição das pessoas à mesa, sendo servidas primeiramente as autoridades, juizes (na mesa ao centro), convidados e personalidades, e nas laterais os marujos.

Funcionar e servir como juiz ou Juíza para a Marujada corresponde quase sempre ter um maior poder aquisitivo, pois as despesas não são poucas sendo necessário um arcabouço financeiro invejável e consistente para tal.

Bendito, uma reza em louvor a Deus e a São Benedito, pela alegria e fartura da refeições ou de qualquer outro ritual. É o canto “*Benedictus*”, em latim, tirado da tradição da católica. É cantado nos “lanches” dos dias de alvorada e oferecido nos dias 18 de dezembro, nos almoços de 25 e 26 de dezembro, além do dia 1º de janeiro pela manhã aos juízes subseqüentes.

O rito da Passagem do Bastão para os próximos juízes encarregados é realizado na Missa da Maternidade Divina de Maria, no dia 1º de janeiro e a cada ano é transmitido a uma pessoa diferente. Descrevendo-o, temos a figura do padre como mediador ritual, que apresenta

⁶⁶ Atualmente, os juízes contribuem com a festividade sendo patrocinadores.

os juízes da festividade encerrada, profere seus agradecimentos publicamente e depois pede os bastões para cada qual, repassando aos novos juízes.

Mas é na Procissão que acontece o clímax da festa inteira. É nela que se vê de maneira corpórea a expressão da fé dos incontáveis marujos e marujas (aos milhares) em honra a São Benedito por uma graça alcançada e para sustentar a figura da identidade da Marujada. Nela se misturam marujos e marujas. É onde se encontram como que para relembrar e auto-afirmar como espaço de reprodução social, a própria comemoração.

Congregava, não somente a maioria da população bragantina, mas se constituiu na maior representação de fé da cidade de Bragança. É maior do que a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em número e extensão. Seu percurso obedece ao itinerário proposto após 1988, quando da tomada da IGSSB pela Diocese de Bragança. Após o processo de reintegração de posse, deixou de passar pela travessa Nove de setembro, no bairro da Aldeia, já que culminaria em frente à casa do ex-procurador Arsênio Pinheiro, como forma de negação ao trabalho que este desenvolveu por muitos anos na Marujada.

Iniciada pelo cruciferário, há tempos membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, contêm enormes filas de marujos e marujas em suas laterais, entremeadas de mais de seis estandartes em tons de vermelho e branco com a insígnia de São Benedito e do Menino Jesus, que são erguidos por alguns marujas e marujos.

Na organização da procissão até 1988, ano da pesquisa de Brandão, existia a interferência da autoridade eclesiástica, isso depois daquele ano, fato visto com certo desprezo pelos membros da extinta Irmandade.

Durante o percurso das procissões, por exemplo, se redesenhou o espaço durante aquele momento ímpar para os moradores da cidade, sendo vivenciado de modo a demarcar posições específicas. Através da festa de São Benedito, podemos perceber que o trajeto da sua procissão obedeceu a uma certa hierarquia social.

Casas de pessoas influentes na cidade apareciam como pontos estratégicos de passagem da procissão. Ruas e becos receberam alcunhas populares, demonstrando também o prestígio de algumas famílias que participavam dela. A preocupação com a limpeza dos locais por onde havia de passar o cortejo e o comportamento dos fiéis demonstra bem a importância do acontecimento para a comunidade e para a Irmandade que o organizava.

Atualmente, a ordem da procissão é estabelecida a fim de que se distribua melhor o espaço físico das ruas simétricas de Bragança, auxiliada pelas organizações policiais, além de representar as estruturas que dominam o cenário da festa: padres, religiosos, capitão e capitão, juízes, autoridades e políticos. Mas o tom da procissão se dá pela vontade de se tocar

e/ou até de se carregar o andor, terminando no interior do templo beneditino. Nas falas de alguns sujeitos, que se trajam ou não com a indumentária da Marujada, “*beijar a fita de São Benedito é pagar uma promessa, é agradecer ao Santo, é pedir uma graça, é ser “escravo” de São Benedito*”⁶⁷ (informação verbal).

É possível, aqui, uma análise ratificada pela acepção thompsoniana, em se tratando do barracão, considerado um local que se torna epicentro de referenciais e de identidades, historicamente construídas, aceitas e transformadas por seus sujeitos integrantes, indivíduos plurais, não somente num espaço estruturado, irretocável ou que não seja alvo de modificações ao longo do tempo. O espaço de tensão e de conflito.

Ao utilizarmos tamanho referencial descritivo dos rituais que compõem o ciclo de São Benedito, não o fazemos a não ser pelo fato de explicitarmos ainda mais a associação entre a História e a Antropologia, na medida em que evidencia a dinâmica interna de aculturações e reinvenções no interior da sociedade, nesse caso, a de Bragança. Contudo, não perdemos de vista a necessidade de inserir sua análise tanto no campo da história social quanto no da história econômica, pois é muito difícil deixar de visualizar as práticas culturais separadas das práticas que envolvem a manutenção das estruturas produtivas da sociedade, em diversos aspectos. Neste sentido, ao evidenciar a contribuição imediata que a Antropologia pode trazer ao estudo da História, descrevemos a festa, os mitos e os símbolos ligados ao universo simbólico dos marujos e marujas, enfim, a tradição e tudo aquilo que é tido por cultura popular.

Com relação a sujeitos sociais presentes no livro, Brandão da Silva retrata a participação dos populares na inversão de seus papéis sociais e históricos, como os empregados no trabalho informal, em serviços dos mais humildes (mingauzeiras, tacacazeiras, lavadeiras e benzedadeiras)⁶⁸ e que se tornam, pela identidade construída na Irmandade e na Festividade – marujas e marujos – o centro das atenções da comunidade e que, depois do tempo ritual, retornam a sua condição de esquecimento, humilhação e cotidiano no trabalho.

Assim, compartilhamos a abordagem de Antonacci, no que se refere àquilo que Michel de Certeau denominou de reemprego ou re-significação de aspectos culturais que são impostos (no caso da religiosidade), e re-apropriados por grupos populares como forma de resistir às contingências históricas. Pode ser o caso da IGSSB. De uma forma geral:

⁶⁷ Essa fala especial foi colhida em entrevista com Izaura Monteiro da Silva, uma das mais antigas marujas da atual entidade formada das reminiscências da IGSSB (extinta oficialmente em 1988), ao contemplar o momento em que a imagem de São Benedito é colocada próximo ao altar-mor de sua igreja após a procissão, quando uma multidão se acotovela para um ato de devoção e adoração ao santo e de comunicação íntima com a sua representação material.

*“...os crentes rurais desfazem assim a fatalidade da ordem estabelecida. E o fazem utilizando um quadro de referenciais que também ele, vem de um poder externo (a religião imposta pelo missionário). Reempregam um sistema que muito longe de lhes ser próprio foi construído e propagado por outros e marcam este reemprego por super-ações, excrescências do miraculoso, que as autoridades civis e religiosas sempre olharam com suspeitas. O uso (popular) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar esta linguagem, recebida a transforma num canto de resistência”.*⁶⁹

Concordamos em parte com Certeau. Em particular no caso da irmandade religiosa que é objeto desta pesquisa. cremos que os instrumentos que as cercam para produzirem sua resistência no campo social, seja no século XIX ou no XX, foram produzidos em conjunto e não propriamente impostos. No entanto, compreendemos que os diversos usos, não só populares, das mais variadas formas de religiosidade e expressões religiosas, articulam de um certo modo materiais simbólicos, constitutivos de uma linguagem que comunica os seres com o mundo transcendente, e integra os grupos religiosos entre si, com a comunidade ou com os poderes instituídos.

É exatamente neste sentido que procuramos compreender a Irmandade do Glorioso São Benedito em suas mais variadas formas de expressão e, ainda mais, na encruzilhada de tempos históricos diversos, quando essas formas de expressão são desarticuladas a cada dia e a cada festividade, dadas as intervenções culturais exteriores.

Esta associação esteve presente em três momentos constitutivos da história de Bragança, organizando formas de comunicação com a sociedade, com as instituições (Estado e Igreja), enfim, com o mundo. Executando a tarefa do historiador-detetive, estivemos à caça de registros destas linguagens, sejam em seus compromissos, atas, correspondências, ofícios do século XIX, reportagens ou livros do século XX. Foi um período em que encontramos, em algumas vezes, a negação de sua existência como forma alternativa de prática religiosa da comunidade bragantina. Negá-la é negar a fusão e participação de diferentes culturas religiosas, compostas por segmentos do catolicismo ibérico, leigo, de tradição medieval, entrecruzados com elementos da religiosidade indígena, negra e pagã⁷⁰.

⁶⁸ CF. SILVA, Dedival B. op. cit p. 178 e seguintes.

⁶⁹ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Artes do fazer*. São Paulo: Vozes, 2000.

⁷⁰ Muitos estudiosos têm conferido alguma importância à questão dos sincretismos e hibridismo culturais advindos das diversas formas de se pensar o catolicismo no Brasil. Entre eles destacam-se: HOONAERT, Eduardo. *O Catolicismo Moreno no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1987 e SANCHIS, Pierre. “As tramas Sincretísticas da História” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1997, v.10, pp. 34-56.

Catolicismo este que ganha variadas formas e atribuições, conforme seus usos mais plurais por camadas sociais heterogêneas. Da mesma forma, que põem os “irmãos de São Benedito” como os participantes desses rituais, do clima, das conversas, risos e expectativas acerca dos ambientes, como do almoço, do leilão, procissão, enfim, dos rituais da festa beneditina, tratados acima e presentes da página 222 até a 250 da obra analisada.

Podemos perceber grande preocupação em vários outros teóricos da tradição acadêmica, influentes na formação de uma geração de historiadores da cultura. Um deles é, com certeza, Pierre Bordieu, já que

“Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, (...) a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ‘ser-apreendido’ constitutivo da sua identidade”⁷¹.

Na parte em que reside, talvez, o trecho mais interessante do livro para agora, esses conflitos internos e a demonstração da estrutura da Irmandade e da Festividade adquiriram, desde sua introdução, contornos de conflito de classes. Em Brandão da Silva tornaram-se um campo de contestação e oposição aos novos valores que ameaçavam o modo de vida das camadas privilegiadas.

Podemos citar como exemplo o caso dos jornais “Matuto Ilustrado” e seu contemporâneo que assinava pela alcunha “Thomaz de Aquino”. Embora se chocassem, os dois eram a favor da ação da Igreja contra a Irmandade Civil. Uma passagem do “matuto” corrobora a sua posição em relação à questão.

“(...) ‘Le monde marche’ e as tradições já não se justificam senão em demonstrações, tais como bailes caipiras (carnavalescas), levados a efeito nas cidades pelos gran-finos, e que primam pelo ridículo. Negar que a esmolação de Santo pelo interior seja uma das tradições que significam um verdadeiro ultraje a majestade de nossa religião pelo ridículo que se reveste os atos dos encarregados de tais esmolações, seria querer encobrir, a luz do sol com a mão, e moralizar uma prática de que há muito devia ter sido abolida de nossos usos e costumes, por ser incompatível com a época, e com nossos foros de povo progressista.

Negar que os padres barnabitas trouxeram um novo surto de progresso intelectual às novas gerações e em rasgos de uma ousadia dinâmica que ultrapassa as raias do heroísmo, terem levantado construções que são outros muitos tantos templos majestosos e imponentes, elevando Bragança ao nível de cidade moderna, seria decair na mais vil degradação para justificar a opinião, de espíritos de

⁷¹ CHARTIER. Roger. op. cit p. 23.

contradição aferrados a suas idéias retrogradadas e incongruentes...” (No Patal, 14.11.1949).”⁷²

Paralelamente, ele vê essa cultura popular como auto-definida ou independente de influências externas. Ela foi se formando defensivamente, em oposição à força e ao controle dos mais abastados de Bragança. Essa cultura teria sido vigorosamente transmitida de geração a geração através da transmissão oral, ramificando-se, através de seus rituais e atos.

A Marujada fixou sua história em narrações transmitidas sob múltiplas formas de documentos e sentimentos, pelos quais e sobre os quais se construiu uma cultura bragantina. Instrumento principal desse progressivo desenvolvimento cultural foi o folclore, ou a dimensão folclórica, aqui percebida na antropologia que a tenta desvendar segundo seus parâmetros e linhas de pesquisa.

Através da Marujada, o povo bragantino expressou a sua identidade acerca do mundo e de si próprio, comunicando aos outros o fruto de sua pesquisa nos vários campos, como na literatura e antropologia. Realizou-se no folclore, pela Marujada e pelo culto a São Benedito, uma comunicação entre sujeitos, útil para o conhecimento mais acurado do que se presenciou e, através dele, para o aprofundamento e consolidação dessas respectivas identidades.

Os populares selecionaram, dentre os seus costumes, aquilo que pudesse ser usado em sua defesa, frente a uma sensação de perda, de exploração e de expropriação, seja quando da escravidão, seja no processo de reintegração e posse movido por segmentos da Igreja Católica, evidenciando suas diferenças.

Realmente, só tem sentido falar de identidade quando se fala de diferença, como as que Dedeval expôs.

Não teria sentido se falasse dos “irmãos de São Benedito” se todos fossem “irmãos de São Benedito” com a mesma percepção dos rituais e seus significados. Todo o processo de construção da identidade pressupõe um conjunto de arranjos e re-arranjos culturais com vistas a garantir uma diferença (cf. SILVA, p. 253 et. seq).

Como fala o próprio Dedeval e que se tornou imagem corrente entre os estudos aqui apresentados e que em parte discordamos, pelo encontro de fontes suficientemente contraditórias ao que se segue.

⁷² Jornal do Caeté, 20.11.1949, n.º 180, citado in: SILVA, 1997. op. cit. p. 42.

“A IGSBB, como vimos, não foi uma criação dos segmentos negros e pardos (= pobres) da sociedade amazônica e bragantina, mas tão-somente uma concessão das elites governantes, brancas, auxiliadas pela igreja católica apoiada numa ideologia de cristianização total. (cf. Azzi, 1987), (Hoornaert, 1983).

Todas estas práticas se resumiram numa forma eficaz de mitigar as contradições e os conflitos existentes na sociedade colonial e, ao mesmo tempo, legitimar o sistema escravocrata que vigeu durante toda a primeira fase da história da Irmandade. Não obstante, esses espaços, uma vez ocupados, foram usados com sabedoria e sutileza por esses segmentos pobres, objetivando a criação de um espaço de liberdade dentro de um sistema marcado pela dominação”. (p. 254-255)

Não pudemos notar aqui uma característica já descrita em vários outros historiadores, de um ambiente escravocrata de negociação e de conflito, de várias outras interfaces, acomodações e olhares, convenções e rebeldias, como em “Visões da Liberdade”, de Sidney Chalhoub. Ou ainda de Vicente Salles, em “O Negro na Formação da Sociedade Paraense”, somente para ficar com essas duas obras clássicas.

Em meio a toda repressão, pobreza e violência social, entendemos a Irmandade beneditina no século XX como a respostas de antigas associações aos novos problemas que se apresentaram a partir da influência dos padres barnabitas e das investidas destes no campo da aplicabilidade e execução de normas do movimento da romanização.

Utilizando linguagens, rituais, vestimentas e formas sincréticas de se comunicar com o transcendente, semelhantemente ao de suas antepassadas congêneres, a IGSBB apresentou um caminho de reação e resistência para os bragantinos destituídos pelas injustiças sociais e atribulações diárias. De fato elas atraem a atenção do historiador, convocando uma abordagem que possa dar conta de sua pluralidade no corpo do tempo histórico:

“Narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida, negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante”.⁷³

Essa cultura dificilmente poderia ser chamada de vítima, pois gradualmente tornava-se mais livre do controle senhorial, paroquial ou paternal. Ela é uma reformadora de padrões na própria escravidão e que Brandão desvela até o final sem considerar tal

⁷³ NOVAES, Adauto. “Sobre Tempo e História”. In: NOVAES, A. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal da Cultura: 1992. pp. 09-19.

contribuição, pois a Marujada nasce “a partir do referencial da escravidão, incorporou ao longo dos anos os valores e as vicissitudes dos primitivos escravos”. (p. 273)

Merece atenção outra passagem também na página 273.

“Assim, dançar com os pés descalços, fazer gestos de saudação e de reverências (cf. capítulo IV) às autoridades são comportamentos que rememoram esse “tempo do cativo”, onde os escravos comuns na sua vida cotidiana andavam descalços e deviam prestar obediência, lealdade e fidelidade a seus senhores”.

Essa identidade é construída num aspecto existente e numa imagem bastante aceita, inclusive por nós, de uma cultura difundida em meio a um conjunto de valores, atitudes, hábitos, muitas vezes mascarados por rituais de paternalismo e deferência, no interior de uma complexa rede de relações que estabelecia o equilíbrio social vigente e a visão regionalizada do caboclo amazônico, da cultura bragantina como parte da cultura regional, como a dos “donos de São Benedito”.

“Esta categoria social que no seu cotidiano é extremamente desprestigiada pela história oficial dos mecanismos de poder (...) encontrando na dança, na música e no culto a São Benedito Padroeiro um motivo para expressar esse caráter amazônico, permeado de momentos de liberdade, onde sua lealdade ao Santo (= sua religião) passa a ser traduzida (...) numa espécie de consolo, de esperança e de auxílio para se poder viver “não a vida dissolvente e negativa, mas a vida afirmativa, feita de leveza, dança e risos” (p. 283)

Assim, dispus parte das obras encontradas e que fiz questão de referendá-las como constituintes de certas imagens literárias e acadêmicas sobre a Festa e sobre a Marujada de São Benedito, não somente para ficar como veleidades de crítica literária. Algumas de mais fácil compreensão, outras de difícil absorção, mas todas, em especial, que conseguem traduzir o pulsar do coração num momento e a fúria da função social do historiador, onde assistimos e procuramos libertar a Marujada de mais um cativo imposto sobre seu caráter tão solene: aquele que o século XX e XXI, sob o signo do paternalismo e da ignorância cultural prepararam. Mas isso é assunto para um outro tempo, talvez de um outro dono.

CONCLUSÃO

Foi como no esforço de uma grande procissão chegar até aqui.

Ao encerrar as leituras e análises desta dissertação, temos a oportunidade de lembrar da noção de que a História não é somente um meio de nos emanciparmos do passado. Escrever História é um modo de desembaraçar-se do passado (Goethe, em *Máximas e Reflexões*). Pode parecer um contra senso que se invocasse e aprovasse essa aparente negação do passado em favor do presente e do futuro, expressa por uma simpatia do historiador.

No entanto, sem qualquer hesitação que, devendo abordar trabalhos literários e científicos de grande nomes da Amazônia, começamos por inscrever novamente, à testa de seus domínios em variados campos do conhecimento, a combinação do que se encena de fato, um paradoxo muito defendido da suposta busca pela verdade.

É, de fato, por um erro de conseqüências muitas vezes irreparáveis, que por certos espíritos, não raro lúcidos e honestos, acreditamos descobrir uma amostra de posse e de puro zelo pelo passado e pela cultura beneditina, para se ver prolongado, até o presente ou reproduzido nele. Zelar pelo passado, através de seus testemunhos é, sem dúvida, obrigação precípua do historiador.

Ao longo da história da religiosidade na Amazônia – onde o braço do ideal do catolicismo teve de conviver circunscrito à contribuição do laicato – a imensa amplidão cultural da união dos povos mestiços amazônicos criou as bases por onde se instalaria uma fé muito próxima de manifestações culturais, um processo que delongou mais de três séculos (XVIII, XIX e XX).

Nessa trajetória, procuramos ver como a cultura em Bragança, na primeira metade do século XX, caminhou ao lado das expressões religiosas que culminam no Natal e no ciclo de São Benedito, mais aplicadamente no decorrer do século XIX.

Essa análise histórica e social não podia renunciar à contribuição dos aparatos da Literatura, do Folclore, da tradição popular e da memória construída em torno do culto beneditino e que tiveram como palcos de elaboração, re-elaboração, segmentação e demonstração a Marujada, sob a hipótese de não alcançarmos os objetivos a que nos propomos. Essas informações deram contas, em alguns recortes no tempo, de uma visão mais ampla da sociedade bragantina e de várias personagens (sujeitos), onde problematizamos toda espécie de querelas entre o laicato e a oficialidade católica a partir da década de 1930.

Nosso interesse pessoal confundiu-se com a necessidade de se historicizar um passado que refletiu em nossa trajetória pessoal e profissional.

A relevância da Literatura como ponto de partida e a repercussão das fontes que se apresentaram para auxiliar a comparação metodológica e temporal das informações literárias deram conta não só do objetivo da pesquisa, como para perceber o tempo, as escolas literárias e científicas, os estilos de então e de como foi difícil a interpretação baseada no poder espiritual e na influência do barnabita Eliseu Coroli.

Todas as mudanças estruturais implantadas pela romanização, que em magnitude se deu muito tardiamente em Bragança, pela escassez do Clero e sua incipiente formação, representaram com intensidade as máculas deixadas ao presente, até pela batalha judicial entre esses dois lados.

É verdade amplamente aceita em Bragança que a Marujada e sua festividade são as máximas contribuições da história, do folclore e da cultura bragantina e que seus rituais são lugares onde essa cultura envolve o sentimento de pertença do povo mais humilde, em especial, devoto de São Benedito.

Evidentemente, as personagens aqui apresentados não conviveram num paraíso romântico, mas ficaram (ou se tornaram) sujeitos vivos que ao servir como bases para ambientar a cidade de Bragança, causaram o estranhamento do historiador, levando-o a procurar-lhes pelas linhas dos textos literários e pelas entrelinhas das fontes documentais.

Não nos interessou assumir culpas, nem colocar enfeites em suas vidas, mais ou menos densas, talvez importantes e já decoradas demais, por seus egos pessoais. Re-inocentar o olhar neste trabalho foi um exercício de renúncia e de tremendo ganho metodológico, buscando o novo, a nova oportunidade, no que estava diante de nós, no que lemos e no que presenciamos.

As interferências e desconstruções da instituição católica no que tange ao controle sobre a cultura foram observadas numa ampla coleta documental que envolveu e que nos trouxe riscos de pugnar pela destruição de um patrimônio material e ideológico, o “patrimônio Coroli”, quase santificado, complexo e instigante.

A fim de “vermos” a Bragança de outrora, deparamo-nos com Lindanor Celina, com Armando Bordallo da Silva, com Bruno de Menezes, com Benedito Cezar Pereira e com Dedival Brandão da Silva, todos construtores de um patrimônio literário beneditino, de suas múltiplas facetas e significações. Essa tarefa exigiu de nós uma dimensão maior de trabalho e

um concentrado esforço para não fugir aos objetivos e escapar à pertinência e relevância de todo o estudo, reformulado após intempéries no próprio decorrer da pós-graduação.

A aproximação sincrônica entre a Literatura e a História estaria na ambição de seus adeptos de atribuírem a cada disciplina um conteúdo peculiar, limitado e intransferível. A liberdade da pesquisa tinha de ser concedida antes de mais nada – ou somente? – a um grupo social preciso: os intelectuais, que, para o bem e para o mal, ainda está vivo.

Assim como no domínio da Literatura, tornada palavra em seu sentido mais estrito, temos visto entre nós, ultimamente, uma característica de ampliação das análises em favor de uma historiografia que se pretende cada vez mais próxima de sua inefável essência; em outro domínio – a historiografia – parece registrar-se na aparência de uma correspondente purificação e justificação, com os trabalhos sobretudo interpretativos, em benefício de uma exposição objetiva e amplamente documentada.

Nosso objetivo central foi, desde o início, procurar perceber os conflitos e as suscetibilidades em que eles se inserem na história recente da Irmandade e da Marujada de São Benedito, relacionando como os sujeitos, ritos e fatos operam suas mudanças fugindo das amarras do catolicismo institucional e oficial, tentando construir uma história social da cultura em volta da Festa de São Benedito, pelos registros históricos, signos, rituais e simbolismos, da chegada da ordem dos padres barnabitas a Bragança, na década de 1930 até à desarticulação do controle leigo sobre a Irmandade.

Todas as construções apresentadas por nossa dissertação fizeram com que a problemática levantada sobre os conflitos entre a Igreja Católica e a Irmandade de São Benedito se constituíssem em uma história social da tão propalada festividade, do controle eclesiástico empreendido desde a chegada dos barnabitas e outros períodos, distinguindo a história (fatos e sujeitos) do folclore (tradição) para acompanhar uma teoria mais aproximada de E. P. Thompson que explorou esse tema há mais de dez anos e sugeriu na ocasião algumas condições para que o intercâmbio fosse efetivamente proveitoso para os historiadores, um desdobramento que há muito queria ver construído e debatido.

Uma história social que reavivaria o folclore sobre a festa de São Benedito dentro de um contexto histórico específico, entre os anos de 1930 a 1969. Com esse apoio da Literatura, de memorialistas, do folclore, da Antropologia, atingimos o tempo, reconstruindo algumas lacunas e recuperando nas vivências as cisões e fraturas que não são possíveis distinguir no texto ficcional, o que foi vivido do que foi descrito como ficção, ou do que foi realidade e o que é imaginação.

Ninguém pode se dar por satisfeito, naturalmente, ao identificar, com uma terminologia até imprecisa, da história da festividade e da Marujada de São Benedito, em história social, como em tudo, mas, e no entanto, é certo, por outro lado, que enfrentamos com versatilidade e coragem as convenções e com zelo as rebeldias de nossos sujeitos.

Passados hoje mais de meio século, desde que as principais questões e visões se amalgamaram no tecido cultural e social do povo de Bragança, desde que foram elaboradas, elas não perderam seu valor, ao contrário, novas pesquisas tem mostrado que a cada página lida e relida, uma nova janela se abre em direção ao horizonte do passado.

A história e a cultura são elementos constitutivos da identidade de um povo, de uma comunidade e do seu espaço, no tempo e através dos fatos, sujeitos históricos e costumes. Por muitos anos o conhecimento histórico e a produção historiográfica sobre o Município de Bragança foram vistos de forma factual, relacionada à reprodução de fatos e personagens, construção de mitos e de uma realidade que não se aplicava a uma construção do saber histórico, sem que se atribuíssem significados sociais e trouxessem a História para o cotidiano das relações sociais.

As relações sociais estabelecidas entre as pessoas na territorialidade onde nasceram, cresceram e aprenderam a cultivar fundamentam a construção de valores e costumes, experiências sociais e culturais, sensibilizam os significados de nossa identidade cultural naquilo que lhes é inerente, estimulando a distinguir, explicar e dar sentido ao que é a história de um povo.

No que se refere à mediação profissional na área de História, Folclore e Antropologia sobre Bragança e sobre a Amazônia, não somente no campo didático-pedagógico, mas nos assuntos referentes à formação do povo e seus costumes, encontramos a personalidade do nobre doutor Armando Bordallo da Silva, que tanto contribuiu e por suas obras ainda o tem feito na construção de conhecimento provindo de sua atuação efetiva como cientista humano e social.

Depois de termos apresentado algumas facetas da realidade bragantina, nos dirigimos para a situação do catolicismo do povo. Entendemos aí um catolicismo mesclado ao do Clero, pois também os padres dependiam financeiramente das mais variadas festas populares. Assim, realçamos algumas dessas manifestações ditas populares, que estavam muito distanciadas dos quadros institucionais da administração eclesiástica local. Entramos no

barracão¹ do catolicismo popular e usamos as frestas documentais, como guias e ajudas, diluídas em todos os detalhes.

O catolicismo popular foi nitidamente leigo em sua organização e liderança. As decisões envolvendo os assuntos da festividade, quer na eleição de cargos importantes, quer na entrada de novos irmãos, como também na administração do patrimônio da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (IGSBB), estas eram tomadas por uma mesa eleita a cada ano, algumas vezes no período da festividade, outras vezes, não. Somado a isso, acrescentamos que grande parte da arrecadação da irmandade provinha de doação e de oferta durante o período de maio a dezembro de cada ano, durante o processo de esmolação.

Daí, porque estes sujeitos só estavam na festa de São Benedito durante o mês em que se celebravam os rituais² mais disputados, já era tempo do descanso da terra após a colheita dos produtos agrícolas do interior da Vila. Sem desvincularmos a cultura da produção material, os gêneros agrícolas de Bragança, até meados do século XX, incluíam uma diversidade muito grande, com a produção de canela, pimenta-da-índia, arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, tabaco (fumo), mamona, café, coco-babaçu, andiroba, castanha-do-pará, açai, bacaba, miriti, etc. segundo nos informa o inédito folheto de João Henrique de Araújo, de 1949.

Essa noção simplista fez pensarmos, ao primeiro relance, no ideal de religiosidade perfeita que no começo do século XX continuava a perseguir as festividades religiosas devocionais. A grande diferença e a grande atenção desta religiosidade se dirigiram muito menos para a manifestação em si do que para como elas seriam absorvidas e vividas pelos sujeitos sociais.

Tendo sua experiência religiosa e cultural como forma de expressão primordial, nossos negros organizaram a sua maneira de pensar e interpretar o mundo segundo os parâmetros próprios de suas tradições. Na medida em que o mundo contemporâneo se afastava dos preceitos divinos, a irmandade dos penitentes de São Benedito dava respostas ao que muitos estudiosos denominaram “desencantamento do mundo”, para citar Max Weber (*A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 1983). Fazemos nossa a reflexão de Mircea

¹ Termo usado para referirmo-nos ao local onde se realizavam as festas de São Benedito em Bragança. Já extintos, eram de responsabilidade dos juizes da festividade e, em número de dois, abrigavam as solenes mesas de almoço servido às centenas de marujos e marujas nos dias 25 e 26 de dezembro.

² Comungo da definição de tempo ritual que é explicada em SILVA, Dedival Brandão. *Os Tambores da Esperança: um estudo antropológico sobre a construção da identidade na Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança*. Belém: Falângola Editora, 1997. Nesta obra, o autor trabalha com o tempo do ritual e em outro tempo, o da Esmolação, de maio ao início de dezembro, quando as três imagens de São Benedito, levadas por três comissões (comitivas) de esmoleiros se dirigem para as regiões dos Campos, Colônias e Praias circunvizinhas a Bragança.

Eliade (1999) quando afirma ser condição básica do ser humano a sua “constante necessidade de sobrenaturalizar o mundo”.

A maioria das fontes para tal relacionaram-se com a dinâmica da sociedade bragantina e dos seus sujeitos sociais na década de 30 do século XX. Foram jornais e correspondências que discutiram temas como a formação social e política, as “classes” sociais, a elite política do Município de Bragança, a forma de administração, as comunicações do Poder Executivo Municipal além de outros aspectos da esfera governamental, que, de certa maneira, congregou algumas personalidades que patrocinavam a festividade de São Benedito ou que pertenciam aos quadros da IGSBB.

Os jornais da época constituíram-se em fontes que desenharam um quadro social bastante característico, com lutas políticas, maneiras de governar e atos do poder público constituído, que incrementaram um mosaico de relações sociais desses sujeitos, formando opiniões, lutando contra a ameaça comunista e dando uma grande impressão de como estava organizada a comunicação (jornais escritos e impressos em Bragança) à época, por uma elite endinheirada pela integração física e material pela Estrada de Ferro.

Estas visões estão ligadas, entretanto, em uma cadeia de fatos e preocupações históricas que desembocaram, por assim dizer, nas modificações do Compromisso da IGSBB, transformando-a em Sociedade Civil Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, dotada de personalidade jurídica e na posse dos bens físicos e culturais da festividade beneditina.

Daí em diante, o tratamento dispensado, social e religiosamente, pelos padres barnabitas em relação a festa de São Benedito, dão uma impressão sobre o conflito ideológico, as tentativas e artimanhas dos padres para o retorno à condição de subordinação aos cânones do catolicismo oficial, relacionando essa sensibilidade religiosa à forma de administração eclesiástica.

O rompante de um bispo que proclamou o desquite cultural e até mesmo religioso entre a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança e a Igreja Católica, assim como de uma sociedade provinciana, deu margem à impressão dessas páginas, como os estudos literários e documentais que vieram a melhorar o que já suspeitávamos do processo de luta pela cultura religiosa bragantina. Não é dele, entretanto, que devemos nos ocupar.

Ao abordar essa tendência de opor oficialidade e popularidade, lembramos dos quantos apelaram, na Literatura e na Antropologia, para que a palavra ‘luta’ e, que pensávamos correta, fosse a significação acima de tudo, da ruptura dos vínculos religiosos que

prendiam a antiga Irmandade à Igreja. Essa Literatura já respirava os ares da cristandade expostos nos preceitos da romanização tardia pretendida pela religião católica.

“Os antropólogos conhecem, talvez mais do que os historiadores, o perigo de projetar as nossas categorias sobre culturas remotas”, de Carlo Ginzburg em *Mitos, Emblemas e Sinais* (1989). Conforme o caso, a História acaba, ou por se restringir a considerações sobre coincidências individuais, sem poder alcançar um panorama mais amplo, ou por se limitar a partilhar as opiniões que os homens das várias épocas tiveram sobre si mesmos.

Os indícios presentes na documentação pesquisada sempre falaram da formação da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança (IGSBB) e do ciclo dos festejos relacionados ao culto e devoção ao santo em Bragança. Esse acervo documental foi compilado dos Livros de Tombo da Prelazia do Guamá (hoje Diocese de Bragança), de 1926 a 2002, e dispostos de forma a garantir uma análise comparativa e cadenciada do pensamento eclesiástico sobre a festividade beneditina e sua relação com a irmandade desde então, e posteriormente, com a Sociedade Civil (a partir de 1947), além de permitirem a construção de um itinerário de fatos que desembocaram na relação espinhosa entre os representantes da Igreja e os da Irmandade.

Não podemos esquecer das preciosas anotações do clero barnabita, as quais vinculamos, de maneira contundente, a intervenção da Igreja nos rumos da religião oficial na cidade de Bragança, por diversas iniciativas, da instalação do Instituto Santa Teresinha (1938), do apoio das Irmãs Preciosinas; da fundação de diversas irmandades e congregações (em especial a das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha); da realização do I Congresso Eucarístico (1953), da instalação da Rádio Educadora de Bragança (1960) e outros elementos do que intitulamos “patrimônio Coroli”.

Vastas correspondências entre a Igreja e a IGSBB puderam ampliar a visão sobre como se pensava cada uma das partes envolvidas na questão. Elas demonstraram a organização do grupo de “irmãos de São Benedito” que procuraram formas de fugir do controle eclesiástico, nas suas ritualísticas próprias e com as suas formas de expressão características. Isso tudo ilustrado pela nova forma associativa que envidou a IGSBB e o comportamento coletivo dos seus membros, seus artefatos culturais, suas relações com outros indivíduos e as tradições culturais que os lastreavam.

Outra característica que pudemos observar foi o caráter empreendedor da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo (barnabitas), que compuseram um considerável patrimônio físico e dominaram a cena religiosa e de formação ideológica de parte do povo

bragantino por mais de cinco décadas. A personalidade forte do bispo diocesano, suas impressões, suas sugestões, suas influências e a formação religiosa para a época foram instrumentos de fortes mudanças nos cultos religiosos e na administrações das irmandades e na constituição de outras associações onde o controle da autoridade eclesiástica se tornou mais evidente, como a tradicional festa de Nossa Senhora de Nazaré, em substituição ao culto a Nossa Senhora do Rosário.

O que cegou Dom Eliseu Coroli, provavelmente, foi a convicção inabalável de que uma só e a mesma palavra só podia ter um só e mesmo significado, no que se refere ao controle do culto beneditino. Ao lado, aliás, de uma despótica intransigência, se há alguma coisa que o denuncia. Esses notáveis escritores analisados aqui não mudaram tanto suas atuações políticas e sociais, ao passo que rejeitaram esse cotidiano, sem demagogia.

À primeira vista, passariam as palavras de Dom Eliseu por uma espécie de exagero polêmico, mas seriam úteis para mostrar como de fato, a pouca vigilância e o desleixo foram pontos de sua fraqueza quando se dirigia a “dialogar” com a cultura, dando brechas para a visão do historiador.

Em nosso entendimento, as denominações antropológicas assumidas nos estudos em que nos deitamos, visaram a encontrar a Irmandade na comunidade, formando laços de união e identidade. Foi instigante perceber que, justamente os dois aspectos da identidade, o ritual e o significado, mantidos por seus membros, foram exatamente os que, atualmente, perfazem as características mais marcantes de identidade e diferenciação desses sujeitos históricos na sociedade: seus aspectos sociais, políticos e religiosos.

Junto a isso, as formas de vestirem-se, de portarem-se em público, são hoje marcas pessoais de definição do sujeito marujo. Isso não significa que haja eliminação do caráter diversificado e heterogêneo dos “irmãos de São Benedito”. Tal concepção representa uma visão de quem os encara de “fora”, a partir de um ponto de vista externo aquele meio social.

A procissão, por exemplo, foi conjugada por uma grande demonstração pública de fé, disciplina e penitência. Em procissão, com ladainhas e benditos, disposta sempre da mesma forma e percorrendo cerca de quatro quilômetros, circulando a cidade e voltando à igreja, observada por quem está de fora, dá a ligeira impressão de que todos os seus membros

são iguais. No entanto, certamente ouvindo os protagonistas anônimos daquela cena pública, encontraremos respostas mais variadas sobre as mesmas questões.³

Continuando a assertiva sobre a influência do folclore na Literatura e na historiografia formadora de uma imagem e de uma identidade sobre a Festividade de São Benedito em Bragança, nesses livros, bem como em boa parte do que se tem escrito sobre a cidade de Bragança, percebe-se uma grande variedade de formas ilustrativas desses imaginários sobre a cultura bragantina.

As idéias que essas obras apresentam não foram apenas apresentadas pelos teóricos, mas também inseridas no tecido social, a respeito das tradições e costumes dos bragantinos, mesmo que seja ou tenha se tornado uma cultura letrada refinada para os padrões dos sujeitos retratados, como no caso de Lindanor Celina e Cezar Pereira. A própria Marujada funcionou assim, aos pressupostos colocados por tais autores, valores pertencentes à gente de cultura vasta.

Cezar Pereira, em especial, exatamente por seu prestígio social, ajudava angariando recursos e divulgando a festividade e até presidia reuniões particulares sobre o tema. Chamamos atenção às conseqüências de limitar a análise desta dissertação aos padrões formais que surgiram entre eles, pois o caráter foi a busca da experiência daqueles que estiveram à margem desta cultura literária. Parece até que Cezar Pereira, um cronista oficial de Bragança, por ter sua historicidade vinculada ao aspecto institucional, quis entender a inexistência de conflitos e de peculiaridades entre os interesses dos sujeitos da festa e os da Igreja Católica.

O esforço de recuperação do passado hierarquizou nas lembranças de Cezar Pereira a Marujada e a Festa de São Benedito como espaços de identidade. Com o olhar mais aguçado sobre suas páginas, ficou evidente tratar-se da interpretação da história de Bragança para nela encontrar um sentido cronológico e político⁴, identificado no processo de centralização política que estaria presente desde a suposta “fundação” de Bragança pela presença dos franceses em 1613 e que ganharia contornos contemporâneos com as heranças deixadas pelos rastros institucionais que permeavam a década de 1960 no Brasil e em Bragança rivalizava grupos partidários, entre eles o do próprio autor, que fora prefeito entre 1955 e 1959.

³ O acesso à procissão de São Benedito, sempre à tarde do dia 26 de dezembro, é extremamente dificultoso, pelo número de pessoas que a compõem e pelo curso de itinerário, em ruas bastante estreitas e simétricas, com destaque para as ruas mais antigas da cidade de Bragança.

⁴ Ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990. pp. 47 ss.

Deste ponto em diante, tomamos como marco a idéia de que, sob a unidade de propostas e atuações nas festas de São Benedito e no controle da sua irmandade, existiram situações de tensão entre os promotores envolvidos. Outra maneira de compreendermos, a partir de um material folclórico, uma festa de santo, foi o que apresentamos através da própria festa, uma sociedade que simbolicamente se reescreveu, transpondo para uma esfera de relações rituais, ao mesmo tempo, sua ordem e sua contradição. Foi pelo exame, de pelo menos alguns dados desses pontos expostos, que constituímos a procura às perguntas de como os folcloristas captaram, em suas obras sobre a Marujada e a festa de São Benedito, um costume, uma história em comum.

Lindanor Celina delineou, em memória e Literatura, os fatores internos e externos à pura esfera do folclórico na Marujada, suas determinantes alterações e até o desaparecimento de algumas expressões mais tradicionais do folclore bragantino. Sua narrativa e sua historicidade ficaram como testemunho de um tempo rememorado e monolítico das décadas de 30 e 40, onde talvez inexistiram conflitos sociais.

Pareceu-nos que se trata de um passado ligado à cultura popular que, manifestando-se em um conjunto de tradições, convive com o presente. Passado histórico ligado ao tempo linear, cronológico, datado e também ligando-se à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão a qual é vedado conviver com o presente, mas que dialoga com ele através dos seus ritos e dos sentimentos expressos na obra e, mais precisamente, no contar da sua participação na festa de São Benedito. O alcance da rememoração foi – e é – exatamente a tentativa de viver de novo, outra vez, aquilo que foi gratificante, mas que ainda não se sabia aquilatar um valor no momento em que se viveu⁵.

Há um novo território percorrido pela literatura em que se desfazem todos os rígidos limites de gêneros como o memorialismo, ficção, autobiografia, diário, poesia, porque a Literatura se apropria do tempo como um *continuum*, em que se tenta recuperar, talvez sem êxito completo, pelo movimento da escrita, a forma total de um acontecimento vivido. Na verdade, a densidade da ficção que entremeia essas memórias territorializadas de Lindanor Celina, resolveu-se na imaginação esgarçada no tempo. O leitor toma também os fios do tempo e percorre a fiação, a tessitura narrativas dos que não estão mais lá, sem também lá ter estado, e que, apesar disso, pode vivenciar uma experiência livrando-a do esquecimento.

⁵ Como não perfaz meus objetivos a preocupação da relação do tempo com a sua incidência sobre a memória no território da Psicanálise e da Literatura, se mostram fundamentais o apoio das assertivas de Bérgeon (noção de tempo *continuum*), Barthes (estudos sobre a escrita do eu) e talvez Freud (noção de traço mnemônico)

E Bruno de Menezes, até por sua forte formação religiosa no catolicismo, serviu-nos para dialogar entre as culturas do Ver-o-peso e de Bragança. Dissertou sobre a efetiva influência de agentes sociais, fora do alcance da Igreja Católica, no controle e na vigência da festa de São Benedito do popular “Bar Águia de Ouro”, no que difere do caso bragantino de forte interferência do elemento católico que sujeitou a própria manifestação beneditina.

É importante frisar que em algum momento se nega a existência da repressão religiosa institucional a determinados aspectos da cultura popular, valorizando, paralelamente, a possibilidade de outros caminhos de convivência e interação social e cultural, por outros sujeitos históricos, como os visitantes e transeuntes do bar, no Ver-o-peso, em Belém, como em Bragança, no controle da irmandade e da festa, exercido pelos “irmãos de São Benedito.

Colocando em cena um outro tipo de relação com o sagrado, Bruno de Menezes, como um representante e, ao mesmo tempo, divulgador de um caminho de convivências com as manifestações culturais populares, não apagou as diferenças das pessoas que circulam por sua obra, mesmo quando explicitou suas identidades e suas identificações com o Santo Negro. Essa relação foi bastante inerente a um contexto em que se redefinía positivamente nas décadas posteriores a 1920 e 1930, esta nacionalização e valorização de cultos populares tradicionalmente ligados aos elementos africanos, especialmente em danças, ritmos e festas.

Bordallo da Silva, em sua Antropologia permeada de folclore, deixou um rastro de memória regional, parte de uma formação necessária à época de 1960, da história e do que se teve como passado de Bragança destinado às gerações atuais. O aspecto etnográfico da obra e do levantamento quase censitário dos rituais esteve ligados às origens da disciplina antropológica, na livre construção do imaginário daquilo que se entende por identidade bragantina e do discurso da memória do que se perdeu no tempo, ou do que foi modificado em seu decorrer. Um passado que precisou ser valorizado pelo autor como componente de uma tradição (até mesmo do autor), esperando o século XX para se tornar em Bragança um símbolo de toda uma cidade, dançado por todos através do lundu, no retumbão. Armando foi muito além da intenção de afirmar os valores das “coisas” de Bragança ou de ver nos fatos, particularmente, o que ele chamou de Ciclo de São Benedito, mas uma forma de se ver na cidade.

E ainda mais. Trabalhar com os seus escritos foi relembrar uma época de grande efervescência cultural em Bragança. Uma época em que a cidade era uma das mais importantes do Estado do Pará, até porque Bordallo dedicou-se à pesquisa e à divulgação da

cultura bragantina, defendendo-a onde quer que fosse, qualquer que fosse a sua causa, fato que deve ser motivo de orgulho ao nosso povo em tê-lo como conterrâneo.

Creemos, no entanto, ser possível extrair de Bordallo da Silva, as questões mais importantes que discutimos e que incidiram de forma mais geral sobre a dissertação. Ele demonstrou e levantou dados de que existia uma cidade com um intenso teor cultural entre seus habitantes, ricos ou pobres, leigos ou padres, ou outro recorte que se utilize na leitura etnográfica⁶ que o autor fez.

Outras aproximações puderam ser efetivadas com a obra, quando colocamos os pés sobre o carnaval, ou comemos da culinária bragantina, ou quando caminhamos sobre suas paisagens geográficas. Isto serviu como contribuição histórica valiosíssima. Foi instigante ler Armando Bordallo da Silva, para o interpretar como um mediador entre o nosso presente e o presente em que ele descreve o patrimônio cultural de Bragança que precisava ser rememorado e registrado⁷, como podemos observar na seguinte interpretação.

“Como declarou um folclorista no fim do século XIX, seu objetivo era descrever ‘os antigos costumes que ainda subsistem nos recantos obscuros do nosso país, ou que sobreviveram à marcha do progresso da nossa agitada existência urbana’”⁸

Podemos à luz de uma discussão de história social enumerar várias possibilidades à imaginação dos historiadores.

No livro de Dedival Brandão, o autor operou entre os fatores de mudança ou de esgotamento de manifestações beneditinas em Bragança na destituição da posse do controle da festa na década de 1980, num ambiente de relacionamento com a Antropologia, em especial aqui de Clifford Geertz⁹, quando descreveu rituais de identidade cultural dos mais empobrecidos e ligados culturalmente à influência do elemento negro em Bragança, num catolicismo popular que dá conta do que era o espaço do catolicismo para seus sujeitos.

⁶ Comungo das preocupações introdutórias de Raymundo Heraldo Maués, em seu festejado *Padres Pajés, Santo e Festas* (1995), quando cita Clifford Geertz, sobre o significado de etnografia, como “uma descrição interpretativa do “fluxo do discurso social”, procurando preservá-lo e ‘fixá-lo em formas pesquisáveis’; na maior parte é, também, uma descrição ‘microscópica’ (In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.31)

⁷ Os estudos sobre o folclore surgiram quando os costumes já começavam a ser vistos como “antiguidades”, como algo do passado. Mais sobre o assunto ver em BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 1978, apud THOMPSON, E. P. op. cit. 1998. p. 13

⁸ Cf. DITCHFIELD, P. H. “Old English customs extant at the present time” (1986), *Prefácio*. Citado por THOMPSON, E. P. op. cit. 1978, p. 14.

⁹ Novamente baseada em GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Op. cit. 1978

Brandão compreendeu a estrutura da festa de São Benedito, remontou seus dados históricos – por vezes influenciado pelo pensamento do tempo em que realizou seus estudos – para descrever processos de identidade, religiosidade e relacionamento social entre seus participantes, de forma dinâmica. Vale ressaltar que Brandão pesquisou a festividade de São Benedito durante o período em que ainda se processa a ação de reintegração e posse movida pela então Prelazia do Guamá, operada pelos barnabitas contra a IGSBB.

Ele ressaltou alguns aspectos da diversidade de interesses entre os grupos que pugnavam o controle do ritual e que significados esses grupos atribuíam ao culto beneditino, para depois analisar a contradição de seus discursos e os argumentos levantados. Por inúmeros exemplos, colhidos nas muitas entrevistas anexas ao seu livro, o autor nos brinda com a revelação dos símbolos religiosos e as representações do que a festa demonstra em seu calendário festivo.

Afinal, quem são os “donos de São Benedito”? São todos os que se apropriaram das linguagens e das imagens que foram construídas no tempo, em qualquer plano do conhecimento, e que por isso lutaram entre si, pelo controle cultural da festa beneditina e por seus condicionantes materiais e sociais

Os agentes eclesiais desempenharam um importante papel nesse processo de apropriação, mesmo de forma limitada, já que o catolicismo bragantino esteve, como em muitos outros ambientes da Amazônia, ligado a esfera do laicato e às práticas do devocional. A Igreja reteve a possibilidade desses devotos de interagir sua religiosidade às manifestações do folclore, da festa e do sincretismo, por várias formas, um tanto contraditórias para uma ordem religiosa (barnabitas) que era primordialmente educacional.

Espelhados em Raymundo Heraldo Maués (1999), podemos afirmar que os padres abominaram “a ignorância religiosa” dos caboclos e armaram a maior armadilha para a cultura local: o desmonte de vários de seus ritos, festas e comemorações, fato amplamente comprovado ao mero olhar de Bragança na atualidade, conseguindo o reforço de sua autoridade na dominação ideológica educacional e mantendo a força de sua intervenção sobretudo no benefício à elite e à classe média bragantina, seja quando edificaram obras e patrimônios físicos, seja quando apresentaram sua proposta de salvação cristã, o que por inúmeros exemplos, às vezes, atestaram o seu próprio contra-testemunho.

Ainda assim, a análise nos permitiu ver que o controle dos dominantes se localizou primordialmente numa hegemonia cultural, e só secundariamente na expressão do seu poder econômico ou material (obras). E definir esse controle, como em E. P. Thompson,

em termos de hegemonia cultural, não foi desistir das tentativas de análise, mas em fazê-la exatamente nos pontos em que deveria ser efetivada: nas imagens culturais, nas mentalidades populares da subordinação, da luta e da aceitação dos valores e símbolos a que estiveram sujeitos os “irmãos de São Benedito”. Esse conflito só adquiriu significado num determinado equilíbrio das relações sociais e a cultura, enquanto produto social, não pode ser vista independentemente desse equilíbrio.

Por fim, e voltando à pergunta, em nível prático, é evidente que somos todos nós, os “donos de São Benedito”, quando convivemos no exercício constante de acesso às imagens que nos foram caras nessa dissertação, na habilidade da fuga, da conformação ignorante, da contestação cultural, do teatro da habilidade e da concessão, das convenções e rebeldias. Por isso, também a cultura beneditina foi rebelde, mas na defesa de seus costumes. Esses pertencem a todos, e muitos deles pertencem a situações muito recentes.

E de lá para cá isso perpassou de geração em geração e, só depois de ouvir essas duas palavras – “são” e “Benedito” – é que marujos e marujas, “irmãos de São Benedito”, sob o céu e a brisa do Caeté, sob o som das várias canções beneditinas e caboclas e sob a benção do Vigário, desfranzem a testa e tiram seus chapéus deixando de lado aquela expressão de dominação para trocá-la por urras, vivas e palmas ao nome que mais lhe cala no peito: o de São Benedito.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ALVES FILHO, Armando et al. *Pontos de História da Amazônia*. Vol. 1. Belém: Produção Independente, 1999.
- ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas do Brasil*. Oneida Alvarenga (org.) 2. ed. Tomo I, II e III. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INL – Fundação Nacional Pró Memória, 1982.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. “As Artimanhas da História.”, In: *Revista Projeto História*, 24, São Paulo: jun. 2002.
- ARAÚJO, Ana Telma M. & GOMES, Andréa G. *A Festa do Santo Negro*. Monografia (Curso de Licenciatura Plena em Letras). Belém: UFPA, 1996.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.
- AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BESSEN, José Artulino. *São Benedito*. Florianópolis: Missão Jovem, 2003.
- BETTENCOURT, Estevão T. “Crenças, Religiões, Igrejas e Seitas: quem são?” In: *O Mensageiro de Santo Antônio*. Santo André: Paulinas; Cromoprint, 1995.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Os Homens de Deus na terra da Redenção: o Clero católico nas transformações do final do século XIX (1850-1889) – o caso do Pará*. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História). Belém: UFPA, 1991.
- _____. *Escravidão Negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BORDALLO DA SILVA, Armando. *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém: Falangola Editora, 1981.
- BORDALLO DA SILVA, Bolívar. *Um Capítulo da História da Amazônia – Cronologia Bragantina*. Inédito, 1954.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRAMBILLA, Luciano; MEIRELES, Vera Maria de Barros; SILVA, Leida Almeida da. *Vocação*. Belém: s.e., 2003.

BRANDÃO, Ascânio. *São Benedito: o santo preto*. Aparecida do Norte: Santuário, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

_____. *O que é folclore?* Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992

BRUNEAU, T. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

_____. *Contos Tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Progresso, 1955.

_____. *Superstição no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

CARRIL, Lourdes. *Terra de Negros: herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997.

CELINA, Lindanor. *Menina que vem de Itaiara*. 3. ed. Belém: CEJUP, 1996.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Artes do fazer*. São Paulo: Vozes, 2000.

CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.) *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLARES, Terezinha. *Presente em nossa vida*. 2. vol. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

_____. *O Missionário Feliz*. Paragominas: Gráfica e Editora São Marcos, 1997.

COMBLIN, J. *Situação histórica do catolicismo no Brasil*. Revista Eclesiástica Brasileira, n. 26, 1976.

CORRÊA, Maria das Graças Diniz. Folclore Paraense. *Traços biográficos do folclorista Armando Bordallo da Silva*. Academia Paraense de Letras. Belém: Falangola, 1981.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1973.

_____. *A Estrada de Ferro de Bragança*. Belém: SPVEA, 1955.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico da Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Sandra M. P.; SANTANA, Neusa L. *A História do Glorioso São Benedito de Bragança: uma História de Liberdade*. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História). Bragança: UFPA, 1992.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os Reis da Mina: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Pará do século XVII ao XIX*. Belém: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Série Antropologia v. 9, n. 1, 1994.

_____. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: IFCH – UNICAMP, 1996.

_____. *Inimigos de Classe e Irmãos de Fé: escravos e senhores nas irmandades religiosas na Amazônia do século XIX*. Belém: UFPA, 2001.

FONSECA, Eduardo. *Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira*. São Paulo: Maltese, 1995.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GIAMBELLI, Dom Miguel Maria. *Bragança e seus Templos Católicos*. (s.e.) Diocese de Bragança, 1993. Inédito.

GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Fronteiras da Liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia Colonial*. Belém: Anais do Arquivo Público do Pará, v.2, t.1, 1996.

GUIMARÃES, Gerson Alves. *Alma Bragantina: poemas & sonetos*. Bragança: Marc Grafit, 1995.

- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. (org.) *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *O Catolicismo Moreno no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1987
- _____. *A Formação do Catolicismo Brasileiro. 1500-1800*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ. *Antologia da Marujada*. Cadernos do IAP. n. 9. Organizado por Valentino Dolzane do Couto. Belém: Governo do Estado do Pará, 2000.
- LÉLIS, Henrique. *Chuva dos Santos: a crônica bragantina*. Belém: CEJUP, 1999. Col. Caeté.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986
- MARIN, Rosa E. Acevedo. (coord.) *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA – UFPA, 1998.
- MATTA, Roberto da. *A Casa & Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: CEJUP, 1995.
- _____. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP, 1999.
- MENEZES, Bruno de. *São Benedito da Praia – Folclore do Ver-o-peso*. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Vol. 2. Belém: CEJUP, 1993. pp. 129-232.
- MORAIS FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1979.
- NASCIMENTO, Aldenor Gonçalves do; LOUREIRO, João de Jesus Paes; LOUREIRO, Violeta Refkalefsk. *Inventário Cultural e Artístico da Micro-Região Bragantina*. 2. ed. Belém: IDESP, 1987.
- NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues; SILVA, Kelly Batista da. *Bragança e a importância da sua ocupação para o desenvolvimento da colonização portuguesa na Amazônia a partir do século XVII*. Artigo. Bragança: UFPA, 2001. (Inédito).
- NOVAES, Adauto. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1997.

- OLIVEIRA, Maria Odaísa E. de. *Vocabulário terminológico cultural da Amazônia paraense: com termos da área de Bragança*. Vol. 3. Belém: EDUFPA, 2005.
- OLIVEIRA, P. R. *Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro*. Revista Eclesiástica Brasileira, 1976.
- PAULA E SILVA, Francisco de. *A vida de São Benedito, o Preto*. s/e.
- PREFEITOS DO PARÁ, *Sinopse da História dos Municípios do Pará*. Pesquisas de Carlos Fonseca. 1973-1977.
- PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- RAMOS, D. Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Vol. 1. Belém: SECULT, 1993.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil; de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 7. ed., 2005
- REVISTA BRAGANÇA ILUSTRADA. Bragança: s/e, 1953. n. 11.
- REVISTA VER-O-PARÁ (AMAZÔNIA), n.º 11. “Bragança, 200 anos de Marujada”. Belém: Agência VER Editora, 1998.
- ROCHA, Alonso et al. *Bruno de Menezes ou a sutileza da Transição: Ensaio*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994.
- ROSÁRIO, Ubiratan. *Saga do Caeté: Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará*. Belém: CEJUP, 2000. Col. Caeté 2.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da Escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado de Cultura – SECULT; Fundação Cultural Tancredo Neves, 1988.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Dedival Brandão da. *Os Tambores da Esperança: um Estudo Antropológico sobre a Construção da Identidade na Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança*. Belém: Falangola Editora, 1997.

SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra da Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. "História das mentalidades e história cultural". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VIANNA, Arthur. *Festas Populares do Pará: A Festa de Nazaré*. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Tomo II. Belém: Typ. e encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa e as Religiões no Mundo*. 6 ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1994.

LISTA DE FONTES

1º COMPROMISSO DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA, de 1798.

2º COMPROMISSO DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA, de 1853.

1º ESTATUTO DA SOCIEDADE CIVIL IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA, de 1947.

PROCESSO JUDICIAL DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA PRELAZIA DO GUAMÁ (Diocese de Bragança) contra a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, 2 Volumes, de 1969 a 1988.

LIVROS DE ATA DA IRMANDADE DA MARUJADA DE SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA, a partir de 1985.

LIVRO DE PROJETOS DE LEI DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, de 1959 a 1960.

JORNAL O BRAGANTINO, várias edições, da década de 1930 a 1940.

CAETÉ JORNAL, várias edições, da década de 1930.

JORNAL DO CAETÉ, várias edições.

LIVRO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS PELA PREFEITURA, da década de 1930.

LIVRO DE OFÍCIOS RECEBIDOS PELA PREFEITURA, da década de 1930.

PROGRAMAS DA FESTIVIDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO, vários anos.

CELINA, Lindanor. *Menina que vem de Itaiara*. 3. ed. Belém: CEJUP, 1996.

MENEZES, Bruno de. *São Benedito da Praia – Folclore do Ver-o-peso*. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Vol. 2. Belém: CEJUP, 1993. pp. 129-232.

PEREIRA, Benedito Cezar. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963

BORDALLO DA SILVA, Armando. *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém: Falangola, 1981.

SILVA, Dedival B. *Os Tambores da Esperança: um Estudo Antropológico sobre a Construção da Identidade na Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança*. Belém: Falangola, 1997.

ANEXOS

1. O Dia das Promessas

Padre Florêncio Dubois

Fonte: DUBOIS, Florêncio. “O Dia das Promessas”. In: *Folha do Caeté*, nº. 18.097, Ano LVII, p. 01.

O Círio é o dia das promessas ou dos votos. Ou melhor: é dia de cumprir as promessas, depositando imagens, quadros, artefatos de cera e velas ao pés da estátua de Nossa Senhora de Nazaré..

Há quem critique as promessas que nos obrigam a todos de penitência generosidade ou devoção. E há quem critique as promessas, no sentido de ofertas à Virgem em sinal de gratidão. Pois bem, as promessas são velhas, no duplo sentido, como o velho mundo, com a velha humanidade e encontram-se em todas as religiões, em sinal de adoração ou reconhecimento diante do criador.

A Bíblia autoriza promessas no sentido de oblações. No principio do antigo testamento, Abel e Caim sacrificam a Deus o produto de suas lavouras ou criações. No principio do Novo Testamento, os magos trazem ao menino Deus oferendas de ouro, incenso e mirra.

O lenitivo, recomenda as promessas de espigas, grãos, flor de farinha, doces, pão, incenso, azeite, vinho, sal, primícias, dízimos e primogênitos. Eram proibidas as ofertas de cousas fermentáveis como o mel. Havia exceção para o vinho (CAP II e VI). Os romeiros ficam na tradição bíblica quando trazem velas, objetos de ceras e animais. Sim, senhores! O lenitivo aprova as ofertas de animais, contando que sejam sem defeitos. Apenas tolera-se a falta da cauda ou um corte na orelha. O lenitivo (CAP XXII), não condenaria os papagaios, perus, leitões e bezerros oferecidos no Círio. No segundo livro de Esdras (X 34), as famílias reversam-se no fornecimento de lenha para o templo.

E vemos uma sala nos milagres da Bíblia. Uma sala dos milagres ou das promessas com o seu guarda. Legalmente nomeado. Como quem diria a Anacleto, de Nazaré. Os paralipomenos ou crônicas (XXXI – 14), relatam que o Leitacoré foi colocado no templo, como guarda das ofertas voluntárias, e seu cargo devia passar dos descendentes. O mundo é pequeno e todos se encontram. O mundo é monótono e tudo se repete. A sala das promessas de Nazaré é a imitação da sala do templo.

A Bíblia recomenda as promessas por uma graça alcançada. Jacó promete fundar um lugar de culto e pagar um dízimo, se Deus lhe valer da viagem através da Mesopotâmia. Esta promessa do Gênesis (XXVIII, 20), não é diferente do voto do navegante que promete um barco de cera, se a travessia for favorável. Jefté faz a promessa de imolar, se ganhar a batalha, a primeira criatura viva que se lhe apresentar: e a primeira criatura é filha do imprudente Jefté. A estéril Ana faz a promessa de consagrar ao senhor o filho que lhe for concedido. E este filho veio a ser Samuel. Absalão faz a promessa de oferecer um sacrifício em Hebron, se Deus o reconduzir a Jerusalém: assim os católicos prometem rezar uma missa. Davi promete não descansar enquanto não encontrar um local para edificar o templo: confirmam com os fiéis que se obrigam a levantar uma capela. São Paulo faz promessa de mandar cotar o cabelo, como lemos nos Atos (XVIII, 18).

As promessas obedecem a um regulamento. Não deviam ser irrefletidas. Uma vez feitas, tinham de ser pagas e sem demora. As filhas não podiam fazer promessas sem o

consenso do pai, e as casadas sem anuência do marido. Os textos se encontram nos Salmos, no Eclesiastes (V), em Jonas (II) e em Job (XXII). Quem tiver paciência que os procure.

Os promesseiros de Nazaré não são uma novidade. O costume dos votos remonta ao templo da família de Adão. Não há portanto, motivo para os amigos protestantes torcerem o nariz e fecharem a cara quando enxergam um cabelo ou um doutor a carregar uma cabeça de cera ou uma vela. Os usos do Círio vão de acordo com a Sagrada Escritura.

(Pe. DUBOIS)

2. O sonho do Serapião

Benedito Cezar Pereira

Fonte: CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963. p. 221-223.

Serapião Manoel da Mota, era um preto velho muito estimado por toda Bragança. Nunca fora escravo, porque seu nascimento ocorrera depois da Lei Imperial do “Ventre Livre”.

Dedicou-se a domar pôdros, transformando esses cavalos novos em verdadeiros animais de sela, esquiadores, na época em que as magnatas do comércio, indústrias e da política partidária, aos domingos, feriados e dia santificados, à tarde, transformavam as nossas vias públicas em pistas de corridas, aparelhados com outros companheiros, todos com seus cavalos vistosos, bem encilhados, ajaezados com bonitos arrêios e selim, vindos da Inglaterra, ou aqui mesmo, caprichosamente, confeccionados, pois nesses remotos tempos o Pará não sabia o que era um jeep, camionete e nem automóvel.

Cada senhor respeitável possuía seu cavalo de sela, bem tratados, na cocheira de Serapião, para seu passeio e corridas domingueiras.

Serapião era muito devoto de São Benedito e fazia parte da Irmandade desse santo tão querido do nosso povo. Na procissão beneditina, envergava, com orgulho a roupa parda dessa irmandade, como também, tomava arte da “*Marujada*”, ou tocando o tambor, ou também, rodopiando com os demais, tanto nas ruas da cidade, quando a “*Marujada*” ia para as casas dos juizes da festa, ou vinham para o arraial da Igreja, como na barraca dançava o “*lundú*”, o “*chorado*” e o “*retumbão*”.

Um certo dia de janeiro de 1925, depois da festa do Santo Moreno, que terminava a 26 de dezembro, quando éramos Oficial do Registro Civil de Nascimento, entrou em nosso Cartório, o Serapião. Notamos, ele, pensativo e sério, quando sempre o víamos risonho...

Dando o “bom-dia” costumeiro, o Serapião pediu “*um particular*”. Queria falar, a sós, conosco. Fomos para o interior do Cartório onde a Serapião explicou-se:

- Tivera, na noite anterior, um sonho. São Benedito apareceu-lhe, abençoou-o e disse: “*Serapião, eu gosto muito de ti. Tu és o mais devoto dos meus crentes. Gosto de te vêr na minha “Marujada”. Como tu sabes dançar bem, e como cantas bonito tocando o tambor! Serapião, muda teu nome para Benedito. Olha, a família que tiver um filho com o meu nome, será sempre feliz, porque eu protegerei essa família*”.

E São Benedito desapareceu. Serapião afirmou que viu o Santo, já não estava mais dormindo, e que rezou o resto da madrugada toda!

Queria, o Serapião, que nós registrássemos novamente, ele, com o nome de Benedito. Estivera com o Padre Borges de Sales, Vigário da Paróquia, e não conseguira uma retificação no seu batistério, mas, lembrara-se, que nós poderíamos no Registro Civil, atendê-lo nesse seu grande desejo.

Explicamos ao Serapião, abrindo o velhíssimo livro de Termos de Nascimento, que a Lei, considerava imutável o prenome, o que queria dizer: não pode ser mudado. Mas, no assento do nascimento dele, de vez, que, antigamente, eram os registros feitos somente com o prenome de registrando, não sendo exigido o nome sobrenome, ele poderia requerer ao juiz de Direito, não retificação, mas que mandasse averbar, no termo de Nascimento dele, para que figurasse depois do prenome Serapião, o nome Benedito e o sobrenome Mota, não usando mais o nome de Manoel.

Alegremente, pediu que fizéssemos a petição e está assinada e junta a certidão onde constava somente o prenome Serapião, ele mesmo levou ao Juiz, Dr. Borborema, que deferiu.

Depois de averbado no Termo a adoção do nome Benedito e sobrenome Mota, o Serapião já sorridente, levou a certidão onde já constava o que ele queria e também a São Benedito:

Serapião Benedito da Mota!

- E, de fato, foi sempre feliz, na sua humildade de preto velho, o Serapião Benedito da Mota que criou seu filho Hilário Benedito da Mota, no mesmo ofício de domador de pôbro, ensinando cavalo chotão a esquipador.

3. A Marujada (Tradição Folclórica bragantina)

Benedito Cezar Pereira

Fonte: CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança*. Belém: Imprensa Oficial, 1963. p. 263-264.

Quando chega o Natal todos esperam
O dia 26 que é do Benedito
Foram os escravos que, assim fizeram
O esplendor desse dia, o mais bonito!

E o santo bem gostou dessa mudança
De abril para dezembro, o onomástico!
Pois ele traz, no braço esquerdo, o Deus-Criança
E, dela, é o defensor calmo, ou dramático!

A festa do Moreno é deslumbrante!
Tem atrativos mil, em vários tons...
A Marujada surge, saltitante,
Em volteios de Bagre, lindo sons...

Foi em mil setecentos e noventa
Que os escravos morenos, filhos de africanos
Que estavam há nove dias, sem tormenta
De seus senhores, nunca deshumanos,

Em festejos do Santo Benedito
O santo de sua cor, com suas orações,
Saíam em batucada, enfeitados contritos,
Em agradecimento a todos seus patrões

Foi o povo que deu o nome – MARUJADA
Aquela manifestação de gratidão...
Tenhamo-la qual símbolo da Fé, guardada,
Pois, ela, representa a nossa tradição!

As marujas, velhinhas, já não dançam mais,
A mór parte já foi para o Céu habitar...
Agora, são mocinhas de fôros sociais
Que vestem a indumentária e vão à rua bailar...

Cumprem promessas ao Santo Benedito
E são muitos felizes, tem Sinceridade!
Muita gente não crê, mês, eu muito acredito
Nos órgãos do Céu, em prol da Humanidade.

4. O Esperado

Joaquim Lobão da Silveira

Fonte: SILVEIRA, Joaquim Lobão da. “O Esperado”. *Bragança Ilustrada*. Bragança (PA). n. 9/10, 1952. p. 78

Faz um mês que os tans-tans dos tambores e o ruído da onça avisam que São Benedito está nas esmolas. E o ruído desses instrumentos atravessa rios, corta estradas, penetra lares, na prática que o tempo não consegue destruir. Vão passando os promesseiros na sua missão. Arrecadam aquilo que a boa vontade da nossa gente lhes dá. Tudo vem. A galinha gorda e o pato roliço. O peru avantajado e o franguinho que muda as primeiras penas.

No dia 25, véspera do Santo Preto, virá mais. O molho de fumo preparado com todo carinho da melhor folha. O poldro, que escapou da peste e o garrote que não morreu de sede. A farinha gostosa feita da mandioca amarelinha. O pé de cravo que vem das praias, o crisântemo ou monsenhor, cultivado no paneirinho do girau do lado do poço, a catinga de mulata e as pitombas, as deliciosas pitombas que aparecem sempre nesse tempo. Tudo é esmola. Tudo tem valor. Tudo é dado de bom gosto. E, por isso tudo dá dinheiro. Ninguém regateia preço, é p’ra São Benedito.

E as marujas se enfeitam. Saias encarnadas e azuis. Blusinhas brancas, de rendas. Chapéus de fitas das mais variadas cores, penas de garça e de guará, miçangas e vidrilhos, espelhos e contas. Tudo matizado, tudo alegre. O retumbão se ensaia. A capitoa comanda a turma. Reminiscência do passado. Santa ingenuidade que não faz mal a ninguém. O intuito vale tudo. É a homenagem a São Benedito. E elas vão passando, a viola tocando, a cuíca roncando, girando, volteiando, tudo para agradar São Benedito. Resto de africanismo. Bragança negróide, disse o poeta Heimar Tavares, um pedaço gostoso do passado. A única tradição que nos resta do passado, desse passado que era tão bom e que sangra saudades no coração da gente.

A civilização acha que devemos acabar com isso. Não achamos. Devemos manter. A civilização com seus modernismos faz muito maior mal à humanidade do que a pobre marujada. Por que, pois, não acabar com os modernismos que a civilização criou e tão prejudiciais são? Porque? Por que ninguém se bate contra certas novidades tão maléficas? Viva, pois, o passado. Vivam as nossas tradições, viva a marujada, viva São Benedito! São Benedito é o grande esperado. P’ra ele toda esta festa, toda esta alegria, todas essas marujas que levam o ano todo juntando os centavos para a grande festa do grande esperado: São Benedito.

Vinte e seis de dezembro é dia grande. Dia grande de verdade. Dia de festa. Feriado sem lei. Não precisa. Todo o mundo sabe. Todo o bragantino deixa de trabalhar. A folhinha não é encarnada. Não precisa. Encarnada é a fita que as marujas trazem nos chapéus. Encarnado é o coração de toda aquela gente cheia de fé e de tanta devoção. Encarnada é a folhinha que não existe, mas é, porque está no coração.

E o grande Esperado, que é São Benedito, está no coração encarnado de toda essa gente que mora e trabalha, luta e sofre no grande vale do Rio Caeté. Quem quiser venha ver, quem não quiser também venha. Aqui existe um feriado que ninguém decretou, que o governo não manda cumprir. É o feriado do coração. O povo foi que decretou.

“26 de dezembro” – O dia do grande Esperado – São Benedito.

5. O Chamado

Jorge Daniel de Sousa Ramos

Fonte: RAMOS, Jorge Daniel de Sousa. “O Chamado”. *Bragança Ilustrada*. Bragança (PA). n. 9/10, 1952. p. 3-8.

Não se sabe bem como se ouve se ouve o chamado. Nem nunca se saberá. É um mistério da alma humana, tão grande como os outros que por aí existem. Acontece que um bragantino que se preza, já recebeu o chamado em muitas épocas do ano, porém mais se acentua neste último mês, que dezembro é o mais bragantino dos meses. Está no trabalho, pensando nos seus negócios, longe da terra, seja em Belém, em Pekin ou New York, ou onde seja, metido, coitado entre cifras e eis que de repente começa a ouvir o estranho chamado. Isso seja ele médico, advogado, comerciante, jornalista, industrial ou de qualquer profissão. O grande mal é a folhinha. Põe os olhos na folhinha, conta os dias que faltam para a grande data e rebenta de tanta saudade. É mesmo como se fosse um toque de reunir neste mês e que o indivíduo, por estar preso, não possa atender ao som agudo que reclama a reunião. O pobre do caeteuára, espicha os olhos para aquele número na parede, dia 26 de dezembro e acha tudo ruim ao seu redor. Nada existe de novo na garota que passa voluteando na calçada. Nem no filme de estréia no Metro, nem nas provocantes “Folies”, cheias de tantos pedaços de mau caminho. Em nada. Tudo negro, para ele que se preza de ser bragantino da gema. Amanhece doente. “Hoje não vou trabalhar. É dia 26 de dezembro”. Pronto e isso basta. É uma sagrada resolução, porque ele sabe que na terra distante, caia o dia 26 de dezembro em que dia cair, é sempre feriado municipal. Ninguém trabalha. Ali no duro, durinho mesmo, a greve é geral. É feriado popular, dia do Milagroso Santo do Caeté, Protetor Genuíno de Todos os Bragantinos. São Benedito, o Santo Negro Quituteiro, nesse dia vê-se cercado pela multidão de seus fiéis todos juntos, Bragança em peso, prestando a sua grande homenagem.

O bragantino se lembra disso, destroçado, dentro de um apartamento ou de um miserável e apertado quarto de pensão suburbana. Ou mesmo dentro de um palácio. Espia para a folhinha. O número. Fecha os olhos. Dia claro, o sol invadindo e banhando toda a extensa terra do Vale do Caeté. Vem surgindo da terra o batuque, o som do tambor, o violino modesto e principalmente a cantilena em coro dos festeiros na Barraca da Santa. É a marujada. A nossa e só nossa marujada. As pretas e as morenas de saíões vermelhos, casaquinhos brancos, que foram guardados um ano, juntamente com a piprioca e o alecrim dentro da mala, o chapéu de pluma de todas as cores, do guará, do pato, aqueles chapéus cheios de espelinhos, miçangas e outras besteirinhas.

O tambor está soando. A barraca cheia, o arraial cheio e cheia está a Igreja do Santo Preto, dos seus devotos, que o Santo Benedito é muito milagroso. Vem gente de longe pagar promessa. O bragantino se lembra. Um dia assistiu contrito também o Santo Sacrifício na Igrejinha simples, que se espelha no Rio Caeté, por tantos e tantos anos. É a tradição, as danças bragantinas, o lundum, o retumbão, ele tem vontade de largar a cama e descalço, no assoalho do quarto, ouvindo como está os sons vindos de longe, sair dançando, sozinho, o retumbão e o lundum. Depois se lembra da grande confraternização no Vale do Caeté, de todos os bragantinos e o batismo dos que não o são, que se dá nesse dia na barraca da juíza. E finalmente, o grande instante. O popular padroeiro, sai mais uma vez, para visitar o seu povo, o bom e laborioso povo do Caeté, naquela sua visita anual pelas ruas de Bragança, abençoando os devotos, distribuindo benção a todos os presentes. Está ouvindo o chamado. Perfeitamente ouvindo. “Porca miséria desta vida. Já três 26 de dezembro que eu perco aqui”, reclama o pobre do bragantino longe de sua terra, no dia máximo para toda região. Ouve o

telefone. No outro lado alguém pergunta o motivo de não ter vindo trabalhar. E ele responde prontamente para o inesperado interlocutor:

Não sabes, rapaz? Hoje é dia 26 de dezembro. Eu não vou trabalhar. Sabe lá o que é isso, esse chamado que terra envia sobre montes, matas, serras e cidades? É a voz do sangue que só se apaga com a morte e com mais nada. Dia 26 de dezembro, cisma o bragantino distante. Mora no seu coração uma grande, inextinguível saudade, que ele é bragantino de brio, sentiu o chamado e não resiste em sonhar.

6. Eu também atendi ao “Chamado

Leandro Ferreira

Fonte: FERREIRA, Leandro. “Eu também atendi ao ‘Chamado’ ”. *Bragança Ilustrada*. Bragança (PA). n. 11/12, 1953. p. 38.

Longos ribombos de tambores longínquos sorrindo de quebrada em quebrada, ritmados, acelerados por vezes, despertando a alma quieta e laboriosa da colônia e dos povoados, avivando o lume vacilante dos oratórios nos tugúrios, nos ranchos ribeirinhos até se perder com o rumor abafante do centro urbano.

Que sonho é esse, ferindo a sensibilidade auditiva da gente, neste fim de ano – interrogo eu – interrogam tantos?

Antes, muito antes, prescutaram os ouvidos de Jorge Ramos, quando gravou no beiral da “Janela de Bragança”, a realidade convocativa desse som. É o “chamado” de São Benedito, na sua peregrinação, comumente chamada “esmolação”, termo genérico que não é bem isso, porque, quem menos “pede” na região onde lhe erigiram uma igreja – é esse São Benedito – frade siciliano, embaçado no burel franciscano; leigo, porteiro do convento, depois ecônomo, cozinheiro por humildade, esmoler e administrador, milagroso em vida, taumaturgo depois da morte, reconhecido pelo negrume da cútis, embora haja versão de que nenhuma descendência direta tivera ele na genealogia afro, e nós sabemos que entre os bem-aventurados não há preconceito de cor e a sua humildade fê-lo exaltado na veneração do povo em toda a imensidade deste pátrio rincão.

Esmolando ou não, a presença da ícone do Santo afogada na profusão das flores e cingida no ligame da fitaria votiva, o eco dos tambores que lhe parece cadenciar os passos, é um anúncio da aproximação da festa coincidível com a quadra natalina. Não resta dúvida, é o “CHAMADO”! Quando soam, começa, então a inquietação, um bulício se acentua, similar ao Círio Nazareno, “o apreparo”, o apronto dos quefazeres, a reafirmativa dos propósitos feitos para o cumprimento das promessas, que é a rememoração dos momentos de angústia por que se passou, é o volteio d’olhos para a efígie sagrada, aposta à parede de paxiúba, esfumada pelas velas fumegantes acendidas todas as noites; é mais do que isto, é o Credo na Comunhão dos Santos, sim, na comunicação da igreja militante com a igreja triunfante unida com o Cristo e com os bem-aventurados. É a tortura do homem pelo infinito, a realidade da impotencialidade nossa no reconhecimento da nossa condição de servos do pecado; e, muito mais ainda, é o direito que nos assiste de pedir a Deus por intermédio dos seus santos e a complascência dadivosa de Deus em nos atender. É este o sentido do CHAMADO de São Benedito, ao lume da nossa fé!

Que se lhe deturpem alguma vez a santimônia do seu culto, não devemos ver com os olhos descrentes uma grosseira superstição. A essência da veneração é a prece. A prece feita em circunstâncias de desassossego d’alma, tem sempre um cunho de alegria. Rezar é o superlativo divino de cantar. A oração é uma canção angelizada. Ouve a Deus, os homens escutam-na. Pois bem, não há preceito que excomungue da família cristã, quem depois de rezar, expanda a tendência psicológica nos divertimentos sãos. São atos que, embora diversos por natureza, não devem, contudo, os materiais sobrepor ao divino.

Vivam, portanto, e se perpetuem os folguedos ingênuos dos arraiais nas quinzenas festivas das celebrações religiosas. Enfileirem-se barraquinhas no quadrilátero da praça, que os sons metálicos das fanfarras quase que substituídas pelos malucos alto-falantes, despertam do sono sensitivo os vencidos pelos anos e acelere o pulsar dos corações dos recém acordados para a vida.

Raras são as festas religiosas que não conservam o seu tradicionalismo primitivo e mantido a muito custo a sua originalidade. Se os modernistas relega-as como inadequados

impróprios da decorrência evolutiva do nosso século, não podem, contudo, negar-lhes a razão de ser da sua instituição, porque tiveram, como tem, hoje em dia toda a cousa, a sua finalidade. Que diriam os iconoclastas das “festanças” dos antigos, assistindo no novenário de São Tiago, no velho Mazagão, ao anacrônico baile de máscaras, à correria doida do “bobo do meio dia”, ao simulacro da batalha entre cristãos e mouros, no decorrer da qual, nos áureos tempos do senador Flexa, eram gastos vários barris de pólvora. E ninguém tentou acabar de vez com tais folguedos porque eles constituem as alegrias sadias daquele povo! As festas religiosas têm a finalidade de coordenar o útil ao agradável. Venham, portanto, as marujas, com seus trajés típicos alegrar o oitavário beneditino! Elas dizem muito bem da simplicidade do bragantino ao alicerçar sua devoção em São Benedito. Tudo nelas é harmonioso e simétrico, desde o ornato da plumagem dos chapéus ao círculo refletor dos espelinhos... Se a toada que lhe anima a dança tem a tristura da dolência, graciosos soa os revolteios com o babado das saias roçando de leve pelo chão...

Muito já se escreveu sobre a Marujada que não teve e nem terá interrupção de continuidade: é como parte integrante da festa beneditina e, por isso se torna objeto de promessa a participação de alguém nas suas fileiras, porque o Santo se compraz com esse folclórico divertimento repetido todos os anos em sua honra. Viva, pois, a Marujada! Não lhe negaceemos os nossos aplausos, e se o entusiasmo atingir a raia do empolgante, bailem com ela: o rechonchudo Zito César, o irrequieto Jorge Ramos, o retraído Lauro Cunha, o superhomem Bigu e o minestre Dico Pinheiro; o ranheta Cunha Júnior e o laborioso Pedro Sousa; o saltitante Mário Queiroz e o “cabra veio da peste” Rodrigues Pinagé; o altitúdico Eduardo, o sangüíneo Miguel Leitão e, finalmente eu, também, que, como muitos outros, possui a elasticidade nas gâmbias tueltas...

A CHEGANÇA do século dezoito se retratou na Marujada. Ela ouviu o “chamado” na mesma alegria que de mim se apossou quando soaram os tambores e no meu pensamento veio avivar-se a glosa singela que o povo rimou numa quadrinha:

- “Que santo é aquele
que nos ta a chama?
- É São Binidito
que vai pro altá!”

7. Folheto impresso da Ação Católica de Bragança

Fonte: Arquivo particular da família Rodrigues.

O maravilhoso valor da Santa Missa

Na hora da morte, as missas a que houveres assistido serão a tua maior consolação.

Toda missa penhora teu perdão junto da justiça divina

Em toda missa podes diminuir a pena temporal devida aos teus pecados e diminuí-la mais ou menos consoante o teu fervor.

Assistindo com devoção à missa, prestas a maior das honras à santa humanidade de Jesus Cristo.

Ele compadece-se de muitas das tuas negligencias e omissões.

Perdoa-te os pecados veniais não confessados, dos quais, porém, te arrependestes.

Diminui o império de satanás sobre ti.

Sufraga as almas do purgatório da melhor maneira possível.

Uma só missa a que houveres assistido em vida ser-te-á mais salutar que muitas a que outros assistirão por ti depois da tua morte, pois pela missa participas da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo.

A missa preserva-te de muitos perigos e desgraças que te abateriam.

Toda missa diminui o teu purgatório.

Na missa recebes a benção do sacerdote, a qual Nosso Senhor ratifica no céu.

És abençoado em teus negócios e interesses pessoais.

Fica sabendo, ó cristão, que mais se merece em ouvir devotamente uma só missa do que com distribuir todas as riquezas aos pobres e peregrinar toda a terra. (São Bernardo)

Nosso Senhor nos concede tudo o que lhe pedimos na Santa missa: e o que mais vale é que nos dá ainda o que nem sequer cogitamos pedir-lhe e que, entretanto, nos é necessário. (São Jerônimo)

Se conhecêssemos o valor do Santo Sacrifício da missa, que zelo não teríamos em assistir a ela! (Cura d' Ars)

A missa é o sol da Igreja. (São Francisco de Sales)

8. Notícias Históricas a respeito do processo contra a Irmandade Civil de São Benedito Dom Miguel Maria Giambelli, Bispo Diocesano de Bragança (de 1980 a 1996)

Fonte: COLARES, Teresinha. *Presente em nossa vida*. Vol. 2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. p. 429-431.

Atendendo a insistentes pedidos de várias bragantinos, irei transcrever o que de mais interessante encontrei no arquivo da diocese a respeito do Processo que a Paróquia de Bragança promoveu contra a chamada “Irmandade de São Benedito”.

1º) O primeiro documento que citarei é um abaixo-assinado promovido pelo então prefeito de Bragança, BENEDITO CEZAR PEREIRA, em data de 15 de dezembro de 1953, e que leva mais de 700 assinaturas dos mais destacados bragantinos de então. Diz o documento:

“Bragança sente imensa tristeza pelos dissabores criados a todos os católicos pela Sociedade Civil de São Benedito. A mágoa cresce, enormemente, na celebração brilhante do Centenário de nossa cidade. Sente-se a falta desoladora do que há de mais secular na nossa terra: a gloriosa e centenária Irmandade de São Benedito. Infelizmente, meia dúzia de bragantinos a suprimiram, e a substituíram com uma Sociedade Civil que de Irmandade só conserva o nome para enganar os nossos caboclos inocentes e de boa fé. É a tristeza de Centenário de Bragança: a supressão da Irmandade de São Benedito e os discursos ateus confundindo Irmandade e Sociedade Civil, procurando com isso enganar os Bragantinos. Bragança católica sente outrossim as calúnias assacadas contra os Padres e contra o próprio Bispo; por isso protestam veementemente”.

2º) Dezessete anos depois, e exatamente no dia 18 de fevereiro de 1970, sendo vigário de Bragança o Pe Mário Pozzoli, o mesmo saudoso Dom Eliseu M. Coroli, tendo esgotado todo e qualquer recurso para resolver através de diálogo a situação insustentável da Irmandade Civil de São Benedito, decidiu recorrer à justiça constituído o Dr. Egydio Salles como advogado da paróquia que iniciou o processo naquele mesmo dia no fórum de Bragança.

3º) No dia 3 de agosto de 1973 Dom Eliseu ocupava o microfone da Rádio Educadora para lançar a seguinte mensagem que põe em grande evidência o íntimo sofrimento do seu coração.

“Venho hoje tratar com vocês um assunto muito importante: sim muito para mim e muito para vocês: venho tratar da *morte da Irmandade de São Benedito*;

- Estamos no 25º ano desta dolorosa morte.

Eu portanto me sinto de LUTO: de luto PESADO e dolorosamente FECHADO.

- Foram baldados todos os esforços feitos para restabelecer essa glorioso Irmandade: ela continua morta e sepultada.

Agradeço os esforços feitos pelos Padres de Bragança – por todos os vigários de Bragança de 1947 para cá.

Mas eles nada conseguiram.

Agradeço o Conselho Paroquial que tomou a si a tarefa de arranjar e pagar advogados – e que advogado! – Nada menos que o Dr. Egydio Machado Salles!

Mas também o Conselho Paroquial nada conseguiu até hoje.

Meus caros bragantinos, eu sempre fico esperando que a Irmandade de São Benedito volte à sua Igreja. Mas, por enquanto, está morta. Portanto eu me sinto de luto fechado: portanto venho dizer a vocês que não *poderei comparecer em nenhuma festa social* ou cerimônia, ou reunião social de caráter *festivo*: enquanto perdurar o meu luto.

São Benedito aceite a minha humilde homenagem e restabelece a sua Irmandade. Tenho dito.

Dom Eliseu Maria.

4º) *Em data 22 de junho de 1977*, após sete anos de numerosos exaustivos depoimento, o juiz Manuel Lemos encerrava o processo dando ganho de causa à paróquia de Bragança. No entanto, os interessados na Irmandade de São Benedito recorreram para o Tribunal de Justiça do estado. Por esse motivo Dom Eliseu insistiu como o Dr. Egydio Salles para que levasse a frente o processo, o qual porém procedeu num ritmo muito lento, tanto que *Dom Eliseu em data de 29 de julho de 1982 descia ao túmulo* lavando consigo a grande mágoa de não ter ainda resolvido, em definitivo, a questão da Irmandade de São Benedito.

5º) Foi nestas últimas semanas, *após 16 anos de processo*, que o advogado Dr. Egydio Salles me comunicou que a 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado *deu por unanimidade, ganho de causa* à Paróquia de Nossa Sr^a. do Rosário contra a chamada Irmandade de São Benedito. E acrescentava o Dr. Egydio em sua carta: *“a execução da sentença será procedida pelo meu escritório. Só lamento que o nosso muito querido Dom Eliseu não esteja mais entre nós para assistir o grande final”*.

6º) Vamos pois aguardar confiantes estes últimos acontecimentos.

Será o *Conselho Paroquial da Catedral*, sob orientação do advogado Egydio Salles, que ficará encarregado de resolver os vários problemas que ainda possam surgir; e isso pelo motivo que a Irmandade de São Benedito pertence oficialmente à paróquia de Nossa Sr^a. do Rosário e portanto, *deverá ser administrada diretamente pela sua paróquia*, e não pela administração central da Diocese.

7º) Quanto à tão propalada questão da Marujada lembro o que Dom Eliseu repetiu tantas vezes: são principalmente os que irão perder grandes vantagens financeiras com a saída da Marujada de suas mãos que lançam esta absurda calúnia de que a Paróquia acabará com a Marujada. Na verdade, isto é um grande falso, *“porque tudo o que é folclore sempre merece e merecerá a apoio da Igreja”*. A respeito da Marujada poderíamos também aplicar o que o inesquecível ex-prefeito Benedito César Pereira afirmou nas citadas palavras com as quais lamentava a existência desta triste situação religiosa em nossa querida Bragança: *“São uma meia dúzia de bragantinos... e enganar os nossos caboclos inocentes e de boa fé”*.

8º) *Concluindo*, peçamos ao glorioso São Benedito que acabe de vez para sempre com este abuso de seu nome e sua devoção para finalidades espúrias; e que Bragança não passe mais vergonha de ter um templo católico administrado com impostura, por uma sociedade civil.

Bragança, 7 de outubro de 1986
Festa de Nossa Senhora do Rosário
Padroeira de Bragança

9. Estatuto da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará, Diário da Justiça do Estado do Pará, ano X, número 2.649, Belém-PA – Domingo, 4 de maio de 1947.

ESTATUTO DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA

CAPÍTULO I

Da Irmandade e seus fins

Art 1º. A Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, fundada em 1798, por iniciativa dos escravos dos moradores da antiga Vila de Bragança, conforme o seu primeiro “COMPROMISSO” firmado em 3 de setembro daquele ano, que até hoje existe, após a guarda do Procurador da Irmandade, tendo sido reorganizada em 10 de maio de 1853, data do seu segundo ‘COMPROMISSO’, aprovado pela competente “CARTA DE CONFIRMAÇÃO” passada pelo então Presidente da Província do Grão-Pará, Dr. Ângelo Custodio Correa, em 24 de Outubro de 1853, continuará a sua existência com a mesma denominação de IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA, e as mesmas finalidades, dando-lhe por este Estatuto nova organização, atualizado-se de conformidade com o presente ambiente social, tornando-a sociedade civil, com personalidade jurídica e registrando-a de acordo com as leis vigentes do País.

Art 2º. A Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, reorganizada pelo presente Estatuto, é uma sociedade civil, formada por sócios de ambos os sexos; terá duração ilimitada; as suas atividades serão dirigidas no Município de Bragança, tendo por sede esta cidade e por foro o desta Comarca.

Art 3º. A finalidade da Irmandade conforme os seus antigos “COMPROMISSOS”, continua a ser a de cultivar e venerar a vida gloriosa do seu Patrono, promovendo com toda a pompa a festividade de São Benedito, a 26 de Dezembro, todos os anos.

Art 4º. Para grandeza e pompa desta festividade, devem ser mantidas as mesmas condições.

Art 5º. Dentro de suas finalidades a Irmandade, procurará manter as mesmas tradições de regosijo social pela sua existência e primitiva organização. Assim é que, tendo sido formado pelos primitivos irmãos uma organização profana de regosijo popular, que se denominou “MARUJADA” e que é a manifestação folclórica mais expressiva e genuinamente bragantina, será a mesma incorporação a sua organização, para melhor protegê-la e organizá-la da forma como trata o Capítulo V e artigos deste Estatuto.

CAPÍTULO II

Dos Irmãos, suas qualidades, deveres e direitos

Art 6º. A Irmandade se comporá de brasileiros, de ambos os sexos, de qualquer idade ou profissão, católico, e que por proposta de qualquer Irmão sejam aceitos pelo Conselho Permanente da Irmandade.

Parágrafo Único: Haverá na Secretaria da Irmandade um livro especial de assentamento e inscrição dos Irmãos.

Art 7º. Todos os Irmãos gozam dos mesmos direitos e têm os mesmos deveres a cumprir na Irmandade. São direitos dos Irmãos:

- a) Votar e ser votado na Assembléia Geral da Irmandade;
- b) Requerer sessão extraordinária da Assembléia Geral;
- c) Os Irmãos reconhecidamente pobres terão sepultamento por conta da Irmandade e missa celebrada no 7º ou 30º dia do seu falecimento, por sua intenção;

Art 8º. São deveres dos Irmãos:

- a) Aceitar os cargos administrativos da Irmandade, para os quais tenham sido eleitos;
- b) Zelar pelos direitos e bens da Irmandade;
- c) Pugnar pelos direitos sociais, zelando pela boa administração da Irmandade;
- d) Pagar a jóia no ato da admissão e sua anuidade pontualmente;
- e) Comparecer às sessões da Assembléia Geral ou às reuniões do Conselho Permanente ou da Diretoria da Festa ou do Conselho da Marujada, quando delas façam parte;
- f) O concorrer da melhor forma possível para o culto e festa do Glorioso São Benedito.

CAPÍTULO III Da administração da Irmandade

Art 9º. São órgãos administrativos da Irmandade:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Permanente.

Art 10º. A Irmandade terá como órgão soberano a sua Assembléia Geral. Dois terços (2/3) dos sócios quites, reunidos em Assembléia Geral têm poderes absolutos para resolver sobre tudo o que diga respeito a Irmandade, sobre o seu Estatuto e casos omissos nele.

Parágrafo Único: A reforma deste Estatuto, na forma deste artigo, só poderá ser feita depois de cinco anos, após a aprovação em sessão da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Art 11º. A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no primeiro domingo que anteceder o dia da festa, e extraordinariamente toda vez que o Conselho Permanente o convocar ou quando, dez por cento (10%) dos sócios quites, em petição dirigida ao Conselho Permanente, solicitarem convocação e declararem os motivos da mesma.

Parágrafo Único: Na sessão ordinária a Assembléia Geral tomará conhecimento principalmente do movimento financeiro da Irmandade, inclusive aprovação de conta; dos principais atos do Conselho Permanente, da Diretoria da Festa, para o ano seguinte; e serão discutidos os demais assuntos concernente à Irmandade.

Art 12º. O Conselho Permanente será eleito pela Assembléia Geral com tempo indeterminado de mandato. O Conselho Permanente será assim um órgão administrativo de imediata confiança da Assembléia Geral, podendo qualquer um dos seus membros ou o Conselho no conjunto ser substituído, quando a Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, resolver por maioria, presentes dois terços (2/3) de sócios quites.

Parágrafo Único: Quando ocorrer a substituição acima referida, ou por falecimento, será imediatamente feita nova eleição.

Art 13º. O Conselho Permanente se compõe, dos seguintes membros:

Procurador
Secretário
Cinco mesários

§ 1º. Ao Conselho Permanente cabe superintender a administração geral da Irmandade.

§ 2º. Somente à Assembléia Geral cabe conhecer e decidir sobre os atos do Conselho Permanente.

Art 14º. O Conselho Permanente se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente toda vez que o Procurador convocar. As suas resoluções serão tomadas quando, presente pelo menos, quatro dos seus membros.

Art 15º. O Conselho Permanente é a mesa da Assembléia Geral, sendo o seu presidente o Procurador, que é também o Presidente do Conselho Permanente. Este será substituído em seus impedimentos, pelo Secretário, chamando-se para as substituições, os mesários, na ordem de sua classificação, dada pela eleição.

Art 16º. As eleições tanto podem ser feitas por aclamação como por votação em cédula, conforme determinar para cada caso, a Assembléia Geral.

Art 17º. Ao Conselho Permanente cabe:

- a) Zelar pela inteira observância deste Estatuto;
- b) Administrar fielmente o patrimônio da Irmandade;
- c) Fixar as despesas, organizando um orçamento anual;
- d) Aprovar ou rejeitar o orçamento e demais atos da Diretoria da festa;
- e) Nomear administrador, zelador e vaqueiro de seu patrimônio;
- f) Nomear os andadores da Irmandade;
- g) Nomear o sacristão da Igreja da Irmandade.

Art 18º. O Conselho Permanente não poderá alienar, por qualquer título, ou gravar com quaisquer ônus as propriedades e os bens da Irmandade sem prévia autorização da Assembléia Geral; quando especialmente convocada para esse fim, dará ou não autorização, conhecendo da sua utilidade ou necessidade, de acordo com o que for exposto.

Art 19º. Os membros do Conselho Permanente ou seus auxiliares que concorrem para a transgressão do artigo precedente, ficam solidariamente responsáveis para com a Irmandade, por todas as perdas e danos que lhe causarem, sem embargo da nulidade dos atos praticados e da ação judicial e penas cominada em que incorrerem.

Do Procurador:

Art 20º. O Procurador tanto nas reuniões do Conselho Permanente, como nas sessões da Assembléia Geral, funcionará como Presidente da mesa, e como tal terá as seguintes atribuições, que são privativas da função que exerce:

- a) Presidir as sessões da Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Permanente;
- b) Conhecer e apôr o visto em todos os papéis do expediente, administrativos e contas da Irmandade;

- c) Convocar as sessões da Assembléia Geral e reuniões do Conselho Permanente;
- d) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Permanente;
- e) Administrar a Irmandade e todo o seu patrimônio de acordo com o presente Estatuto e deliberação do Conselho Permanente e da Assembléia Geral, dando conhecimento dos seus atos aqueles órgãos administrativos;
- f) Autorizar e pagar as despesas feitas pela Irmandade;
- g) Guardar os valores e saldos da Irmandade, sendo o responsável direto de tais valores e fazendo a necessária escrituração;
- h) Procurar cumprir o orçamento fixado, afastando-se o menos possível dele, mas podendo autorizar as despesas não consignadas e urgentes, mas disso dando ciência ao Conselho Permanente, na sua primeira reunião;
- i) Assistir ao Conselho da Marujada, quando necessário.

Art 21°. O procurador é o responsável legal da Irmandade em juízo ou fora dele.

Do Secretário

Art 22°. Ao Secretário compete:

- a) Preparar o expediente e atas da Assembléia Geral e Conselho Permanente;
- b) Ler as atas nas sessões da Assembléia Geral e reuniões do Conselho Permanente;
- c) Manter o expediente e os livros da Irmandade em dias e em perfeita ordem;
- d) Substituir o procurador nos seus impedimentos.

Dos Mesários

Art 23°. Os mesários em número de inço (5) compõem a mesa administrativa da Irmandade, sendo os substitutos diretos do Procurador e do Secretário ou de ambos, nos seus impedimentos.

Art 24°. Os mesários, na chapa da eleição que os tenham elegido, receberão numeração em ordem crescente de 1 a 5.

Parágrafo Único: Esta numeração e ordem será mantida para efeito das substituições, que deverão se processar na mesma ordem.

Art 25°. Aos mesários, como membros que são do Conselho Permanente, lhe cabe unção administrativa igual e solidária com os demais membros desse órgão.

CAPÍTULO IV

Da Festa e outros atos religiosos

Art 26°. A Festa do Gloriosos São Benedito, se fará na igreja da Irmandade, todos os anos, no dia 26 de dezembro, com o maior brilhantismo e pompa possíveis.

Art 27°. A festividade constará de novenário ou tríduo, missa solene e procissão.

Art 28°. A festa será dirigida por uma Diretoria conforme o estabelecido neste Estatuto.

Art 29°. A Diretoria da Festa deverá ter anualmente os devidos entendimento ou com o Arcebispado de Belém, ou com o Bispo de Bragança, ou com os padres da paróquia, para a

realização dos atos religiosos que se efetuarem na Igreja da Irmandade, não se devendo poupar esforços no sentido de que os ditos atos religiosos, dentro do ritual cristão, sejam realizados com o maior brilhantismo possível.

Art 30°. A Diretoria da Festa é eleita anualmente pela Assembléia Geral e se comporá dos seguintes membros: Juiz, Juíza, Secretário, Tesoureiro, Cinco Mordomos e Cinco Mordomas.

Parágrafo Único: Como auxiliares e contribuintes, poderá haver um número ilimitado de juizes e juizas de promessas, honorários ou beneméritos, assim como mordomos e mordomas.

Art 31°. Os componentes da Diretoria da Festa são eleitos dentre os sócios da Irmandade. Os juizes ou juizas e mordomos ou mordomas de que trata o parágrafo único do art. precedente, são escolhidos ou aclamados pela Assembléia Geral, dentre as pessoas gradas e de maior destaque que aceitem tais encargos, sócios ou não da Irmandade.

Art 32°. Cabe a Diretoria da Festa: organizar o orçamento da festa e submetê-lo a aprovação do Conselho Permanente; esforçar-se para o maior brilhantismo possível da festa; promover toda a sorte de esforço no sentido de aumentar a renda da festa para que haja sempre saldo; administrar e promover as festividades tanto profanas como as religiosas de acordo com o encarregado de as realizar.

Art 33°. O Juiz é o Presidente da Festa e a Juíza é o seu vice-presidente.

Art 34°. Ao Juiz-presidente da Diretoria da Festa, compete: dirigir os trabalhos da Diretoria da Festa, cumprir e fazer cumprir as resoluções da mesma depois de devidamente aprovadas pelo Conselho Permanente; autorizar o tesoureiro a fazer as despesas e a apresentar relatório no fim do seu mandato.

Parágrafo Único: A Juíza, como vice-presidente da Diretoria da Festa, cabe substituir o juiz nos seus impedimentos.

Art 35°. O Secretário se encarregará do expediente e das atas das reuniões da Diretoria da Festa, escriturando-as no livro próprio.

Art 36°. O Tesoureiro se encarregará de receber o dinheiro necessário às despesas consignadas no orçamento para com ela realizar as despesas da festa; deverá manter os livros de escrituração, próprios da Diretoria da Festa, em dias e em perfeita ordem; ajudará o procurador na escrituração geral do movimento financeiro da Irmandade; e finalmente, apresentará o balancete que juntará ao relatório do juiz-presidente.

Art 37°. Os cinco mordomos e as cinco mordomas que compõem a mesa administrativa da Diretoria da Festa são os substitutos diretos do juiz, juíza, secretário e tesoureiro, pela ordem da idade dos mesmos.

Art 38°. Só poderá entrar em execução os atos da Diretoria da Festa, com aprovação do Conselho Permanente.

Art 39°. AO Conselho Permanente cabe intervir na Diretoria da Festa, toda vez que esta não dê execução plena aos atos aprovados pelo Conselho Permanente ou ainda quando exorbite de suas funções.

Art 40°. O procurador do Conselho Permanente é membro nato da Diretoria da Festa, podendo votar e discutir os assuntos.

CAPÍTULO V Da Marujada

Art 41°. A Marujada, organização tradicional da Irmandade, será constituída pelos mesmos elementos ou seus descendentes que a vem mantendo deste longa data.

Art 42°. A organização interna da Marujada é de exclusiva competência do Conselho da mesma.

Art 43°. O Conselho da Marujada é o órgão da administração da Marujada. Ele se compõe de uma “Capitoea” e de seis membros.

Art 44°. Fica mantida a atual “Capitoea” no Conselho da Marujada a quem compete escolher os seis membros do Conselho, numeradas em ordem crescente de 1 a 6.

Parágrafo Único: As substituições obedecerão à ordem numérica dos membros do Conselho.

Art 45°. Somente nos casos de falecimento ou renúncia se processará uma substituição definitiva, como acima ficou dito no parágrafo único do Art. 44°. Nesse caso a “Capitoea” escolherá novo membro do Conselho que tomará o último número.

Art 46°. A “Capitoea” administrará a Marujada da melhor forma possível, de comum acordo com os demais membros do Conselho,

Art 47°. Deverá ser procuração do Conselho de Marujada a construção de uma “barraca”, permanente, e bem construída para as suas reuniões e festas, guardar material, etc.

Art 48°. Do orçamento anual da Diretoria da Festa deverá constar um auxílio à Marujada, que não deverá ser inferior a dez por cento (10%), da renda orçada.

Art 49°. Do saldo anual da festa, dez por cento (10%), deverá torna-se fundo de reserva da Marujada.

Art 50°. O Conselho da Marujada deverá ter livros próprios não somente de atas das suas reuniões como de escrituração de valores, os quais devem ficar a guarda do Secretário do Conselho Permanente.

Art 51°. O secretário do Conselho Permanente deverá estar presente as reuniões do Conselho da Marujada não somente para auxiliá-los como para informar no Conselho Permanente do que ocorrer.

CAPÍTULO VI Dos auxiliares administrativos

Art 52°. São andadores os responsáveis pela realização e arrecadação das esmolas feitas pela população bragantina ao Glorioso São Benedito. Os andadores para melhor realização e sua função, poderão convidar pessoas de confiança para que lhes ajudem nesse mister.

Art 53°. O Conselho Permanente nomeará tantos andadores quantos foram necessários devendo sempre recair essas nomeações em pessoas de inteira confiança do mesmo Conselho.

Art 54°. A cada um dos andadores será fornecido anualmente, um livro especial para registro de dádivas e esmolas, o qual será rubricado pelo procurador.

Art 55°. Os andadores prestarão contas ao procurador e este ao Conselho Permanente.

Art 56°. A Igreja da Irmandade terá um sacristão, de nomeação do Conselho Permanente, ao qual compete: manter o asseio e limpeza da igreja; abrir e fechar a igreja; tocar os sinos para a chamada dos fiéis, quando preciso, nas solenidades religiosas e falecimentos; zelar, guardar e responsabilizar-se pelas alfaias, paramentas e tudo o mais que estiver dentro da igreja do patrimônio ou não da Irmandade.

CAPÍTULO VII

Do patrimônio da Irmandade

Art 57°. Constituíra patrimônio da Irmandade as jóias de admissão e as mensalidades dos Irmãos, as esmolas arrecadadas, as dádivas, ofertas e promessas feitas ao Gloriosos São Benedito e entregues à Irmandade; as coletas e entregas espontâneas de esmolas feitas dentro da sua igreja; os depósitos feitos nos Bancos e Casas Bancárias, feitas em nome da Irmandade; os saldos verificados nos balancetes da diretoria da Festa, e entregues ao Conselho Permanente; os saldos existentes em mão do Procurador ou Tesoureiro; assim como tudo mais, imóveis, móveis e semoventes que entrar em inventário e consta do livro próprio, inclusive sua fazenda de gado, e quando da aprovação do presente Estatuto.

Art 58°. Os novos Irmãos aceitos pagarão a jóia de Cr\$ 5,00, e todos os Irmãos da Marujada pagarão a anuidade de Cr\$ 2,00, que poderão ser pagos de uma só vez ou mensalmente.

Art 59°. Para cada fonte de receita da Irmandade deverá ter um livro próprio como o respectivo título, para assentamento e escrituração dos valores recebidos.

Art 60°. A Igreja de São Benedito de Bragança, que é patrimônio da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, para realização da sua festa ou de outros atos religiosos, convidará os padres da paróquia ou não para a realização os mesmos atos.

Art 61°. A administração da Igreja, como propriedades da Irmandade, cabe inteiramente ao Conselho Permanente e ao seu preposto o sacristão.

Art 62°. Ao Conselho Permanente cabe todos as providências, no sentido de manter a Igreja sempre debelo aspecto, tornando-a em boas condições higiênicas, procurando melhorá-la e dotá-la, tornando-a cada vez do patrimônio mais valioso.

Art 63°. A Fazenda de São Benedito, situada nos campos deste município, faz parte do patrimônio da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança.

Art 64°. O responsável pela dita fazenda deve ser pessoa de inteira confiança do Procurador e do Conselho Permanente, que o nomeará.

Art 65°. A Fazenda do santo deverá ter os livros próprios da escrituração, inventário, carga e descarga de animais e bens, além de outros julgados necessários.

CAPÍTULO VIII Dos sufrágios

Art 66°. Os sócios da Irmandade, avisados do falecimento de um Irmão, devem comparecer a cada do falecido e acompanhar os seus restos mortais ao cemitério onde for sepultado.

Art 67°. A Irmandade fará o sepultamento do Irmão reconhecidamente pobre e mandará rezar missa pelo 7° ou 30° dia do falecimento de qualquer sócio, devendo esta missa ser assistida pelo maior número possível de Irmãos, que para tal deverão ser avisados.

Art 68°. No Domingo seguinte ao dia da festa, será mandado celebrar missa com *Libera-me*, por alma dos Irmãos falecidos.

CAPÍTULO IX Disposições Gerais

Art 69°. A sede da Irmandade funcionará numa das dependências da sua igreja, previamente escolhida e destinada a esse fim.

Art 70°. A Irmandade deverá ter todos os livros necessários para a escrituração geral.

Art 71°. Todos os órgãos e pessoas que tenham movimento financeiro, ou tenham sob sua guarda valores do patrimônio da Irmandade, são obrigados a remeter semanalmente as suas contas discriminadas, para efeito de escrituração geral dos livros da Irmandade.

Art 72°. O Procurador é obrigado a apresentar ao Conselho Permanente o balancete semestral e o balanço anual do movimento geral da Irmandade.

Art 73°. A Irmandade deverá ter além dos livros de escrituração mercantil e de outros já especificados, também um livro de inventário para registro anual do patrimônio da Irmandade.

Bragança, 7 de julho de 1946.

Este estatuto foi aprovado pela assembléia Geral da Irmandade do Glorioso são Benedito de Bragança, em sessão realizada em 7 de julho de 1946.

Flodoaldo de Oliveira Teixeira
Benedito Augusto César
Luiz Paulino dos Santos Mártires
Tomaz dos Santos Martins
José Uraían Pereira Cardoso
Raimundo Arsênio Pinheiro da Costa
Raimundo Antônio dos Santos

Serapião Mota
Sebastião Sancho Barbosa
Manoel Inácio Martins Pereira
Sebastião Lopes de Aviz
A rogo de Vitalina Pinheiro de Jesus
Raimundo Arsênio Pinheiro da Costa
Maria Augustinha da Conceição
A rogo de Jorge Francisco da Silva
Hilário Epifânio de Oliveira
Joaquim Antônio do Rosário
Cândida Maria de Mercês
Raimundo Pinheiro Arsênio da Costa
Benedito Alves da Silva
Raimundo Sete
Odorico Antônio do Nascimento
Raimundo Mescouto

(Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Tabelião Antônio Miranda – Bragança)

10. Projeto de Lei nº. 756, de 11 de março de 1960 e partes

Fonte: Livro de Projetos de Lei de 1959 a 1960, da Câmara Municipal de Bragança

Projeto de Lei nº. 756

11 de março

Considera Feriado Municipal o dia 26 de dezembro, consagrado ao Glorioso São Benedito de Bragança

A Câmara Municipal de Bragança estatui a seguinte lei:

Art. 1º – Fica considerado feriado municipal, do corrente ano em diante o dia 26 de Dezembro, consagrado ao glorioso São Benedito.

Art. 2º – Cessarão tôdas as atividades comerciais, industriais e outras durante êsse dia.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bragança, 11 de março de 1960.

Benedito Cardoso de Athayde
Edu Nonato da Silva
Waldomiro Mendes Rodrigues
José Olimpio Ferreira
João Alves da Mora
Raimundo Duarte Pinheiro
Armando Sarubi
Jessé Ferreira Guimarães
Eugenio Barros Nascimento

PARECER

Projeto de Lei nº

Considera Feriado Municipal o dia 26 de dezembro, consagrado ao Glorioso São Benedito de Bragança

A Câmara Municipal de Bragança estatui a seguinte lei:

Art. 1º – Fica considerado feriado municipal, do corrente ano em diante o dia 26 de Dezembro, consagrado ao glorioso São Benedito.

Art. 2º – Cessarão tôdas as atividades comerciais, industriais e outras durante êsse dia.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bragança, em 21 de abril de 1960.

Marcelino Castanho Gardunho
Vereador

JUSTIFICATIVA

De todos os festejos sácos de Bragança, o de maior esplendor de fé religiosa é o da semana ou novenário da festa do Glorioso São Benedito, que se inicia a 18 de dezembro, terminando dia 26, de forma tradicional.

Essa festividade é do povo de Bragança que na sua totalidade muda-se do interior para a cidade, formando, assim, uma segunda população. Dia 26, o dia da festa, o pequeno arraial da Igreja do Santo comprime-se de povo que vai assistir à missa solene e levar ao leilão, o seu ex-voto, cheio de Fé Cristã, pela graça alcançada. Em 1970, ou 1980, essa festividade completará os seus dois séculos, 20 anos de ininterrupta tradição, e é contristador que vemos, nesse dia, 26 de dezembro de todos os anos, o comércio e indústrias da cidade de portas abertas, sem movimento algum, porque o povo já se abasteceu anteriormente, numa proibição aos seus empregados de cumprirem, também, seus deveres de fé religiosa.

Pelo expôsto, nesta justificativa, é de esperar que meus ilustres colegas desta Câmara, aprovem o Projeto de Lei em aprêço, e possam receber do Santo Moreno de Bragança, as suas bênçãos celestiais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bragança, 21 de abril de 1960.

Marcelino Castanho Gardunho
Vereador

11. FIGURAS FOLCLÓRICAS DE BRAGANÇA

Gérson Alves Guimarães

Fonte: GUIMARÃES, Gerson Alves. “Figuras Folclóricas de Bragança”. In:

A cidade de Bragança sempre foi “berço” de importantes personagens que enriqueceram sua história com os seus “apelidos” e os seus momentos de extravasamento de suas repulsas contra a garotada bragantina, onde certamente, eu estava incluído.

Nesta coluna de hoje pretendo destacar somente cinco desses grandes personagens folclóricos, que já não pertencem ao mundo dos vivos, mas que deixaram marcas de sua passagem por esta terra.

Relaciono os nomes dos personagens, a fim que os leitores, especialmente os da minha faixa etária, possam lembrar e reviver.

- 01 – Rolinha;
- 02 – Gato Seco;
- 03 – Bacurau;
- 04 – Mete Medo;
- 05 – Japaca.

Cada um tem a sua história. Foram verdadeiros filósofos que fizeram as crianças e os jovens sorrir. Mas vamos ao que, realmente, interessa aos leitores que muitos desses personagens não chegaram a conhecer.

Rolinha sempre foi a grande alegria da nossa Marujada de São Benedito. Baixinho, moreno, fisionomia fechada, era o “objeto” de gozação da petizada bragantina. Quando o Rolinha passava a molecada dava aquele grito: “pôôô” o nosso amigo Rolinha não deixava por menos e se desmanchava em protestos contra a ação dos meninos. A mãe da garotada era quem mais sofria nas pornofonias do Rolinha.

Quando estava brincando na Marujada, pois era um devoto dedicado a São Benedito, dança tudo o que o “pau e corda” tocava. Mas quando alguém do lado de fora do Barracão gritava o “Pôôô”, o Rolinha, mesmo dançando, vociferava e mandava a mãe do brincalhão para as “profundezas do inferno”.

Recordo, quando, certa feita, o Dr. Armando Bordallo, Presidente da Comissão de Folclore do Pará, veio a Bragança comandando uma equipe de estudiosos da cultura paraense a fim de assistir a Marujada. O presidente Arsênio Pinheiro reuniu com todos os marujos para comunicar a visita, tendo pedido que todos se esmerassem na apresentação. Chamou, à parte, o Rolinha, e pediu que ele não desse bola para os apelidos que chamassem na hora da apresentação da Marujada. Rolinha concordou prontamente.

Por volta das 10:00 da manhã, a Marujada se apresentou no seu Barracão, na Praça de São Benedito. Quando estava dançando o Retumbão, Rolinha ouviu alguém gritando “Pôôôô” e foi logo dizendo pro Arsênio – “Os filhos da p... já começaram”!

A gargalhada sempre acontecia quando o Rolinha, meu bom amigo, ficava zangado com esse apelido que o imortalizou na História da Cultura Bragantina.

Gato seco ganhou esse apelido porque era magérrimo e trabalhava como zelador do Jardim Municipal, nos bons tempos das Caraubas, que foram cortadas para evitar que os casais se encontrassem para trocar juras de amor à sua sombra. Quem passasse pelo Jardim, pela manhã ou à tarde encontrava o Gato Seco podando as plantas e dando cumprimento a sua missão de Zelador. Perdia a paciência quando alguém gritasse “ei, Gato Seco!”. Aí podia esperar que o gato se transformava e sua tesoura de regular tamanho estava no ponto de entrar em ação.

Bacurau foi outro personagem que merece destaque. Baixinho como o Rolinha era aguadeiro. Naqueles tempos não existia água encanada em Bragança. Diariamente, o Bacurau descia a ladeira do Riozinho para buscar água no poço e, depois distribuir para as residências da periferia e, assim, ganhar o seu dinheiro.

Nosso amigo Bacurau sofria no tempo quaresmal, quando a turma entendia de fazer a gostosa e sempre lembrada serra velha. Uma vez deixamos chegar às 24:00 horas, demos início a Serração do Bacurau. Nesse trabalho os integrantes da serra velha levam: serrote, mão de pilão, currupio, campainha. Os integrantes, pelo fato de terem que chorar na hora da morte do serrado, são chamados de “carpideiras”. Quando iniciou a serra velha, com aquela barulhada soturna, tétrica, o testamenteiro faz as perguntas: para quem fica a bota do Bacurau? Para quem fica a rede do Bacurau? O lado gostoso da serra velha era quando o “serrado” respondia: “entrega pra tua mãe, filho duma vaca!”. Quando o velho Bacurau conseguiu abrir a porta os serradores saíam em desabalada carreira para as bandas da Ladeira do Riozinho e desapareciam no silêncio da noite. De manhã, quando se passava por perto do “serrado” dava-se bom dia e evitava-se qualquer diálogo a respeito do acontecido à noite passada.

Mete Medo foi outra figura que não se consegue esquecer. Velho carroceiro bragantino. Diariamente vinha lá das bandas do morro conduzindo a sua carroça puxada por um cavalo branco. Às vezes, para descansar as pernas já maltratadas pelo tempo e pelo tipo de trabalho realizado, descia as ruas quase sem trânsito, sentado na carroça.

O nosso amigo Mete Medo gostava muito de se aborrecer com as brincadeiras que o falecido Eduardo Anaisce, fiscal do Município de Bragança, tirava com ele. Era uma verdadeira gozação. Mas o nosso folclórico amigo sempre dava as suas “tesouradas” no Eduardo.

Certa vez o Mete Medo se encontrava com sua carroça estacionada próximo do posto fiscal Damasceno Júnior, hoje Raimundo Pinheiro, quando o Eduardo veio chegando. Eduardo era dono de nariz avantajado, uma “venta” de regular tamanho. Eduardo sem olhar para o Mete Medo, olhou para o alto e viu que vinha chuva e saiu-se com esta piada: - “Vem chuva que mete medo!”. O nosso amigo não se aborreceu e prontamente arrematou: “Pode não chover, mas ‘venta grande’!” Era gozação do Mete Medo com o nariz avantajado do Eduardo. Quem estava por perto foi obrigado a dar gostosas gargalhadas, inclusive o articulista. O nosso Mete Medo já se foi para o repouso dos justos.

Japaca é vulto folclórico mais recente, que viveu no meio de nós tornando conhecido pelas suas respostas e piadas que contava, arrancando sempre as risadas dos circunstantes.

Ele foi autor de vários acontecimentos engraçados que enriqueceram o folclore bragantino, que muitas pessoas contam nas rodinhas sociais. Uma delas ocorreu quando o Japaca fez uma viagem de táxi para a sua residência no interior. Chegando ao local o Japaca perguntou: - “Quanto é a corrida?” O motorista prontamente respondeu: - “Vinte reais!” O Japaca mete a mão no bolso e puxou uma cédula de dez reais e pagou o motorista. Quando o taxista reclamou que estava faltando mais 10, o Japaca entrou com sua reconhecida filosofia popular: - “Tu veio também, no mesmo carro?” “É dez para cada um!” Despediu-se e deixou o motorista falando sozinho.

Uma das brincadeiras que mais marcou o gesto folclórico do Japaca aconteceu na Praça da Bandeira, quando o nosso filosofo popular, já com umas três garrafas na cabeça, um cigarro na boca, se dirigiu a uma jovem bonita e disse: - “Tu vai casar com o Japaca!” A

menina ficou revoltada e quis dar uma resposta à altura – “Prefiro casar com um cachorro do que com o Japaca!” O filósofo não nasceu para perder e fez a pergunta que finalizou e tornou engraçado o papo: - “E o nó?”

Há muitas outras figuras que não dariam condições de escrever um livro. Podemos lembrar, por exemplo: o Chico Pito, o Pedro Nolasco, o Cavalinho, o Chora na Cama, cujas vidas desfolhadas fariam os leitores desabar em gargalhadas.

Todos eles passaram por esta vida terrena. Cumpriram dentro dos seus modestos conhecimentos a sua missão. Fizeram sorrir, e quem faz sorrir merece o nosso aplauso.

Bragança tem uma riqueza folclórica como bem diz o nosso pranteado César Pereira no seu “sinopse da história de Bragança”, onde narra importantes fatos acontecidos nesta cidade e promovidos por pessoas humildes, que enriqueceram o folclore bragantino.